

Clay Anderson Nunes Chagas
Org. Marcelle Peres da Silva
Denise Carla de Melo Vieira

Geografia da Violência

Produção do espaço, território e Segurança Pública



GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO
E SEGURANÇA PÚBLICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Secretário Geral da Reitoria: Marcelo Galvão-Baptista
Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Rômulo Simões Angélica
Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitora de Relações Internacionais: Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitor de Administração: João Cauby de Almeida Júnior
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel Trindade Borges
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Karla Andreza Duarte P. de Miranda

Editora
GAPTA

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
 Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
 Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
 Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
 Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Afonso do Ó – Universidade do Algarve
 Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
 Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto – UFPA
 Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA
 Profa. Dra. Cynthia Simmons – Florida University
 Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA
 Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
 Prof. Dr. Eduardo Shiyone Cardoso – UFSM
 Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
 Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento – UFC
 Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
 Prof. Dr. José Sobreiro – UFPA
 Prof. Dr. Joao Marcio Palheta – UFPA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Reitor: Rubens Cardoso da Silva
Vice-Reitor: Clay Anderson Nunes Chagas
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Renato da Costa Teixeira
Pró-Reitora de Graduação: Ana da Conceição Oliveira
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento: Carlos José Capela Bispo
Pró-Reitora de Extensão: Alba Lúcia Ribeiro Raithy Pereira



Coordenador GAPTA
João Marcio Palheta da Silva

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto
 Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho
 Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima
 Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto
 Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho
 Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima
 Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues – UFPA
 Profa. Dra. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/ UniCV
 Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
 Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
 Profa. Dra. Oriana Trindade de Almeida – UFPA
 Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE
 Prof. Dr. Raúl Vincéns – UFF
 Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP
 Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira – UFAM
 Prof. Dr. Robert Walker – Florida University
 Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
 Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP

GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO
E SEGURANÇA PÚBLICA

Clay Anderson Nunes Chagas
Marcelle Peres da Silva
Denise Carla de Melo Vieira
(Organizadores)

GAPTA
Belém - 2018

Editor de Publicações do GAPTA

Christian Nunes da Silva

Capa

Odivaldo Teixeira Lopes

Diagramação

Cleyson Chagas

Apoio

EDUEPA

Ficha Catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública
/ Clay Anderson Nunes Chagas, Denise Carla de Melo Vieira, Marcelle
Peres da Silva, (organizadores). – 1. ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

392 p.: il, 21 cm

ISBN: 978-85-63117-40-3

1. Violência urbana. 2. Segurança pública. 3. Geografia humana. 4.
Sociologia urbana. 5. Territorialidade humana. I. Título.

CDD 22. ed. 303.6

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de

responsabilidade exclusiva do (s) autor(es).

Todos os direitos reservados

Ed. GAPTA/UFPA

Sumário

Apresentação	7
<i>Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Prefácio	13
<i>Alisson Gomes Monteiro</i>	
Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém	23
<i>Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Por uma geopolítica do urbano nas “margens do Estado”: algumas notas preliminares	45
<i>Eduardo Rodrigues</i>	
Violência e homicídios na cidade de Belém-PA: análise comparativa dos bairros da Batista Campos e Jurunas	79
<i>Leonardo de Souza Alves</i>	
Espaço urbano, desigualdade socioespacial e violência urbana nos bairros do Guamá e Terra Firme. Belém-PA	103
<i>Lorena de Lima Sanches Santana</i>	
Violência urbana, geoprocessamento e homicídios nos bairros do Jurunas e Umarizal, Belém-PA	121
<i>Denise Carla de Melo Vieira, Clícia da Silva Santos, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Violência e o processo de urbanização de Belém do Pará	147
<i>Gruchenhka Oliveira Baptista Freire, Elizabeth Cristina da Silva Feitosa, Silvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Análise socioespacial da violência no bairro do Paar: o uso do território, geoinformação e influências da violência urbana em Ananindeua-PA	169
<i>Marcelle Peres da Silva, Rafael Henrique Maia Borges</i>	

Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia - Castanhal-PA	185
<i>Guilherme Cezar Sousa Vieira, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Território e violência urbana: os homicídios em Macapá-Amapá (2011-2015)	207
<i>Leidiane Souza de Almeida, Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Geografia do crime, urbanização e desenvolvimento humano: análise espacial nos municípios do Estado do Espírito Santo	237
<i>Pablo Lira, Viviane Mazine Rodrigues, Adorisio Leal Andrade</i>	
Termos relacionados à violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura	261
<i>Silvia Canaan-Oliveira, Marcelo Quintino Galvão-Baptista, Ana Paula Martins Sousa, Manoella Canaan-Cunha, Cíntia Walker Beltrão Gomes, Mayka Caroline Martins da Cunha</i>	
Investigação de homicídios na Corregedoria de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará	283
<i>Miguel Ângelo Sousa Corrêa, Fernanda Valli Nummer</i>	
A ocorrência de incêndios em bairros periféricos e os limites da atuação do Corpo de Bombeiros	311
<i>Abedolins Corrêa Xavier, Jaime Luiz Cunha de Souza</i>	
O trabalho policial feminino na ROTAM: dos entraves ao reconhecimento profissional	335
<i>Regina Ferreira Lobato, Jaime Luiz Cunha de Souza</i>	
Autores	359
Índice Remissivo	369

Apresentação

O livro **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**, organizado pelos professores Clay Anderson Nunes Chagas, Marcelle Peres da Silva e Denise Carla de Melo Vieira é resultado de anos de estudos, vinculados aos grupos de Pesquisa: Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia, pertencentes a Universidade do Estado do Pará e do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/UFPA).

Os artigos são resultados de pesquisas, sobretudo, dos projetos: a) **Território, Produção do Espaço e Violência Urbana**: Uma leitura geográfica da criminalidade nos bairros do Jurunas, Terra Firme e Guamá, atrelado a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará – PROPESP/UEPA, b) **Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma leitura geográfica da criminalidade na Região Metropolitana de Belém**, junto a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará – PROPESP/UFPA. Além do projeto de extensão: **Atlas Geográfico Criminal da Região Metropolitana de Belém**, vinculado à Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará – PROEX/UFPA.

Além dos projetos de pesquisas e extensão, este livro contou com artigos dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), ambos da Universidade Federal do Pará. Também foram inclusos dois artigos sobre a temática da Geografia da Violência e do Crime do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Para a elaboração dos artigos dos bairros das cidades de Belém, Ananindeua e Castanhal contaram com a base de dados fornecida pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP), que foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. É importante ressaltar que essa Secretaria sempre esteve a disposição para contribuir com a produção do conhecimento sobre a temática da violência e da criminalidade.

A proposta deste livro é sociabilizar a produção acadêmica desenvolvida nos últimos anos na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e na Universidade Federal do Pará (UFPA), através dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por discentes dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), em Segurança Pública (PPGSP) e dos cursos de Graduação em Geografia das duas universidades públicas, sobre a temática da Geografia da Violência e do Crime. Tais projetos contaram com o apoio financeiro das instituições nacionais de pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio de bolsas de estudos concedidas aos discentes.

O primeiro capítulo intitulado: **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém**, de autoria do professor Clay Anderson Nunes Chagas tem como propósito analisar a dinâmica da produção do espaço urbano, do território, as novas territorialidades e as suas implicações na elevação e distribuição dos homicídios na Região Metropolitana de Belém, especialmente nos bairros do Jurunas e Guamá no período de 2011 a 2013.

O artigo **Por uma geopolítica nas “margens do Estado: algumas notas preliminares**, de autoria de Eduardo Rodrigues tem como objetivo debater questões voltadas para a construção de uma abordagem geopolítica sobre os temas da segurança pública e violência urbana no Brasil.

O terceiro artigo de autoria de Leonardo de Souza Alves, intitulado **Violência e homicídios na cidade de Belém-PA: uma análise comparativa dos bairros da Batista Campos e Jurunas** pretendeu analisar como as desigualdades e as transformações no espaço e no território estão relacionadas com as condições e diferenciações na espacialização dos homicídios nos bairros da Batista Campos e no Jurunas no período de 2011 a 2013.

O artigo seguinte denominado de **Espaço urbano, desigualdade socioespacial e violência urbana nos bairros do Guamá e Terra Firme – Belém-PA**, de autoria de Lorena de Lima Sanches Santana tem como

finalidade avaliar o espaço urbano na cidade de Belém, em especial dos bairros do Guamá e da Terra Firme, buscando dessa forma compreender como a desigualdade socioespacial está diretamente relacionada à violência urbana.

Os autores Denise Carla de Melo Vieira, Clícia da Silva Santos e Clay Anderson Nunes Chagas, no capítulo **Violência urbana, geoprocessamento e homicídios nos bairros do Jurunas e Umarizal, Belém-PA** têm como objetivo destacar de forma introdutória a importância do geoprocessamento no estudo da Geografia Urbana, especialmente poderia ser retratado a fim de compreender a correlação existente entre a forma de ocupação do espaço urbano nos bairros do Jurunas e do Umarizal e a constituição de áreas de incidências de homicídio.

O artigo denominado de **Violência e o processo de urbanização de Belém do Pará**, dos autores Gruchenhka Oliveira Baptista Freira, Elizabeth Cristian da Silva Feitosa, Silvia dos Santos de Almeida e Edson Marcos Leal Soares Ramos têm como objetivo principal analisar o processo de urbanização da cidade de Belém e a sua relação com os índices de violência e criminalidade a partir de um enfoque sociológico e demográfico.

Os autores Marcelle Peres da Silva e Rafael Henrique Maia Borges, no artigo **Análise socioespacial da violência no bairro do PAAR: o uso do território, geoinformação e influência da violência urbana em Ananindeua-PA** buscam compreender como o processo de urbanização na cidade de Ananindeua, mais precisamente no bairro do PAAR está diretamente relacionado à dinâmica da ampliação da produção das desigualdades socioespaciais, da violência e da criminalidade observada na área de estudo.

Os autores Guilherme Cezar Sousa Vieira e Clay Anderson Nunes Chagas apresentam no artigo **Geografia do Crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia – Castanhal – PA**, uma discussão sobre a relação da espacialidade criminal do tráfico de drogas no bairro Jaderlândia na cidade de Castanhal, buscando entender como as territorialidades ligadas ao tráfico influenciam a distribuição e venda de drogas.

No artigo **Território e violência: os homicídios em Macapá-Amapá (2011-2015)**, os pesquisadores Leidiene Souza de Almeida,

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa e Clay Anderson Nunes Chagas apresentam a dinâmica do crime do homicídio a partir de uma leitura da produção do espaço urbano e do território na cidade de Macapá. Dessa forma os autores demonstram que as condições socioespaciais, associadas a reduzida presença do Estado através dos serviços públicos básicos são elementos essenciais para a concentração dos crimes violentos letais nos bairros da porção sul desta cidade.

No artigo **Geografia do Crime, urbanização e desenvolvimento humano: análise espacial nos municípios do Estado do Espírito Santo**, os autores Pablo Lira, Viviane Mazine Rodrigues e Adorisio Leal Andrade nos trazem uma abordagem sobre a relação dos indicadores de desenvolvimento humano, urbanização e de vulnerabilidade social na perspectiva da violência, especialmente o crime do homicídio no estado do Espírito Santo, através da escala dos municípios.

No artigo **Termos relacionados à violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura**, os autores Silvia Canaan Oliveira, Marcelo Quintino Galvão Baptista, Ana Paula Martins Sousa, Manoella Canaan Cunha, Cíntia Walker Beltrão Gomes e Mayka Caroline Martins da Cunha apresentam uma revisão de literatura sobre o uso dos “termos compostos” relacionados à violência envolvendo a mulher. Os principais termos pesquisados foram a violência de gênero, violência familiar, violência intrafamiliar, violência conjugal e violência contra a mulher na segurança pública. Para isso, teve-se como base o acesso aos periódicos na plataforma da Scielo e nos periódicos Capes dos anos de 2007 a 2016.

Os autores Miguel Ângelo Sousa Corrêa e Fernanda ValliNummer no artigo intitulado **Investigação de homicídios na Corregedoria de Missões Especial da Polícia Militar do Pará** apresentam ao leitor um estudo sobre a forma como são instaurados os inquéritos de policiais militares para os casos de homicídios na Corregedoria do Comando de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará, o perfil de conhecimento na área jurídica dos corregedores e a sua relação com o arquivamento dos procedimentos investigativos.

No artigo **Discriminação étnico-racial: análise dos relatos de injúria racial na Delegacia de Combate a Crimes Discriminatórios e**

Homofóbicos em Belém do Pará, os autores Alessandro Sobral Farias e Luís Fernando Cardoso e Cardoso buscam identificar as principais características dos insultos raciais relatados nos boletins de ocorrências policiais na Delegacia de Combate a Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH) na cidade de Belém no período de 2011 a 2015.

Abedolins Corrêa Xavier e Jaime Luiz Cunha de Souza no artigo **A ocorrência de incêndios em bairros periféricos e os limites da atuação do Corpo de Bombeiros** apresentam as dificuldades enfrentadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) em suas ações de prevenção de “sinistros” e a sua relação com a incidência de incêndios nos bairros periféricos da cidade de Belém.

No último artigo dessa coletânea, **O trabalho policial feminino na ROTAM: dos entraves ao reconhecimento profissional**, os autores Regina Ferreira Lobato e Jaime Luiz Cunha de Souza apresentam a atuação das mulheres da Polícia Militar do Estado do Pará nas unidades de comando especial. O objetivo desse artigo é trazer à tona a percepção dessas mulheres e suas experiências em uma unidade denominada de “Ronda Tática Metropolitana” (ROTAM).

Prefácio

Novas formas de prevenir e reagir: porque é preciso enxergar o que se enfrenta...

*Alisson Gomes Monteiro*¹

O medo do crime e da violência pode ser identificado como um dos mais antigos e perenes sentimentos da vida em comunidade. É algo que habita, em maior ou menor medida, o subjetivo das pessoas, instituindo em seus *mindsets* protocolos de gerenciamento de ambientes, comportamentos, práticas de monitoramentos e, finalmente, procedimentos de reação para a preservação/manutenção de suas integridades físicas, mentais, patrimoniais e de relações comunitárias.

Esse sentimento e, primordialmente, os fenômenos do crime e da violência vêm sendo pesquisados por meio de diversos pontos de vista, desde as ciências sociais até às biológicas, na busca de explicações e dinâmicas de prevenção e repressão que possam, principalmente na pós-modernidade, representar vivências que abarquem a tolerância, o respeito, a busca por igualdade e liberdade, em suma, a felicidade.

Dentre as diversas contribuições científicas acerca desses fenômenos, vem assumindo destaque uma maneira diferente de confrontar o assunto, posto que inova na apresentação e na forma que traz à tona o problema. A Geografia, que tradicionalmente sempre nos fez “ver” os fenômenos de maneira concreta, traz sua expertise e metodologias dinâmicas para o enfrentamento teórico de um dos problemas mais abrangentes do século XXI, principalmente em um país cujos índices de desenvolvimento social deixam tanto a desejar.

¹ Doutor em Ciências Sociais (UFPA) e Mestre em Direito (UFPA). Coronel da Polícia Militar do Pará, Ex-Diretor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) e Professor da FACI/Wyden.

O problema da violência e da criminalidade é desafiador para quem tem a responsabilidade constitucional de, diretamente, enfrentá-lo, mas, ao contrário do que se possa conceber, para chegar a bons níveis de efetividade, as estruturas estatais de prevenção e contenção desses fenômenos necessitam em seu apoio, além da intensa movimentação da máquina administrativa, da participação firme, frequente e qualificada da comunidade.

As reflexões sobre o tema podem tomar distintos rumos e assim é de fato, quando analisamos desde os escritos clássicos a respeito, com um viés eminentemente político, como foi o caso de Maquiavel e Hobbes, até expressões mais contemporâneas, que não se afastam totalmente da esfera da política, mas que abarcam outros sentidos, como o cultural ou o religioso, sendo exemplos disso as análises em tempos de globalização, com Wieviorka ou Hobsbawn.

A significação da violência, transformada em fracasso do ser humano ou da sociedade, ocasiona o direcionamento das preocupações sociais e, em maior medida, das angústias individuais, para os casos em que ações concretas, materiais, ameaçam sua existência. Na era da informação, com sociedades construídas em rede, como diz Manuel Castells, há inclusive uma lente de aumento sobre esses sentimentos, na medida em que poderia haver representações ampliadas da realidade, proporcionadas pelo trabalho de veículos midiáticos mais preocupados com as vendas de seus produtos, em detrimento da retratação mais fidedigna da realidade que vivenciam. Essa distorção, inclusive, pode levar a maximizar eventos e tornar, a todos, vítimas de situações que, em realidade, não estariam submetidos. Essa é uma das diversas possibilidades em que a cartografia do crime e da violência pode ajudar.

Por exemplo, há 20 anos, se um crime violento ocorresse em uma periferia de qualquer cidade grande, isso só seria de conhecimento público se um jornal de circulação ou uma rede de televisão noticiasse o fato. E isso teria maior ou menor repercussão conforme o tratamento dado pelo veículo de comunicação. Hoje, com mais de 300 milhões de linhas de telefone celular ativas no país, e com grande parte delas com acesso a dados pela internet, não esquecendo que os aparelhos, por mais simples que sejam, contam com câmeras fotográficas, a notícia de um crime ocorrido,

em momentos, se alastra, inclusive com imagens, pelas redes sociais. A sensação de proximidade com o evento delituoso é instantânea, mesmo que concretamente aquela pessoa esteja momentaneamente inatingível por uma situação daquela natureza.

Apresenta-se aí a sensação de insegurança, o sentimento de medo, que a despeito de polêmicas acerca de sua importância ou não na materialização da vida social, relaciona-se diretamente com a capacidade individual de experienciar o mundo exterior, ou seja, de sentir-se mais ou menos exposto aos riscos dele. Nesse aspecto, a condição moderna implicaria muito mais em considerar os riscos potenciais e os sentimentos das pessoas acerca de acontecimentos violentos mais importantes do que práticas violentas *stricto sensu*.

O que é interessante notar é que as estruturas sociais também representam, em grande medida, processos de violência, que, entretanto, são socialmente aceitos e introjetados como normas necessárias ao bom convívio social, o que implica em considerar como possibilidade que o incômodo não seria a violência, mas tão somente a forma como ela é praticada. A suscetibilidade maior ou menor a essa acepção de violência, dependeria da posição em que o indivíduo se encontra na pirâmide social e isso, em parte, poderia ser explicado pela passagem de uma visão coletiva da sociedade, baseada nas clássicas teorias do contrato social, para uma noção individualista, em que o sujeito é capaz de se autogovernar a partir de seu interior.

O que se observa é que há um novo elemento na análise da violência e da criminalidade que ultrapassa as clássicas formas de abordagem do assunto que se concentravam em três linhas de pensamento, isto é, na ideia de que a violência é uma reação à frustração, como defende René Girard, ou de que ela é um recurso, um instrumento mobilizado para a consecução de fins, como defendeu classicamente Hobbes, ou ainda que existe um vínculo entre cultura e violência, ideia que pode ser encontrada na obra de Norbert Elias. Esse novo elemento é o próprio indivíduo, o sujeito analisado em relação à violência. Agora, o desafio está na análise do individualismo contemporâneo e como ele está imbricado com a violência e a criminalidade.

As categorias sociais contemporâneas não são as mesmas identificadas durante o período de formação e consolidação das sociedades capitalistas. Durante o que historicamente se convencionou denominar de Revolução Industrial, as transformações foram tais que determinaram a necessidade de se estruturar uma nova forma de pensar, a fim de dar conta de uma realidade totalmente distinta de qualquer coisa que se tinha observado até então.

As relações de trabalho foram profundamente modificadas pela nova atividade industrial, verificou-se um denso movimento migratório do campo para a cidade aliado a uma completa ausência de infraestrutura para atender a esses excedentes populacionais que agora viviam no ambiente urbano, ocasionando uma realidade de miséria, de proliferação de doenças e recrudescimento da criminalidade, além de outros fenômenos.

Tendo em vista o fato de que era necessário construir uma resposta intelectual à nova forma de estruturação social, apontando alternativas a respeito da conexão existente entre os indivíduos e as estruturas sociais em que estavam inseridos, estas entendidas como padrões estáveis de relações sociais, uma série de categorias foram racionalizadas de modo a subsidiar esse resultado intelectual.

Na contemporaneidade essas categorias foram completamente modificadas, posto que vivemos uma nova revolução, talvez mais rápida e contundente, impactando nas relações de trabalho e nos processos vivenciais de maneira geral. A sociedade global importa em um feixe de métodos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros, que, conformados sob uma marca teórico-filosófica, atua como uma grande colcha de retalhos posta sobre as dinâmicas planetárias. Essa sociedade é ao mesmo tempo una e multifacetada, extremamente multicultural, ou seja, composta de grande diversidade, mas identificada genericamente como sociedade contemporânea.

Essa multiplicidade de interesses sociais ocasionou um fenômeno interessante: a luta pelo protagonismo dentro do debate social arrefeceu em seu sentido argumentativo e se consolidou por intermédio da violência. Para a concretização da interação social é preciso observar fatores como a conformidade das normas de solidariedade com o desenvolvimento de

ideias compartilhadas, a tendência que as pessoas têm em se tornarem obedientes diante de estruturas de autoridade, além do reconhecimento de que as burocracias são estruturas de poder bastante eficientes. Entretanto, esses fatores, classicamente identificados, perderam espaço em um ambiente onde o que vale é o interesse e a força individual em fazer valer seus próprios objetivos.

O desafio que se mostra nesse tipo de sociedade é garantir que mesmo diante de uma realidade em que o Estado perde espaço, ou nas situações que essa mesma sociedade abre mão dele na resolução de problemas e na administração da violência, possa haver como ideal norteador um fortalecimento de valores humanísticos, no sentido da reconstrução de laços de solidariedade, respeito a direitos diversos e, por fim, axiomas de equidade que possam, verdadeiramente, encaminhar a vida na Terra a uma situação de dignidade humana globalizada. Entretanto, o que realmente há de globalizado no planeta é a pobreza e esta, de uma forma ou de outra, tem se imbricado com os processos de violência.

A ligação entre violência e pobreza tem sido realizada muitas vezes de forma forçada e equivocada. Também a Geografia pode ajudar a dissipar diversas confusões conceituais que acabam contribuindo para uma interseção indevida de definições, que surgem justamente pela inabilidade no tratamento dos conceitos. O uso indiscriminado de associações entre os conceitos de marginalidade, criminalidade e violência levam à conclusão precipitada, enxergada facilmente no senso comum, de que estamos tratando de sinônimos. Nada mais falso.

A partir desse ponto de vista nota-se que apresentar a união intrínseca entre a marginalidade social e os processos de violência, por meio de análises de espaços e territórios, fenômenos de metropolização e periferização, produção econômica e sua relação com a criminalidade, tudo isso contribui sobremaneira para o entendimento e construção de estratégias de prevenção e repressão criminal.

Sendo a sociedade do XXI tecnologicamente interligada, tendo um tempo todo próprio, no dizer de David Harvey, ela está cercada de meios de informação que bombardeiam (com toda a força que essa palavra pode ter) ideias referentes à segurança pela prevenção, porém sendo esta somente alcançada por intermédio da punição.

Essas questões podem passar por diversos eixos de apreciação. Por exemplo, até que ponto a sociedade é influenciada por uma mídia comprometida com interesses de classe, ansiosos por políticas de lei e ordem? As novas formas das estruturas sociais sejam elas micro, macro ou globais, contribuem para o recrudescimento da atividade criminosa? O Direito posto não é mais tão eficaz no sentido de controle social e, conseqüentemente, como instrumento de pacificação? Muitas outras perguntas poderiam ser formuladas, de sorte que fica a discussão acerca de como esse mundo contemporâneo, ao mesmo tempo tão homogeneizado pelo mercado global, mas tão cioso de garantir suas diferenças, influencia em resultados diversos da paz social.

O crescimento populacional em padrões exponenciais e, em medida até superior, o aumento da circulação de bens, produzidos freneticamente por uma sociedade global extremamente consumista, impõem um processo de desintegração de valores comunitários, em que a consideração mútua tende a arrefecer. Diante dessa realidade, o que sobra é o medo e a insegurança, pois confiar no outro, um indivíduo distante, que tem interesses próprios, é uma aventura que poucos estão dispostos a seguir.

Com mais pessoas, pode-se justificar um aumento numérico de crimes e com o fortalecimento de estruturas do sistema de segurança e justiça, pode-se pensar em diminuição das subnotificações e a conseqüente diminuição das cifras obscuras da criminalidade. Entretanto, talvez não seja tão arriscado defender que, mesmo com as observações acima, tenhamos uma realidade em que a criminalidade é fenômeno mais presente do que há trinta anos.

Sobre os registros criminais em delegacias de polícia é preciso compreender que ainda será possível realizar um juízo de adequação entre o fato em si e o próprio registro, o que implica na possibilidade de distorções, tendo em vista que a estatística criminal é produzida pela própria polícia.

Em outro aspecto, o discurso coloquial em torno da incapacidade do Estado de fazer frente à criminalidade é cada vez mais comum, como também surgem de maneira progressiva ações que colocam em xeque o próprio monopólio da violência por parte do poder público. Ao mesmo tempo, discursos que vociferam a necessidade de políticas de lei e ordem,

com a atuação de um Estado de força, que enfrente até mesmo as situações mais corriqueiras e simplórias, de forma a dar um exemplo de que desviar do cumprimento da norma causa consequências duras para o agente, efervesce o debate e, diante do crescimento dos níveis de criminalidade, ganha mais adeptos.

Esses alvos das políticas criminais, em última análise, são destacados a partir de vários critérios, os quais têm em comum a situação de vulnerabilidade. Se no viés econômico estamos falando das classes mais pobres, no aspecto geográfico verifica-se que se tratam de pessoas submetidas a vários tipos de carências infra-estruturais. Seu lugar na cidade é, portanto, não só secundário, mas pode até, em alguns casos, ser considerado ameaçador, na medida em que as mesmas ausências materiais citadas podem desencadear um processo de reconquista de condições satisfatórias de vida que coloque em xeque a maneira segregadora em vigor na organização das comunidades.

A polícia, inserida em um sistema de justiça criminal segregador, se transformou, abandonando um papel de simples instrumento de imposição de força para assumir o protagonismo na escolha dos destinatários desse controle. Essa transformação, fruto da necessidade de padrões de exercício de autoridade mais frequentes e seletivos na atualidade, obrigou essa instituição a adotar novas posturas diante da vida em sociedade.

Considerar o crime como uma anormalidade foi uma das premissas deixadas para trás. Nessa pós-modernidade, o evento criminoso tornou-se tão comum que não pôde ser mais visto como uma excepcionalidade advinda da ruptura do contrato social. Agora o contrato engloba também os riscos da vida cotidiana em grandes aglomerados urbanos, com taxas de delinquência altas, inclusive em países ricos e com realidades de desigualdade social bem distantes das que se observam no Brasil.

O controle perpetrado pela política pública de repressão criminal, apesar de ter se transformado no decorrer do tempo, não chegou a significar mudança de paradigmas no que concerne ao público preferencial a ser reprimido. Se historicamente é possível verificar o aparato de autoridade se lançando sobre populações sem acesso às decisões nas arenas de poder, com o avanço da modernidade e da própria pós-modernidade, as estruturas continuaram firmes na manutenção de seus alvos há séculos escolhidos.

É justamente por ainda existirem esses alvos preferenciais que o sistema de justiça criminal pouco apresentou, do ponto de vista institucional, modificações, mas tão somente se adequou à linguagem e aos simbolismos do mundo contemporâneo. Nessa esteira, são estabelecidos territórios e pessoas que devem ter atenção especial, em função de que o nível de potencialidade para o cometimento de crimes, segundo os critérios estabelecidos pela própria polícia, são acima do normal.

No Pará, por exemplo, uma denominação disseminada para territórios de conflito, com altos índices de violência e criminalidade, é *área vermelha*, as quais, normalmente, se confundem com bairros da cidade. É comum escutar que o bairro *x* é uma área vermelha, enquanto que o bairro *y* ainda não é. Essa classificação é em muitos casos arbitrária e a denominação, que nasceu do jargão policial, se espalhou, muito em função das páginas policiais dos jornais de grande circulação, caindo na boca do povo.

Depois da sedimentação dessa classificação, muito difícil é a transformação do que na verdade, vira um estereótipo. Por exemplo, em Belém-PA, o bairro da Terra Firme no ano de 2007 era o primeiro colocado na capital em número de crimes violentos. Após diversas intervenções e projetos, governamentais e por parte da sociedade civil organizada, o bairro não chegou a figurar nem entre os quinze com maior número de ocorrências na capital paraense em 2011. Mas ficou o estigma. A Terra Firme passa uma imagem de que sempre será uma *área vermelha*.

De fato, o que se vê no país inteiro são ações de territorialização das intervenções. O Estado não se apresenta como capaz de atender as demandas por segurança pública em sua magnitude e adota, portanto, estratégias de atuação pontual, escolhendo territórios nos quais entenda ser mais premente a sua intercessão.

Se o território é estigmatizado, por via de consequência quem mora nele também acaba sendo, isto é, vira uma espécie de pecha morar ali. É a partir dessa noção que a polícia programa seu trabalho, este efetivado em nome da sociedade, mas, em muitos casos, nessas comunidades mais carentes, construído e realizado contra ela. Essas construções abrigam, dentre outras coisas, modelos de resolução de conflitos que não se adequam

necessariamente ao programado na legislação, justamente porque a própria comunidade por vezes se organiza por outros conjuntos normativos, que não os estatais, com repercussões diversas daquelas estabelecidas nos estatutos oficiais.

Com uma gama extensa de regramentos, a comunidade acata, como estratégia de sobrevivência, as determinações, as rotulações e as resoluções propostas, ou impostas, mesmo que isso redunde em um processo de auto-estigmatização.

Nesse sentido, prestar segurança a população, por meio de um serviço público indisponível e intransferível, em uma sociedade livre, não é uma tarefa fácil e em uma democracia as instituições devem ser bastante fortes, justamente para garantir a liberdade e a igualdade, características dessa forma de organização política. Estudos como os apresentados na presente obra contribuem sobremaneira para isso, tendo em vista o fato de darem caráter técnico a todo esse debate.

A noção de cidadania, centrada na proteção estatal contra a ameaça criminosa e na proteção contra a coerção indevida realizada pelo próprio Estado, pode ser claramente reforçada pela atuação da academia que, cientificamente, pode vincular os processos formais e concretos de intervenção.

A atividade policial, notadamente a preventiva, precisa acompanhar e se balizar por essas contribuições, sob pena de não conseguir se antecipar às demandas por segurança e controle da criminalidade. Então, como policial e cidadão, é preciso agradecer a iniciativa dos pesquisadores que compõem esta obra, especialmente ao Professor Clay Chagas, que entregam uma verdadeira ferramenta de gestão a auxiliar o processo decisório em segurança pública, e também aos interessados em geral, tanto no que tange aos resultados específicos alcançados em seus trabalhos, como na possível adoção das metodologias propostas, para novos estudos.

A polícia está, concretamente, exposta a cenários capazes de lhe exigir condutas coercitivas não preconizadas pelo ordenamento. Existe um perigo constante de ultrapassar os limites tênues entre a legalidade e a ilegalidade, entre a discricionariedade e o arbítrio. A pesquisa científica ajuda no estabelecimento cristalino desses limites.

O cenário da violência e da criminalidade é hoje muito mais diversificado, inclusive alcançando situações que, a princípio, não teriam a ver com a criminalidade cotidiana cujos espectros tornaram-se um feixe de relações muito mais complexas e fluidas, de difícil identificação nas novas hierarquias provocadas pelo rearranjo das forças sociais, proveniente de diversos matizes como a questão étnica, de gênero, relações intergeracionais, etc.

Diante desse desafio, a presente obra é, sem dúvida, indispensável aos que querem contribuir para uma sociedade mais segura e feliz.

Belém, 10 de abril de 2018

Alisson Gomes Monteiro, Prof. Dr.

Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém¹

Clay Anderson Nunes Chagas

RESUMO

A violência no Brasil está se manifestando de forma cada vez mais intensa, transformando a vida da população em uma proporção alarmante. O medo cada vez maior da violência e da criminalidade deve-se a um conjunto de fatores, que passam pela aceleração do processo de urbanização e a precarização das condições de vida nos centros urbanos, ao contrário de décadas atrás cujo crime e a violência eram fenômenos das Regiões Metropolitanas, ocasionado por um processo de urbanização concentrada, hoje é uma realidade presente em todas as dimensões do espaço urbano, independente do tamanho da cidade (SANTOS, 2008). No contexto específico do Estado do Pará, este quadro de urbanização acelerada também pode ser observado, principalmente a partir dos anos de 1960, com a implementação da “modernização da fronteira”, que culminou com a intensificação do processo de migração inter-regional para cidades como Marabá, Parauapebas e as da Região Metropolitana de Belém, entre outras. Os problemas emergem nos últimos anos em cidades com altos índices de violência e criminalidade. O presente artigo foi elaborado a partir das discussões desenvolvidas no projeto de pesquisa “Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma leitura geográfica da criminalidade na Região Metropolitana de Belém”, e do Projeto de Extensão: “Atlas Geográfico de Homicídios da Região Metropolitana de Belém” que estão sendo realizados em parceria com a Universidade Federal do Pará, Universidade do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Pará - SEGUP, em especial com a Secretaria Adjunta de Inteligência e

¹ Esse artigo foi originalmente publicado na Revista Boletim Amazônico de Geografia, Belém, n. 1, v. 1, p. 186-204, jan./jun. 2014. Para a inclusão nesse livro, o artigo passou por algumas alterações.

Análise Criminal – SIAC, que vem nos fornecendo os dados criminais do Estado do Pará e suporte a complementação de informações as análises criminais desde 2010. Nosso objetivo nesse trabalho é analisar a dinâmica da produção do espaço urbano, do território e as novas territorialidades e a sua implicação na elevação e distribuição da criminalidade (homicídios) na Região Metropolitana de Belém, especialmente nos bairros do Jurunas e Guamá no período de 2011-2013.

Palavras-chave: Cartografia; Homicídio; RMB.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento urbano acelerado e concentrado que as cidades brasileiras passaram nos últimos anos proporcionou entre outras coisas: precarização da infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e péssimos indicadores sociais. Essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, no qual é facilmente perceptível a perda do direito à cidade, conforme ressalta Lefebvre (2001) e Santos (2007) e a proliferação dos mais variados tipos de violência e crimes.

Assim, o artigo justifica-se pela necessidade de compreender como acontece a disseminação da criminalidade e da violência na Região Metropolitana de Belém, em especial nos bairros do Guamá e Jurunas nos anos de 2011 a 2013, possibilitando, assim, a criação de uma cartografia dos homicídios. É importante ressaltar que essa cartografia será analisada a partir das discussões que estão no entorno dos conceitos de produção do espaço urbano, território, territorialidade, violência e crime, o que permite pensar uma análise geográfica da criminalidade e da violência na Região Metropolitana de Belém.

Nessa perspectiva, nosso objetivo consiste em analisar a criminalidade a partir do processo de reprodução do espaço urbano, com destaque para a periferação, compreendendo, assim, a disputa pelo território e as novas territorialidades que produzem uma busca contínua pelo poder dos agentes envolvidos na nova dinâmica, o que acaba produzindo uma especificidade da criminalidade e violência na Região Metropolitana de Belém, além de produzir uma cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém, possibilitando a criação de *hotspots* – zonas vermelhas de homicídios.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PERIFERIZAÇÃO

Podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como a exclusão social, pobreza e favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, tornando, assim, o ambiente propício para difusão e estabelecimento da criminalidade.

Devido à especulação imobiliária, a camada mais pobre acaba indo morar nas áreas menos valorizadas, que geralmente encontram-se nas periferias das grandes cidades, onde há uma carência de infraestrutura e equipamentos urbanos, tendo em vista que o Estado em grande parte exclui as periferias, direcionando recursos sobre pressão e indicação das classes dominantes (MELO, 2012).

Segundo Lefebvre (2006) o espaço urbano inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações. Assim, a produção da cidade apresenta momentos distintos, com características e especificidades inerentes próprias do momento da produção do espaço. Com isso, é possível entender que uma cidade ou mesmo um bairro apresenta-se como um mosaico de formas e funções, que são a materialidade da temporalidade do processo de produção do espaço.

Os objetos possuem formas, que segundo Lefebvre (2006, p. 30):

O trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das configurações espaço-temporais sem afetar necessariamente suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, altera sua função, sem alterar sua forma. Tempo e espaço são inseparáveis (...), espaço implica em tempo e vice e versa.

Podemos dizer então que o espaço urbano é um produto das relações e interações dentro dele próprio, antes, porém, é necessário definir quais concepções envolvem esses conceitos de espaço.

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais intensa, quando comparada aos espaços elitizados,

porém, o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade.

Geralmente, nos espaços elitizados, dependendo do tipo, a violência aparece de fora para dentro, oriunda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente e acaba levando a violência para outros lugares (lugares elitizados), ou seja, as organizações criminosas tomam o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passa a cometer delitos também nos espaços elitizados. Assim, os indivíduos “recrutados” nas periferias pobres passam a difundir a criminalidade para toda a cidade, principalmente para os espaços elitizados, onde existem as maiores atratividades.

Nessa perspectiva, as áreas periféricas das grandes cidades passam a ser vistas como regiões de proliferação da violência e da criminalidade, reforçando ainda mais a condição de periferia excluída e, nesse sentido, os bairros mais pobres passam a ser compostos por população indesejável, que deve ser controlada e combatida (HASBAERT, 2014).

Dessa forma, os espaços onde há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo a participação do Estado, como é o caso de bairros pobres ou áreas de invasão, passam a ser um ponto propício para o surgimento da criminalidade e da violência. Assim, fica mais difícil o controle social e contribui na proliferação da violência e da criminalidade, uma vez que a sociedade local não consegue se mobilizar para impedir tal situação, permitindo a proliferação da ação de grupos de criminosos que disputam o território. Essa realidade é bastante presente na Região Metropolitana de Belém, o que fica evidente, principalmente, pelo acelerado processo de periferização que as cidades que fazem parte da RMB apresentam. Há elevados índices de criminalidade e violência e cidades como Belém, Ananindeua e Marituba estão entre as mais violentas do país (WAISELFISZ, 2010).

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FORMAÇÃO DE ZONAS DE TENSÃO

Partindo de uma percepção geográfica, quando falamos de violência e buscamos uma relação com o território, podemos perceber que a primeira

é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades (RAFFESTIN, 1996). O território é reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência.

Segundo Ferreira; Penna (2005, p. 5045):

No contexto da desorganização socioespacial do crescimento urbano, existe uma interação de processos (econômicos, sociais, espaciais, institucionais, políticos e culturais) que contém e estão contidos no cotidiano da vida urbana, que somente pode se realizar produzindo e consumindo um espaço.

O processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou criminalidades. Para Raffestin (1996) não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a ser territorializar e passam a disputar o controle do território, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos.

A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados, etc.). Neste contexto, as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, incipiente mecanismo de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões, nessa perspectiva, o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano.

Dessa forma, onde o poder de controle do Estado é frágil, onde há uma fragilidade do Poder, há uma eminência maior de existir a violência

(ARENDRT, 2011). Assim, na periferia dos grandes centros urbanos a disputa pelo controle do território proporciona o surgimento de novas zonas de tensão, grupos territoriais, como traficantes a varejo, grupo de extermínios, no caso específico da Região Metropolitana de Belém, associados a tráfico e/ou a segurança privada passam a formar um controle pelo necropoder (MBENBE, 2011). Dessa forma, os bairros pobres tornam-se áreas de maiores taxas de homicídios.

Nessas cidades e lugares sociopoliticamente/espacialmente fragmentadas é que o medo generalizado toma conta, gerando uma “cidade do medo” (SOUZA, 2008) o que possibilita a proliferação de um ambiente com rastros de violência e medo, insegurança e desesperança, são esses fragmentos de cidade onde é conveniente a disseminação da criminalidade. Nesses lugares onde prevalecem elevadas taxas de desemprego, baixa atuação do Estado, sensação de insegurança, precários indicadores sociais, entre outros, favorecem que os jovens, devido às poucas possibilidades de melhoria das condições de vida, acabem vinculados ao crime. Assim, as atividades ilegais, o adensamento e a expansão de redes ilícitas articulando grandes pontos, resultam em um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização (SOUZA, 2000).

Para Beato Filho (2012) a violência não pode ser considerada um fenômeno recente, contudo, como já foi abordado em um primeiro momento, com a urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência e da criminalidade nas cidades. No Brasil, esse fenômeno é gerado por meio da desigualdade socioespacial e socioeconômica, pobreza, uso de drogas, participação incipiente do Estado nas áreas de periferização, todos esses fatores estão diretamente ligados à elevação das taxas de crimes das mais variadas especificações.

Outro ponto bastante relevante se dá acerca do aparecimento cada vez maior dos jovens nos índices de violência, tanto como vítima, quanto como atores que contribuem para o aumento desta. Por isso, o Brasil vem sendo apontado como o país do genocídio dos jovens, sendo que esta mortandade está diretamente relacionada à história da violência no país. A partir desta realidade, Beato Filho (2012, p. 152) comenta:

As chances de morrer, vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parece ser a de proteger justamente aqueles que estão menos expostos a violência.

Faz-se necessário enfatizar a relação entre violência e o poder, vendo a primeira como uma das principais ferramentas para a manutenção do segundo, alegando que “toda diminuição de poder é um convite à violência” (ARENDT, 2011, p. 54). Nesse sentido, o poder está por trás da violência, que serve como justificativa para manutenção do mesmo.

Para Arendt (2011. p. 55):

A violência possui um diferencial no que tange ao poder, força ou vigor, tendo como principal característica o meio e o objetivo pelo qual vai ser praticada, sendo que, quando levamos em consideração a atividade humana, há uma tendência em que os fins podem ser dominados pelos meios, ou seja, os meios alcançados para se chegar a objetivos, na maioria das vezes podem ser de maior relevância para o mundo futuro, do que os objetivos pretendidos.

Assim, podemos dizer que a forma como a violência se apresenta para a sociedade depende do contexto histórico, que vai definir o tempo dos acontecimentos e como a violência se apresenta no espaço, ou seja, a violência pode variar de acordo com as tendências e o contexto da relação do homem com o espaço, onde o fator determinante é a busca de seus objetivos.

Precisamos entender a relação entre os processos sociais, espaciais, econômicos, institucionais, políticos e culturais, que estão contidos na vida urbana da sociedade e que são primordiais para a configuração do espaço e para definição da territorialidade da violência urbana em cada contexto. Quando falamos principalmente em percepção, podemos chegar a um conceito bastante subjetivo, tendo em vista que o homem modifica

constantemente o espaço, portanto, a percepção e o conceito do espaço são fundamentais para a compreensão da realidade da violência e da criminalidade urbana (CHAGAS, 2012).

Segundo Alvarenga (2004), podemos diferenciar crime e criminalidade da seguinte forma: o primeiro é um fenômeno individual e singular, enquanto esta é um fenômeno social que compromete os processos comuns da vida em sociedade, podendo variar de acordo com o contexto em que está inserida. Logo, a criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e de acordo com as peculiaridades existentes, sendo estas fundamentais para identificarmos a forma como se apresenta a criminalidade na sociedade, o que é peculiar para cada espaço da cidade. Portanto, compreender a maneira como a referida criminalidade se apresenta, em diferentes lugares, é fundamental para análise e prevenção da mesma, pois os lugares apresentam processo de produção espacial e dinâmica territorial distinta, o que acaba permitindo compreender a existência de uma tipologia de criminalidade e violência específica dos lugares.

Neste sentido, ao relacionarmos conceitos simples de violência, com a cidade e ao conjunto de indicadores sociais (saúde, educação, moradia, etc.), podemos observar que a deficiência destes ocasiona a transgressão de um conjunto de normas, valores, princípios, formas de pensar, traços culturais, entre outros. Todavia é necessário compreender a violência urbana voltada para o contexto e as peculiaridades locais. Não podemos limitar um conceito amplo, relativo e complexo como este; é importante ressaltar que estas práticas (transgressão das regras para vida em sociedade), para caracterizar este tipo de violência, ocorrem sempre no limite do espaço urbano, e acabam sendo referência na construção deste espaço, no qual se torna necessário focar a relação do homem com este, sendo assim, é fundamental nos aproximarmos de uma visão geográfica do referido conceito.

Oliveira et al. (2004, p. 91) observa que:

As taxas altas de homicídios correspondem às capitais e às regiões metropolitanas, onde temos urbanização acelerada, alta concentração de moradores nos bairros periféricos, vivendo condições de desigualdade, como no caso da

região sudeste do Brasil (a mais rica e mais desigual) e que também apresenta taxas mais insistentemente elevadas de óbitos por causas violentas.

A Região Metropolitana de Belém surge segundo estatísticas oficiais, como uma das regiões que tiveram o maior índice de crescimento de violência no Brasil, conforme demonstra o Tabela 1.

A Região Metropolitana de Belém, conforme especificado anteriormente apresenta taxa elevadíssima de criminalidade, no entanto, acontece uma espacialização heterogênea da criminalidade, que se concentra em alguns bairros da RMB. Essa heterogeneidade e fragmentação proporcionam o aparecimento de conflitos, desencadeando a violência, criminalidade e, conseqüentemente, o medo.

Tabela 1: Número de Homicídios por Região Metropolitana. Brasil. 2000/2010*

Região Metropolitana	2000	2005	2010	Δ%
1. Salvador	359	1.372	2.129	493,0
2. Belém	339	837	1.639	383,5
3. São Luis	144	263	610	323,6
4. Vale do Itajaí	11	26	44	300,0
5. Natal	113	204	363	221,2
6. João Pessoa	261	414	814	211,9
7. Macéio	389	703	1.012	199,5
8. Maringá	37	72	106	186,5
9. Vale do Aço (MG)	40	68	114	185,0
10. Curitiba	694	1.313	1.880	159,9

* As dez Regiões Metropolitanas que sofreram maior variação na taxa de homicídio no período 2000/2010.

Fonte: Instituto Sangari (2012). Adaptado pelo autor.

Com isso, é ratificada a ideia de que alguns bairros da cidade são mais violentos. De acordo com a classificação de maior índice de

criminalidade (SEGUP, 2013), todos os bairros apresentados no Tabela 2 são predominantemente formados por áreas de intensa periferação, composto na sua maior parte de aglomerados subnormais, exceto o bairro da Batista Campos. O que demonstra claramente a espacialidade da criminalidade em Belém, destacando principalmente os bairros mais pobres, como é o caso do Guamá, Jurunas e Pedreira.

Tabela 2: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, na Região Metropolitana de Belém, 2011-12

Bairros	Nº de crimes (2011)	Nº de crimes (2012)	População (2010)
Guamá	7.014	6.308	102.124
Marco	6.346	5.565	64.016
Pedreira	6.306	5.324	69.067
CN – 1, 2, 3, 4, 5, 8	6.236	5.640	70.000
Jurunas	5.857	5.700	62.740
Campina	5.685	4.694	5.407
São Brás	5.183	4.619	19.881
Marambaia	4.878	4.396	62.370
Coqueiro	4.369	Sem dados	36.963
Sacramenta	4.283	3.587	44.407
Terra Firme	3.114	2.450	61.439
Batista Campos	2.722	2.505	19.136

Fonte: SEGUP (2013). Adaptado pelo autor.

A partir da tabela dos crimes da RMB, podemos, assim, ratificar as colocações feitas por Cardoso (1972 *apud* BEATO FILHO, 2012, p. 32-33):

Existem vastas áreas e grupos sociais que não se encontram submetidos ao controle do estado de direito. São “sociedades naturais”, nas quais grupos e coalizões criminosas logram, por meio da violência, conquistar a hegemonia política em territórios específicos.

Assim, por meio destes fragmentos, para estabelecer a ordem e a diminuição nos índices de violência, há uma necessidade de que o Estado se faça presente no cotidiano das cidades e bairros, onde o crime e o medo generalizado imperam. No entanto, a mentalidade de combater a criminalidade e a violência somente como um caso de polícia, também provocam alguns equívocos na ação do Estado. É preciso entender a elevação dos índices de violência e criminalidade como um fenômeno social, marcado pela reduzida presença do Estado, nas suas diversas ramificações, de promoção do bem estar social, através de escolas, saúde, saneamento, infraestrutura, lazer, etc.

A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: A PARCERIA COM A SEGUP E A NECESSIDADE DE COMPREENDER A DINÂMICA CRIMINAL A PARTIR DE UM OLHAR GEOGRÁFICO

O ano de 2010, mas corretamente o mês de outubro, marca uma mudança nas discussões no Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia-GAPTA. Nesse ano, fomos procurados pelo alto Comando da Polícia Militar do Pará. O objetivo da visita naquele momento era ajudá-los a compreender o fenômeno da violência urbana a partir de um olhar geográfico – o maior interesse dos militares era, até então, a cartografia – mapas da cidade de Belém – que pudessem ajudar a entender a espacialidade dos crimes em Belém. A partir desse momento se inicia uma parceria da Faculdade de Geografia e Cartografia com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, especialmente com o Instituto de Segurança de Pública do Pará – IESP e Secretaria Adjuntade Informação e Análise Criminal – SIAC e no ano de 2012 a parceria é estendida com a entrada da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

Nesses três últimos anos a parceria já teve como fruto a realização de uma especialização “em Gestão Ambiental e Segurança Pública”, no ano de 2012-13. Com a participação de 42 alunos na sua grande maioria capitães do Corpo de Bombeiro Militar e da Polícia Militar, de diversos estados do Brasil, militares de Brasília, Amapá, Amazonas e Maranhão.

Diversos cursos de curta duração na capacitação de agentes de segurança pública na utilização de ferramentas de geoinformação, programas como Arcgis, Terraview, QuantumGis, etc. capacitando mais de 200 agentes. Participação na reformulação da grade curricular dos cursos de formação policial, desde a formação do Soldado – CFSD, passando por Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO – destinado a capitães do Corpo de Bombeiro Militar, da Polícia Militar e Delegados da Polícia Civil e Curso Superior de Polícia – CSP, destinado a Major e Tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiro Militar, da Polícia Militar e Delegados da Polícia Civil.

No ano de 2013 aprovamos dois projetos de pesquisa com o objetivo principal de analisar o comportamento criminal, especialmente de homicídios na Região Metropolitana de Belém e dois de extensão com o objetivo principal de criar um Atlas Geográfico Criminal de Homicídios da Região Metropolitana de Belém e secundariamente a capacitação de agentes de segurança pública na utilização de ferramentas de geoinformação.

A pesquisa e o projeto de extensão encontram-se em uma fase intermediária, os mapas de homicídios já foram finalizados. Foram produzidos 198 mapas de localização de homicídios nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, os anos escolhidos foram 2011-2013. Os dados criminais foram obtidos a partir da parceria com a SIAC, que nos forneceu as informações sobre os homicídios. Os mapas foram produzidos respeitando o critério de regionalização utilizado pela SEGUP/PA, que é o de Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP. Como critério metodológico para a sobreposição de informações cartográfica, foi utilizado o conceito de áreas Aglomerados Subnormais, que segundo o IBGE (1998, p. 17-8) seria:

(...) (favelas ou similares) é um conjunto constituído por no mínimo 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria de serviços Públicos e essenciais.

A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

1) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), no momento atual ou em períodos recentes (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos).

2) Pelo menos uma (1) das seguintes características:

2.1) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, e construções não regularizadas por órgãos públicos;

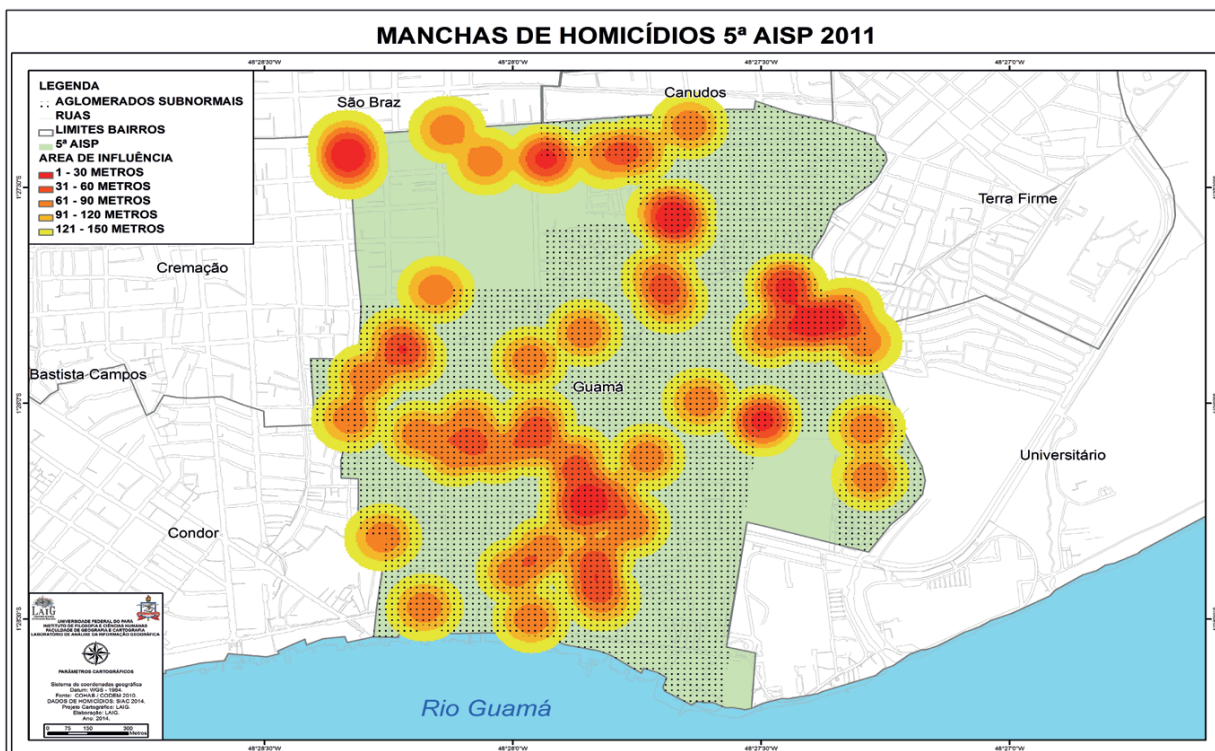
2.2) Precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- invasão – loteamento irregular ou clandestino, - áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente.

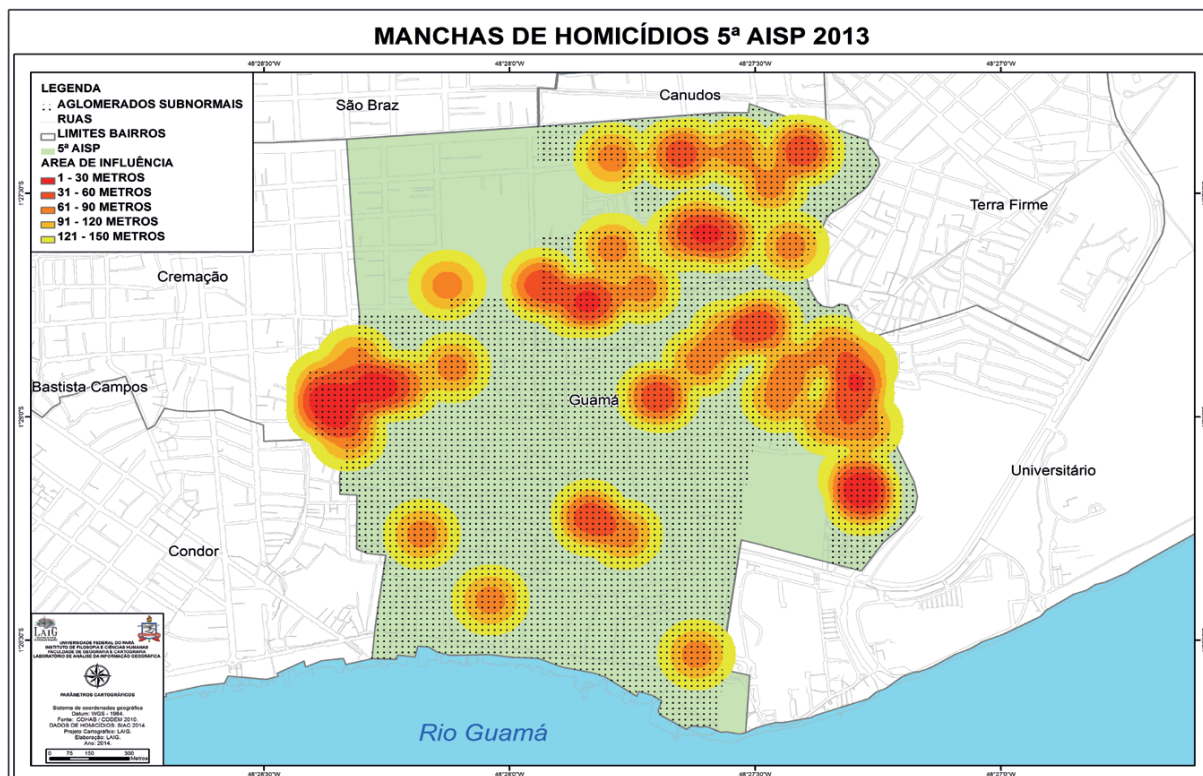
Mesmo sabendo que o conceito de aglomerados subnormais sofre uma série de críticas, precisamos apresentar um conceito que também disponibilize um *shape* das cidades pesquisadas, para podermos cruzar as informações de homicídios com a produção do espaço. Algumas áreas de Belém, Ananindeua e Marituba apresentam índices muito elevados de homicídios e não são de difícil entrada, devido ao forte controle por alguns grupos criminosos. Assim, decidimos *a priori* utilizar esse conceito para fazer a relação entre produção do espaço e áreas de *hotspots*, - criação das zonas vermelhas de homicídios. Para efeito de demonstração, utilizaremos somente alguns mapas produzidos a partir das informações do banco de dados da 4^a AISP (bairros do Jurunas e Batista Campos) e 5^a AISP (bairro do Guamá).

Mapa 1: Mancha de Homicídios da 5ª AISP – 2011



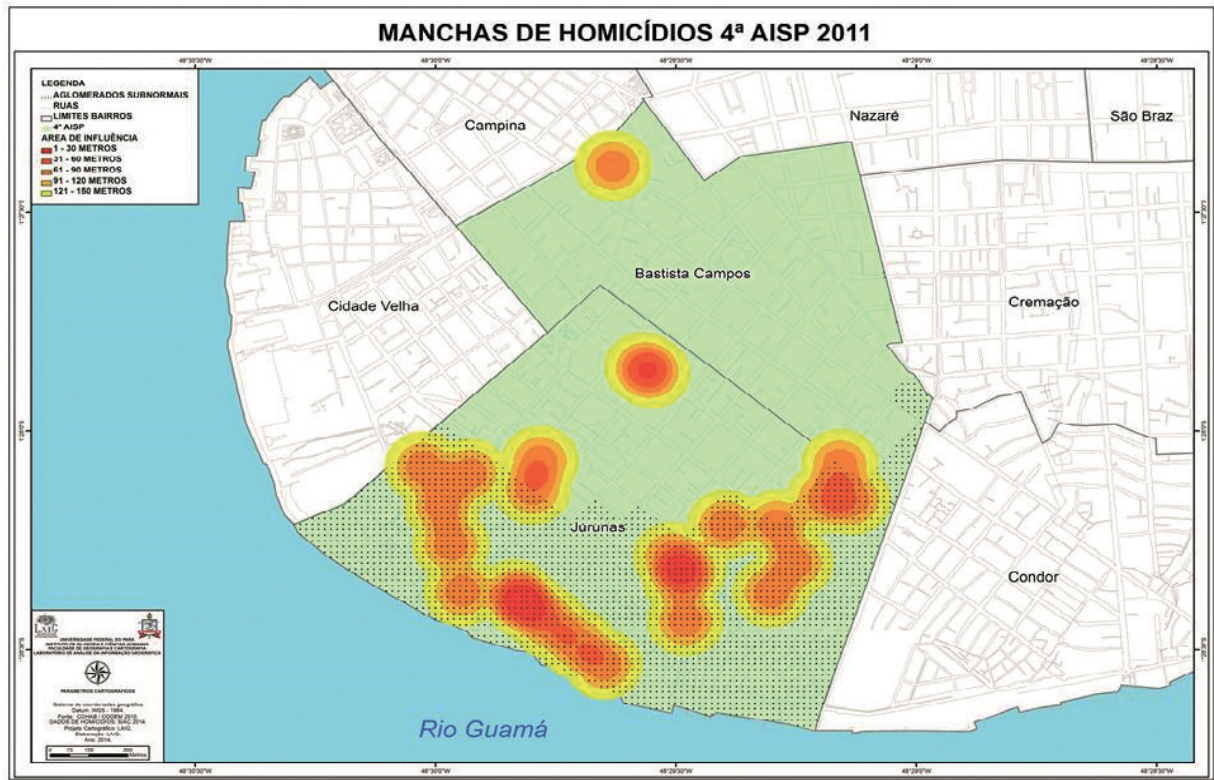
Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC (2014).

Mapa 2: Mancha de Homicídios da 5ª AISP – 2013



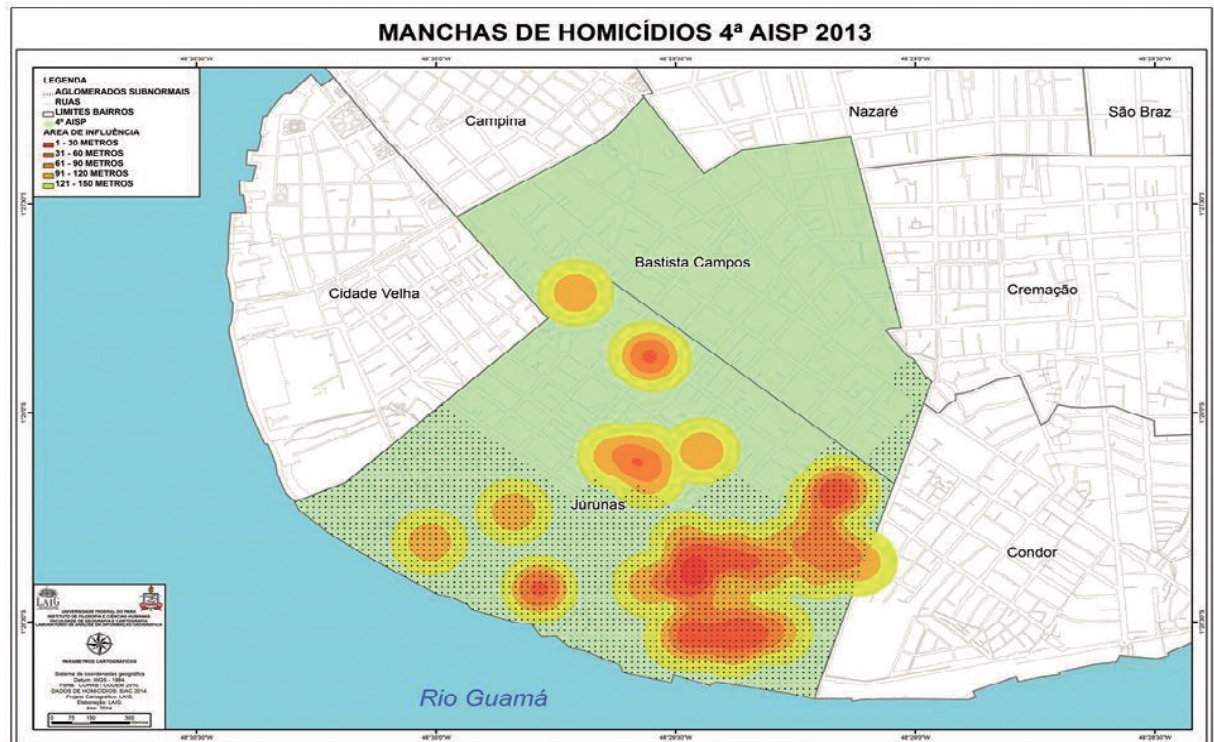
Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC (2014).

Mapa 3: Mancha de Homicídios da 4ª AISP – 2011



Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC (2014).

Mapa 4: Mancha de Homicídios da 4ª AISP – 2013



Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC (2014).

Ao analisarmos os mapas, levantamos uma questão primária, os aglomerados subnormais são áreas onde acontecem a predominância de homicídios, tanto na 4ª quanto na 5ª AISP, predominante nos bairros do Jurunas e Guamá. No entanto, no bairro da Batista Campos ocorreu somente um homicídio no ano de 2011 e outro no ano de 2013, os dois localizados no mesmo perímetro, nas adjacências com o bairro da Campina. Ao contrário dos dois primeiros bairros, o da Batista Campos não apresenta aglomerados subnormais, tem população residente na sua grande maioria pertencente às classes alta e média alta, sendo um dos bairros mais elitizados de Belém.

Os dados da tabela abaixo mostram o número elevado da taxa de homicídios nas AISP trabalhadas. O bairro do Guamá apresenta a maior taxa de homicídio do Estado do Pará e o Jurunas encontra-se em segundo lugar. No entanto, no bairro da Batista Campos esse número é insignificante para efeito das estatísticas de segurança pública, pois nos anos de 2011-2013 o bairro teve somente um homicídio por ano.

Uma questão inerente para análise diz respeito à forma da produção do espaço (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2008; SOUZA, 2000). Nesse caso, a produção do espaço e a dinâmica do território foram fatores determinantes para compreensão dos indicadores de violência. Os bairros de Jurunas e do Guamá configuram como bairros populosos de Belém, apresentando precários indicadores socioeconômicos, enquanto o bairro Batista Campos é elitizado, o que nos remete a forma que cada grupo social encontra para se proteger e o papel do Estado na proteção e prevenção de forma diferenciada.

Tabela 3: Número de Homicídios nas 4ª e 5ª AISP nos anos de 2011-13

		2011	2012	2013
4ª AISP	Jurunas	29	50	35
	Batista Campos	1	1	1
5ª AISP (Guamá)		56	65	57

Fonte: Dados obtidos a partir das informações de Homicídios fornecidos pelo SIAC (2014).

Um fator ainda relevante diz respeito à disputa por território entre grupos que controlam o tráfico de drogas nos bairros do Jurunas e Guamá. O crime não acontece simplesmente pela rivalidade entre grupos, mas do efeito que essa rivalidade provoca que consiste na necessidade constante da manutenção e expansão do consumo local de drogas. Ao analisarmos os dados de homicídios é visível que ele atinge principalmente a população jovem com idade entre 16-24 anos seguindo o padrão nacional. Muito desses jovens são mortos por acerto de contas com o “dono da boca”, por disputa entre grupos rivais, hoje em escala reduzida e em confronto com a polícia. No entanto, mas duas coisas merecem atenção: a primeira questão é que existe uma necessidade de manutenção de um *status* pelos jovens, que nem sempre estão relacionados com o tráfico, em uma sociedade marcada pelo medo, onde a ausência do Estado é fortemente sentida, é de certa forma comum que aconteça homicídios ligados a “rixas” entre rivais, por motivos banais, devido simplesmente a necessidade da manutenção de *status*.

Uma segunda questão é a existência de um grupo de extermínios no bairro do Guamá e Jurunas, na realidade, há indícios que esses grupos ajam em toda região Metropolitana de Belém, pois ao analisarmos o *modo operandi* desses grupos, os mesmos apresentam características muito comuns, execução com arma de fogo, as vítimas foram atingidas com diversos projetis e tiro na cabeça. Nos últimos anos os homicídios praticados nos bairros do Guamá e Jurunas envolveram diretamente pessoas que tinham alguma relação com a criminalidade, tinham praticado crimes no bairro ou mesmo que tinham saído recentemente da prisão.

Ao analisarmos as relações entre a expansão do tráfico de drogas, a dinâmica do território e a produção do espaço urbano, em especial para as áreas de periferização da Região Metropolitana de Belém, torna-se possível fazer uma analogia como se fosse uma empresa, que disputa novas zonas de expansão da sua mercadoria, nesse caso, drogas. Os aglomerados subnormais passam a ser, de modo geral, novas zonas de violência e criminalidade. Essa nova área de ocupação passa a ser ponto de disputa de diversos agentes territoriais, em especial grupos de traficantes e grupos de extermínios, que iniciam a escala da violência e crimes, quando:

- a) Buscam aliciar jovens como consumidores de drogas, quase sempre maconha ou algum tipo de solvente. Em um primeiro momento a droga é fornecida de graça ou a um baixo preço, quando o jovem se encontra viciado, o mesmo começa a praticar pequenos delitos na comunidade, como se fosse um “treinamento” para praticar crimes de maior gravidade. Em um segundo momento, nessa perspectiva, os traficantes começam a formar seu mercado consumidor interno e, conseqüentemente, a se preparar para ampliar o seu território.
- b) No segundo momento, o jovem viciado é forçado a roubar e/ou furtar para manter o seu vício, dependendo do nível de respeitabilidade na área, o mesmo passa a praticar esses delitos “a mão armada”, quase sempre a arma utilizada no crime é de um terceiro que foi “alugada”. O risco de acontecer um crime violento é ampliado, jovens entre 13 a 16 anos com uma arma na mão é risco quase que certo de latrocínio.
- c) Um terceiro momento da produção da violência e criminalidade diz respeito aos homicídios relacionados à dívida com o traficante local, a não realização e/ou “fracasso” nas atividades de roubo e furto muitas das vezes acaba sendo a sua sentença de morte. O traficante local, devido a sua posição inferior na cadeia hierárquica do tráfico é forçado muitas das vezes a matar o viciado como forma de manter o controle do território e, ao mesmo tempo, serve de ameaça para os outros usuários de droga.
- d) O quarto momento da produção da violência e criminalidade acontece quando os diversos grupos de traficantes, territorializados nas “bocas”, passam a disputar territórios com grupos rivais, essa disputa acontece na micro escala de poder, disputam ruas, quarteirões, esquinas, etc.
- e) Um outro momento é o surgimento de grupo de extermínio que passam a atuar no controle dos crimes patrimoniais, como roubo, essa milícia está associada muitas das vezes a segurança privada, que, buscando controlar o número de roubos na área, passam a atuar na prática do homicídio.

- f) E, finalmente, a partir da intervenção da ação do Estado, a entrada da polícia nessas áreas, muitas das vezes amplia a violência, aumentando o número de homicídios por diversos motivos. Mas prioritariamente é a disputa entre o agente territorial nato (Estado) representado pela polícia contra os grupos de traficantes que disputam o território, ressaltando que quase sempre a primeira ação estatal nesses aglomerados é realizada pela polícia, como forma de pacificar e acabar com violência. A ação policial antecede a ação em saneamento básico, a educação, a saúde, a transporte, lazer, etc. Nessa perspectiva, o Estado entende e “combate” a violência e a criminalidade como caso de polícia e não como um fator social, que diz respeito a diversos seguimentos e demanda por serviços e equipamentos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os dados e a produção cartográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém, algumas questões nos chamam atenção. Primeiramente, em todas as AISP dos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba a geração de *hotspots* – “zonas vermelhas”, coincidiram com os Aglomerados Subnormais, o que demonstra claramente que esse tipo de crime está diretamente associado à forma de produção do espaço, dinâmica do território, devido principalmente a precária presença do Estado nos serviços mais básicos e no processo de expansão da criminalidade para as áreas de periferização.

Outra questão que nos chama a atenção está na relação direta que o tráfico de drogas estabelece com a elevação da taxa de homicídios das áreas de periferização, pois o mesmo ao se expandir produz uma dinâmica de poder e conseqüentemente uma nova territorialização. Não somente pela disputa de novas áreas de consumo e tráfico de drogas, mas também porque de forma indireta está associada ao aumento das taxas de roubo e furto e, conseqüentemente, a elevação do número de jovens que praticam esses crimes, o que acaba provocando o aumento das taxas de latrocínios e de homicídios de jovens delinquentes, pois eles morrem praticando assaltos

a partir do contato direto com as forças policiais ou mesmo como vítimas de grupo de justiceiros/extermínios.

Uma terceira questão para análise da elevação das taxas de homicídios está na forma que o Estado trata a questão de criminalidade, ainda se trata a violência e o crime como mero caso de polícia. Nas áreas de periferização, a primeira forma que o Estado se faz presente é pela ação das forças policiais. Nesse caso, a forma que o Estado se apresenta é pela ação coercitiva, impondo a ampliação do medo e da violência.

Outra questão pertinente diz respeito à necessidade de ampliação da parceria entre as instituições que compõem a Secretaria de Segurança Pública com as Universidades, produzindo uma análise mais complexa dos problemas que envolvem temas de violência e criminalidade, buscando uma visão que supere a questão jurídica muito presente nas instituições policiais, permitindo, assim, uma visão das Ciências Sociais, em especial da Geografia.

A produção cartográfica e análise geográfica são “ferramentas” que estão sendo de grande importância para o entendimento do comportamento criminal e da violência, fato este que vem sendo evidenciado a partir de uma produção acadêmica, que envolveu diversos agentes de segurança pública, os mesmos participaram como agentes ativos na produção do conhecimento, através de artigos, monografias de especialização, dissertação de mestrado entre outras, juntamente com professores e discentes da UFPA e da UEPA, produzindo assim, um conhecimento mais próximo da realidade da Região Metropolitana de Belém.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. P. D. **Crime e criminalidade: distinção**. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>> Acesso em: 25 de nov. 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BEATO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. et al. A produção do espaço e a formação de zonas deviolência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate a criminalidade no município de Marituba – PA. Belo Horizonte: **Anais** do XVII Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiro, UFMG, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? In: CORRÊA, R. L. (Org.). **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. p. 11-31.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre aviolência urbana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 5039-5056.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história de violência nas prisões**. 39 Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **XI Recenseamento Geral do Brasil: Manual de delimitação dos setores de 2000**. 1998.

LEFEBVRE, Henry. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, Achilles. **Necropolítica: sobre el gobierno privado indirecto**. Madrid: Melusina, 2011.

MELO, Alberto de Castro. **Violência Urbana na Região Metropolitana de Belém-PA: noperíodo de 2006 a 2012: O caso dos Bairros de Curuçambá, PAAR e Distrito Industrial**. Monografia (Graduação em Geografia). Belém: FGC/IFCH/UFPA, 2012.

NUNES, Christian da Silva. et al. **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA, 2012

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapas da violência 2010**: Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

Por uma geopolítica do urbano nas “margens do Estado”: algumas notas preliminares¹

Eduardo Rodrigues

RESUMO

O presente capítulo objetiva debater, em caráter introdutório, algumas questões voltadas para a construção de uma abordagem geopolítica sobre os temas da segurança pública e violência urbana no Brasil. Tal perspectiva toma as cidades como espaços crescentemente delimitados por territorialidades a primeira vista beligerantes, onde a necessidade em garantir maior controle sobre territórios e populações alimenta uma série de tensionamentos sócio-espaciais urbanos. Quando se pensa em tal dinâmica nas “margens do Estado”, uma outra abordagem torna-se possível, dada as relações *transversais* de poder que animam os conflitos presentes em tais territórios. Neste sentido, o presente capítulo está dividido em duas partes além de uma introdução e as considerações finais. Na primeira, ele propõe um resgate e delimitação do campo de interesses tradicionalmente ligado à geopolítica no seu encontro com a biopolítica. Na segunda parte, o texto esboça um primeiro movimento de construção teórica acerca da geopolítica urbana na perspectiva das “margens do Estado”, tendo em vista seu papel como ferramenta para uma outra leitura dos tensionamentos sócio-espaciais das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Segurança; Território; Violência; Biopolítica; Cidade.

¹ O presente capítulo é fruto de algumas questões preliminares que surgiram ao longo do mestrado em Geografia do autor, defendido em 2013 e orientado pelo prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tais questões foram melhor delimitadas através de debates surgidos no âmbito do curso de bacharelado em Segurança Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2016. Agradeço particularmente ao professor do Instituto de Segurança Pública da UFF Dr. Lênin dos Santos Pires, e minha amiga e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Giulia Garuzi Luz Machado, pelos comentários críticos e sugestões oportunas.

1 INTRODUÇÃO

“A formação que temos é voltada para a guerra, no modelo de *combate convencional* e com armamento pesado, como canhões. Hoje, o conflito é entre a *população*, com um *inimigo não definido*, com armas e equipamentos diferentes e com uma grande atuação interagências. Nesse tipo de guerra é fundamental o apoio da *população*. O *choque entre as forças é, na realidade, um confronto de vontades para ter a população a seu lado.*” (grifos meus)².

O trecho acima foi parte de uma entrevista concedida pelo capitão Flávio Américo ao portal “G1” de notícias. O relato do capitão expressa as preocupações externadas pelo Exército sobre a necessidade de uma nova formação e atuação das Forças Armadas (FFAA) dentro do âmbito das suas ações. Dois termos ali aparecem como alicerce sobre o qual se fundam tais preocupações: a ideia de *população* e a ideia de “*inimigo*”. Desde pelo menos o século XVIII, o controle social do Estado passou a tomar o fator biológico enquanto problema (FOUCAULT, 2008). Em outras palavras, a população assume um papel de protagonismo enquanto objeto de conhecimento e recurso fundamental para a própria vida dos países. O controle exercido sobre os corpos – em sua dimensão individualizante e disciplinar (FOUCAULT, 2010) – passa a atuar em conjunto com os chamados “mecanismos de segurança”, que miram a população em sua diversidade como “alvo” preferencial do biopoder. Tal mudança teve profunda relação com novas formas de governo empreendidas pelo Estado desde então. Pensar políticas e formas de administrar e controlar uma determinada população, de maneira a estabelecer mecanismos regulatórios capazes de manter um padrão “ótimo” de funcionamento, são algumas diretrizes que surgem a partir daí. Obviamente, a questão da criminalidade também se insere neste debate. A segurança passa a se estabelecer através de uma matriz não somente punitiva, como também preventiva, apoiada em todo um arcabouço de conhecimento teórico

² Entrevista disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/exercito-corta-aula-de-guerra-antiga-e-foca-terrorismo-e-conflito-em-cidades.html> (visitado em 12/03/17).

e estatístico sobre o crime. A punição e a vigilância continuarão a ser operadas, mas com base num corpo de conhecimento amplo o suficiente para um salto de qualidade na repressão e na prevenção. A segurança nos moldes da biopolítica (FOUCAULT, 2008; 2008a), diz respeito a saber como manter o crime dentro de certos limites que sejam social e economicamente viáveis, de maneira que ele se mantenha em níveis aceitáveis para a vida de determinada população.

A biopolítica reforça também uma outra tese hoje presente no pensamento militar (e não somente brasileiro). Ela defende a existência de mudanças no formato sobre o que se entende por guerra, oriundas de novas estratégias de combate e controle a um possível “inimigo” que não pode ser definido claramente. Diferentes autores como Klingaman (1988), Del Olmo (1994), Enzensberger (1995), entre outros, apontam para uma mudança substantiva na “arte da guerra” após o fim dos tensionamentos oriundos da chamada “Velha Ordem Mundial”. A flexibilização de uma ordem bipolar engendrada pelos EUA e a ex-URSS abriu caminho para a emergência de uma série de novos conflitos, que não têm o embate entre “Estados-nação” como seu motor geopolítico. Por vezes em disputa (e não em substituição), por vezes em cooperação com o Estado, novos atores que sobrepõem suas fronteiras passaram a animar diferentes tensionamentos por todo o mundo, em especial no tocante aos novos “inimigos” do Ocidente pós-Guerra Fria: o tráfico de drogas e, mais recentemente, também o “terrorismo”. Na perspectiva defendida por Foucault (2005, 2008, 2008a), é possível sugerir que tal mudança possui relação também com a própria maneira como se delimita hoje a soberania de um Estado. Ela passa de uma jurisdição exclusivamente territorial (enquanto território contíguo delimitado por suas fronteiras nacionais), para o crescente “gerenciamento da vida” da sua população, nos moldes sugeridos pela biopolítica. Isto pressupõe, por sua vez, a reconstrução da figura de um “inimigo” que é hoje muito mais difusa na medida que o *Outro* está presente, ele mesmo, dentro da própria população. É claro que este gerenciamento possui também uma espacialidade no tocante ao controle, como veremos mais adiante no capítulo.

Seja como for, controlar populações, territórios e “inimigos” em diferentes escalas passa também pelo tratamento militar dispensado na resolução de

conflitos. Dos *peace keepers* das Nações Unidas, até mesmo a algumas ações locais de combate à violência urbana pelo mundo, percebe-se uma série de iniciativas que se articulam e complementam a necessidade do Estado em garantir sua própria soberania. Assim como o controle territorial de países do Oriente Médio fora fundamental na “Guerra ao Terror”, a “(re)conquista” de territórios controlados por traficantes ou “terroristas” em cidades como Medellín, Rio de Janeiro, Bagdá ou Kandahar fazem parte de um mesmo quadro beligerante, cujo ponto de fuga direciona o olhar dos Estados para um interesse comum à sua política interna e externa: a necessidade de cuidar da sua própria “segurança”³. Mesmo tratando-se de contextos políticos, geohistóricos e culturais distintos, existe aí uma “unidade na diferença” costurada pelo problema do exercício do poder (do Estado, mas também de outros atores) sobre o espaço. Na perspectiva aqui defendida, o processo de administração (violenta ou não) de conflitos toma o espaço urbano como *locus* principal da sua reprodução. A maioria da população hoje vive em cidades e a tendência é de aumento das áreas urbanas em todo o mundo. No caso brasileiro, a despeito da polêmica sobre o debate “cidade X campo” ou “rural X urbano” (VEIGA, 2002; FANI, 2003; entre outros), a maioria das pessoas também vivem em cidades ou possuem um modo de vida crescentemente ligado a elas. O aumento da sensação de insegurança e dos índices de criminalidade violenta, em certo sentido, redimensionam os atos de planejá-la e gerí-la, uma vez que eles transitam cada vez mais da prancheta de urbanistas e prefeitos para os batalhões das polícias e das FFAA (assim como, nunca é demais lembrar, para suas respectivas agências de inteligência!).

Contudo, os problemas ligados à segurança e violência nas “margens do Estado”, no sentido empregado por Das & Poole (2004), apontam não somente

³ Como nos mostra Grossman (2011), os EUA somam, de 1890 até o ano de 2011, 144 intervenções militares diretas em países estrangeiros – em especial na América Latina e na Ásia após a 2ª Guerra Mundial. Autores como Graham (2010) chamam a atenção para o fato de questões primordiais de segurança nacional dos países centrais já influenciarem, direta e indiretamente, as estratégias de “segurança” também nas grandes cidades europeias e principalmente estadunidenses. A título de exemplo, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, o departamento de polícia de Nova York possui uma força especial de inteligência e ação em práticas de “contra-terrorismo” – que inclusive foi acionada para investigar o movimento “Occupy Wall Street” ao longo de 2011. A categoria de “inimigo interno”, aplicada comumente pelos EUA aos traficantes de drogas e “terroristas”, foi na ocasião ampliada para a investigação e posterior repressão a um ativismo social urbano insurgente.

para dinâmicas de disputa entre o Estado e outros atores pela legitimidade do controle armado de diferentes territórios. Eles apontam, de maneira distinta, para outras relações *transversais* de poder, que possibilitam uma leitura diferente e mais complexa deste mesmo Estado no tocante à administração de conflitos urbanos. Enquanto instituição, o Estado não é um ente onisciente e homogêneo, nem tampouco capaz de estabelecer o mesmo tipo de relação entre suas “margens”. Os processos de regulamentação propostos por ele, sob diferentes perspectivas, apresentam também uma série de contradições que me parecem, como forma de consideração, fundamentais para sua melhor compreensão.

Diante disso, o presente capítulo propõe um esforço teórico inicial para pensar elementos ligados à seara da segurança pública e violência urbana sob uma perspectiva geopolítica. Com isso, o que se busca aqui é a realização de um exercício realizado através de dois movimentos simultaneamente distintos e complementares. O primeiro, de caráter horizontal, diz respeito ao mapeamento das territorialidades entre diferentes atores que configuram as assimetrias, descontinuidades e conflitos no urbano, dentro de um processo de redefinição contínua das “dobras” do legal-ilegal na cidade (TELLES, 2010). Já o segundo, dentro de uma lógica vertical, procura compreender as escalas de ação inerentes a tais processos, dentro do caráter supralocal que o local muitas vezes assume (SOUZA, 2000 p. 95 e segs). O capítulo está dividido em duas partes além desta “introdução” e das “considerações finais”. Na primeira, o texto propõe um resgate e a delimitação do campo de saber tradicionalmente ligado à geopolítica urbana no seu encontro com a biopolítica. Na segunda parte, o texto esboça um primeiro movimento de construção teórica acerca da geopolítica urbana na perspectiva das “margens do Estado”, tendo em vista seu papel como ferramenta para uma outra leitura dos tensionamentos sócio-espaciais das cidades brasileiras.

2 GEOPOLÍTICA URBANA: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE PODER SOBRE O ESPAÇO (MAS TAMBÉM, E CADA VEZ MAIS, DAS CIDADES!)

A Geopolítica não é uma ciência. Sua constituição enquanto campo de saber possui um caráter fundamentalmente instrumental, que não se

limita ao estudo das relações entre poder e espaço. Para Costa (1992), ela se interessa primordialmente pela intervenção prática sobre o espaço em prol da garantia do exercício do poder sobre ele. Dentro de uma perspectiva “arqueológica” (FOUCAULT, 2008b), a Geopolítica é um campo de saber que compreende práticas, processos, instituições mas, principalmente, *formações discursivas* que dão a ela certa regularidade e, conseqüentemente, delimitam sua especificidade perante outros campos do conhecimento. O seu surgimento remonta à passagem do século XIX para o XX (1899), a partir dos estudos do jurista, geógrafo e cientista político sueco Rudolf Kjellen. Inicialmente, o termo Geopolítica, como aponta Defruges (1994), foi empregado para designar o “fenômeno do Estado” e sua espacialidade, ou seja, ele era utilizado principalmente no estudo das relações que um Estado-nação mantinha com os demais. Num momento onde a Europa passava por um profundo processo de redefinição de suas fronteiras – com a unificação política de alguns países, fim de impérios, assim como o surgimento de novos Estados, o termo logo transformou-se num campo de estudo cujo principal interesse repousava sobre os conflitos territoriais entre países. Poder-se-ia dizer, em outras palavras, que a Geopolítica surgiu originalmente à sombra das necessidades e interesses dos Estados na época. Tal fato deriva do espraiamento dos movimentos nacionais pela Europa no final do século XIX. Cada país foi obrigado a justificar sua política externa perante seus cidadãos, através da construção de um discurso particular que enredasse elementos em prol da defesa nacional contra “projetos ameaçadores de poderes adversos” – ou, caso o leitor queira, contra “projetos ameaçadores de inimigos externos da pátria” (LACOSTE, 2008:18). Tais discursos, é importante perceber, tomavam o estrangeiro enquanto o *Outro* a ser vencido, ou seja, o “inimigo” entrincheirado do lado de lá da fronteira.

Ao escavar os enunciados que tradicionalmente sustentaram as práticas discursivas da Geopolítica, é possível identificar três ideias correlatas que empregam certa regularidade e dão especificidade a tal campo do saber. Faço referência aqui às ideias de *nação*, *território* e “*inimigo*”. A publicação da *Politische Geographie* ratzeliana em 1897 foi um marco neste processo, uma vez que a obra pavimenta caminho para a passagem de toda uma linhagem de geógrafos preocupados em

instrumentalizar a Geopolítica em prol dos interesses dos seus próprios Estados. Diversas teorias foram desenvolvidas neste sentido – como o *heartland* do geógrafo inglês Halford John Mackinder, ou ainda o *rimland* do holandês radicado nos EUA Nicholas Spykman. A própria escola alemã, encabeçada nos anos 1930 e 1940 pelo general Karl Haushofer, radicalizou a instrumentalização dessas três ideias ao encarar a anexação e o domínio territorial alemão como uma necessidade política de sobrevivência para o país. A ideia de um “solo cultural alemão”, assim como a formação de um grande império, capaz de englobar os alemães de dentro e fora das suas fronteiras nacionais, justificaram uma série de manobras militares nazistas durante a 2ª Guerra como a *Anschluss* com a Áustria em 1938, a posterior invasão e anexação dos sudetos tcheco-eslovacos, ou ainda a brutal ocupação da Polônia – um Estado “tampão” na visão da Alemanha.

Todavia, Agnew (2003) argumenta que o término da guerra e o fim da escola alemã colocaram a Geopolítica num longo ostracismo. Somente nas últimas décadas ela foi retomada, a partir de um alargamento considerável quanto ao horizonte analítico que a abordagem tinha inicialmente. Para o autor, a Geopolítica hoje pode ser usada para descrever também uma série de fenômenos do mundo contemporâneo como disputas fronteiriças entre países, a estrutura financeira global, resultados de eleições nacionais que tenham impacto na conjuntura política do mundo, etc. A atual polissemia de significados, contudo, é vista com muitas ressalvas por Wallerstein (1991), uma vez que ela teria tornado imprecisa a capacidade analítica do termo quanto à explicação dos fenômenos.

Seja como for, se retornarmos ao recorte “arqueológico” da Geopolítica enquanto um campo de saber (FOUCAULT, 2008b), seu estudo ainda é revelador de uma série de práticas, processos, instituições, técnicas e discursos ligados à dinâmica política do espaço. Um dos pontos positivos da retomada do conceito diz respeito ao fim das amarras que o prendiam à escala do Estado-nação, dada sua redefinição (e não o seu fim) face a novos desafios de diferentes ordens. A Geopolítica hoje, assim como o conceito de território, não significam mais necessariamente o estudo de relações de poder de um determinado Estado projetadas sobre o espaço – ou melhor, sobre o seu território nacional. Ela ainda continua a ser empregada em grande medida para o estudo ligado à sua faceta *externa*,

ou seja, na análise das relações de poder entre países, instituições globais, corporações transnacionais, etc., em escala mundial. Qualquer manual deixa claro que esta é a abordagem privilegiada pela maioria dos estudos. Mas, devido a emergência de uma série de novos atores e problemáticas que cada vez mais desafiam a soberania dos Estados-nação (conflitos étnicos e/ou separatistas no interior dos países, a criminalidade ordinária urbana, conflitos por recursos naturais, conflitos agrários, o tráfico de drogas e de armas em suas múltiplas escalas, “terrorismo”, entre outros), hoje é possível falarmos também de uma dimensão *interna* da Geopolítica, uma vez que a resposta para muitas questões do mundo contemporâneo exigem análises para além daquela atrelada à escala nacional. As seguintes palavras de Lacoste (2008:8) captam muito bem a exigência de uma certa “flexibilização” da abordagem, sem que isso signifique, ao mesmo tempo, abrir mão dela. Para o autor, a Geopolítica atualmente conforma:

“(...) tudo aquilo que diz respeito às rivalidades de poder ou de influências sobre territórios e as populações que neles vivem: rivalidades entre poderes políticos de todo tipo – e não somente entre Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos –, rivalidades pelo controle ou pela dominação de territórios de grande ou pequeno porte. Os raciocínios geopolíticos nos ajudam a compreender melhor as causas de qualquer conflito, dentro de um país ou entre Estados, como também a considerar o que pode ser, ao contrário, as consequências dessas lutas dentro de países mais ou menos distantes e talvez mesmo em outras partes do mundo.” (grifos meus, tradução livre)

Tal flexibilização é bem percebida na análise de diferentes tensionamentos sócioespaciais urbanos ao longo da obra de Souza (1993, 2000, 2008, 2010, 2011). O autor nos explica que a dimensão geopolítica do urbano não diz respeito somente ao fato das cidades serem hoje o principal local de disputas, que articulam processos complexos de redefinição de papéis e posições ligados à militarização e a mais recente paramilitarização dos conflitos. Em um sentido mais amplo, SOUZA (2008) fala do processo de “militarização da questão urbana” como um processo de crescente solução militarista aos problemas urbanos, que são comumente tratados como

mero “caso de polícia” pelo Estado⁴. A problemática possui também, por sua vez, uma dimensão também externa, dado o caráter supralocal que os tensionamentos locais crescentemente assumem (SOUZA, 2000 p. 95 e segs). Questões de segurança pública transitam cada vez mais da esfera do “local” para o “nacional” e até o “supranacional”, de maneira a influenciar substancialmente a agenda da política das cidades. Voltaremos a este debate um pouco mais a frente.

Por agora, a contribuição teórica inicial do presente capítulo objetiva delimitar melhor o que se compreende por geopolítica urbana. Foi dito anteriormente que três ideias correlatas tradicionalmente delimitaram as práticas discursivas geopolíticas ao longo da história. Na atualidade, tais ideias não desapareceram, mas uma série de novos desafios e tensionamentos obrigam a uma requalificação dos termos, sobretudo se pensarmos nas múltiplas escalas que diferentes conflitos assumem neste processo. Se antes as ideias de *nação* (que pressupunha um conjunto relativamente homogêneo de cidadãos), *território* (visto como território nacional) e *inimigo* (externo às fronteiras nacionais) davam certa regularidade e especificidade à geopolítica tradicional, na sua dimensão urbana as ideias de *população* (vista enquanto conjunto heterogêneo de indivíduos), *território* (tomado agora em outras escalas além da “nacional”, delimitado por outras lógicas espaciais) e *inimigo* (interno às fronteiras nacionais, difuso, não claramente definido) assumirão esta função. É importante perceber que a conformação de campos de saber do pensamento geopolítico tradicional e urbano não se excluem. A geopolítica possui uma dimensão interna e externa, que estabelecem relações entre si em prol da instrumentalização do exercício do poder sobre o espaço em diferentes escalas.

Em primeiro lugar, a perspectiva defendida por Foucault (2005, 2008, 2008a) aponta para como hoje a soberania de um Estado crescentemente se dá pelo “gerenciamento da vida” da sua população, em especial quando se pensa na multiplicidade de conflitos urbanos para além do

⁴ O termo “Questão Urbana” apareceu originalmente na obra de mesmo nome do sociólogo Manuel Castells e deixou como legado a conceituação do urbano como o local por excelência da reprodução da força de trabalho. Partindo da crítica à referida obra, Souza (2000) desenvolve um outro conceito de “Questão Urbana”, entendido como o entrelaçamento das tensões resultantes da reação dos indivíduos e grupos aos problemas urbanos primários (como pobreza, segregação socioespacial, desigualdades econômicas, etc.), que por sua vez podem ter relação com fatores de maior ou menor alcance, como exploração de classe, racismo, etc (SOUZA, 2000:46).

seu caráter estritamente “nacional”. Em concordância com Haesbaert (2014:165), as cidades contemporâneas cada vez mais se colocam enquanto espaços biopolíticos da segurança, onde o controle da circulação e vigilância são fundamentais. Mesmo diante de processos que apontam a crescente fragmentação do tecido urbano (SOUZA, 2000; 2006; 2008, entre outros), com a proliferação de enclaves territoriais das elites e o “fechamento” relativo de favelas pela territorialização da criminalidade armada, diferentes dinâmicas do crime se operam através de redes hoje muito mais difusas. A este respeito, Enzensberger (1995:15) ressalta que os conflitos na contemporaneidade são marcados pelo caráter *endógeno*, ou seja, interno aos países. Eles são travados não só por traficantes de drogas, esquadrões da morte, mafiosos, neonazistas, “terroristas” ou seguranças particulares, mas por cidadãos comuns que podem, de maneira maior ou menor, se envolverem em algum tipo de criminalidade violenta. A *guerra civil molecular* que nos fala o autor, por tratar-se de um conflito que envolve situações de criminalidade mais ou menos organizada, assim como de uso sistemático ou pontual da violência, gera uma enorme gama de respostas por parte do aparelho de Estado – das mais brandas até as mais repressivas. O resultado do problema além, é claro, da violência e de suas vítimas, é a produção do medo. Só que na sua versão molecular, a produção é ainda mais intensa, pois nesse caso tratam-se de conflitos diários, que favorecem um estado de constante sensação de insegurança. A guerra molecular acaba não sendo um estado de exceção: ela própria é um estado de permanência emoldurado por tais sensações⁵.

Neste sentido, o próprio Estado, apesar da “tentação” esdrúxula de

⁵ Já há algumas décadas o medo exerce influência direta nos processos de tomada de decisão de indivíduos, de famílias, de empresários e até do próprio Estado em países como o Brasil. A percepção da violência assumiu uma posição central nas conversas, nos noticiários de telejornais, etc., gerando margem de manobra para que o Estado e a sociedade civil desenvolvam várias estratégias de caráter defensivo, preventivo ou repressor, através do enclausuramento em condomínios exclusivos, fechamento de ruas públicas por guaritas e seguranças privados, uso sistemático do aparato policial e mesmo militar para a repressão da violência. As características acima, encontradas em larga escala em algumas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro e São Paulo, são vistas enquanto constituintes do que Souza (2008) chama de “fobópole”, ou seja, uma cidade onde o medo impregna o cotidiano, tornando-se um dos aspectos centrais da vida das pessoas. Para o debate sobre o termo e seus desdobramentos sobre a militarização da questão urbana e segurança pública, ver em especial a “Introdução” e o “Capítulo 4” de Souza (2008).

propostas que promovem o “muramento” de algumas áreas – notadamente favelas – é obrigado a pensar formas de regulação que tomam a cidade como um espaço, apesar de tais paradoxos, ainda da circulação de pessoas, mercadorias, serviços, etc. Problemas de segurança derivados da dinâmica, por exemplo, do tráfico de drogas e do “terrorismo” em suas múltiplas escalas de ação, obrigam o problema a ser tratado para além da ideia geopolítica de nação, sobretudo quando tal debate tem como referência a escala urbana em tempos de globalização e conflitos moleculares. Arriscaríamos dizer, grosso modo, que se a espacialidade da geopolítica tradicional estaria atrelada ao poder soberano, a geopolítica urbana se operaria dentro de uma perspectiva da disciplina e principalmente da biopolítica.

Essa primeira mudança encaminha o segundo ponto da proposta, que diz respeito a ideia de território. As reflexões contidas em Haesbaert (2014) sobre as lógicas espaciais elementares “zonal” e “reticular” iluminam algumas questões importantes a esse respeito. Segundo o autor, a lógica zonal está ligada ao controle exercido sobre áreas contíguas, particularmente pela tendência em comprimir e fixar ações dentro do seu próprio perímetro. Já a lógica reticular diz respeito ao controle de arranjos espaciais que se organizam em rede, ou seja, espaços de maior fluidez e circulação. Enquanto a primeira lógica reforça interações internas ao território, a outra promove sua abertura e conexão “para fora” (idem, pp.106-107). O próprio autor ressalta que, apesar do espaço atual se organizar notadamente como um “espaço de redes”, a lógica zonal ainda é relevante, em especial pelo papel ainda exercido pelo Estado quanto ao ordenamento territorial. Em certo sentido, poderíamos dizer, com base em Agamben (2002), que a lógica zonal estaria ligada ao poder disciplinar – pelo o caráter “fechado” que ela imprime ao território, enquanto a lógica reticular seria uma lógica espacial de controle biopolítico – pela abertura conduzida à globalização, à regulação e ao direcionamento dos fluxos. “Em poucas palavras, a disciplina quer produzir ordem, a segurança quer regular a desordem” (idem, p.145).

Pensemos, por um instante, num dos interesses do presente artigo: a segurança pública. A própria estrutura organizativa de uma instituição como a polícia em sentido estrito, bem como as estratégias de policiamento e as próprias políticas públicas em sentido amplo, possuem forte apelo

zonal. As polícias militares, por exemplo, estão organizadas em “batalhões” (BPMs), assim como as polícias civis em delegacias (DPs), cada qual responsável pelas funções respectivamente de policiamento ostensivo e investigativo numa determinada jurisdição territorial fixa. Programas de policiamento como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) também operam segundo uma lógica zonal, sendo cada unidade responsável pelo território de uma respectiva favela e o seu entorno. Até mesmo estratégias mais complexas de policiamento, no caso da polícia fluminense, que procuram integrar o trabalho das frentes civil e militar, seguem a mesma lógica. A título de exemplo, o Decreto Estadual nº. 41.930 de 25/07/09 criou as “Circunscrições Integradas de Segurança Pública” (CISP) e as “Regiões Integradas de Segurança Pública” (RISP), além da Resolução SSP nº 263 de 27/07/99 que criou as “Áreas Integradas de Segurança Pública” (AISP)⁶. Nunca é demais lembrar, como aponta Foucault (2008), que a própria polícia, enquanto instituição, possui um claro objetivo punitivo e disciplinar que se opera sobre os corpos dos indivíduos dentro de uma lógica de controle zonal. Contudo, Haesbaert (2014:166) chama atenção para o fato de muitas instituições, como a polícia em questão, serem simultaneamente aparelhos disciplinares e de segurança, uma vez que ela atua também na regulamentação estatal. A disciplina e a biopolítica, longe de técnicas de controle opostas, operam conjuntamente a todo momento. São pontos de vista construídos através de lógicas diferentes, mas que nem por isso deixam de ser complementares sobre a problemática do poder.

O debate sobre as lógicas espaciais elementares abre caminho também para a leitura de outro processo fundamental da geopolítica urbana, que articula uma série de instituições, práticas e discursos ligados ainda ao segundo ponto da proposta aqui defendida. A lógica de controle territorial zonal bélico, empreendida principalmente (mas não exclusivamente) pelo Estado em ambiente urbano, anima o processo comumente chamado de *militarização da segurança pública*. Tal processo possui muitas nuances, que podem ser lidas de diferentes formas, e que, por isso mesmo, fogem aos objetivos do presente capítulo. No entanto, é

⁶ Para maiores informações, ver o sítio do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38>

importante marcarmos aqui alguns pontos de contato entre a militarização e a geopolítica. Numa primeira aproximação, autores como Zaverucha (2003) e Souza (2008) ressaltam que a militarização no Brasil tem a ver com o fato das FFAA crescentemente assumirem o papel da polícia nas operações ostensivas de combate ao crime, em especial nas grandes cidades, através da doutrina da “Garantia da Lei e da Ordem” (ZAVERUCHA, 2010). Tal doutrina ganhou força nas instituições militares partir de 2008, com a assinatura do plano de “Estratégia Nacional de Defesa” (END). Com relação especificamente a ela, o documento prevê mudanças no ensino nas escolas militares, antes voltado para o aprendizado de técnicas de guerra convencional entre Estados. Agora, o aprendizado deve incorporar os conhecimentos obtidos em operações realizadas nas áreas de fronteira e principalmente nas missões onde as FFAA assumem o papel de polícia (como nas greves das polícias, distúrbios sociais, ocupação de favelas, eleições, “megaeventos” esportivos, etc.). É preocupante o formato organizativo que algumas divisões militares brasileiras assumem, como a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, hoje a força militar melhor preparada para operações de GLO no país. Contando com 7.000 homens, a brigada, segundo ZAVERUCHA (2010), é a principal unidade operacional militar que está sendo preparada para combater os próprios brasileiros. Não é à toa que, nos primeiros meses do processo de “pacificação” no Complexo do Alemão carioca, a 11ª Brigada tenha assumido a responsabilidade pelo policiamento do local.

Já Cerqueira (1988) argumenta que a militarização tem desdobramentos também sobre a adoção e uso de modelos, conceitos, doutrinas e procedimentos militares em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública. Aliada a tal perspectiva, novamente Zaverucha (2003) entende que a militarização ocorre quando os valores da caserna ganham uma dimensão maior do que os limites dos seus quadros, tornando-se, em certa medida, os valores da própria sociedade. Para Freitas (2003), existe no Brasil uma “cultura militar” responsável por transformar o soldado em uma espécie de “herói nacional” diante de qualquer problema interno. Na iminência de algum perigo, tende-se a acreditar, por parte da própria população civil, que as qualidades éticas e morais dos militares são virtudes incorruptíveis, que se contrastam com a

dos líderes políticos civis atrelados de maneira generalizada à corrupção. O autor nos chama atenção para o vocabulário comumente usado nos discursos de combate à criminalidade violenta, que evoca enunciados repletos de metáforas e jargões como “guerra” às drogas, “combate” aos traficantes, envio de “forças-tarefa” para combater o crime, entre outras coisas. A proximidade construída ao longo da existência das duas instituições irá criar, na visão de Muniz (1999), uma crise de identidade na própria polícia militar. Tal crise, diz respeito à falta de clareza sobre o papel dela nas questões de segurança pública, uma vez que o seu modelo organizacional (a hierarquia, a disciplina, o treinamento, as patentes, a rígida divisão entre “praças” e oficiais”, etc), assim como seus métodos de abordagem policial, encontram-se alinhados à lógica do combate voltada para a guerra. Na mesma linha de raciocínio, Silva (1990) esclarece que as categorias “segurança interna” e “manutenção da ordem” no Brasil se alinharam historicamente como sendo responsabilidade tanto da polícia quanto do Exército. A diferença no emprego de uma corporação ou outra se dava, muitas vezes, pela necessidade de força aplicada para a resolução do conflito. Se, por acaso, diante de alguma ameaça, a polícia se mostrasse incapaz de agir e acabar com o “problema”, as forças de defesa entrariam em ação para reforçar o papel da polícia, ou até mesmo para agir diretamente dependendo da situação. A legalidade quanto ao uso das FFAA em tal função é inclusive garantida por lei ao longo das constituições que o Brasil teve, não só durante o último período ditatorial, mas até na “constituição cidadã” de 1988 (ZAVERRUCHA, 1998; MUNIZ, 1999).

Não devemos supor que a relação entre militarização e geopolítica urbana englobe somente as ações-reações de instituições do Estado. Existe toda uma gama de organizações com feição e caráter relativamente militar voltadas para funções de defesa e/ou coerção, que promovem, até certo ponto, uma lógica de disputa zonal no espaço das cidades. Digo até certo ponto pois, como veremos na sessão seguinte, as relações de disciplina e regulação estatais não são absolutamente paralelas, ou seja, não estão sempre em conflito com outras territorialidades, em especial nos espaços da “margem” que conformam as periferias brasileiras. Não obstante, dentro de uma lógica zonal até certo ponto de disputa, o tráfico de drogas varejista contribui para o processo de militarização pelo formato de suas diferentes

facções, que se estruturam através de grupelhos dotados de armamento de guerra convencional, geralmente (mal) organizados através de um formato parcamente militar, mas dotado de práticas discursivas beligerantes – sobretudo no caso de grupos como o Comando Vermelho (C.V.) do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, as milícias também assumem uma posição importante neste processo, pela sua estrutura organizacional mais elaborada, como também por seus armamentos possuírem poder de fogo equiparado aos varejistas. Por fim, contribui ainda em menor intensidade para o quadro de militarização a proliferação das firmas de segurança privada, que crescentemente estabelecem relações de “vigilantismo” em ruas e praças ilegalmente fechadas, assim como nos enclaves territoriais da elite urbana – os condomínios exclusivos. Neste sentido, é correto afirmar que experienciamos hoje não só uma militarização, mas uma verdadeira “paramilitarização da questão urbana”, tendo em vista o formato paramilitar dos atores – para além da polícia e das FFAA – que tomam parte deste processo (SOUZA, 2008 pp. 68-69).

Por outro lado, Cerqueira (1996) mostra ainda que todo esforço em compreender o fenômeno da militarização deve levar em conta também o costuramento entre os ideais e objetivos da segurança pública aos parâmetros da segurança nacional. A articulação entre a face interna e externa da Geopolítica ganha contornos mais claros através de tal exercício. Este ponto encaminha a terceira ideia que conforma as práticas discursivas da geopolítica urbana, através da permanente (re)construção da figura de um “inimigo interno” a ser vencido. A militarização das políticas de segurança deve ser entendida também como o processo de implantação de uma ideologia militar para a polícia, que trabalha com a lógica do combate e aniquilação a ele. Tal fenômeno é atualmente experienciado em diferentes partes do mundo. Nos EUA e crescentemente na Europa, ele pode ser percebido através do “terrorismo”, que alinha as agendas de segurança numa marcha contra as possíveis ameaças do “terror” nas cidades (GRAHAM, 2010). No caso brasileiro, o “inimigo” desde pelo menos os anos 1980 parece ter se delineado na figura do varejista de drogas. Em ambos os casos, os discursos geopolíticos sempre procuram estabelecer ordenamentos que legitimem práticas de segurança no âmbito “nacional” ou “público”, ou seja, que busquem eliminar ou ao menos neutralizar

aqueles que atentem contra determinada “ordem” estabelecida. Todavia, definir o que é “ordem” e “desordem” envolve uma ponderação de cunho ideológico poderosíssima, que está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre aquilo que seria o comportamento desejável/indesejável de determinados indivíduos ou mesmo populações. A definição de “ordem” é, portanto, um conceito bastante fluído que se relaciona diretamente com a ideia de “inimigo interno”. Compreender qual é, ou melhor, quais são os segmentos da população tomados enquanto tal, neste sentido, nos obriga a ter particular atenção sobre os discursos que sustentaram a demanda por “segurança” inscritas em certo período do tempo e local do espaço.

Tomemos dois breves exemplos da ideia geopolítica de “inimigo”. Na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, a grande preocupação das autoridades oficiais no campo da segurança era manter a população negra sob controle. Havia toda uma atmosfera de medo e pavor na cidade, de que uma possível revolta negra levasse ao desfecho sangrento da escravidão no país. É Batista (2003) que nos lembra que não só a revolta escrava no Haiti estava viva na memória da elite carioca. A Revolta dos Malês em Salvador no ano 1835, assim como as inúmeras insurreições populares que abalaram o Brasil imperial durante o período regencial aterrorizavam os brancos que por aqui viviam. Para a autora, durante todo o século XIX o medo será um elemento-chave para explicar a criação de discursos, instituições e práticas autoritárias de controle social na cidade. Não por acaso, como argumenta Holloway (1997), a criação da Guarda Real de Polícia em 1809 (“germe” da atual polícia militar fluminense) pode ser entendida como a criação de uma instituição punitiva e disciplinar, encarregada da manutenção da “lei e da ordem” ditada pela elite urbana. A Guarda Real era o olhar constante que vigiava as ruas, becos e moradias, em especial nos bairros mais pobres da *urbe*. A principal função da polícia era justamente essa: reprimir comportamentos que fossem vistos enquanto ameaça à “ordem pública”, praticados especialmente pela figura do “inimigo interno” da época: a população negra escravizada.

Do século seguinte vem o segundo exemplo. Durante o período da última ditadura civil-militar no país, mais especificamente na década de 1970, os militares começaram a expressar mais claramente suas consternações sobre o rápido processo de urbanização e seus desdobramentos sobre a

administração de conflitos nas cidades. Como ressalta Souza (1993:25), o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) lançado em 1975, já sinalizava para os possíveis problemas que o rápido crescimento das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo poderia trazer para a segurança nacional. Durante o período do “AI-5” (Ato Institucional nº 5 de 1969), a articulação entre as facetas interna e externa da “segurança” serviu não só como base jurídico-legal para desbaratar a guerrilha rural e urbana brasileira, como também para criminalizar diversos militantes ligados à resistência ao movimento de remoção de favelas no final dos anos 1960 (VALLA, 1986; VALLADARES, 2005). A ideia de “inimigo” ligado ao Comunismo – elemento regular nos enunciados discursivos dos militares – irá legitimar as estratégias de contra-insurgência durante todo o período de exceção. Em outras palavras, o rótulo “comunista” era dotado de enorme plasticidade, de maneira a envolver todos aqueles que, de alguma forma, atentassem para a “ordem” estabelecida. É importante perceber que tal modelo regulatório centrado na ideia do “inimigo interno” comunista vai passar gradativamente para o lado da criminalidade ordinária nas décadas seguintes. Essa tendência será reforçada principalmente pela importância que o varejo da droga assumiu no Brasil nos anos 1980, através do seu processo de crescente territorialização em inúmeras favelas e periferias pobres das cidades. Se antes siglas como V.P.R. (Vanguarda Popular Revolucionária), V.A.R.–Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares), A.L.N. (Ação Libertadora Nacional) ou M.R.-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) faziam parte do horizonte de preocupações das agências de inteligência nacional, novas siglas como C.V., A.D.A. (Amigos dos Amigos), T.C.P. (Terceiro Comando Puro), P.C.C. (Primeiro Comando da Capital), etc, irão assumir essa posição gradualmente. Da mesma forma, se no passado as ações da polícia se centravam, via de regra, na descoberta e destruição de “aparelhos” da guerrilha, agora elas serão direcionadas para a violação de barracos nas favelas das grandes cidades em busca de varejistas de drogas. Não é exagero afirmar que na visão das atuais instituições policiais, que ainda se encontram imbuídas do espírito da antiga “Lei de Segurança Nacional”, cada favela se transforme num novo e potencial “Araguaia”:

“A militarização da segurança pública (...) se dá ao influxo principalmente de dois fatores: em primeiro lugar, a reinvenção do ‘inimigo interno’, e em segundo lugar a *questão das drogas*. Como se sabe, o conceito de ‘inimigo interno’ integrava a doutrina da segurança nacional, importada dos Estados Unidos da América do Norte e desenvolvida entre nós na Escola Superior de Guerra, diante do alinhamento geopolítico do Brasil no quadro da chamada ‘guerra fria’ (...). O conceito de inimigo interno sobreviveria à ditadura, sendo recuperado em documentos militares, já em pleno processo de redemocratização, deslocado da criminalidade política para a criminalidade comum, para a compreensão da violência urbana. Sua utilidade para um sistema penal interligado a um projeto econômico com taxas crescentes de marginalização social, estruturalmente apartador, dispensa comentários: os excluídos que caminham por certas aleias do Código Penal *são os novos inimigos internos*”. (BATISTA, 1997 p.151, grifo meu)

Em certa medida, o que procuro deixar claro aqui é que a permanente (re)construção da ideia de um “inimigo” a ser combatido no âmbito discursivo da geopolítica (que, no caso do último exemplo, se deu pela substituição do comunismo pelos varejistas de drogas), é um exercício de sobrevivência para as FFAA e para as próprias polícias – dada a reificação da lógica zonal de combate e o consequente processo de militarização da segurança pública. Sem tal exercício, o braço armado do Estado perde força, se atrofia, perde sentido em existir. A mudança ilustrada pelo exemplo, como observa Souza (2000), parece ter sido internalizada por alguns setores da caserna já no final da Guerra Fria, através das preocupações expressas pelo ex-comandante da Escola Superior de Guerra, o general de Exército Oswaldo Muniz Oliva:

“A dimensão prospectiva da problemática social de nossas cidades é, portanto, assustadora. Com que realidade urbana haveremos de nos deparar, em futuro próximo, se nada ou pouco fizermos para alterar essas tendências? Quantos marginalizados e quantos marginais teremos? Como será o caos de convulsões sociais atizadas por bandos rivais

de criminosos? Quantas serão as crianças desassistidas e submetidas a uma vida de expedientes ilícitos? Que qualidade de vida será a do nosso povo? Que terá sido feito do futuro grandioso almejado por gerações como sendo o destino natural do Brasil?” (OLIVA, 1988:13 apud SOUZA, 2000:97).

Um caso emblemático deste processo foi a ocupação do Complexo da Maré pelas FFAA em 2014. O chefe das operações naquele momento foi um general que esteve no comando da “Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti” (MINUSTAH) entre 2004 e 2005 – o general Roberto Escoto. Já é sabido que desde a “pacificação” do Complexo do Alemão, em 2010, parte do operativo dos Fuzileiros Navais utilizados servira anteriormente na campanha militar brasileira naquele país. Este intercâmbio é inclusive previsto pela END de 2008. Um grande problema ligado a isso diz respeito a fluidez e imprecisão que a categoria “inimigo” possui, tanto em sua dimensão interna quanto externa. *Quem seria o terrorista ou o traficante de drogas em Cité Soleil ou na Maré? Ou, de maneira mais precisa: a que procedimentos e métodos o Estado deverá recorrer para supostamente identificar e reprimir os “novos subversivos”?* Chamamos atenção para tal ponto, uma vez que ele abre precedentes para que o combate ao “terrorismo”, ou mesmo a criminalidade ordinária possam ser usados como pretexto para a repressão de outros tipos de “distúrbios internos” aos olhos do Estado como protestos, greves, passeatas, entre outras inúmeras manifestações políticas insurgentes⁷. A recente polêmica envolvendo o capitão do Exército Willian Pina Botelho é bastante elucidativa neste sentido. O militar em questão se infiltrou em grupos de ativistas e movimentos sociais contestatórios em São Paulo, no intuito de investigar possíveis células de “terrorismo” em nosso país. Tal

⁷ Vale lembrar que, como mostra matéria do “Estadão”, o Exército possui desde a Copa do Mundo de 2014 um órgão para monitorar especificamente manifestações no país. O órgão – sob comando da 4ª subchefia do Comando de Operações Terrestres (COTER), recebe informações sobre movimentos e ativismos sociais através dos órgãos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Matéria disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasileiro-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>. (Acesso em 06/02/2017).

iniciativa, longe de ser um caso isolado, parte de um exercício de longa data, praticado por amplos setores das FFAA e das polícias que consiste em criminalizar ativismos e movimentos sociais. O próprio capitão em questão, lotado no setor de Inteligência do Exército, assina um artigo datado de 2013 onde externaliza suas preocupações sobre as possibilidades de um ataque “terrorista” em solo brasileiro. Ele reforça a necessidade de criação de um setor de inteligência integrado entre as FFAA e as polícias, dado o novo papel de protagonismo do país na conjuntura geopolítica internacional (ASSIS et alli., 2013). Contudo, os alvos preferenciais de tais ações, dada a ação do capitão Botelho, parecem indicar a continuidade do uso geopolítico que as FFAA fazem da ideia de “inimigo” para reprimir movimentos e ativismos sociais.

Por fim, deixo ainda um último exemplo ligado à ideia de “inimigo”. Como observa Teixeira (2011), as UPPs se assemelham em muito às estratégias de combate às guerrilhas urbanas levadas a cabo pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, que mesclam, simultaneamente, estratégias de policiamento ostensivo e de proximidade através de um controle social mais flexível sobre os “insurgentes”. Em setembro de 2009, a embaixada dos EUA no Rio enviou um documento para o Departamento de Estado do seu governo intitulado “A doutrina da contra-insurgência chega às favelas do Rio”⁸. Posteriormente publicado pelo sítio “*Wikileaks*”, o texto trazia uma apresentação geral do projeto das UPPs, ressaltando sua semelhança com a política de segurança dos EUA nas cidades afegãs e iraquianas no contexto da “Guerra ao Terror”. O documento concluía que o sucesso do projeto das UPPs iria depender da capacidade dos favelados em enxergar a “legitimidade do Estado”, ou seja, convencer os moradores dos benefícios de se sujeitar ao Poder Público. O domínio dos “corações e mentes” sobre os favelados cariocas ter forte inspiração na contra-insurgência estadunidense nos parece, neste sentido, mais um elemento que corrobora a tese – aqui defendida – sobre o tratamento crescentemente geopolítico dispensado à questões ligadas ao campo da violência urbana e segurança pública nas cidades.

⁸ <http://cables.mrkva.eu/cable.php?id=227728> (publicado em 14/09/2009. Visitado em 18/10/2009)

Sendo assim, o exercício “arqueológico” de buscar aquilo que é regular num certo discurso, pavimenta caminho para a delimitação mais precisa de determinado campo do saber (FOUCAULT, 2008b:163). Tal campo não compreende somente formações discursivas, mas também a relação destes mesmos enunciados com formações que não necessariamente estão nesta mesma ordem como instituições, técnicas, práticas, processos políticos e econômicos, etc. A sistematização das ideias de população, território e “inimigo”, neste sentido, foram tomadas aqui enquanto um primeiro esforço na demarcação dos limites da geopolítica urbana. A partir daí, algumas análises de processos, instituições, técnicas, ou mesmo outras questões ligadas ao tema da segurança pública e violência urbana podem vir a ser feitas. Este campo, todavia, quando pensado nas “margens do Estado”, necessita de algumas considerações e relativizações, em especial pelo recorte de análise a ser trabalhado aqui dizer respeito principalmente às cidades brasileiras. A parte final do capítulo, neste sentido, é dedicada a apontamentos preliminares sobre este problema.

3 GEOPOLÍTICA URBANA: TERRITORIALIDADES TRANSVERSAIS NAS “MARGENS DO ESTADO”

É inegável a função que o Estado Moderno exerce no tocante à segurança pública. Uma observação atenta da iconografia clássica do “Leviatã” hobbesiano deixa claro um dos seus papéis no tema, dada a espada empunhada na mão direita pelo soberano. Seu “braço armado”, ou seja, a polícia, é a ponta de lança no processo de administração de conflitos e de manutenção do “contrato social” firmado no seio da sociedade civil. Obviamente, o papel do Estado passa por questões que vão muito além do trabalho ostensivo/repressivo da polícia, se levarmos em conta as atribuições do sistema de justiça como um todo. Não obstante, este ponto não é algo sem importância, já que a legitimidade do uso da força é uma das definições possíveis de Estado, em especial na linhagem do pensamento weberiano. A polícia seria, grosso modo, a “política em armas”, o “braço” do Estado responsável por dobrar paixões individuais em prol do bem comum.

Seja como for, no âmbito acadêmico, autores de diferentes matizes teóricas reforçam o papel fundamental do Estado no âmbito da segurança

pública. Conservadores como Ferreira (2011) apontam que o baixo rigor das instituições juridico-legais é o principal responsável pelo aumento da criminalidade no país, uma vez que o baixo custo de oportunidade para cometer um delito é visto enquanto a maior causa da ocorrência de crimes. Já na visão de Beato (2012), as causas da criminalidade, assim como as estratégias para o seu combate, não devem limitar-se à iniciativas de “cunho social” ou puramente “repressivas” por parte da polícia. O autor, ao propor iniciativas de enfrentamento ao crime, ressalta o papel fundamental do Estado quanto ao problema, ao enfatizar ações de “sucesso” já realizadas no campo da segurança pública pautadas pelo aprimoramento do aparato repressivo, jurídico e judiciário do governo (BEATO, 2012 p. 131 e segs.). Dentro de uma perspectiva mais crítica, Soares (2002) nos mostra que além do problema da degradação institucional brasileira – que significa, em outras palavras, a ineficácia das instituições públicas no combate ao crime pela corrupção, por práticas policiais brutalizadoras e racistas, por preconceitos de classe, etc., o aumento da violência e sensação de insegurança deriva também da imensa exclusão social de setores significativos da sociedade brasileira – em especial os moradores pobres de grandes cidades, que não têm acesso aos seus direitos mais básicos enquanto cidadãos.

Tais abordagens não transitam somente pelo campo acadêmico. Elas ajudam também a moldar, de maneira mais ampla, o imaginário social sobre o problema, notadamente pela forma como tais questões são veiculadas pela grande mídia. Na visão de Coimbra (2000), o discurso midiático sobre a violência e a (in)segurança, assim como sua relação com a formação da opinião pública, são poderosos produtores de subjetividades. A mídia, em especial num país onde os meios de comunicação de massa são o principal canal de informação para a maioria da população (como é o caso brasileiro), transforma-se num eficiente equipamento para produzir formas específicas de sentir, pensar, perceber e agir na cidade. Neste contexto, costuma-se creditar à *presença* ou mesmo à *ausência* do Estado os problemas e/ou soluções para a questão da violência e segurança.

Este mesmo discurso é a base também para uma parte das ações estatais dentro daquilo que vimos até aqui sobre a geopolítica urbana. Em outras palavras, é ele que alimenta uma visão sobre a administração dos conflitos através de uma “disputa” entre o Estado e outros atores pela

legitimidade quanto ao exercício do poder. Deriva deste discurso a crença, por exemplo, na existência de “poderes paralelos” a atuar o tempo todo em conflito com o Estado – a exemplo dos grupos de varejo da droga ou os milicianos. Deriva desta ideia também a visão mais radicalizada da “disputa”, encarnada enquanto conflito bélico, dada a necessidade das forças de segurança em “vencer” seus “inimigos”. Deriva desta ideia, para tomarmos somente mais um exemplo como ilustração, o raciocínio de que a “ausência” ou “ineficiência” do Estado abrem caminho para a atuação de outros atores em substituição a ele. Tal abordagem, que enxerga a geopolítica urbana somente através do prisma de “territorialidades paralelas”, nos parece fundamentalmente falaciosa, sobretudo no tocante à dinâmica socioespacial das cidades brasileiras. Se formos mais além neste debate, ou seja, se transitarmos por caminhos que vão além da tomada do Estado como principal ponto de vista da análise, é possível enxergarmos também “territorialidades transversais” que complexificam o problema aqui proposto. A análise do Estado desde suas margens, isto é, do ponto de vista dos espaços onde ele é supostamente “fraco”, “precário” ou mesmo, no limite, “ausente”, parece um caminho possível para a realização de uma outra abordagem.

O exercício de *alteridade espacial* proposto parte assim das reflexões contidas em Das & Poole (2004). As autoras procuram se afastar de uma tradição de pensamento que enxerga o Estado como uma estrutura onisciente e racional, cuja organização vai tornando-se mais “fraca” conforme se transita de um dado “centro” para suas “margens”. A diferença encontrada nas práticas do Estado entre tais espaços – longe de ser um sintoma de sua “crise” ou mesmo “desaparecimento” – revelam práticas que também se constituem enquanto formas de regulação deste mesmo Estado:

“uma Antropologia das margens oferece uma perspectiva única para o entendimento do Estado, não porque ela dá conta de práticas exóticas, mas porque ela sugere que estas margens são uma implicação necessária do Estado, assim como a exceção é um componente necessário da regra”.
(idem, p. 4, tradução livre)

Uma pergunta que logo surge a partir daí é a seguinte: *onde então se localizam as margens do Estado?* As autoras respondem através de três perspectivas diferentes sobre o que elas entendem por margens: a) periferias que incluem pessoas que não foram suficientemente socializadas na lei; b) questões ligadas à legibilidade e ilegibilidade das práticas do Estado; c) um espaço entre corpos, lei e disciplina, de maneira que o controle estatal seja analisado não somente no seu exercício sobre territórios, mas também sobre corpos que, enquanto população, são o alvo privilegiado do biopoder (idem, p. 9-10). Dada esta primeira definição, a questão de interesse principal da proposta aqui defendida é a maneira como o Estado estabelece práticas de controle social e regulação sobre suas margens. O problema do controle social poderia ser delimitado através da relação entre dois verbos, capazes de expressar ideias por vezes distintas, por vezes complementares. Me refiro aqui precisamente ao ato de excluir e integrar. Dois verbos que necessitam transitar, isto é, seguir adiante, buscando complementos capazes de fornecer-lhes um sentido completo. É justamente o complemento dos verbos que irá colocar algumas vezes o ato de excluir e integrar em lados opostos e, outras vezes, curiosamente, em lados similares. As ideias expressas pelo ato de excluir e integrar variam de acordo com o contexto a ser considerado, com os objetivos a serem atingidos. Determinar quem é excluído ou integrado passa a ser então uma questão não somente política, mas geopolítica neste sentido, se levarmos em conta que o que está em jogo é uma questão fundamentalmente de controle sobre o espaço.

É importante perceber, entretanto, que não se trata aqui de qualquer espaço. Como argumenta Geertz (1989), perceber a singularidade daquilo que é comum num dado universo simbólico faz parte do ofício da Antropologia. As práticas de controle social do Estado em suas margens conformam uma *diferença* na maneira como ele lida, por exemplo, com o problema da violência urbana nas favelas e periferias brasileiras. Isto não significa que tal diferença seja fruto do seu “enfraquecimento” ou mesmo de sua “ausência”, mas sim como parte constitutiva de suas práticas que o conformam não só materialmente, mas também simbolicamente como o Estado que tais populações conhecem. É o que mostra a etnografia de Freitas (2014) sobre a questão dos “autos de resistência” no Rio de Janeiro.

De acordo com a autora, a ilegitimidade de documentos produzidos pelo próprio Estado – como laudos cadavéricos que deixam ausentes informações relevantes sobre a autópsia de vítimas letais de violência policial – são artifícios usados para encobrir execuções sumárias praticadas pela polícia militar fluminense. Em outro estudo etnográfico, Lacerda & Beltrão (2014) apontam como a impunidade sobre crimes praticados por agentes públicos no estado do Pará deriva do descaso do próprio Estado na investigação desses mesmos crimes. Não é exagero afirmar que nas margens do Estado a relação entre binômios como “integração-exclusão”, “legal-ilegal”, “legitimidade-arbitrariedade” são absolutamente relativas. É Foucault (1994) que nos esclarece que:

“O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel é previsto na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo tem poupado espaços protegidos e lucrativos onde a lei pode ser violada, ou ainda ela pode ser ignorada, ou ainda, enfim, onde as infrações são sancionadas. Em última análise, eu diria de bom grado que a lei não é feita para impedir este ou aquele tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de burlar (*tourner*) a lei em si mesma”. (idem, pp. 716-720, tradução livre)

É neste sentido que o termo “territorialidades transversais” foi colocado anteriormente. A “gestão dos ilegalismos” da qual fala Foucault abre caminho para pensarmos como os processos de territorialização e desterritorialização praticados pelo próprio Estado em suas margens contam, muitas vezes, com a cooperação de outros atores – atores estes que, em teoria, estariam supostamente na outra “margem”. É o que argumenta Rodrigues (2013) sobre os dilemas enfrentados pelos moradores do Morro da Providência (favela localizada no município do Rio de Janeiro) após o processo de instalação de uma UPP. Longe de desterritorializar o grupo varejista local, o Estado atua hoje em conjunto com o tráfico dentro da favela. Algumas vezes através de relações de enfrentamento, outras através de acordos temporários de “cessar-fogo” facilitado pelo pagamento de “arrêgo” aos policiais, ou ainda em franca cooperação – como na repressão

aos ativismos sociais locais que eram contrários às obras do projeto de urbanização “Morar Carioca”. Uma abordagem geopolítica do urbano das margens deve perceber como se operam tais territorialidades transversais, bem como suas diferentes escalas de ação. Pouco importa o papel “legal-illegal” de tais práticas. É muito mais importante perceber, como argumenta Telles, (2010:193), os efeitos que tais ilegalismos trazem na configuração destes espaços, bem como sobre a operação das diferentes formas de controle e de resistência a eles.

Surge daí uma outra questão importante a ser considerada. Foi dito que as formas de regulação e controle estabelecidas pelo Estado nas “margens” conformam uma diferença, ou seja, elas estabelecem fronteiras e dobras que diferenciam suas ações através do espaço – em especial o espaço urbano. Dentro de uma cidade onde crescentemente as formas de regulação se dão através do “gerenciamento da vida”, como então produzir a gestão de certos ilegalismos e violações neste mesmo tratamento, em especial no tocante à segurança pública? Se retornarmos a Foucault (2008, 2008a), o autor afirma que o biopoder é, antes de tudo, um poder que garante o “fazer viver e deixar morrer”. A primeira parte do enunciado diz respeito ao interesse da biopolítica em controlar o *como* viver, ou seja, a produção da vida a partir de análises e previsões gerais sobre o comportamento populacional. O “fazer viver” aí diz respeito a criação de formas de intervenção sobre a população, para direcionar o seu comportamento de acordo com determinado objetivo. Já a segunda parte coloca um problema sobre a maneira como a morte poderá ser tolerada dentro de uma economia do poder que tem, no “gerenciamento da vida”, seu principal objetivo. Agamben (2010) sugere que o racismo, dentro da biopolítica, estabelece justamente a fronteira entre aqueles que são “matáveis” ou não, entre aqueles sobre os quais o poder de “fazer viver” e principalmente “deixar morrer” é exercido. No âmbito de uma geopolítica urbana das margens, as territorialidades ali estabelecidas a todo momento configuram o racismo como discurso na gestão dos ilegalismos, em especial no enfrentamento ao “inimigo interno” encarnado na figura dos varejistas de drogas. De acordo com o último “Anuário de Segurança Pública Brasileiro” (ABSP), 73% das vítimas de mortes violentas no Brasil em 2016 eram pretas ou pardas (ABSP, 2016:6). Com relação somente às mortes por “intervenção policial”,

só no estado do Rio de Janeiro a vitimização com o mesmo perfil étnico chegou a 77% no ano anterior⁹. No entanto, a “vida nua” da população negra acaba sendo exposta através de outras formas nos discursos dos representantes do próprio Estado. As práticas de racismo são transversais às ideias de população, território e “inimigo”, mas a sua instrumentalização será feita através de outro caminho, que toma o *espaço* enquanto princípio discursivo e meio operacional. O fragmento abaixo, extraído de uma fala do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Filho, é um discurso não só biopolítico mas, sobretudo, geopolítico pela proposta intrínseca de regulação e ação. Para o ex-governador:

“A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro “Freakonomics” [Steven Levitt e Stephen J. Dubner]. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de [19]90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela Suprema Corte [na verdade, foi em 1973]. Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. (...) *Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só*”. (extraído do caderno “Cotidiano” do jornal “Folha de São Paulo” – 25/10/2007, grifos meus)

No caso brasileiro, o que via de regra acontece é o argumento espacial tomar o lugar do argumento racial nos enunciados do Poder Público. Ao criminalizar certos territórios da cidade (e, conseqüentemente, suas populações), o discurso acima é fundamentalmente geopolítico porque objetiva legitimar ações de regulação e controle, ou seja, o exercício do

⁹ Registros extraídos do Instituto de Segurança Pública (<http://www.isp.rj.gov.br>)

poder sobre determinado espaço. Ele, o discurso, é um meio que opera uma prática – seja uma intervenção policial ou um cenário hipotético de controle de natalidade compulsório. Os enunciados proferidos pelo ex-governador, para retornarmos às ideias que conformam os discursos geopolíticos na dimensão urbana, fazem primeiramente um recorte na ideia de população, ao estabelecer critérios de gênero e idade sobre os atores que animam sua fala. Num segundo momento, ele lança mão de outro recorte, agora sobre a ideia de território, ao estabelecer diferenciações entre bairros e favelas cariocas, comparando-os a países europeus e africanos. Por fim, o terceiro fio condutor do seu discurso constrói a ideia de um “inimigo” quando ele, sem hesitar, afirma que as favelas e periferias são “fábrica de produzir marginal”. Nunca é demais lembrar que os “marginais”, ou seja, aqueles que habitam as “margens” deste mesmo Estado serão justamente os mesmos pretos, pobres e jovens que configuram, não por acaso, o perfil majoritário da vitimização praticada pelo próprio Estado. Não só do ponto de vista do seu “braço armado”, mas através da produção de espaços precarizados e inseguros, onde a ausência de direitos e serviços desta mesma população é a tradução mais perversa do seu “deixar morrer”. A *instabilidade* e a *precariedade* territorial são também estratégias de controle dotadas de lógica e objetivos claros, pois seu uso enquanto biopoder é sistemático no tocante à seara do Poder Público em nosso país. Novamente de acordo com Das & Poole (2004:9), um dos interesses do estudo das “margens” é justamente compreender como o Estado “administra” e “pacifica” as populações residentes em tais espaços, de maneira a “convertê-las” dentro do seu próprio interesse. Uma abordagem geopolítica urbana das margens deve considerar, neste sentido, também a própria “ausência” ou “ilógica” como um objeto de conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo é parte de um *processo*. Enquanto tal, ele é o início de algumas reflexões que marcam possíveis encontros futuros entre a Geografia e a Antropologia no debate acerca da segurança pública e violência urbana. É muito importante, como procurou-se mostrar, a construção de uma abordagem do urbano que leve em conta também

a perspectiva geopolítica, dada a necessidade de compreender problema do exercício do poder sobre o espaço em diferentes escalas. Este capítulo deve ser entendido como um primeiro esforço teórico na delimitação da problemática, que deverá ainda ser melhor elaborado em trabalhos futuros.

Não obstante, dentro do que hoje chamamos de Geopolítica, a experiência de vislumbrar o fenômeno do Estado desde suas margens é um convite radical a um outro tipo de abordagem, que busca compreendê-lo justamente através de um olhar atravessado pela diferença. Considerar o *Outro* dentro do pensamento geopolítico – em especial na sua dimensão urbana – é transitar do campo teórico sobre as estratégias de controle do Estado para as implicações das suas próprias práticas (discursivas ou não) que acontecem nas margens – mas sempre, como parte da proposta aqui debatida, em suas múltiplas escalas de análise. Daí faz-se imprescindível a realização de diferentes trabalhos etnográficos capazes de mapear tais práticas, sem perder de vista, todavia, o significado (geo)político de cada uma delas.

Ela, a Geopolítica, seja em sua dimensão interna ou externa, sempre foi um corpo de conhecimento poderosíssimo a serviço do Estado. Em geral, seu objetivo instrumental é abrir caminho para o exercício do poder sobre o espaço, via de regra, através do uso da força. Mesmo tendo sido escrito mais de cem anos antes da Revolução Francesa, a iconografia do Leviatã empunhando uma espada em sua mão *direita* parecia prever, em certo sentido, o corte ideológico que usualmente orienta as ações do Estado através das suas forças de segurança. Neste sentido, uma geopolítica urbana das margens em construção objetiva, sobretudo, trazer novos elementos dentro da arena de pensamento daqueles que pensam a segurança não só a partir, mas também para além do próprio Estado.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2016): Ano 10, ISSN 1983-7364 . Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf. Acesso em 15/02/2017.

AGAMBEN, Giorgio (2002): Sobre a segurança e o terror. In: Coco, G. & Hopstein, G. (orgs.). **As multidões e o império: entre a globalização da guerra e a universalização dos direitos**. Rio de Janeiro: DP&A

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

AGNEW, John (2003): **Geopolitics: re-visioning world politics**. New York: Routledge.

ASSIS, Renato de Oliveira et. alli (2013): A inteligência em apoio às operações no ambiente terrorista. In: **A Lucerna/Escola de Inteligência Militar do Exército**. Ano II, nº4. Brasília: Athalaia. pp. 2-13. Disponível em: http://www.esimex.ensino.eb.br/revistalucerna/A_Lucena_Ano_2_Nr_04_Nov_2013.pdf. Acessado em 08/09/2016.

BATISTA, Nilo (1997): **A violência do estado e os aparelhos policiais**. In: *Discursos Sediciosos* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 145-154.

BATISTA, Vera Malaguti (2003): **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 272p.

BEATO, Claudio (2012): **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CERQUEIRA, Carlos N. (1988): **Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre segurança pública**. *Revista brasileira de ciências criminais*, VI (22). p. 139-182.

_____. (1996): **Remilitarização da segurança pública: a operação Rio**. *Discursos Sediciosos*, n1, p.141-168.

COIMBRA, C. (2000): Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades. In: **Discursos Sediciosos**. Ano 5, n. 9 e 10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.

COSTA, Wanderley Messias da. (1992): **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec.

DAS, Veena e POOLE, Deborah (2004). "State and its Margins: Comparative Ethnographies", *in* DAS, Veena & POOLE, Deborah (ed.). **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currency. pp. 3-33.

DEL OLMO, Rosa (1994): **Drogas y conflictos de baja intensidad em America Latina**. Bogotá: Forum Pacis.

DEFRAGES, Philippe Moreau (1994): **Introuction à la géopolitique Paris**: Éditions du Seuil.

ENZENSBERGER, Mangus H. (1995): **Guerra Civil**. São Paulo: Companhia das Letras.

FARIAS, Juliana. (2014): **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Sérgio Guimarães (2011): **Segurança pública no Rio de Janeiro**: caminho das pedras e dos espinhos. In: Rio a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus Elsevier. pp. 73-99

FOUCAULT, Michel. (1994): Des supplices aux cellules. In: **Dit et écrits II**, pp. 716-720. Paris: Gallimard. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/MFoucault124.html> Acesso em 20/03/2017.

_____. (2005): **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008): **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008a): **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008b): **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (2010): **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38ª ed. Petrópolis: Vozes.

FREITAS, R. (2003): O Ministério público militar na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. In: MOURA JR., F. P. et al. (orgs.) **Ministério Público e ordem social justa**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 227-244.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRAHAM, Stephen (org.) (2010): **Cities, War, and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics**. Malden: Blackwell

GROSSMAN, Zoltán (2011): From wounded knee to Libya: a century of U.S. Military interventions. Disponível em: <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/interventions.html> Acesso em: 12/03/2017.

HAESBAERT, Rogério (2014): **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HOLLOWAY, Thomas H (1997): **Polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 343p.

KLINGAMAN, Jerome W. (1989): US Policy and Strategic Planning For Low-Intensity Conflict. In: **Low-Intensity Conflicts in Third World**. Alabama: Air University Press, pp.161-178

LACERDA, Paula & BELTRÃO, Jane. (2014): O calvário dos injustiçados : práticas da administração pública brasileira em casos de violência extrema e desigualdade. In: LACERDA, Paula (org.) **Mobilização social na Amazônia** [recurso eletrônico]: a ‘luta’ por justiça e por educação. 1. ed. Rio de Janeiro : E-Papers. pp. 233-266

LACOSTE, Yves (2008): **Geopolitiqué: la longue histoire d’aujourd’hui**. Paris: Larousse.

MUNIZ, Jaqueline de O. (1999): **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política. IUPERJ.

OLIVEIRA, Eliézer R. (1994): **A revisão da República – seminários a UNICAMP e a revisão constitucional**. Campinas: UNICAMP.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. (2013): **Um “campo de pacificação”? Algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, IGEO/UFRJ.

SILVA, Jorge da.(1990): **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense.

SOARES, Luiz Eduardo et alli (1996). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER.

_____. (2002): **Novas políticas de segurança pública**: alguns exemplos recentes. Disponível em: www.observatoriodese_seguranca.org/files/novas_politicas.pdf. Acesso em: 01/07/2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1993): **Armut, sozialräumliche Segretation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro**. Ein Beitrag zur Analyse der "Stadtfrage" in Brasilien. Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen: Tübingen.

_____. (2000): **O desafio metropolitano**. Um estudo dobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2008): **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2010): **A reconquista do território, ou**: um novo capítulo na militarização da questão urbana. Disponível em: <http://passapalavra.info/>. Acesso em: 05/12/2010.

_____. (2011): **A geopolítica urbana da "guerra à criminalidade"**: a militarização da questão urbana e suas várias possíveis implicações. Mimeo.

TEIXEIRA, Eduardo T. (2011): **A doutrina da pacificação**. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=>. Acesso em 04/05/2011

TELLES, Vera (2010): **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço.

VALLA, Victor V. (1986): **Educação e favela**. Petrópolis: Vozes.

VALLADARES, Licia do Prado (2005): **A Invenção da Favela**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora.

WALLERSTEIN, Immanuel (1991): **Unthinking. Social Science**. The Limits of Nineteenth- Century Paradigms. Cambridge, UK: Polity Press, 1991. 286 pp.

ZAVERUCHA, Jorge (1998): A Constituição brasileira de 1988 e seu legado autoritário:

formalizando a democracia, mas retirando sua essência. In: ZAVERUCHA, J. **Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX**. Recife: Bagaço, p. 113-147.

_____. (2003): **(Des)controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique Cardoso**. Lusotopie, França, v. 3, p. 399-418.

_____. (2010): A doutrina da garantia da lei e da ordem e o crescente envolvimento das Forças Armadas em atividades de segurança pública. In: KANT DE LIMA, Roberto; ELIBAUM, Lucía; PIRES, Lenin. (Orgs.). **Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada**. 1ªed. Rio de Janeiro: Garamond, v. II, p. 11-49.

Violência e homicídios na cidade de Belém-PA: análise comparativa dos bairros da Batista Campos e Jurunas

Leonardo de Souza Alves

RESUMO

O tema “violência urbana”, vem nos últimos anos ganhando importância não só na vida cotidiana da sociedade, como também no meio acadêmico. Os altos índices de violência, seja por roubo/assalto ou mesmo pela sua manifestação extrema, o homicídio, demonstram que esse tema não é apenas um assunto passageiro, mas necessário no debate da complexa realidade da vida urbana da metrópole. Esses altos índices levam a cidade de Belém a ser considerada uma das mais perigosas do Brasil, consolidando o sentimento de insegurança, o qual paira por toda a cidade, impulsionando transformações notórias no espaço urbano, como câmeras de vigilância, cercas eletrificadas, muros, grades, etc. Portanto o presente trabalho visa analisar como as desigualdades e transformações no espaço urbano e no território produzem condições/diferenciações de espacialização dos homicídios nos Bairros da Batista Campos e Jurunas (4^a AISP) entre 2011-2013. O transcurso metodológico dessa pesquisa pautou-se no levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de espaço, espaço urbano, território, poder, violência e a realidade violenta nas grandes cidades brasileiras, além da cartografia dos homicídios entre 2011 e 2013 dos bairros aqui estudados bem como a observação de seu movimento no mapa. Assim a partir da análise e reflexão, é possível começarmos a entender esse fenômeno em sua complexidade.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Homicídio; Território; Violência.

1 INTRODUÇÃO

O tema violência urbana, vem, nos últimos anos, ganhando importância não só na vida cotidiana da sociedade, como também no meio acadêmico. Os altos índices de violência sejam por roubo/assalto ou mesmo pela sua manifestação máxima, o homicídio, demonstram que esse tema não é apenas um assunto passageiro, mas necessário no debate da complexa realidade da vida urbana nas metrópoles.

Os homicídios, manifestação mais clara e máxima da violência, são, dentro dos dados recentes, algo a ser mais bem explorado, analisado pelas ciências humanas, principalmente no contexto urbano.

Para ficar mais clara a importância desse tema, em matéria no *Diário de Pernambuco* (2015), afirma que o Brasil no ano de 2012 foi líder mundial em números absolutos de homicídios, com um número 5 vezes maior que o índice mundial. Ademais, a revista *Carta Capital* a partir dos dados de homicídios do ano de 2012, apresentados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, apresenta o continente americano como o continente com maior taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes. Segundo a mesma notícia das 30 cidades mais violentas, 11 são brasileiras, dentre elas está Belém-PA, na posição 23.

A geografia então deve assumir seu papel, tendo como ponto de partida seus conceitos fundantes, buscando elucidar a complexidade da violência, sua manifestação e impactos por sobre espaço geográfico. Assim, a violência possui um conteúdo e uma dinâmica espacial e territorial fincada nas desigualdades existentes no espaço urbano.

Essas desigualdades se consolidam principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a expansão da malha técnica-informacional para as diversas regiões do país, num contexto de consolidação do modelo capitalista por sobre o território brasileiro com um acelerado crescimento populacional, principalmente em algumas capitais de Estados. Tal fato está exemplificado pela cidade de Belém na Tabela 1.

Todavia, esse acelerado crescimento populacional, não foi acompanhado de uma infraestrutura adequada. As áreas centrais da cidade com a pressão populacional têm o preço do metro quadrado cada vez mais valorizado, as quais são quase que exclusivamente, habitadas por classes econômicas bem favorecidas.

Tabela 1: População da cidade de Belém-PA entre 1940-2010

Anos	População de Belém
1940	208.706
1950	225.000
1960	359.000
1970	633.374
1980	933.287
1991	1.244.689
2000	1.280.614
2010	1.393.399

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém 2012 e Censo Demográfico do IBGE, 1980.

Já as áreas periféricas, com um contexto histórico marcado por problemas de saneamento básico, saúde, têm sua situação ainda mais agravada com a chegada de migrantes em busca de vida mais digna no espaço urbano Amazônico

É nesses contextos antagônicos que se encontram os bairros Batista Campos e Jurunas. Mesmo com as proximidades geográficas, os contextos sociais e o histórico de ocupação do espaço são completamente distintos.

A Batista Campos é um bairro central na dinâmica metropolitana, com a presença de uma conhecida área de lazer, a Praça Batista Campos (a ideia de natureza urbanizada), área comercial com lojas de menor porte, empresas varejistas, torres comerciais e o Shopping Pátio Belém. O espaço guarda uma contradição espaço-temporal no bairro, entre os casarões que resistem às pressões imobiliárias e o processo de verticalização com prédios de apartamento, geralmente para moradores de alto poder econômico.

Mapa 1: Localização dos bairros da Batista Campos e Jurunas



Fonte: Dados da CODEM (2011) e IBGE (2010).

Já o bairro do Jurunas apresenta uma realidade completamente distinta. O início de sua ocupação se deu principalmente pelas populações ribeirinhas, que buscavam morar próximo ao centro, local onde era possível vender seus produtos¹.

Esse bairro às margens do Rio Guamá possui em terrenos alagados ou propensos a alagamentos. Esses espaços de baixadas foram ocupadas de forma hegemônica por pessoas com menores recursos econômicos e que por muitos anos não se apresentaram como uma preocupação da gestão pública. O bairro guarda na atualidade profundas contradições socioespaciais, tendo na sua orla uma importante área de escoamento.

¹ Araújo (2008, p. 108) afirma que: “Nessas, terras e águas de ninguém, apoiadas por estacas (ou esteios) fincadas no meio da lama, em palafitas, que se multiplicaram pela margem, se fazia o possível para garantir a mínima sobrevivência sobre as águas, sem luz elétrica, água encanada e saneamento básico”.

No fim do século XX, a violência por meio da atuação da criminalidade, se territorializa no espaço metropolitano. Pensando assim, o contexto de violência urbana é uma realidade dentre todas as classes econômicas que habitam a metrópole, todavia, isso não significa que seja de forma homogênea.

Enquanto a Batista Campos sofre com uma presença mais pontual dos dados de homicídios, o Jurunas acaba sendo um espaço em que a criminalidade mostra de forma mais clara a sua perversidade. Mesmo fazendo parte da mesma Área Integrada de Segurança Pública, ou seja, em tese com o mesmo policiamento, os contornos socioespaciais impõem uma realidade diferenciada nos dados de homicídios.

Portanto, o processo de formação da metrópole belenense, muito bem exemplificada pelas desigualdades inerentes ao recorte espacial dessa pesquisa (Batista Campos e Jurunas), não tem como objetivo a consolidação dos preconceitos quanto à periferia, mas, sim, buscar uma compreensão mais ampla da realidade. Visa, portanto, mostrar que a questão da segurança pública não é apenas um caso de polícia, mas de ordem social, política e econômica.

Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar como as desigualdades e transformações no espaço urbano e no território produzem condições/diferenciações de espacialização dos homicídios nos bairros Batista Campos e Jurunas (4^a AISP) entre 2011-2013. Mais especificamente, este trabalho busca comparar o contexto socioespacial e de violência urbana, a partir do lócus da pesquisa dos bairros Jurunas e Batista Campos, pertencentes a 4^a AISP, identificando também as transformações espaciais causadas pela insegurança e pelo medo.

O transcurso metodológico do presente trabalho é fruto de um processo contínuo de pesquisa empreendida na linha de pesquisa Gestão Territorial e Segurança Pública no Grupo Acadêmico de Produção Territorial e Meio Ambiente na Amazônia, no projeto “Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma leitura geográfica da criminalidade nos bairros do Jurunas, Terra Firme e Guamá”, sob orientação do Professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Envolto ao levantamento bibliográfico houve no primeiro semestre do ano de 2014 o início do processo de coleta de dados com a Secretaria

Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC) dos dados de homicídios entre os anos de 2011 a 2013 em toda Belém, Ananindeua e Marituba.

A partir disso, elaboramos a segunda etapa: a construção cartográfica dos dados coletados. A produção dos Mapas se deu por cada Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), regionalização realizada pela Secretaria Executiva de Segurança Pública (SEGUP). Para a demarcação dos pontos em suas devidas localizações, foram utilizados os programas Google Earth e Quantun Gis 1.8. (com o *open layer plugin*), os pontos realizados no Google Earth foram salvos em formato kml e exportados para o Quantun Gis 1.8., e, assim, modificados para o formato shp. No fim desse processo de pontuação, os pontos foram transformados em mapas de calor ou mapas de kernel pelo Quantum Gis 2.0, com um raio de 150 metros. O *layout* final dos mapas foram realizados no ArqMap 9.3.

No terceiro momento, buscamos dados socioeconômicos para serem elementos comparativos aos dados de homicídios. Tal fato se dá pelo entendimento do presente pesquisador da complexidade do tema e da necessidade de entender o homicídio nessa gama de dados que expressam uma realidade heterogênea entre Jurunas e Batista Campos.

Desta forma no presente artigo serão apresentadas as contradições entre os bairros da Batista Campos e Jurunas dentro da lógica centro-periferia e posteriormente será analisado os impactos do sentimento de insegurança e medo no espaço urbano, bem como debater os dados de homicídios em ambos os bairros.

2 ESPAÇO URBANO METROPOLITANO DE BELÉM-PA: AS CONTRADIÇÕES ENTRE O BAIRRO BATISTA CAMPOS E JURUNAS

Há dois pontos iniciais para se pensar Belém enquanto uma metrópole, embora não sintetizadas dessa maneira, são tratados por Trindade Jr. (2000). O primeiro é pensar a metrópole como um fenômeno da modernidade, ou seja, mesmo que a existência da grande cidade seja bastante antiga, aquilo a qual chamamos de metrópole, emerge num contexto mais atual das relações capitalistas de produção e da própria dinâmica de vida.

Outro ponto é a sua presença espacial na região amazônica, palco recente do processo de integração com o território brasileiro como um todo. Para além de sua existência pelas relações desencadeadas a nível global, estamos falando de uma cidade que guarda consigo particularidades referentes à região em que está. “Em consequência, a metrópole guarda certas peculiaridades em relação às condições de desenvolvimento impostas à Amazônia e ao seu processo intenso de regionalização” (TRINDADE Jr., 2000, p. 118). Então, pode-se dizer que:

A urbanização amazônica é uma decorrência do processo de industrialização verificado no país, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só à dinâmica econômica mundial, como também à industrialização interna, ainda que a industrialização não seja, como no caso de Belém, o elemento propulsor direto da metropolização. (TRINDADE Jr., 2000, p. 118)

A cidade se consolida enquanto metrópole e passa a reproduzir as contradições existentes no sistema capitalista de produção. Assim, como nos afirma Lefebvre (2014, p. 221) persiste a existência dialética de dois espaços, o dominante e o dominado. No nível do recorte espacial da cidade, fica claro a existência de espaços centrais destinados a maior atenção do setor público, todavia a maioria da população acaba sendo impulsionada a viver em áreas sem momentaneamente interesse do capital. Rodrigues (2000, p. 126) compreende que em Belém a ocupação da população de baixa renda acontece nas áreas de baixada:

As baixadas são ocupadas, em geral, pelas camadas de baixa renda. Esse processo de ocupação, iniciado há pelo menos 5 (cinco) décadas, está centrado, por um lado, na busca de realização do direito de morar, e, por outro, na tentativa de realizar um espaço de viver próximo ao local de trabalhar, haja vista que essas áreas estão localizadas às proximidades do centro principal de negócios da região metropolitana.

Em um Estado eminentemente capitalista, os interesses desse modo de produção acabam por se sobressair na produção do espaço urbano. Chagas (2014, p. 187) nos auxilia a pensar tal questão ao afirmar que:

O crescimento urbano acelerado e concentrado que as cidades brasileiras passaram nos últimos anos proporcionam, entre outras coisas: uma precária infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e precários indicadores sociais. Essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade, conforme ressalta Lefebvre (2001) e Santos (2007) e a proliferação dos mais variados tipos de violência e crimes.

A cidade é uma fantasia moderna, mas um berço das contradições do capital, principalmente a grande cidade:

“A literatura faz crer que a cidade chegou a ser promessa de um mundo melhor porque dela se foi veiculada para a sociedade inteira uma imagem do mundo com novas possibilidades, principalmente para os imigrantes rurais que deixavam os arados e inchadas” (SEABRA, 2004, p. 187 *apud* SPOSITO; GÓES, 2013, p. 162).

O espaço urbano, como nó dos fluxos a nível mundial, traz consigo uma cidade fragmentada, no contexto de Belém, o centro como morada da população com maiores recursos econômicos, e as áreas periféricas com a população mais carente, que demarca a paisagem do espaço periférico a partir da autoconstrução. Todavia, para além do contexto de crescimento populacional principalmente entre 1960 e 1980, hoje podemos visualizar uma metrópole amazônica marcada pelas contradições do urbano e da região.

Nos casos estudados aqui, encontramos dois bairros com proximidade geográfica, mas distanciados no seu processo de urbanização. Enquanto o bairro Batista Campos tem historicamente papel central nos fluxos econômicos hegemônicos da cidade, o Jurunas teve em seu histórico de ocupação e transformação, uma população de baixa renda, como é possível analisar na Tabela 2.

Tabela 2: Comparação do valor do rendimento nominal médio mensal, valor do rendimento nominal mediano das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes da Batista Campo e Jurunas - 2000

Bairro	Pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
Batista Campos	4.831	2.771,83	2.000,00
Jurunas	11.873	701,99	300,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém (2012)

O bairro Batista Campos, como já comentado, é um bairro de moradia de uma população de pouco mais de 19 mil pessoas, em sua maioria pertencente à classe econômica, média alta, ou alta. Isso não é uma realidade atual, mas já é uma realidade histórica, com marcas na paisagem de antigos casarões convivendo com condomínios residenciais fechados, principalmente de característica predial para moradores de alto padrão aquisitivo.

A proximidade ao centro, com áreas comerciais, áreas de lazer, ruas arborizadas pelas conhecidas mangueiras, as quais influenciam o micro clima, põe o bairro Batista Campos, em uma posição geográfica e social, propícia no contexto de centralidade de residência das classes economicamente mais favorecidas.

Já o bairro Jurunas, ao lado do bairro Batista Campos, às margens do Rio Guamá, com grande proximidade ao centro de Belém, todavia apresenta um contexto completamente diferentemente do tratado anteriormente. Diferente do caráter de centralidade dos serviços e mesmo de lazer da Batista Campos em relação à cidade de Belém, o Jurunas apresenta uma outra realidade, a de periferia da capital paraense.

Junto ao Rio Guamá, o bairro apresenta parte de seu solo e áreas alagadiças ou propensas a alagamento com o enchimento dos rios.

Essas áreas de baixadas, como já especificado, foram, em suma, espaços habitados predominantemente pela população mais carente, sem condições de habitar o centro da cidade.

Às áreas centrais foi dada maior atenção pelo Estado, na área periférica ficou claro um processo maciço de transformação do espaço a partir da população e da pouca presença das instituições do Estado. Não são muros que distanciam esses bairros vizinhos, mas sim uma produção do espaço completamente antagônica entre os dois.

Carlos (2011, p. 42) nos afirma que: “A paisagem urbana metropolitana refletirá, assim, a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção”. No bojo de uma realidade violenta da periferia, verifica-se maior possibilidade da territorialização de outras faces da violência, como, por exemplo, dos homicídios, existentes não só pela criminalidade, mas pelos diversos motivos que possam levar ao um indivíduo retirar a vida do outro.

3 AS MARCAS DA INSEGURANÇA NO ESPAÇO URBANO

Fica claro dentro do que já foi debatido, a diferenciação entre áreas urbanas ordenadas², e outras fora do interesse de dominação do capital (do mercado imobiliário, empresas varejistas, shoppings, assim como do próprio Estado a serviço do modo de produção vigente).

Nesse contexto, deixa-se evidente a presença de uma produção heterogênea do espaço urbano, no caso, Belém, o centro marcado predominantemente pelas políticas públicas de urbanização, com áreas de lazer, ruas largas, iluminadas, lares, em sua maioria, de uma população de maior renda. Já a periferia tem em seu cerne a autoconstrução, bem como um histórico de profundos problemas de saneamento básico, da presença das vielas, ruas sem asfaltamento ou mesmo com iluminação precária, e com estruturas públicas rarefeitas, mesmo que algumas coisas

² A ideia de ordenamento é, para Moreira (2007, p. 77), aquilo que visa: “Conter e manter os conflitos em limites administráveis, instaurando, por meio das regras e normas de regulação, um quadro de relação societária alicerçado na hegemonia política das classes que dão referência do centro”.

já tenham sido melhoradas isso é fruto das pressões da população e dos interesses eleitoreiros.

Portanto pode-se dizer que a periferia é a marca primeira de uma violência do Estado com aqueles que o legitimam. Posteriormente, essa primeira violência proporciona pensar outras facetas da mesma, evidentemente mais presentes na periferia, como os próprios homicídios, resultado de uma ordem na produção do espaço urbano que impõe a população mais pobre, o habitar nas áreas em que o Estado não foca suas políticas públicas, bem como em estar às margens dos rios, sua população convive numa área de constante fluxo da ilegalidade.

Para além das desigualdades socioespaciais presentes na estrutura da cidade, há também o caráter simbólico de marginalização da população habitante das áreas periféricas, bem como do próprio espaço periférico. Tal visão acaba por se aprofundar no contexto atual de violência urbana, centrada na atuação da criminalidade, a qual mesmo que esteja presente em toda cidade, é nos espaços periféricos que demonstrará toda sua perversidade.

O crescimento da atuação da criminalidade por todas as áreas, mesmo que não seja de forma homogênea, é uma realidade. Como afirma Silveira e Rocha (2013, p. 5):

O assombro diante da criminalidade, um medo que se faz constante, não apenas nas ‘baixadas’, mas que percorre as ruas do “centro” sem distinção; uma Belém que se apresenta nova a cada dia divide espaço com aquela que vive nas lembranças dos que nela moram há mais tempo.

Como nos afirma Cruz e Sá (2013, p. 3): “O medo da violência e do crime tornou-se mais um problema a ser enfrentado, pois, ele vem mudando hábitos e alimentando sentimentos antiurbanos”, de reclusão nos condomínios fechados ou mais recente em condomínios “exclusivos”³. Desta forma não se trata necessariamente de um sentimento “anti” urbano, mas de uma nova forma de como o espaço urbano se organiza.

³ Condomínios tratados em Souza (2008). Em Belém e região Metropolitana, esses condomínios que reproduzem o espaço urbano (escola, hospital, mercado etc.) em uma realidade controlada.

O contexto atual de violência, o sentimento de medo, e o clima de insegurança urbana, impõe uma nova dinâmica ao espaço urbano, impulsionando aquilo que Souza (2005; p. 102, 2008)⁴ irá denominar de “fobópole”:

A cidade do medo, a “fobópole”, é, precisamente, a grande cidade. Antes, símbolo de civilização, de passeios ao ar livre em praças e parques e em meio a monumentos e chafarizes, de concentração de cultura e “civilização”, as grandes cidades vão se tornando lugares onde, cada vez mais, o mais sensato parece ser ficar em casa, assistindo a um vídeo de segurança (cada vez mais relativa) do lar. Muros, cercas eletrificadas, guaritas com vigias armados, cancelas para fechar ruas (não só ruas particulares, mas até logradouros públicos!), câmeras de TV: quem pode, faz da residência um verdadeiro *bunker*, ou passa a morar em um “condomínio exclusivo” ou vai para o interior, para uma cidade menor, em busca de “paz” e “tranquilidade”. Como se tudo isso adiantasse (...).

Ainda acerca do assunto, em outro trabalho Souza (2008, p. 9) compreende que a palavra fobópole: “Condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa”.

Atualmente podemos então deduzir que as transformações do espaço urbano nos dão pistas do atual cenário da violência na metrópole, bem como esse atual contexto é um motor de transformação desse espaço metropolitano. Processos interdependentes, uma via de mão dupla complexa, a qual necessita ser mais bem analisada.

Então, a violência não só cambia no espaço-tempo, mas sua presença seja física ou construída simbolicamente (imaterial), também impulsiona transformações no espaço e isso acaba por se refletir na paisagem urbana, cada vez mais marcada pela presença desses elementos das câmeras de vigilância, cercas elétricas, guaritas etc.

⁴ “‘Fobópole’ é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas, *phóbos*, que significa ‘medo’, *pólis*, que significa ‘cidade’” (SOUZA, 2008, p. 9).

Imagem 1: Muro, grade, cerca elétrica e câmera de vigilância em estabelecimento comercial e prédio residencial na travessa dos Tupinambás



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Por fim, Souza Jr. (2008) sintetiza melhor essa questão ao afirmar que:

A violência expressa no espaço resulta na consolidação da segregação urbana através da reprodução de espaços de insegurança – maior parte dos espaços da cidade ocupados, principalmente, por uma população de baixo poder aquisitivo – e espaços compostos por edificações que se constituem cada vez mais como verdadeiras fortalezas.

A violência está encharcada de espacialidade e de relações de poder, territoriais, tanto referente à escala do Estado como principal agente de regulação e combate do que é ilícito, um crime⁵, como também nas relações de poder emergente para fora dos limites do institucional, do oficial.

⁵ “Crimes são eventos que ofendem sentimentos coletivos que serão reiterados e poderão conduzir mudanças na consciência coletiva das sociedades por meio das formas de punição” (BEATO Jr., 2012, p. 31).

Fica clara a necessidade de se compreender a violência urbana na busca da complexidade do espaço urbano. Uma visão especializada, ou melhor, geográfica, se faz necessária para se entender o processo em seu todo, não perdendo de vista suas raízes, seu transcorrer histórico.

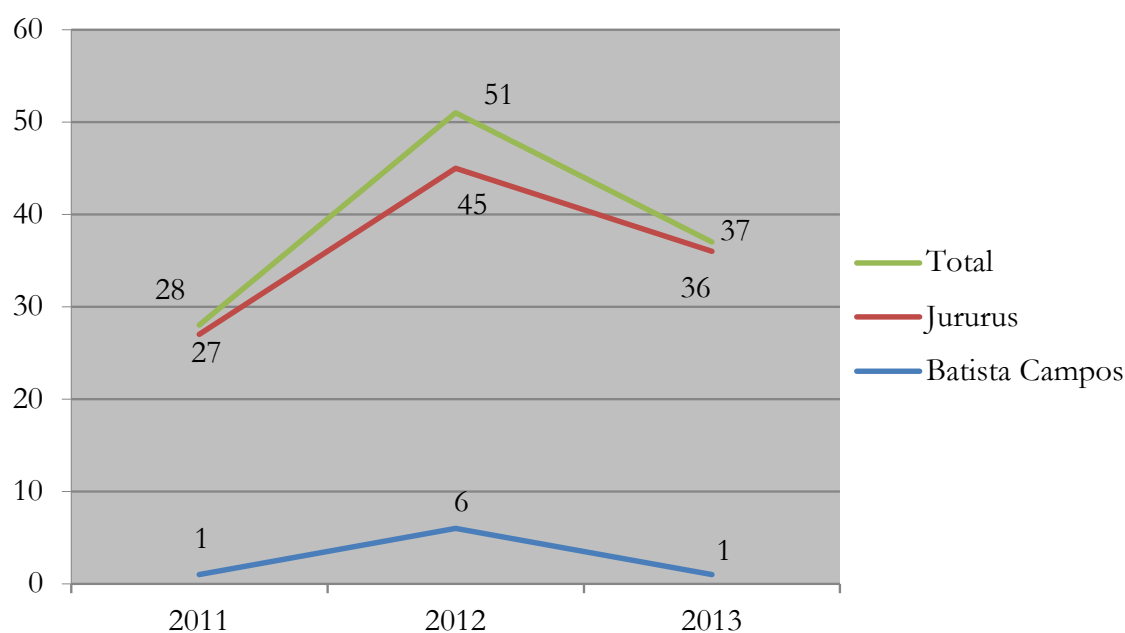
Assim, analisar a realidade metropolitana sem se dar conta da violência é castrá-lo de sua complexidade. Entender as transformações ocorridas no espaço, em nosso caso, na cidade de Belém, é de suma importância para introduzirmos um pensamento maduro acerca dos atuais dados de violência, mais especificamente de homicídios.

4 DEBATENDO OS DADOS DE HOMICÍDIOS

Uma das formas mais especializáveis de crime são os homicídios. Eles representam a forma mais extrema de violência contra a pessoa, pois, diferentemente das outras que implicam em perdas materiais ou lesão corporal, são, como afirma o Código Penal Brasileiro (Silveira, 2008), o ato de matar alguém.

Logicamente que existem distinções quanto ao homicídio. Existem os de natureza culposa, sem a intenção de matar, mas por um ato de negligência, imperícia; e o doloso, quando há a intenção ou se assumiu o risco de matar.

É um ato violento que causa medo e que ocorre em todo o espaço urbano, todavia, tem dinâmicas quantitativas diferentes. Enquanto o bairro Batista Campos teve ao longo dos três anos um número baixo de homicídios, em 2011 e 2013 teve apenas um homicídio, com pico em 2012 de seis; o bairro Jurunas sempre apresentou um grande número de homicídios, em 2011 teve 27 homicídios, em 2013 tiveram 36 e pico em 2012, quando ocorreram 45 homicídios.

Gráfico 1: Homicídios na 4ª AISP: os casos de Jurunas e Batista Campos

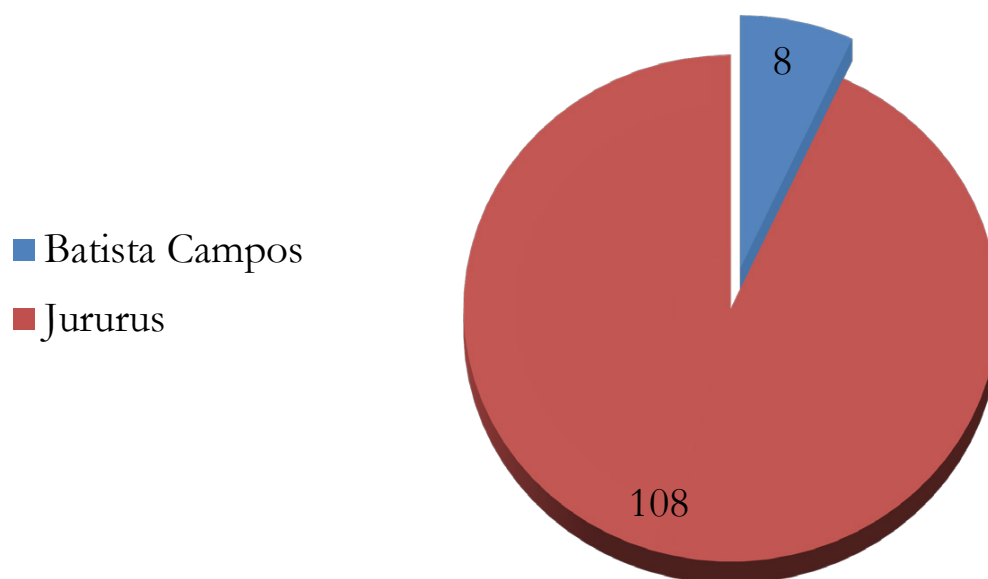
Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2011, 2012 e 2013.

Com total de 116 homicídios em três anos, vemos um índice bastante alto desse crime na 4ª AISP. Nessa área integrada, todavia, é possível notarmos uma grande discrepância da realidade dos dois bairros.

O Jurunas apresenta a maioria absoluta das mortes, mesmo sendo geridos pela mesma polícia que a Batista Campos. Não são muros que separam a realidade desses dois bairros ou a atuação da polícia, mas suas formações socioespaciais e socioterritoriais, que moldam essa discrepante realidade. Isso fica ainda mais claro no gráfico 2.

Portanto, podemos presumir alguns pontos a serem destacados neste trabalho, que nos dão suporte para entender a diferença no número de homicídios entre os bairros, fugindo da explicação única e buscando entender a realidade em sua complexidade.

O primeiro é a própria distribuição populacional entre os bairros. Em dados de 2010, a população residente na Batista Campos é de 19.136 pessoas, enquanto o Jurunas tem cerca de 64.478 moradores, contabilizando um total de 83.614 pessoas vivendo na 4ª AISP.

Gráfico 2: Distribuição dos homicídios na 4ª AISP: Jurunas e Batista Campos

Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2011, 2012 e 2013.

Se utilizarmos de parâmetros proporcionais, Batista Campos tem aproximadamente apenas 23% da população residente nessa área integrada. Na proporcionalidade entre população residente e homicídios, o bairro Jurunas já deteria um maior número de casos de homicídios (77%), mas alonge ainda da concentração de 93%.

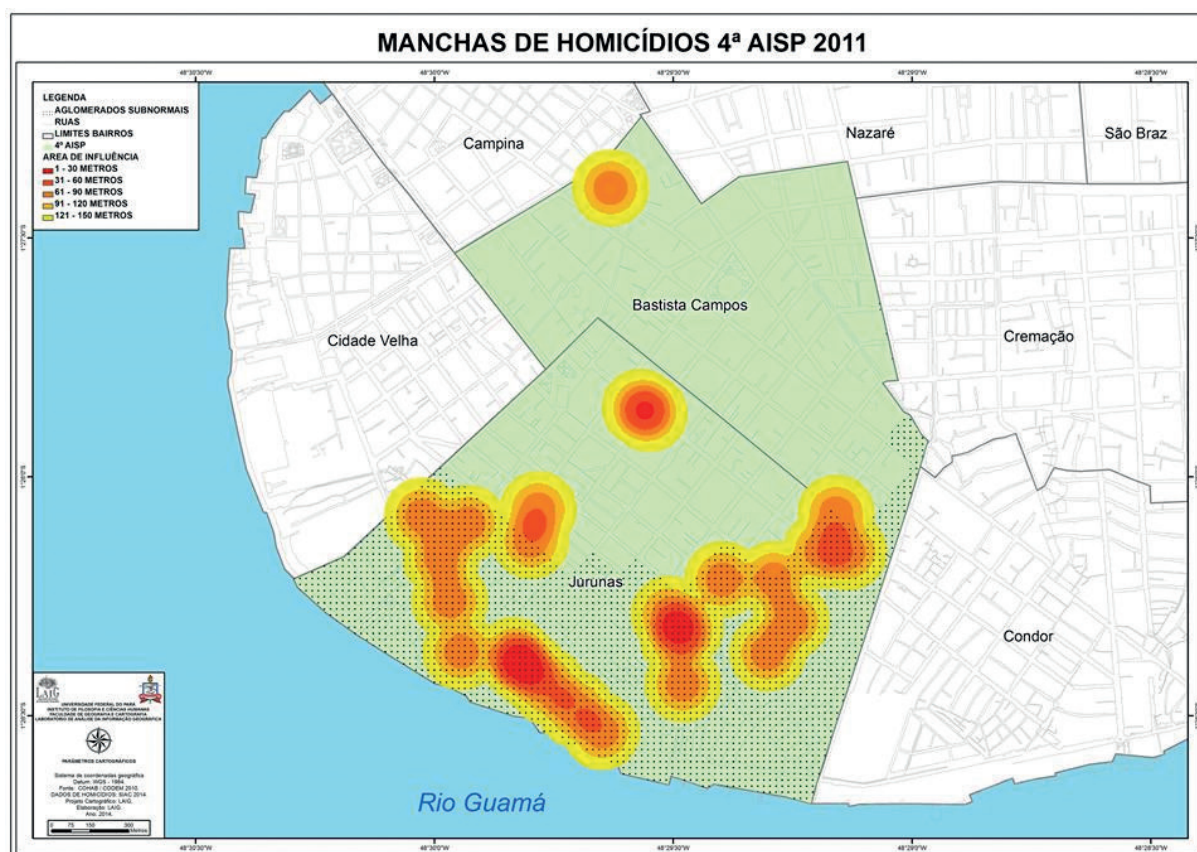
Logicamente outras motivações se fazem ainda mais importantes. Os dois bairros possuem formações socioespaciais diferenciadas. Batista Campos é um bairro central da cidade de Belém, com quase todas as áreas de fácil acesso, de circulação constante de pessoas, carros, devido às áreas de lazer, bem como os serviços que movimentam, tanto os moradores do bairro, compradores de outros bairros, os empregados dessas empresas, os empregos informais (ambulantes, flanelinhas etc.), além de suas vias darem acesso a Campina, bairro eminentemente comercial. Essa circulação constante em parte também inibe a ação da criminalidade violenta.

Ao contrário, o Jurunas, mesmo próximo ao centro está fora do eixo principal de passagem de ligação dos bairros com os outros de Belém ou mesmo dessa realidade. Como já especificado, sua realidade é de um bairro periférico, ocupado pelas classes sociais economicamente mais desfavorecidas, pela autoconstrução e que por muitos anos esteve à margem dos interesses do Estado.

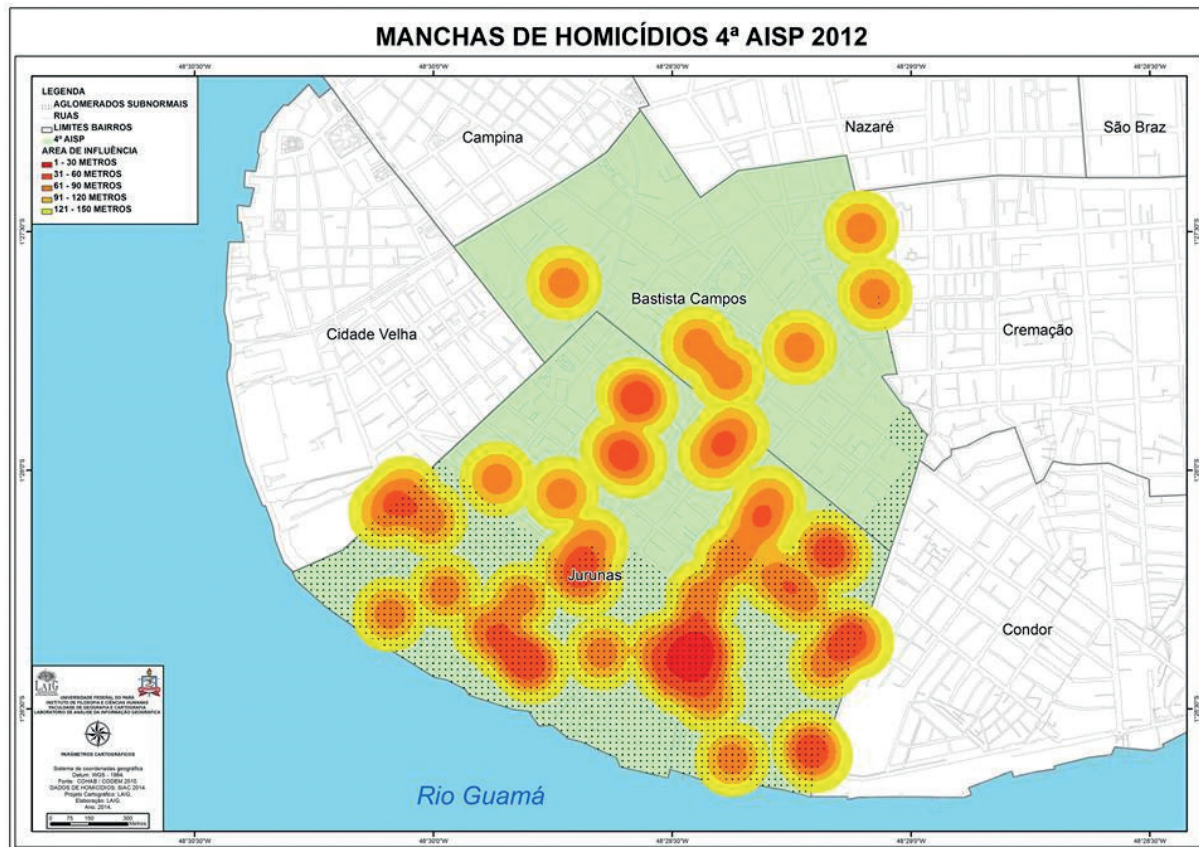
No bairro, as principais relações econômicas se dão ao longo da área de orla. Essa área é tomada por portos que participam em parte da integração de Belém com as ilhas e cidades ribeirinhas. A dinâmica de pessoas e mercadorias é constante, e a falta de fiscalização permite a entrada, tanto de produtos legais, como os ilegais, pondo o bairro num eixo de fácil circulação de armas, drogas etc.

Além disso, há presença da feira do Jurunas, bem como de bares que funcionam em diversos horários em prol de serem estabelecimentos de diversão para alguns trabalhadores e moradores da área.

Mapa 2: Mancha de homicídios na 4ª AISP (2011)



Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2011.

Mapa 3: Mancha de homicídios na 4ª AISP (2012)

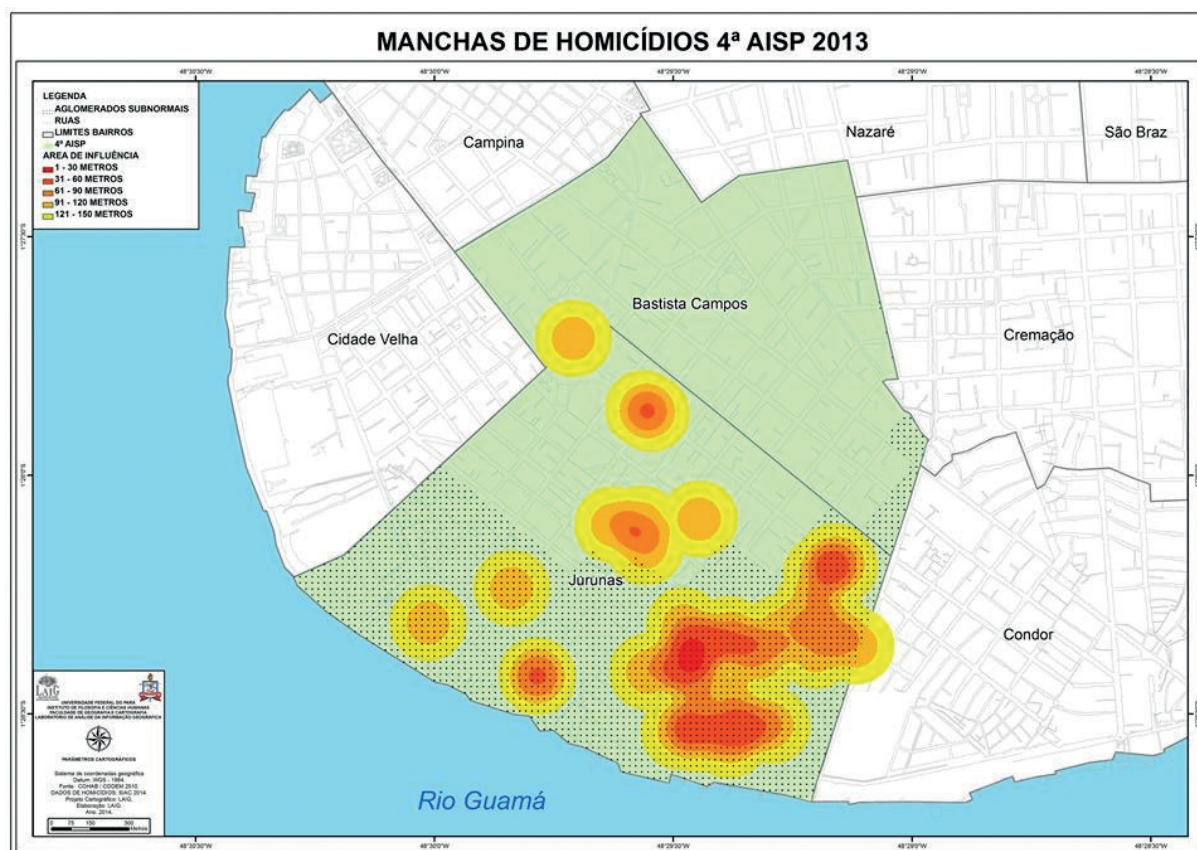
Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2012.

De certo, o mapa apresenta uma informação importante. Além da heterogeneidade entre os bairros, ainda há uma diferenciação dentro do bairro Jurunas que possui a concentração de homicídios nos três anos nas áreas de aglomerado subnormal.

A concentração maior está na porção leste do bairro, onde foi aqui identificada a presença de vielas, becos e passagens, que possuem, como nos foi relatado em campo, de maneira mais acentuada, a presença do tráfico de drogas, bem como o fato de ser uma área de difícil acesso à polícia.

Outra área destacada é na Avenida Bernardo Sayão, que margeia a área de orla, onde também há a presença constante de homicídios, sejam por armas de fogo ou por objetos cortantes-perfurantes, os quais geralmente são frutos de uma briga entre amigos, familiares ou mesmo desconhecidos.

Mapa 4: Mancha de homicídios na 4ª AISP (2013)



Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2013.

A área próxima ao Projeto Portal da Amazônia também teve a presença forte de homicídios nos anos de 2011 e 2012, porém, em 2013 houve uma diminuição. Resta agora acompanhar os próximos anos para ver se o projeto ocasionou a diminuição desse crime no local ou se foi apenas uma situação passageira.

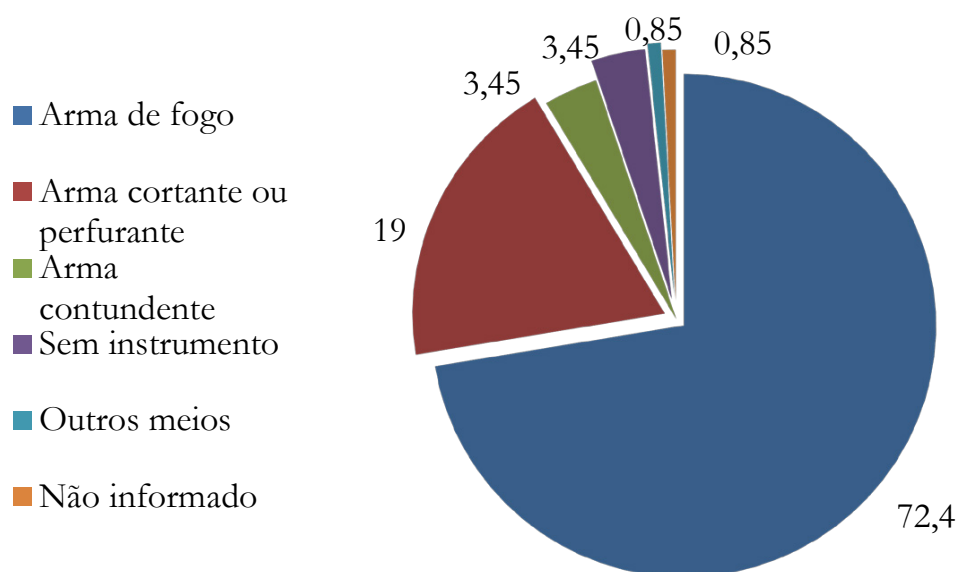
Na última área, já fora dos aglomerados subnormais e mais próximos da Batista Campos, o número de homicídios foram em todos os três anos, proporcionalmente menor que nas outras áreas. Com exceção do ano de 2012, quando ocorreu uma expansão exponencial dos homicídios por ambos os bairros; nos outros dois, os dados não são tão expressivos como nas outras áreas.

Já no bairro Batista Campos, o número de homicídios sempre se mantém baixo, como em acontecimentos esporádicos. No ano de 2012 também há um ligeiro crescimento dos homicídios que seriam mais

preocupantes caso se mantivessem, todavia, em 2013 volta a ser apenas um caso.

Um último ponto a ser destacado é o tipo de arma utilizado. De forma clara, no gráfico abaixo, no número de ações há muitos casos com armas cortantes perfurantes, porém, é o uso de arma de fogo que possui o domínio absoluto em relação aos outros armamentos.

Gráfico 3: Tipos de armas utilizadas nos homicídios entre 2011 e 2013 na 4ª AISP



Fonte: Dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), 2011, 2012 e 2013.

Diferentemente da utilização das armas cortantes, perfurantes e contudentes, que geralmente estão ligadas às relações interpessoais, a arma de fogo pode estar ligada a diversos motivos das mais variadas origens.

Pode ser pela própria ação policial com sua utilização em serviço ou em autodefesa contra um assalto, por exemplo; ao acerto de contas por dívidas ou por disputas territoriais entre traficantes ou mesmo um desentendimento numa relação interpessoal etc.

Portanto, isso nos faz expandir o pensamento ao demonstrar que os homicídios podem ser resultado de ações territoriais formais, por meio da polícia como parte do Estado, ou mesmo das territorializações informais, seja no seio familiar por um desentendimento entre casais, num crime

passional, entre amigos, ou mesmo nas práticas ilícitas como o tráfico de drogas. Por fim, não é possível negar também a existência do ramo do poder formal relacionado às relações territoriais ilícitas, por meio das milícias, bem como em grupos de extermínio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando a proposta analítica do presente trabalho, é importante que se faça algumas considerações. Não se trata, porém, de querer resolver o problema da violência, pois isso seria de grande presunção, mas sim, a intenção de incitar e apontar algumas considerações para debates futuros, mais profundos e consolidados.

O primeiro apontamento a ser feito é que ao apresentarmos as áreas periféricas como espaços onde há a presença hegemônica dos dados de homicídios, logo da criminalidade violenta, todavia não queremos, com isso, consolidar o preconceito com a periferia de Belém.

Esses bairros periféricos, em nosso caso o Jurunas, já sofrem constantemente com um preconceito por serem áreas consideradas violentas. O medo de passar pelo bairro ou mesmo em alguns locais a qualquer hora, só aprofunda as sérias questões socioespaciais, e quem mais sofre com a violência e com o preconceito não são os que vivem fora, mas os próprios moradores, os quais não veem melhorias significativas nos seus anseios diários.

Ao afirmar simplesmente que o Jurunas é violento, e Batista Campos não, esconde-se uma série de questões espaço-temporais, de falta de investimento público e das complexas questões socioespaciais inerentes à periferia da cidade de Belém. Além do mais, não compreende-se a inserção do Jurunas no fluxo do tráfico de drogas, tendo os portos na área de orla do bairro como importantes elementos para a chegada de drogas, armamentos ilegais etc.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de efetivação da proposta de uma Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social. Isso não é dar certeza de êxito a essa forma de pensar a segurança pública, mas ela está implementada. Portanto, se faz necessário uma maior integração principalmente entre a Polícia Militar e Polícia Civil.

Assim se integrariam as ações preventivas e combativas da Polícia Militar e de investigação da Polícia Civil. Isso se for feito de forma séria, tentando aliar tudo à própria investigação interna, pode gerar, a médio prazo, bons frutos, senão pelo menos terá um diagnóstico mais concreto para pensar algo com melhor efetividade.

Sem isso, mesmo a Polícia Militar estando instalada em uma área de grande incidência de criminalidade, entre a Avenida Fernando Guilhon e Bernardo Sayão, é muito provável que o resultado não seja o desejado.

Além disso, a necessidade de aliar essas ações de segurança pública com o atendimento das outras necessidades básicas, como saneamento básico, educação, saúde, como um projeto integrado. Diferentemente das ações imediatistas, isso poderia ter implicações positivas a longo prazo, o que é muito difícil de ser feito pelas gestões imediatistas.

Isso nos faz pensar na necessidade primeira de se analisar políticas de prevenção. Leavell e Clark (1958 *apud* SILVEIRA, 2008) definem três níveis de prevenção: a Prevenção Primária, que visa agir antes que o crime e a violência ocorram, com estratégias educacionais, resolução das carências infraestruturais etc.

A Prevenção Secundária, que se dá com a identificação dos grupos de riscos pelas características hegemônicas (faixa etária, situação de moradia, entre outras), inserindo esses grupos de riscos em atividades, como as esportivas. Já a Prevenção Terciária tem uma perspectiva mais a longo prazo, pensando estratégias de reabilitação e reintegração tanto a pessoas vítimas de atos violentos, quanto aos transgressores.

Todavia, é importante sempre destacar a necessidade da participação popular nessas ações. Ninguém pode compreender melhor a realidade socioespacial do bairro periférico do que os próprios moradores dessas áreas. Para além das decisões verticais do Estado, é necessário certo grau de horizontalização, buscando atender as ânsias dessas áreas.

Assim, se conclui com este trabalho, com a fala de Beato Filho (2012, p. 22), essencial para os pesquisadores preocupados com o tema violência: “Ao contrário do que reza o senso comum, problemas de violência não se resolvem com repressão, mas com inteligência, análise e reflexão”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F.S. **Entre Portais do Espetáculo e Portas do Cotidiano sobre as Águas do Guamá**: Cartografando Processos Construtivos de Subjetivação no Jurunas, Belém-Pa. 168 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2008.
- BEATO Filho, C.C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CARLOS, A.F.A. **A Cidade**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARTA CAPITAL. **América é a região mais violenta do planeta, diz relatório da ONU**. ENTREVISTA, 2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/internacional/america-e-a-regiao-mais-violenta-do-planeta-diz-relatorio-da-onu-461.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.
- CHAGAS, C.A.N. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. Belém: Boletim de Geografia da Amazônia, n. 1, v. 01, 2014 p. 186-204.
- CRUZ, L.M.; Sá, A.J. **Aportes metodológicos ao estudo do crime e da violência no espaço urbano**. Revista de Geografia (UFPE) V. 30, No. 3, 2013 p.116-131.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Número de homicídios no Brasil é 5 vezes maior que índice mundial, mostra estudo**. 2015. Disponível em: <www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/05/06/interna_brasil,575195/numero-de-homicidios-no-brasil-e-5-vezes-maior-que-indice-mundial-mostra-estudo.shtml>. Acessado em: 25 de setembro de 2015.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Disponível em: http://blogs.fad.unam.mx/asignatura/nadia_osornio/wp-content/uploads/2014/05/lefevre-la-produccion-del-espacio.pdf. Acessado em: 20/12/2014 p. 219-228.
- MOREIRA, R. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial

burguesa. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém**. 2012

RODRIGUES, Edmilson. **Os Desafios da Metrópole**: reflexões sobre o desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

SILVEIRA, A.M. A Prevenção dos Homicídios: desafio para a segurança pública. In: BEATO, C. (org). **Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; ROCHA, Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da. **O bairro Batista Campos e as dinâmicas do tempo na cidade de Belém, Brasil**: memórias e paisagens arruinadas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, p. 169-182, jan.-abr. 2013.

SOUZA Jr., X.S.S. de. **A desconcentração dos eventos de violência urbana no Brasil e sua influência nas redefinições das cidades intermediárias**: o caso de Campina Grande. Rio de Janeiro: SIMPURB, 2013.

SOUZA, M. L. de. Clima de Guerra Civil? : Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, E.S de. **Que país é esse?**: pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005, pp. 101-140.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M.E.B; GÓES, E.M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

TRINDADE Jr, Saint-Clair. **A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana**. vol. 1. nº 1. Vitória: Geografares, 2000, p. 117-129.

Espaço urbano, desigualdade socioespacial e violência urbana nos bairros do Guamá e Terra Firme. Belém-PA

Lorena de Lima Sanches Santana

RESUMO

Este artigo tem como intuito fazer uma análise do espaço urbano da cidade de Belém, em especial dos bairros do Guamá e Terra firme, além de buscar trabalhar a desigualdade socioespacial vivida nesses dois bairros periféricos, da referida capital, os quais há anos sofrem com o estigma de serem conhecidos como áreas violentas da cidade, buscando entender de que forma a urbanização acelerada e desigual tem refletido negativamente no cotidiano dessas áreas, apontando, por exemplo o bairro do Guamá como o mais violento do município.

Palavras-chave: Espaço urbano; Desigualdade socioespacial; Violência; Guamá; Terra firme.

1 INTRODUÇÃO

Há um crescente aumento da violência nos espaços urbanos. Hoje a insegurança e o medo de ser vítima de atos violentos é uma realidade nacional e para entender tais questões é importante perceber o espaço urbano como *“simultaneamente fragmentado e articulado.”* (CÔRREA, 1995 p.7), ou seja, compreender que dentro da escala de uma cidade, ou até mesmo de um bairro, coexistem diversos atores sociais que disputam o território a fim de nele imprimirem suas relações de poder.

Na cidade de Belém, podemos perceber o aumento significativo das taxas criminais, entre elas as do homicídio que atualmente é uma das grandes preocupações da segurança pública não somente do estado do Pará, mas também do Brasil como um todo. Em Belém os bairros do Guamá e Terra Firme além de serem áreas historicamente periféricas da

cidade são sempre citados desde o senso comum até a esfera pública no que tange a violência. O Guamá é o bairro da capital belenense que mais sofreu aumento nos índices de violência, tanto que hoje desponta como um local onde essa tipologia se destaca de acordo com dados do sistema de análise da informação criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. (SIAC-SEGUP-PA) do ano de 2014. De acordo com dados do Instituto Sangari (2012), Belém aparece em segundo lugar no *ranking* das capitais brasileiras que mais sofreram variação nas taxas de homicídio no período de 2000 a 2010. Portanto, há a necessidade de compreender que existem fatores que levam o aumento vertiginoso dos homicídios.

Este artigo teve por objetivo analisar a formação urbana dos bairros do Guamá e Terra Firme, principalmente, procurando entender as desigualdades sócio-espaciais que colaboram no aumento dos índices de violência vivenciadas nessas áreas. A relevância deste, se dá no âmbito científico e social. Cientificamente, este trabalho tem por escopo justificar a dinâmica da violência urbana e da criminalidade, especificamente dos homicídios nos bairros supracitados, por uma óptica geográfica analisando os conceitos de: espaço urbano; desigualdade socioespacial e violência ponderando categorias que ajudam a interpretar a violência urbana. De outro modo, no âmbito social as camadas mais pobres das cidades brasileiras são as que mais sofrem com a violência. Visto que, com a ausência de recursos desta parcela da população, além da falta de interesse público em mediar os problemas, acaba-se criando uma dualidade: de um lado, cidadãos que se tornam as maiores vítimas e de outro, os agressores que são facilmente apontáveis deste sistema que lhes é imposto. Então, esta pesquisa se mostra importante no sentido de dar visibilidade a este problema que é típico de cidades com o desenvolvimento acelerado e desigual como é o caso de Belém.

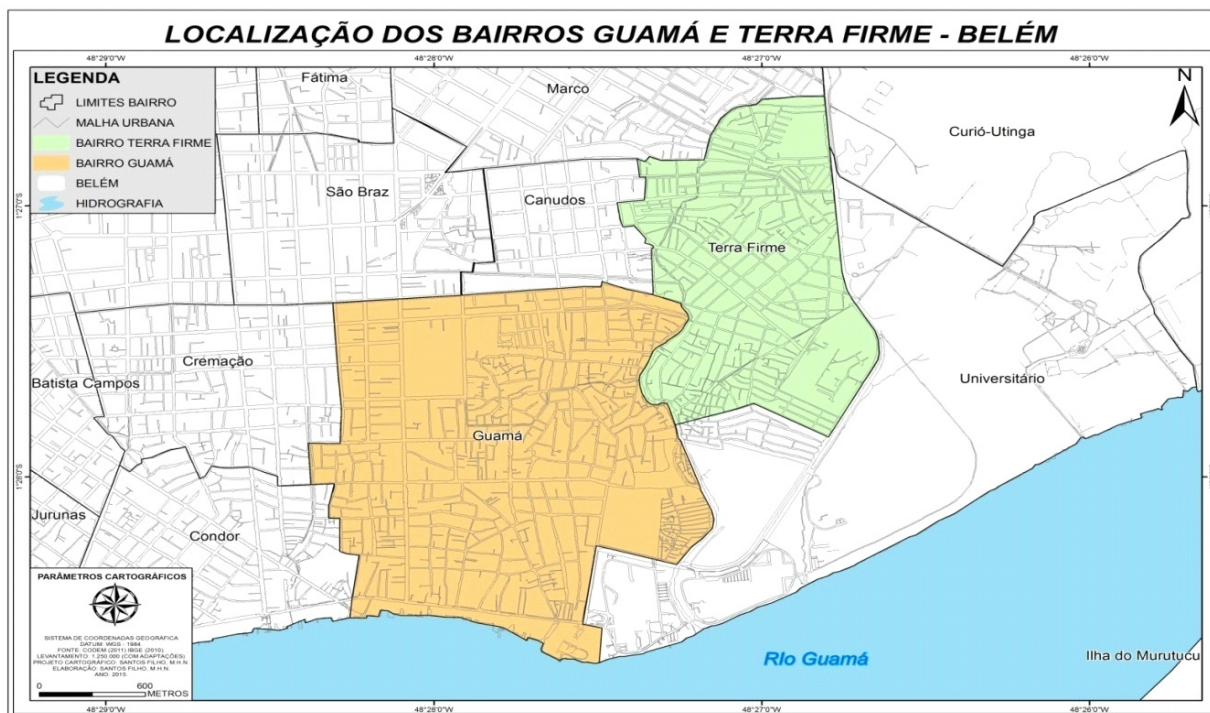
A metodologia consiste primeiramente, no levantamento documental da cidade de Belém e das áreas estudadas através de organismos governamentais e não governamentais como (SEGUP-PA, SEPOF, Prefeitura de Belém, Jornais e etc.); Além da pesquisa bibliográfica que teve como relevância substancial os conceitos de Espaço desenvolvido no espaço urbano, desigualdade socioespacial, urbanização além de desenvolver no âmbito científico o conceito de violência. Posteriormente, foi realizado um

trabalho de campo exploratório com o intuito de conhecer melhor a área e entrevistar um grupo focal que foi o dos líderes comunitários das duas áreas pesquisadas realizado no dia 22 de abril de 2016. E por fim a coleta de dados de criminalidade em especial dos dados de homicídios fornecidos pela Segurança Pública do Estado do Pará em especial da Subsecretaria Adjunta da Análise da informação criminal dos anos de 2011 a 2013.

2 ESPAÇO URBANO E URBANIZAÇÃO DOS BAIROS DO GUAMÁ E TERRA FIRME

Tratar da temática violência no contexto das grandes metrópoles atualmente é algo fundamental, dado que a violência se mostra de diversas formas e está presente no cotidiano de toda - ou quase toda pessoa - dos grandes centros urbanos. Por isso, é inegável pensarmos que o fator urbanização e, conseqüentemente, a periferação tenham influências nas dinâmicas territoriais das cidades. Dentro do espaço urbano, diversos fatores podem contribuir para o aumento da violência como: exclusão social, pobreza, favelização. Tais aspectos apresentam-se intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e deixadas para segundo plano pelo poder público tornando-se, assim, ambientes para a difusão e o estabelecimento da criminalidade

O lócus desta pesquisa corresponde aos bairros do Guamá e Terra firme, dois bairros periféricos da cidade de Belém que há tempos sofrem com uma espécie de precarização socioespacial e com rotulações negativas como será apontado no decorrer deste capítulo. Mas antes, é importante trazer algumas informações pertinentes acerca da geografia desses bairros. O Guamá e a Terra firme localizam-se na porção sul do município de Belém, próximos ao rio Guamá. Os dois bairros fazem parte dos distritos administrativos do Guamá (DAGUA), sendo este o oitavo Distrito Administrativo de Belém, abrangendo os bairros da Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga. O bairro do Guamá ainda faz parte do distrito administrativo de Belém (DABEL), que abrange os seguintes bairros: Reduto, Campina, Nazaré e parte dos bairros do Marco, Umarizal, São Brás, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e Canudos.

Mapa 1: Localização dos bairros do Guamá e Terra Firme

Fonte: IBGE, 2010.

Segundo o anuário estatístico do município de Belém de 2012 a partir do censo demográfico do IBGE 2010, a população total desses dois bairros é de 156.049 habitantes, sendo o bairro do Guamá o mais populoso com 94 610, já a Terra Firme possui 61.439 habitantes. Em relação à caracterização do território o Guamá possui uma área de 4,17 Km² e a Terra Firme, 2,43 Km². (IBGE, 2010).

Tanto o bairro do Guamá quanto da Terra Firme estão inseridos na bacia hidrográfica do Tucunduba, assim como outros bairros de Belém, são eles: Universitário, Canudos e Marco que juntos tem uma população de 200 mil habitantes. De acordo com os dados do relatório de controle ambiental, financiado pelo governo do estado do Pará em 2008, do total dos 200 mil habitantes que vivem nestes bairros, 125 mil moram em palafitas, nas áreas alagáveis e o restante em casas de alvenaria em áreas mais altas. (GOVERNO DO PARÁ, 2008)

A partir dos estudos de Cardoso et al (2006), do ponto de vista intra-urbano Belém se destaca pela formação metropolitana, onde suas estruturas espaciais mantém clara relação com as estratificações sociais, e isto é observado pelos autores desde a geografia da cidade onde as áreas

altas e de terra firme foram os locais que agregaram a maior parte dos investimentos em infra-estrutura servindo de morada as elites locais desde o período da borracha. Já a população pobre era subdividida em dois grupos: os nascidos em Belém que ocupavam as áreas intermediárias (entre as áreas alagadas e a terra firme), e a população pobre migrante que inicialmente vinha do interior do estado e habitavam os locais alagáveis as baixadas e que ainda mantinham fortes relações com a dinâmica ribeirinha e que até hoje ainda são áreas habitadas majoritariamente pela população de baixa renda.

Nesta porção que se localizavam as áreas inundáveis, vistas como áreas de segunda importância tanto pela população quanto pelo governo, Ferreira (1995) mostra que em meados do século XIX o Tucunduba já começa a ser inserido ao contexto da reestruturação de Belém, feita por Antônio Lemos, funcionando como área de reclusão para portadores de hanseníase quando uma fazenda que lá existia (a fazenda Tucunduba ou Tocumduba) havia se convertido em uma casa para hansenianos e outras doenças mentais onde eram péssimas as condições de higiene e segurança. Nesse sentido, de segregação impositiva desde os primeiros momentos de ocupação desta área, Ferreira (1995, p. 61-62) afirma:

O Tucunduba começa a ser articulado ao contexto de Belém funcionando principalmente como área de reclusão, de isolamento para o “lixo social”. Ou melhor, a instalação do leprosário, das casas de saúde e também de cemitérios vincula-se a estratégias de segregação socioespacial coerentes com a política de aformoseamento e de “limpeza” da cidade e de valorização do centro urbano.

Além da construção de casas para hansenianos e pessoas com doenças mentais, o Tucunduba também foi a área destinada à construção do cemitério Santa Izabel que foi construído devido ao grande número de óbitos causados pela varíola sendo então o cemitério destinado aos pobres e indigentes. Ainda no período do início do Século XX foram construídos mais dois cemitérios e o hospital Domingos Freire na Avenida José Bonifácio que também se destinou ao isolamento de doenças infecto-contagiosas (FERREIRA, 1995). Percebe-se assim que desde o início por

ser a bacia do Tucunduba uma área alagável, na cidade de Belém e pela concentração bastante significativa de casas de saúde, recolhimento e cemitérios esta área sempre carregou para si uma conotação negativa como um local repulsivo, uma área para habitação dos indesejáveis da cidade. Nesse sentido Sposito (2013, p. 99) comenta:

Considerando a divisão social do espaço urbano, o movimento da urbanização, na longa duração, tem sido o de ampliar a segmentação do espaço e da seletividade social no uso e na apropriação dele.

Nessa perspectiva, o Tucunduba se assemelha ao que afirma Corrêa (1999, p.8,) “Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” . Já que mesmo com o passar dos anos, principalmente nos bairros do Guamá e Terra firme, ainda carregam este estigma negativo, o que muda é apenas o tipo de negatividade que estes bairros sofrem, antes ligado a área de cemitérios e hospitais de isolamento, e hoje se destacando, pelos altos índices de violência nessas áreas.

Com o passar dos anos, a partir da década de 1960 houve um marco histórico na produção do espaço urbano, ao que concerne o Tucunduba quando em 1963 se instalou o campus universitário pioneiro ou núcleo pioneiro, localizado na várzea do Tucunduba no bairro do Guamá, que além de fomentar a formação de mão de obra qualificada na região, pensando principalmente nos grandes projetos do governo federal para a Amazônia, o que ajudou a atenuar a repulsa que esta área sofria já anteriormente.

Ferreira (1995 p. 11), diz que “A várzea do Igarapé do Tucunduba ficou a margem da expansão da malha urbana de Belém até o início da década de 60”. Tendo sua ocupação de fato consolidada a partir dos anos de 1970, quando houve uma migração considerável para as áreas de planícies inundáveis por parte da população pobre, e isto ocorreu devido às políticas de incentivo a ocupação do espaço da Amazônia que se iniciaram em 1960 com a modernização das fronteiras o que culminou na migração tanto de população de outros estados para o Estado do Pará, quanto de outros municípios do Pará para Belém, no caso dos bairros que correspondem à bacia do Tucunduba, destacando os bairros do Guamá e Terra firme.

Apesar da falta de estruturação urbana nesta área, o interesse da população de menor poder aquisitivo em ocupar estes terrenos ocorreu devido se localizarem próximas às áreas centrais de Belém, além do aumento demográfico que ocasionou a valorização dos terrenos urbanos da cidade que gerou um crescimento no custo de vida nos bairros mais centrais e por fim a área ter proximidade com o “cinturão institucional” o que barrava de certo modo a expansão da ocupação para outros terrenos (FERREIRA, 1995).

Os bairros do Guamá e Terra firme se configuram em um contexto de baixada da grande Belém, esta terminologia é ligada à baixa altimetria dessas áreas, nesse caso além da questão altimétrica esses bairros localizam-se em uma área de várzea, inseridas no igarapé do Tucunduba, às proximidades do Rio Guamá. Sobre o conceito de baixada Rodrigues et al (2012. p.6) afirmam:

As áreas formadas por planícies e terras alagáveis da primeira légua patrimonial foram designadas de baixadas pelo setor público a partir do relatório técnico localmente conhecido por *monografia das baixadas de Belém* (SUDAM, DNOS, Pará 1976) que consagrou o critério das terras alagáveis situadas abaixo da cota altimétrica de 4,0 m (ou 4,5 m, alternativamente) para caracterizar as áreas de *baixadas*, na verdade locais favelizados da atual periferia próxima ao centro do município de Belém. Este critério eminentemente fisiográfico, já era a época associado ao perfil da população e as estratégias de sobrevivência e informalidade econômica de seus moradores. Seria então, uma forma de *assentamento precário*, na terminologia oficial atual.

O relatório, e por conseqüência o critério altimétrico adotado, dizia respeito às bacias hidrográficas da primeira légua patrimonial de Belém. Assim, tal critério não foi proposto como generalizante de forma que caracterizasse todas as situações de assentamentos precários próximos aos cursos d’água e sujeitos a alagamento em todo o território de Belém. Porém, tornou-se um termo utilizado localmente de forma genérica para designar locais com problemas de saneamento, ocupados por população pobre e não exclusivamente abaixo da cota de 4m.

Imagem 1: Várzea do Tucunduba no bairro do Guamá



Fonte: Lorena Santana, 2015.

Pensando na morfologia dos terrenos, que no primeiro momento teve um agente socialmente excluído como modelador do espaço urbano (CORRÊA, 1995) e isso se exemplifica com o intenso processo de favelização. Por meio dos dados obtidos em campo e ainda com os estudos de Ferreira (1995), a questão dos terrenos serem aterrados com caroços de açaí pela população que muitas vezes não tinha poder aquisitivo para comprar outros materiais para este fim, ou as habitações construídas sob palafitas, o acúmulo de lixo além da falta de saneamento básico que compromete a vida dos moradores dessas áreas. Acerca disso Corrêa (1995, p. 30) comenta:

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e ao mesmo tempo, uma sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos recém expulsos do campo ou provenientes de

áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças.

Um ponto interessante a ser analisado, é a heterogeneidade da produção espacial, haja vista que no mesmo espaço coabitam um “cinturão institucional” de 52,90 Km² com as instituições públicas (CELPA, UFPA, UFRA, EMBRAPA, ELETRONORTE, Museu Paraense Emílio Goeldi) e Militares (Marinha, Aeronáutica e Exército), criadas a partir de 1940, além da constituição de áreas marcadamente alijadas do contexto de uma estruturação por parte do Estado, contando ainda hoje com casas sob palafitas, falta de drenagem dos canais ocasionando alagamento nos períodos chuvosos em uma porção significativa desta área, sobretudo, no bairro do Guamá, lembrando que boa parte dos terrenos ocupados pela população carente que hoje encontra-se densamente povoada, pertenceu à UFPA. Nestes espaços é possível perceber tensão e conflito por esta disparidade de situações vivenciadas em uma mesma porção do espaço (FERREIRA, 1995).

3 DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA NOS BAIROS DO GUAMÁ E TERRA FIRME

Acerca do que foi brevemente exposto é importante perceber a heterogeneidade da produção espacial e que dentro da cidade capitalista, particularmente dos grandes centros urbanos a cidade se caracteriza como fragmentada, com diversos conteúdos e formas, justamente por ser formada por vários agentes sociais que imprimem suas relações de interesse no território. Dentre esses tem papel de destaque tanto à divisão econômica, quanto a divisão social do espaço. De acordo com Harvey (1985) *apud* Vasconcelos *et al* (2013. p. 9) “A fragmentação social e fragmentação espacial são correlatas”. E isso acaba se tornando algo concreto pois o espaço é condição meio e produto das relações sociais. Sobre isso Sposito (2011 p. 129) comenta:

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto desigualdades assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou da capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual.

Carlos (2013), trata justamente da metrópole como o local inerente aos processos prontos e produzidos pelo capitalismo e por isso o espaço urbano capitalista acaba tendo algumas características, como: as estratégias do urbano enquanto produção é sempre feita contra o social; a cidade acaba se tornando exterior ao indivíduo; o urbano e o metropolitano se caracterizam como espaço de privações, muitos dos projetos públicos acentuam a segregação; o fechamento dos indivíduos em espaços fechados e por fim o capitalismo torna os espaços mercadorias, mesmo os espaços públicos, contudo ele é fragmentado já que o acesso ao espaço é feito de maneira diferenciada. Acerca disso (CARLOS, 2013 p. 97) comenta:

No plano da produção do espaço urbano, portanto, a segregação aparece como forma lógica da separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como forma positiva de diferenciação.

Por isso é *sinequa non* compreender que a intensificação do crescimento urbano nas metrópoles brasileiras gerou um incremento significativo na violência urbana e para entender tal fator é preciso pensar a cidade como um “mosaico social” (Timms 1971 *apud* CORRÊA, 2013), ou seja, perceber que ela se constitui por áreas distintas nas quais convivem diversos segmentos sociais que disputam o território e que acaba levando vantagem quem possui maior poder para galgar os melhores espaços, tendo como produto dessa relação à constituição de uma cidade marcadamente segregadora. A partir de tal configuração, podemos perceber a cidade como fomentadora da “segregação espacial” (VASCONCELOS, 2013).

Para Souza (2008, p. 55) “é em cidades sócio-político-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado prospera e se sente em casa são elas as *fobópoles por excelência*”.

Em Belém não podia ser diferente, sobretudo, se analisarmos que apesar das peculiaridades locais, a urbanização nos países periféricos segue um modelo de atraso em relação aos países desenvolvidos, falta de planejamento, além do que Belém e RMB de acordo com estudos de Lima e Moysés (2002 *apud* SOUZA e FRATTARI, 2013) tem apresentado crescente fragilização econômica, sobretudo nos períodos de 1980, altas taxas demográficas além de elevados níveis de desemprego e subemprego, baixos níveis salariais e concentração de renda além de precários serviços públicos o que acaba favorecendo uma crescente segregação socioespacial, ou seja, este quadro de vulnerabilidade social propicia o aumento da violência urbana e conseqüentemente da violência letal, que neste trabalho são apresentados a partir da tipologia criminal homicídio. Acerca desta relação intrínseca entre Urbanização e Violência Beato filho (2012, p.70) comenta:

O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países.

Porém, apesar de identificarmos que as peculiaridades como a ilegalidade e a falta de estruturação de ruas dificultando, por exemplo, o trabalho da polícia, ajuda na ocorrência de crimes. Há vários equívocos quando o assunto é violência, como por exemplo, analisá-la apenas pelo viés socioeconômico, em razão de termos que pensar que a mesma coabita em todos os espaços sejam eles ricos ou pobres, a diferença é que os primeiros por terem mais recursos podem pagar por uma aparente segurança, como morar em condomínios fechados (feudalização do século XXI), contratar seguranças particulares, uso de carros blindados, entre outros, diferentemente da camada pobre que se expõe muito mais

a violência, sobretudo o crime contra a pessoa. Que neste trabalho terá destaque a tipologia criminal homicídio.

Imagem 2: O contraste social entre o bairro da Terra Firme e as áreas mais centrais da cidade



Fonte: Lorena Sanches, 2015.

Sendo assim, tornou-se fundamental compreender a formação histórica espacial dos bairros supracitados para posteriormente entender quais os mecanismos que levam estes a serem apontados como alguns dos bairros mais violentos de Belém e RMB. Aparecendo o bairro do Guamá em primeiro lugar no ranking dos bairros mais violentos de Belém e RMB nos anos de 2008 e 2009, de acordo com dados do anuário estatístico no município de Belém dos anos de 2012 e 2013.

A partir da análise teórica, estatística e de campo, podemos perceber que o precário planejamento e a intervenção do agente estatal de maneira insuficiente na cidade interferem diretamente no aumento da violência. E

que os bairros do Guamá e Terra firme são reflexos da construção histórica e espacial que desde a sua formação foi dada como áreas de segunda importância, “depósito dos indesejáveis” e que esta visão preconceituosa só aumentou atualmente com a diferença de que hoje estes dois bairros sofrem com o estigma de áreas violentas. Tendo como um dos resultados o aumento nos índices de violência nessa área como mostrados na tabela onde o bairro do Guamá lidera os índices de criminalidade do município de Belém.

Tabela 1: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, no Município de Belém, 2008

Classificação	Bairros	2008	População
1 ^o	Guamá	7.076	102.124
2 ^o	Jurunas	5.193	62.740
3 ^o	Coqueiro	5.088	36.963
4 ^o	Pedreira	5.049	69.067
5 ^o	Campina	5.046	5.407
6 ^o	Marco	4.998	64.016
7 ^o	CN – 1, 2, 3, 4, 5, 8	4.414	70.000
8 ^o	São Brás	4.362	19.881
9 ^o	Sacramenta	3.898	44.407
10 ^o	Marambaia	3.550	62.370

Fonte: SEGUP e Prefeitura Municipal de Belém (PMB), 2012.

Tabela 2: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, no Município de Belém, 2009

Classificação	Bairros	2009	População
1º	Guamá	6.840	102.124
2º	Pedreira	6.306	69.067
3º	Jurunas	5.099	62.740
4º	Marco	4.810	64.016
5º	CN – 1, 2, 3, 4, 5, 8	4.021	70.000
6º	Coqueiro	3.792	36.963
7º	Sacramenta	3.766	44.407
8º	São Brás	3.764	19.881
9º	Marambaia	3.559	62.370
10º	Campina	3.405	5.407

Fonte: SEGUP e Prefeitura Municipal de Belém (PMB), 2012.

A partir do que foi exposto acerca da realidade dos bairros do Guamá e Terra firme além da análise das tabelas, o que vem acontecendo com Belém é bastante similar ao que vem acontecendo em vários países do mundo incluindo o Brasil, que de acordo com Sposito (2013) nos últimos anos as mudanças experimentadas pelo capitalismo, como por exemplo, estratégias de controle social vem se mostrando cada vez mais insuficientes, principalmente se tratando de violência urbana que vem crescendo significativamente nas grandes cidades dos países de industrialização tardia como o Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade socioespacial é resultado de um crescimento urbano desenfreado que não foi acompanhado de um desenvolvimento social onde áreas historicamente “nobres” da cidade tiveram ao longo de décadas, uma maior atenção por parte do Estado, alijando deste modo as áreas periféricas, comumente chamadas em Belém de baixadas.

Os bairros do Guamá e Terra firme sofrem duplamente, visto que em um passado mais recente o Estado decidiu criar áreas institucionais em pontos específicos dos bairros, entregando a própria sorte as áreas de autoconstrução, de moradia da população mais carente da cidade, portanto estes sofrem tanto com a segregação de outros bairros próximos mais elitizados como também dentro dos bairros onde moram, convivendo lado a lado presença e uma ausência bastante significativa do Estado.

A partir deste trabalho podemos perceber a importância do estudo da violência urbana na cidade de Belém que vem crescendo de maneira alarmante causando a sensação de medo na população além do sentimento de impotência perante o Estado que não consegue atenuar tais índices. Já que ainda hoje pensam que somente o crescimento do número de policiais nas ruas será o suficiente para a diminuição da violência, fato este que por várias vezes se mostrou falho sendo mais que necessário o investimento em outros setores, principalmente nos sociais privilegiando a construção e reforma de escolas, capacitação de professores tanto das disciplinas formais quanto de outras ligadas a atividades complementares como esporte e artes, reforma e melhora no atendimento público de hospitais, creches e demais áreas da saúde e, claro, estruturação urbana adequada a essas áreas, pois com isso além da maior facilidade de locomoção da população, a própria polícia terá mais facilidade em se locomover nas ruas dos bairros. Tais medidas obviamente não vão acabar com o tráfico ou mesmo o homicídio, já que como foi visto ao longo deste trabalho, a violência faz parte da história humana, contudo a médio e longo prazo tais índices tenderam a diminuir já que o jovem pobre habitante de periferia terá uma segunda alternativa, algo que realmente o estimule a sair ou não entrar na vida do crime.

REFERÊNCIAS

BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BORGES, Denilce Rabelo. **Uma investigação sobre os limites territoriais das políticas públicas nos terrenos de marinha nos bairros do Guamá e Jurunas em Belém/Pa**. Belém, 2012. Disponível em : <www.anppas.org.br> Acesso em : 10 de junho de 2014.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte (et al). **A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: 1990 a 2000**. Belém: Novos cadernos NAEA. V.10 n.º1, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/76/148> Acessado em: 20 de outubro de 2015.

CARLOS, A. F. A. **A cidade: O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** 3.ª Edição. São Paulo: Contexto, 1997

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. (In) VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **O espaço urbano novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRA, Carmena Fadul. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-Pa)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em geografia física do departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1995.

GOVERNO DO PARÁ. **Secretaria de segurança pública**, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Belém/PA: IBGE, 2010 e 2011.

PALHETA DA SILVA, J. M. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. In: **FLACSO – Brasil**, 2009. Disponível em: http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Joao_Palheta.pdf Acesso em: 20 de Agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM **Anuário Estatístico do Município de Belém**, 2012.

SILVEIRA, Andréa Maria. A prevenção dos homicídios: Desafio para a segurança pública. In: BEATO, Claudio. (org.) **Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVEIRA, Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fanni; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

Violência urbana, geoprocessamento e homicídios nos bairros do Jurunas e Umarizal, Belém-PA

*Denise Carla de Melo Vieira
Clícia da Silva Santos
Clay Anderson Nunes Chagas*

RESUMO

O presente trabalho objetiva destacar a importância do geoprocessamento no estudo da Geografia Urbana, a fim de entender a correlação entre as formas de ocupação do espaço e as incidências de homicídios. O recorte espacial contempla dois bairros da metrópole belenense, os bairros Jurunas e Umarizal. Quanto aos procedimentos metodológicos destaca-se a leitura de referenciais que tratam da problemática urbana, relacionada a violência –homicídio–, desigualdade socioespacial, além de pesquisa de campo e coleta de dados, junto a órgãos oficiais como Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, IBGE, Prefeitura Municipal de Belém e dentre outros que disponibilizam de informações concernentes a dados criminais e situação geral dos bairros estudados. Tais dados possibilitaram a construção de um Banco de Dados Geográficos (BDG), que contempla as informações de locais de aglomerados subnormais e homicídios georeferenciados, para assim se fazer análise da relação entre os homicídios e as aglomerações urbanas, a partir de uma cartografia criminal.

Palavras-chave: Geoprocessamento; Violência urbana; Desigualdades socioespaciais.

1 INTRODUÇÃO

As técnicas de geoprocessamento e as representações cartográficas apresentam-se como uma importante ferramenta para a compreensão do espaço geográfico, uma vez que possibilita realizar a espacialização

das dinâmicas identificadas no/do espaço. Para tanto se faz necessário a obtenção de um conhecimento que não se limite as técnicas de representação, mas que contemple também os processos que levam ao entendimento de uma determinada realidade, fundamentada em uma teoria e no conhecimento empírico da área a ser estudada.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho consiste em destacar a importância da utilização de técnicas de geoprocessamento para a realização de estudos que contemple a temática urbana, ligada a espacialização dos homicídios, possibilitando mapear onde os índices de homicídios são mais frequentes e por conseguinte entender quais os fatores estão envolvidos direta e indiretamente nesse tipo de crime. Vale ressaltar que este trabalho representa uma continuidade de trabalhos que já vem sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa GAPTA-UFPA (Grupo Acadêmico de Produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia) atrelado a linha de pesquisa Gestão Territorial e Segurança Pública, em que busca tratar das questões específicas da violência na Amazônia paraense.

Ao evidenciar as discussões que permeiam a segurança pública no âmbito da geografia urbana observa-se que esta mostra-se enquanto problemática que já vem sendo discutida em produções precedentes, tendo como enfoque no âmbito do grupo de pesquisa a violência traduzida em homicídios nos bairros do Jurunas e Umarizal, na cidade de Belém, estado do Pará, sendo esta discussão fundamentada em uma perspectiva geográfica (VIEIRA, et al, 2014)

A abordagem no presente estudo perpassa pela importância do geoprocessamento para o entendimento da relação entre os níveis de ocupação do espaço urbano e os respectivos indicadores de homicídios. Assim, considerar os perfis dos bairros a serem trabalhados, periférico e não periférico, possibilitam a compreensão das motivações que levam ao crescimento dos índices de criminalidade e de violência, traduzida em homicídio, de forma diferenciada em cada bairro, sendo um dos fatores preponderantes em tais diferenças os níveis de ocupação dos mesmos, assim como as formas de atuação do Estado. Deste modo, é necessário ter clareza do tamanho da população, localização ou “geografização”, como concebe Santos (2009) a forma e conteúdo desses bairros, para assim chegar

a uma cartografia de sobreposição entre os indicadores de violência e as condições de ocupações/aglomerados subnormais. Segundo IBGE (2010) os aglomerados subnormais são áreas que apresentam défices estruturais, e/ou irregularidades em relação à posse do título da propriedade e/ou que apresentam carências de serviços públicos básicos.

A partir de informações concernentes a forma-conteúdo dos bairros, e seu enquadramento em determinado perfil, se verifica que a espacialização de homicídios ocorre de forma mais latente no bairro e/ou zonas, cujas condições de ocupação e moradia são precárias, despontando deste modo forte relação entre a ocupação, presença/ausência de aglomerações urbanas com indicadores de homicídios, sendo tal dinâmica melhor expressa e cognoscível a partir de sua representação - possibilitada por meio do uso de técnicas de geoprocessamento - atrelada a discussão teórica e empírica.

Dessa forma, este trabalho encontra-se estruturado em quatro momentos, além desta introdução e considerações finais: no primeiro é abordado os procedimentos metodológicos, com ênfase para o processo de elaboração da cartografia com a espacialização dos homicídios; no segundo momento, apresentamos alguns elementos de cunho teórico acerca da desigualdade socioespacial; no terceiro apresentamos de forma breve o debate da violência urbana e sua relação com os processos de desigualdade socioespacial; por sua vez, no quarto momento, discorremos sobre a espacialização dos homicídios compreendidos pela cartografia e sua relação com as áreas de défices de infraestrutura, e os aglomerados subnormais (IBGE, 2010).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento utilizado para a realização deste estudo parte de leituras referentes a conceitos e técnicas de geoprocessamento, cartografia, urbanização, desigualdades socioespaciais e criminalidade urbana; levantamentos de dados dos perfis dos bairros estudados; sistematização das informações para a realização da cartografia dos homicídios (anos de 2011 a 2013) e elaboração da redação final da pesquisa, de modo em que se apresente a compilação de tais informações e levantamentos, aliados ao embasamento teórico e metodológico.

A representação cartográfica dos homicídios contrastada com a de aglomerações subnormais, objetiva compreender a procedência da

relação entre os aglomerados e os locais de maior incidência da violência. Assim, fez-se necessário a coleta de dados junto a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, ligada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SIAC/SEGUP), referentes aos homicídios nos referidos bairros para a elaboração da cartografia criminal. Quanto à prefeitura municipal de Belém coletou-se informações gerais, sobre o cômputo de habitantes, além das informações de aglomerados subnormais, para se chegar na sobreposição da cartografia de incidência de homicídio com as condições de ocupação.

Quanto ao processo de elaboração dos mapas, pontua-se os procedimentos a seguir:

1. ***Organização do Banco de Dados das informações criminais:*** neste banco de dados temos as principais informações dos homicídios necessárias a criação da cartografia criminal. Vale ressaltar que dentre as informações disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública (SIAC), algumas foram imprescindíveis para a realização da cartografia, em que estas foram extraídas dos dados gerais disponibilizados, passando a compor o banco de dados de informações criminais para realizar a sua devida espacialização, tais informações são: nome de Bairro, Endereço do local do homicídio, Mês, Ano e Tipo de crime.
2. ***Vetorização no Google Earth:*** esta etapa foi realizada posterior a seleção do Banco de Dados criminais, onde a partir das informações obtidas, tornou-se possível a partir do atributo endereço espacializar/vetorizar os homicídios em forma de pontos/coordenadas geográficas através da interpretação visual da imagem orbital da cidade de Belém presente no ambiente/software Google Earth (2013), possibilitando assim o georeferenciamento dos dados e conseqüente a construção do Banco de Dados Geográficos.
3. ***Manipulação dos dados no software livre Q.Gis (2.8):*** neste momento que consiste nas últimas fases da elaboração cartográfica tem-se a adição de camadas primordiais, como

a de limite dos bairros, hidrografia do município, vias, dentre outras. Vale destacar duas importantes camadas, que compreende o cerne da discussão: aglomerados subnormais e homicídios nos bairros Jurunas e Umarizal. A camada de aglomerados subnormais foi extraída e vetorizada a partir de informações de aglomerados subnormais do IBGE (2010), sendo possível assim, delimitar na representação os locais cuja, a presença do Estado, materializada em políticas públicas e infraestrutura, é de baixa amplitude. Quanto os dados de homicídios, estes foram manuseados no software Q.Gis (2.8), também após a sua respectiva espacialização por meio das informações do banco de dados criminais fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Belém. Desse modo, neste momento trabalhou-se na perspectiva de elaboração da representação cartográfica com todos os seus elementos imprescindíveis.

A utilização dos SIG (Sistema de Informação Geográfico), neste caso o Q.Gis (2.8) e o Google Earth, é de grande importância, uma vez que estes contemplam a espacialização da informação de forma gerenciada, possibilitando o tratamento de informações espaciais no computador. A diferença entre os sistemas de informações geográficas para o sistema de informação convencional encontra-se na capacidade que o primeiro tem em além de armazenar informações textuais, também armazenar as geometrias dos dados geográficos (CÂMARA, 2005).

Deste modo, o trabalho passou por algumas etapas que consistiu desde a coleta de dados junto a órgãos oficiais, leituras de referenciais, processamentos dos dados geográficos, e a compilação da teoria estudada junto aos dados coletados, formando assim uma discussão geográfica, possibilitada e melhor contemplada tendo como suporte a cartografia, cuja análise de dados e sua problematização mostram-se enquanto fatores fundamentais, visto que a discussão central consiste na sobreposição da espacialização do crime, traduzida em homicídios e a espacialização dos aglomerados subnormais, compreendendo a relação entre estas informações, tendo como ferramenta de interpretação o geoprocessamento.

3 DESIGUALDADES E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS: notas conceituais

Para explicar o debate das desigualdades e diferenciações socioespaciais em cidades torna-se fundamental discorrer sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual como centro explicativo da diferenciação socioespacial. Destaca-se para esse momento, a contribuição de Harvey (1992, 1993, 2004b, 2004c, 2005, 2016) e Soja (1993; 1980; 2009), em razão de suas consideráveis contribuições ao referido debate.

Para Harvey (2004b), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual inclui a análise de dois elementos fundamentais, a saber, as escalas espaciais e as diferenças, sem as quais, obscurece-se a abrangência, bem como a complexidade inerente a natureza do debate.

A concepção geral de desenvolvimento desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intraescares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda pletora de discussão sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente em escala global (HARVEY, 2004b, p. 112).

A advertência de Harvey (2004b) deve ser levada em consideração quando tal discussão tende a pensar as relações intraescares sem levar em consideração as multiescalaridades dos processos de suas manifestações espaço-temporais.

Para Soja (1993), as diferenciações social e espacial refletem as relações de produção, em outras palavras, as estruturas espaciais não estão separadas de seus conteúdos sociais, tampouco os conteúdos sociais estão dissociados das estruturas espaciais. Dessa maneira, tais relações, seja de

natureza social ou espacial, encontram-se dialeticamente relacionadas, isto é, as estruturas do espaço organizado não são autônomas, tampouco estão dispostas “aleatoriamente”, o que diferencia o espaço *per se*, do espaço socialmente organizado (SOJA, 1980; SOJA; HADJIMICHALIS, 1979).

Para estabelecer essa simultaneidade, deve-se demonstrar com clareza que existe uma homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural. Como tentarei demonstrar, essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas independentes das relações sociais, das relações e classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis (SOJA, 1993, p. 99).

Ainda sobre a relação centro-periferia Soja (1993) destaca que a hierarquia de centros e periferias - internacional, intranacional, regional e metropolitana caracteriza estrutura espacial do mundo capitalista contemporâneo uma vez que tal hierarquia desempenha um papel fundamental na produção, acumulação e reprodução capitalista uma vez que evidenciamos:

A hierarchy of centers and peripheries-international, intranational, regional-metropolitan-characterizes the spatial structure of the contemporary capitalist world system and has come to play an increasing role in shaping capitalist production, accumulation, and reproduction processes. The center-periphery structure is it self based upon a fundamental spatial contradiction between

the advantages of concentration vs. territorial expansion, worked out historically in the development of capitalism. Geographical centralization of capitalist production essentially the urbanization process under capitalism (SOJA, 1979, p. 8).

Destacamos outros autores que vêm debatendo intensamente as desigualdades e as diferenciações socioespaciais refletindo a partir das realidades das cidades, a saber, Carlos (2007), Rodrigues (2007), Sposito (2012) e Corrêa (2007).

Segundo Carlos (2007), as desigualdades produzem as diferenciações socioespaciais, isto é, a prática socioespacial fundada nas desigualdades, na medida em que reduz a vida humana na cidade à lógica de acumulação de capital, nesta lógica a cidade torna-se uma mercadoria para a acumulação capitalista, em que a cidade torna-se valor de troca, mercadoria cujo preço tende a limitar a possibilidade de consumo do espaço, produzindo, dessa maneira diferenciações, hierarquizações e fragmentações socioespaciais. Deste modo, a cidade como mercadoria passa a diferenciar seus membros, pelo consumo no/do espaço, isto é, promove restrições de acesso aos espaços da cidade em virtude dos altos valores que os mesmos na condição de mercadorias passam a conter (HARVEY, 2005).

Assim o ponto de partida necessário a reflexão referir-se-ia aos “novos conteúdos da prática socioespacial”, impondo a necessidade de uma teoria da diferença e da desigualdade imanentes à nossa sociedade produzida, hoje, pela “autonomização” dos elementos constitutivos da vida no espaço (a vida realizada como prática socioespacial esfacelada, na medida em que separa radicalmente os lugares constitutivos da vida cotidiana), confrontando a realidade vivida e o possível. Significa considerar: a) a reprodução da sociedade e do espaço em seu movimento contraditório como produto da história; b) no plano espacial, a localização e realização do confronto entre necessidades e objetivos diferenciados, segundo os níveis da realidade social (segundo a classe), política ou econômica gerando, nos dias atuais, uma prática socioespacial caracterizada pela normatização e pelo controle (uma

prática que caracterizaria a cidade como segregada, por exemplo); c) as novas estratégias que associam os planos econômicos e políticos no sentido de atuação conjunta no espaço e nos “negócios urbanos” com o desenvolvimento, por exemplo, das parcerias público-privadas; d) as novas formas de contestação (CARLOS, 2007, p. 50).

A perspectiva apresentada acima compreende a produção de desigualdades inerente à reprodução do espaço urbano, o qual se reproduz como condição, meio e produto da reprodução social, isto é, como forma de acumulação de capital realizando-se através da reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2014, 2015).

Outra perspectiva é apresentada por Sposito (2012), para quem, a análise das diferenciações e as desigualdades socioespaciais prescindem de estudos dos processos de urbanização, da divisão do trabalho, da rede urbana e da reestruturação das relações no âmbito das cidades. Para Sposito (2012), as diferenciações socioespaciais sempre estiveram presentes nas cidades, para ela, tais diferenciações são legados históricos dos primórdios da urbanização e sinalizam uma divisão social e territorial do trabalho.

Ainda segundo Sposito (2012), as desigualdades e as diferenças se transmutam e interpenetram em relações dialéticas as quais possibilitam compreender o processo de produção do espaço bem como as contradições presentes enquanto formas-conteúdo. Por outro lado, no plano ideológico, as desigualdades aparecem como diferença, que pretende explicar o moderno e o arcaico.

A esse respeito, Sposito (2012) compreende que:

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque, uma parte da sociedade, de fato, no plano político, no econômico e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não quantitativamente desigual (SPOSITO, 2012, p. 129).

Uma terceira perspectiva, acerca das diferenciações socioespaciais é apresentada por, Corrêa (2007) para quem as diferenças são inevitáveis e necessárias ao capitalismo, tais diferenças passaram a serem possíveis de análises em diversas escalas a partir do avanço do capital com a complexificação das práticas espaciais. Nesse sentido, o autor compreende as diferenças sócio-espaciais como reflexo, meio e condição da reprodução do sistema capitalista.

Para o autor a análise da diferenciação sócio-espacial perpassa pela relação com as escalas e as práticas espaciais. Considerando a relação com as escalas, o autor compreende que as ações e objetos que ocorrem em uma escala, também irão ocorrer na outra. Para exemplificar, tal implicação entre as escalas, Corrêa (2007) expõe que em caso de uma crise afetar o mundo agrário, implicaria na organização do espaço intra-urbano, podendo ocorrer à expansão de favelas, em que habitantes são provenientes da área afetada.

Ainda segundo o autor, não há uma teoria clara que explique a relação entre as práticas espaciais e as diferenciações sócio-espaciais, contudo, o autor as identifica parcialmente, como sendo mutuamente excludentes, pois induzem: I) a seletividade espacial; II) fragmentação-remembramento espacial; III) antecipação espacial.

Uma quarta perspectiva analítica é proposta por Rodrigues (2007), para quem as desigualdades constituem resultado de uma sociedade dividida em classes sociais, as quais se apropriam de forma desigual do espaço. Isto é, o espaço se apresenta como condição de permanência das desigualdades, em que estas se expressam nas relações de propriedade e apropriação da riqueza produzida, da cidade enquanto mercadoria, na ideia de Estado ausente.

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos

populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Tal perspectiva apresenta elementos a uma reflexão a partir da luta pelo direito a cidade, partindo do pressuposto de que as desigualdades exprimem formas e conteúdos, as quais revelam diferentes classes sociais e diferentes formas de consumo da cidade. Rodrigues (2007) terce críticas ao planejamento territorial urbano, em razão das alterações presente no discurso propalado pelo Estado, a qual o apresenta como solução de problemas presentes nas cidades, reproduzindo a ideia de que as auto-construções e toda a produção realizada pelos agentes não tipicamente capitalistas (RODRIGUES, 2007), seriam os verdadeiros causadores dos problemas típicos dos espaços urbanos.

A esse respeito, Rodrigues (2007) faz a seguinte afirmação:

No discurso dominante, o Estado parece estar acima das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial, considerada um problema que será solucionado com o desenvolvimento econômico e planejamento territorial urbano. Na matriz discursiva dominante, o desenvolvimento é promovido pelos agentes tipicamente capitalistas de produção do espaço urbano e pelo Estado. Os agentes não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas. A produção do espaço pelos diferentes grupos societários é abstraída, pois não faz parte do mundo idealizado. Os problemas advindos da urbanização, como a segregação espacial, são tidos como causas e como desvios de um modelo de urbanização cujo pressuposto é uma cidade ideal (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Tal perspectiva apresenta alguns elementos importantes ao debate das desigualdades socioespaciais. Para a referida autora, as desigualdades são postas como condição de permanência de uma classe em situações

precárias, nesse sentido, “a luta pelo direito à cidade mostra as agruras e dificuldades da maioria. É contraponto a essa condição de permanência da desigualdade e do ideário dominante” (RODRIGUES, 2007, p. 2).

Adotamos para efeito teórico-analítico deste artigo, as abordagens de Harvey (2004b), Soja (1993; 1980; 2009), Sposito (2012) e Carlos (2007) enquanto reflexões que permitem pensar a desigualdade socioespacial como produto, condição e meio da reprodução capitalista no/do espaço, em que ao se realizar reflete a estrutura de classe pelo consumo no espaço da cidade.

4 VIOLÊNCIA URBANA: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO DEBATE

Os debates acadêmicos voltados à temática da violência urbana vêm se concentrado em especial, na investigação/compreensão da violência homicida (SOUZA, 2008; ZANOTELLI, 2011; BEATO, 2012; PEDRAZZINI, 2006; WALSELFISZ, 2010; 2012; 2016; CHAGAS, 2012; 2014).

Essa concentração se deve ao fato de que no Brasil, de acordo com Silveira (2008), aumentou a preocupação dos agentes públicos e privados e “sociedade civil”, acerca da elevação nas taxas de crimes, em especial, as de homicídios, principalmente nos grandes centros urbanos. Segundo Cerqueira et al (2017) no Brasil, em 2015 houve 59.080 homicídios o que equivale a uma taxa por 100 mil habitantes de 28,9¹.

Para Sampaio (2012) grande parte das pesquisas, -como as mencionadas acima- vêm analisando a violência urbana como sinônimo de criminalidade; em que o homicídio passa a ser o elemento protagonista de investigação. O que levou “muitos autores desenvolverem seus trabalhos circunscritos ao estudo dos atos violento inscritos no código penal, mais destacadamente os homicídios, latrocínios, roubos, furtos, estupros, além do tráfico de drogas” (SAMPAIO, 2012, p. 23).

¹ “Este número de homicídios consolida uma mudança de patamar nesse indicador (na ordem de 59 a 60 mil casos por ano), e se distancia das 48 mil a 50 mil mortes, ocorridas entre 2005 e 2007” (CERQUEIRA, et al, 2017, p. 7).

É preciso algum tipo de sensibilidade para perceber o real nas suas diferentes texturas e nas suas diferentes formas de manifestação, caso contrário, corre-se o risco de falar de uma só violência, abstrata, não contextualizada (histórica e espacialmente), universal, inerente ao ser humano e, portanto, natural (SAMPAIO, 2012, p. 24).

Deste modo, Sampaio (2012) compreende que a violência urbana está necessariamente fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais. Para a autora, a essência da violência urbana encontra-se no próprio processo de urbanização, que se realiza de forma violenta e desigual.

Nesse movimento do pensamento Carlos (2015) argumenta:

O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações da metrópole, onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições. Esse processo realiza-se com extrema violência. É assim que a violência urbana deve ser repensado e deslocado de sua relação com a criminalidade, situando-o no próprio processo de urbanização (CARLOS, 2015, p. 33).

Ainda segundo Sampaio (2012) e Carlos (2015), a identidade “violência-criminalidade” coloca problemas à análise crítica e obscurece os caminhos para o desvendamento da essência dos conteúdos da prática social que pretendem ser expressos por meio deste termo. A partir da perspectiva apresentada pelas referidas autoras, compreende-se que a violência urbana é analisada como produto, condição e meio do processo da produção/reprodução do espaço urbano.

Nessa perspectiva pensar os conteúdos da violência urbana como parte do processo de produção desigual do espaço urbano, Cardia (1994), aponta para a concentração de homicídios nos espaços de maior expressão de desigualdades socioespaciais; a pesquisa realizada pela referida autora identifica as relações entre a distribuição espacial da violência e a disposição espacial das condições de vida e de infraestrutura urbana. De forma semelhante, esse artigo, busca compreender a correlação entre os

homicídios e os aglomerados subnormais, que seria na verdade expressões da desigualdade socioespacial.

Ainda pensando a escala de Belém, os estudos de Vieira, Santos e Chagas (2014; 2015) apontam para a maior materialização da violência homicida em Belém nos espaços menos assistidos pelo Estado, onde residem segmentos sociais de menor poder aquisitivo, mostrando que a dinâmica da violência urbana possui relação com a desigualdade socioespacial.

5 O GEOPROCESSAMENTO E O ESTUDO DA VIOLÊNCIA URBANA

Na medida em que compreendemos os níveis de desigualdade do espaço urbano, neste estudo representado pelos bairros Jurunas e Umarizal, é que destacamos a importância do geoprocessamento enquanto ferramenta para análise de tal questão, compreendendo-o em sua múltipla interface, assim:

O geoprocessamento, entendido como uma técnica que, utilizando um SIG, busca a realização de levantamentos, análises e cruzamentos de informações georreferenciadas, visando à realização do planejamento, manejo e/ou gerenciamento de um espaço específico, apoia-se na cartografia digital para realizar essa manipulação de dados. (FITZ, 2008, p.108).

Quanto as técnicas de geoprocessamento e suas respectivas relações com informações espaciais, destaca-se:

A integração dessas técnicas deve-se à necessidade da “amarração” das informações contidas em um banco de dados que, por sua vez, deve apresentar uma estruturação espacial definida sem a qual a aplicação do geoprocessamento não é concebível. (FITZ, 2008, p. 108).

Estando todas essas informações amarradas a posição relativas dos pontos da superfície terrestre - coordenadas geográficas. Onde por meio

de um padrão (elipsóide, modelo matemático da superfície terrestre a qual permite conduzir cálculos matemáticos e a elaboração de mapas) e métodos matemáticos se torna possível a utilização das técnicas de geoprocessamento.

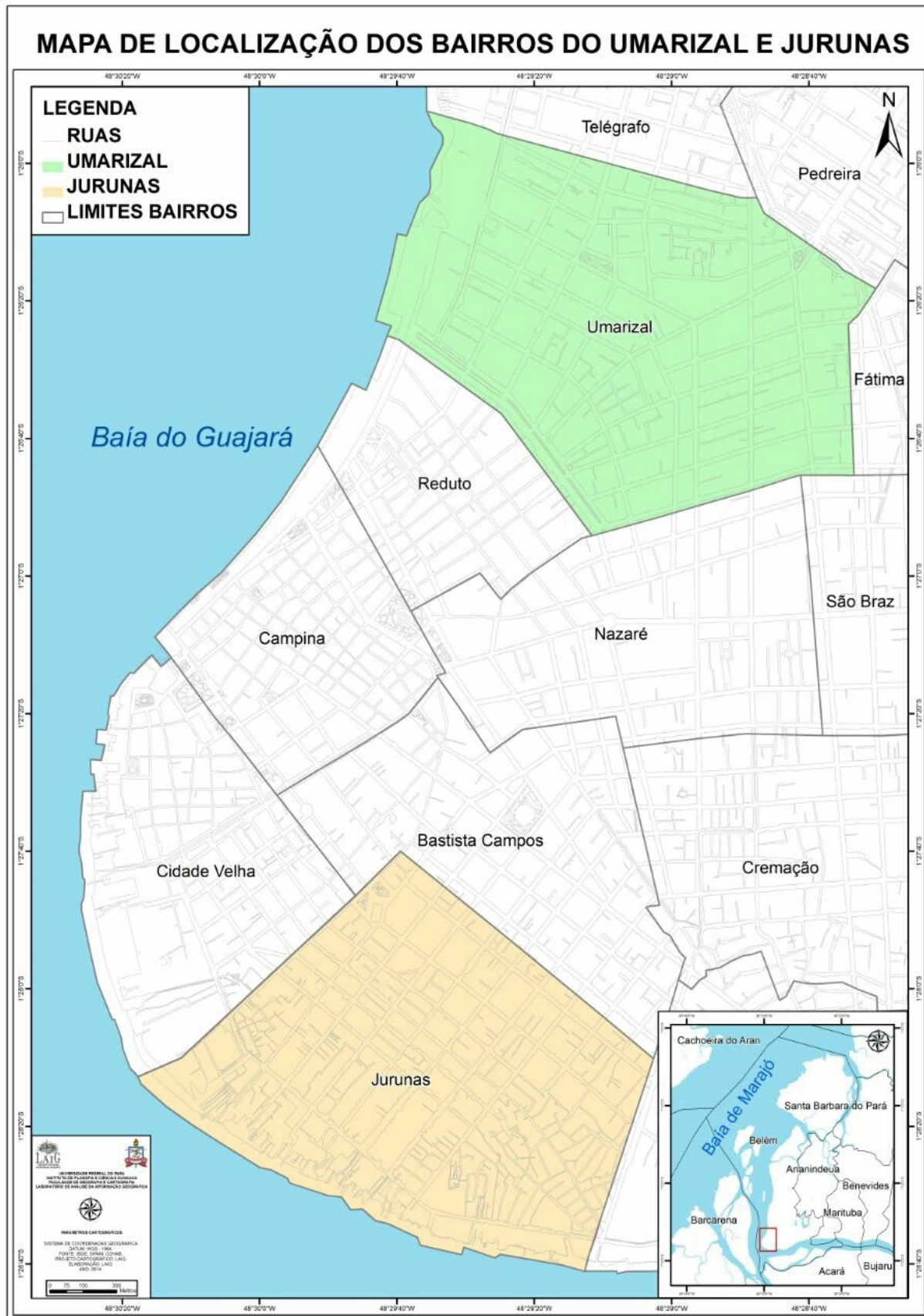
Deste modo, conforme destaca Câmara e Davis (2001) há uma ampla funcionalidade do geoprocessamento nas pesquisas, sendo que este atrelado ao estudo da ciência geográfica aponta a sua maior importância na medida em que atrela informações às possíveis formas de representações, apontando para o estudo uma análise crítica da realidade sócio-espacial, a fim de compreender o todo que constitui o espaço urbano.

É válido destacar que o uso do geoprocessamento, na análise geográfica referente a espacialização de homicídios localizados em dois bairros da cidade de Belém, não se restringe a espacialização de dados, mas consiste em uma discussão no âmbito da geografia urbana, que apresenta como suporte a utilização de técnicas de geoprocessamento. A respeito de um aprofundamento teórico atrelado a utilização de técnicas Silva e Zaidan (2010), afirmam que:

O uso de técnicas e métodos modernos não deve ser gerador de deslumbramentos inibidores da criatividade e do poder crítico do pesquisador. Estas suas características devem estar ancoradas em um sólido conhecimento teórico, conceitual, de seu campo de investigação, baseado necessariamente em considerações epistemológicas. (SILVA, ZAIDAN, 2010, p. 20).

Neste sentido, se apresenta a ampla e complexa importância do geoprocessamento no presente estudo uma vez que a partir deste é possível compreender a relação da ocorrência de homicídios e o perfil de seu respectivo espaço de incidência, sendo que tal discussão além de destacar um suporte técnico para representação, apresenta uma consistente abordagem teórica. Deste modo, o mapa 1 nos permite situar o leitor acerca da localização dos bairros analisados neste estudo, assim, na porção norte, encontra-se o bairro do Umarizal, e na porção sudoeste, localiza-se o bairro do Jurunas.

Mapa 1: Localização dos bairros Umarizal e Jurunas

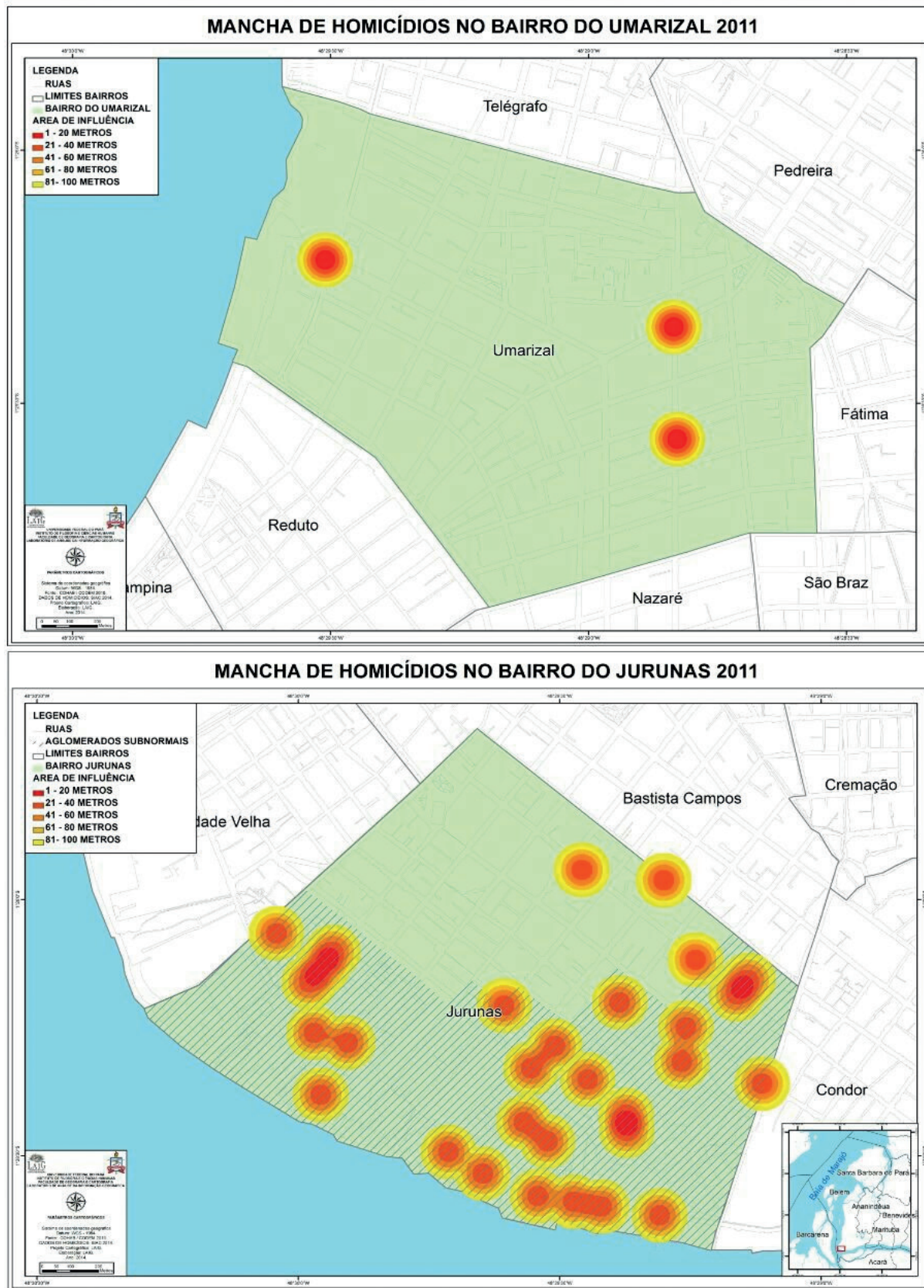


Fonte: IBGE (2010); Execução, VIEIRA, Denise (2014); SANTOS, Clícia (2014).

Os indicadores de homicídios representados (ver Mapas 2, 3 e 4) demonstram a ampla relação que as formas de uso do território e as respectivas ações - de baixa assistência - do Estado possui com as ocorrências de homicídios, sendo que a problemática referente a violência urbana, não se reduz à um problema de segurança, perpassa por investimentos em políticas públicas, saneamento, educação, cultura, uma vez que os aglomerados subnormais, onde as frequências de homicídios são mais evidentes, são espaços carentes de tais assistências.

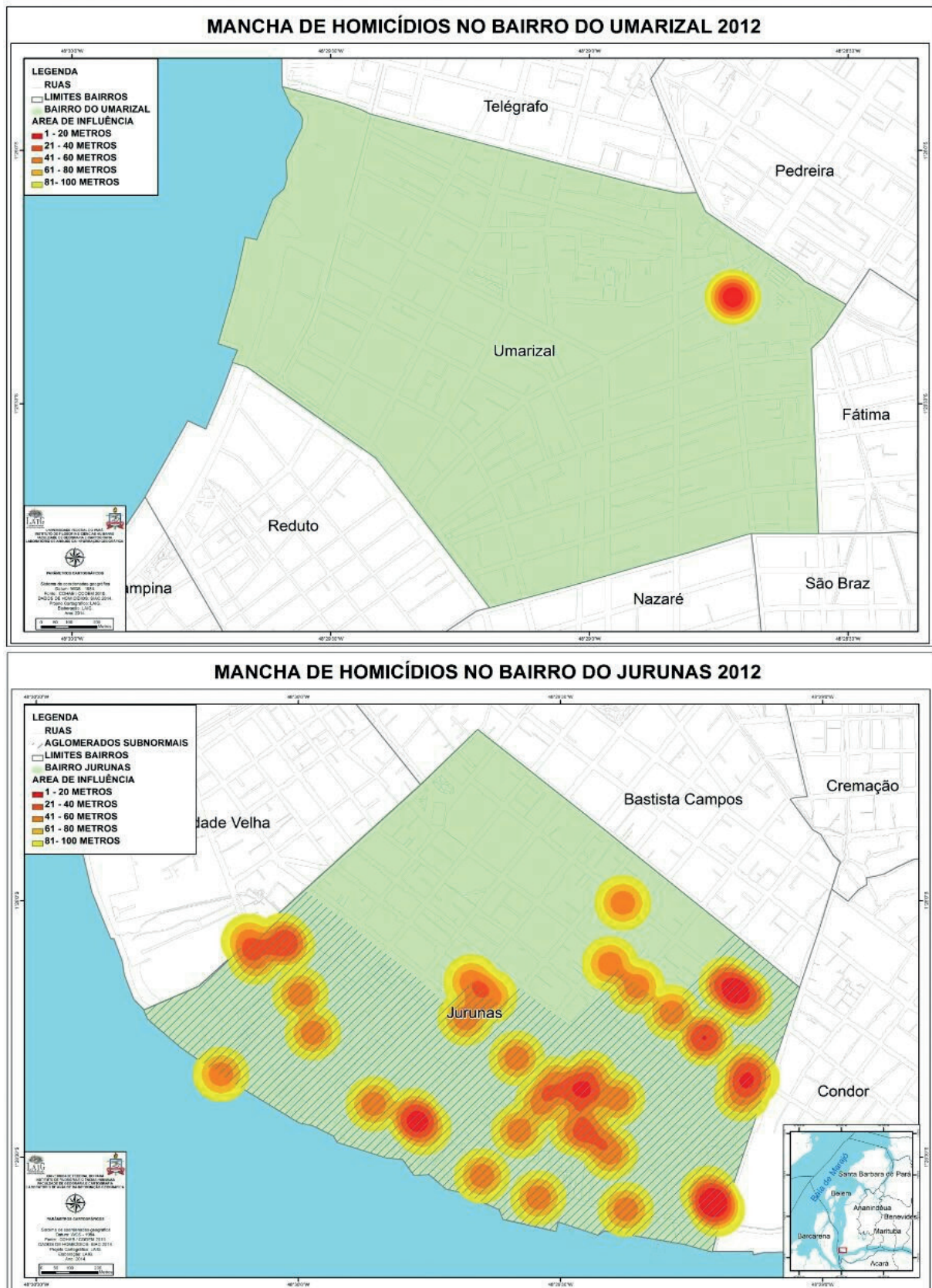
O Mapa 2 destaca os homicídios nos bairros do Umarizal e do Jurunas relativos ao ano de 2011. Neste, nota-se a disparidade concernente a concentração de homicídios nos bairros acima citados, onde é perceptível através do primeiro bairro detalhado no mapa, o Umarizal, o menor número de homicídios, no total 03 ocorrências, enquanto que o segundo bairro analisado, o Jurunas, apresentou um número significativamente superior de 30 homicídios. Os anos subsequentes contemplados no estudo, permanecem na mesma dinâmica expressa no ano de 2011, como analisado nas demais representações (3 e 4), onde o nível de homicídios no Jurunas em relação ao Umarizal, continua a apresentar-se de forma mais acentuada. Ver os mapas (2, 3 e 4).

Mapa 2: Comportamento da Mancha Criminal (Homicídios) referente ao ano de 2011



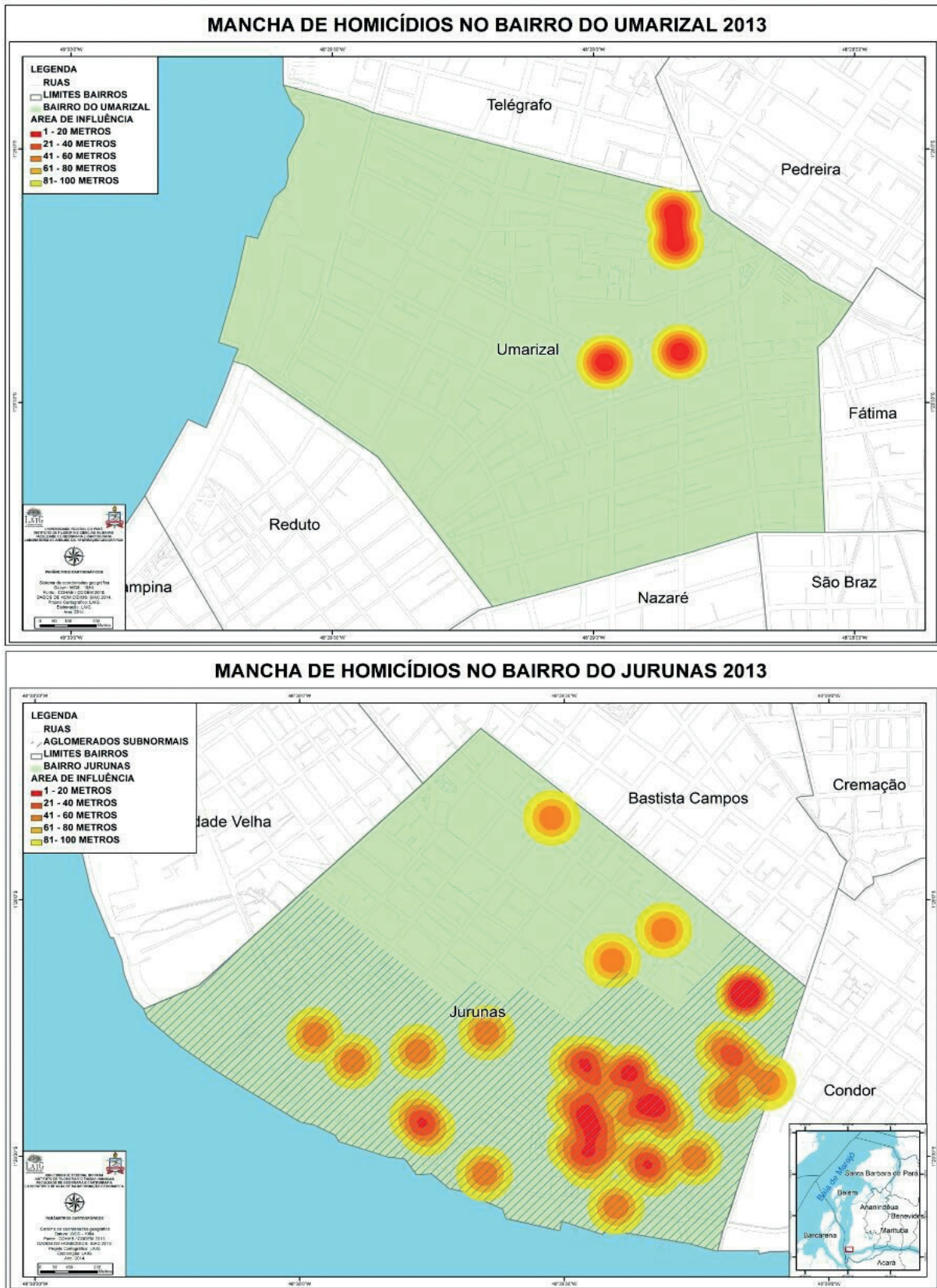
Fonte: IBGE (2010); Execução: VIEIRA, Denise (2014); SANTOS, Clícia (2014).

Mapa 3: Comportamento da Mancha Criminal (Homicídios) referente ao ano de 2012



Fonte: IBGE (2010); Execução: VIEIRA, Denise (2014); SANTOS, Clícia (2014).

Mapa 4: Comportamento da Mancha Criminal (Homicídios) referente ao ano de 2013



Fonte: IBGE (2010); Execução: VIEIRA, Denise (2014); SANTOS, Clícia (2014).

A cartografia nos traz informações importantíssimas, que contemplam a presente análise, primeiro ponto a ser destacado diz respeito aos aglomerados subnormais, que estão fortemente presentes no bairro do Jurunas, enquanto o Umarizal não possui em sua forma estes aglomerados. Ainda em relação a esses espaços de privação (aglomerados subnormais) e tendo como demonstração o bairro do Jurunas, verifica-se que na zona estabelecida de aglomerados subnormais, a violência torna-se mais evidente, visto que de 30 homicídios, ocorrentes no ano de 2011, 27 ocorreram nesses espaços de aglomerados subnormais (ver tabela 1), espaços estes que não apresentam condições apropriadas para habitação, são áreas que não passaram por um planejamento adequado, não apresentam saneamentos básicos, infraestrutura mínima para habitação, corroborando desse modo para maior incidência de homicídios.

Tabela 1: Indicadores de homicídios dos Bairros Jurunas e Umarizal quanto ao nível de ocupação

Bairro	Classificação IBGE do nível de ocupação	Homicídios		
		2011	2012	2013
Umarizal	Aglomerados subnormais	-	-	-
	Total	03	01	04
Jurunas	Aglomerados subnormais	27	44	33
	Total	30	45	37

Fonte: SIAC/SEGUP, Dados Referentes aos anos: 2011 a 2013.

Nota: Org. CHAGAS, C. A. N; SANTOS, C. S; VIEIRA, D. C. 2014.

Ainda sem deixar de mencionar o total da população presente nos bairros, torna-se necessário fazer tal relação, entre população e indicadores de homicídios, para que se analise a partir de tal relação as afirmações presentes no trabalho, assim levando em consideração a população dos dois bairros estudados, nos respectivos períodos analisados tem-se que, a título de exemplo o ano de 2013, o percentual de mortes no Jurunas foi de 0,05% enquanto no Umarizal o percentual foi de 0,01 %, em relação

aos anos anteriores tais indicadores não são diferentes do ano de 2013, pois também apresentam um maior indicador de homicídio no Bairro do Jurunas em relação ao Bairro do Umarizal.

No bairro que apresenta estrutura mais precária -Bairro Jurunas-, geralmente, os homicídios ocorrem por acerto de contas, brigas de casais ou em bares, dívidas adquiridas com traficantes, reação à assalto (latrocínio). Já no caso do Umarizal, geralmente os homicídios ocorrem por latrocínios. A partir dessas informações percebe-se que no Jurunas, os homicídios são plurais, ou seja, não tem uma razão específica. Por outro lado, o Umarizal por ser um bairro de classe média, predomina o latrocínio.

Esses dados apontam para uma problemática muito presente em bairros com perfis semelhantes ao Bairro do Jurunas, ainda que dados estatísticos como esses não expliquem as raízes desse problema, por outro lado são imprescindível para analisar e comparar a tipologia dos bairros, para posteriormente por meio de políticas públicas buscar soluções cabíveis, de forma a diminuir esse e outros tipos de crime.

Nesse sentido, o mapeamento permitiu identificar além da espacialização dos homicídios, assimetrias socioespaciais, as quais correspondem, a atuação diferenciada do Estado. Sob a lógica capitalista, tais assimetrias aparecem como diferenças, mas que se transmutam em desigualdades à medida que revelam condições desiguais de participação política, de consumo e apropriação do espaço (SPOSITO, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado no presente estudo, percebe-se que as formas de ocupação e atuação do Estado não são suficientes para conferir condições salubres de vida garantindo a dignidade, direitos e deveres imutáveis, senão inalienáveis previstos em lei, capazes de diminuir a criminalidade e a violência, como observado a partir da análise multitemporal do comportamento das manchas de crime nos bairros estudados.

É importante ressaltar que, o uso da cartografia não tem a pretensão de mostrar que os homicídios apenas ocorrem nas partes mais precárias, onde há o acúmulo de vulnerabilidade, uma vez que a leitura dos mapas nos permite observar que as manchas se espraiam por todo o bairro, ainda

que estejam mais concentradas nas áreas de aglomerados subnormais. De todo modo, a cartografia tem uma dimensão fundamental nessa pesquisa, pois nos permite perceber de forma clara, que a espacialização dos homicídios tem comportamento muito diferente ao comparar os dois bairros. Tal comparação revelam expressões de desigualdades socioespaciais, que podem ser verificadas em suas forma-conteúdos.

A análise das manchas mostram que os homicídios estão concentrados nos aglomerados, verifica-se que as áreas de aglomerados caracterizam-se pela forte presença de vulnerabilidades sociais, segundo o Ministério da Justiça (2015), a presença de vulnerabilidades potencializam a incidência de homicídios, conforme já mencionado. Isso demonstra claramente que esse tipo de crime está diretamente associado à forma de produção do espaço, dinâmica do território, e a escassez de presença do Estado.

Desde modo, a utilização do geoprocessamento na realização deste trabalho foi fundamental, por ter possibilitado a discussão geográfica da análise urbana, utilizando-se de tal ferramenta para assim melhor contemplar as dinâmicas espaciais. Onde esta pode ser analisada no presente estudo a partir das diferentes espacializações de homicídios em que contrastam com uma realidade urbana discutida na geografia ligada aos espaço de desigualdades socioespaciais.

A partir da utilização da ferramenta de geoprocessamento foi possível verificar a relação dos homicídios com a forma urbana. Conforme analisada na demonstração comparativa entre os bairros Jurunas e Umarizal, os mesmos foram utilizadas com o intuito de destacar como ocorrem as formas de espacialização dos homicídios nesses bairros sendo que estes possuem padrões de ocupação diferenciados, despontando o importante papel do Geoprocessamento para as análises geográficas a fim de melhor contemplar as perspectivas da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CÂMARA, Gilberto. Representação computacional de dados geográficos. In: CASANOVA, Marco Antonio; CÂMARA; Gilberto; DAVIS JR,

Clodoveu A.; VINHAS, Lúbia; QUEIROZ, Gilberto Ribeiro de (Org.). **Banco de Dados Geográficos**. Curitiba: Espaço GEO, 2005

CARDIA, N. **Direitos humanos**: ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de Justiça e Paz. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo/Comissão Justiça e Paz, 1994.

CARLOS, A. F. A. A producción contradictoria del espaciourbano y luchas por derechos. **Revista Cidades**, v. 11, n. 19, p. 130-163, 2014.

CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.

CERQUEIRA, D. R; LIMA, R. S; BUENO, S; VALÊNCIA, L. I; HANASHIRO, O; MACHADO, P. H; LIMA, A. D. **Atlas da violência**. Ipea. Rio de Janeiro, 2017.

CHAGAS, C. A. N. et al. A produção do espaço e a formação de zonas de violência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate a criminalidade no município de Marituba – PA. Belo Horizonte: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiro**, UFMG, 2012.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. Boletim de Geografia da Amazônia, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais informações territoriais**. Belém/PA: IBGE, 2010.

HARVEY, D. Social justice, postmodernism and the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 16, p. 588-601, 1992.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1993.

HARVEY, D. Cities or urbanization?. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, v. 1, n. 1-2, p.38-61, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais - A luta pelo direito à Cidade. **Revista Cidades**, v. 4, p. 73-88, 2007.

SPOSITO, M. E B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p.123-145.

SAMPAIO. R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da geografia urbana. São Paulo, 2012.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOJA, E. Borders unbound, globalization, regionalism and the post-metropolitan transition. In: HOUTUM, H. V.; KRAMSCH, O.; ZIERHOFER, W. (Eds). **B/ordering Space**. England: Ashgate Publishing Limited, 2005. p. 33-46.

SOJA, E. **The socio-spatial dialectic**. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, p. 207-225, 1980.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, E. W.; HADJIMICHALIS, C. Between geographical materialism and spatial fetishism: some obseriations on the development of marxist spatial analysis. **Antipode**, v. 11, n. 3, p. 3-1 1, 1979.

SILVA, Christian Nunes da. **A representação espacial e a linguagem cartográfica**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e análise ambiental**: aplicações. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

SILVA, Mauro Emílio da Costa. Lugar e Paisagem em bairros centrais de Belém. In: OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de (Org.) **Espaço, Natureza e Sociedade**: Olhares e perspectivas. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, Nádia Alessandra Rodrigues. **Organização comunitária na luta pela moradia no Bairro do Jurunas na década de 80**. 2008.

VIEIRA, Denisa Carla de Melo; SANTOS, Clicia da Silva; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Território e produção desigual do espaço urbano: uma análise cartográfica da produção da violência. **Boletim Amazônico de Geografia**, 2014: 161-180.

ZANOTELLI, C. et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapas da violência 2010**: Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. São Paulo: 2016.

Violência e o processo de urbanização de Belém do Pará

Gruchenhka Oliveira Baptista Freire
Elizabeth Cristina da Silva Feitosa
Silvia dos Santos de Almeida
Edson Marcos Leal Soares Ramos

RESUMO

O processo de urbanização desordenada no Brasil, e mais especificamente no município de Belém-PA, deu origem a espaços segregados, produto da desorganização e da desigualdade na distribuição dos espaços na cidade. A violência atinge todas as classes sociais, mas é na camada mais pobre da sociedade, que se prolifera, uma vez que a falta de infraestrutura urbana, a ausência de políticas públicas e as precárias condições de vida dessas pessoas, interferem na ascensão social, limitada em razão da falta do acesso aos serviços básicos de educação, saúde, saneamento, cultura e lazer. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de urbanização e sua relação com a violência na cidade de Belém-Pará, utilizando como principal elemento metodológico, a revisão bibliográfica e documental de importantes autores que trataram dessa temática, dentro de uma abordagem sociológica e demográfica. Os resultados indicam, que a forma desordenada como ocorreu a ocupação do espaço urbano na cidade de Belém-Pará, é fator determinante para os elevados índices de violência e criminalidade na cidade, fenômeno que ocorre, face as desigualdades sociais e a ausência de políticas públicas nas periferias da cidade.

Palavras-chave: Urbanismo; Segregação; Desigualdade Social; Criminalidade.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que no Brasil, em especial na cidade de Belém-PA, em 10 anos a violência alcançou números exorbitantes, modificando o dia a dia das pessoas, dos bairros e da cidade, o que têm influenciado a mudança de comportamento e transformado a vida da população, tal realidade está diretamente relacionada a inúmeros fatores, como: o intenso processo de urbanização das cidades brasileiras, a falta de políticas públicas, as desigualdades sociais, a falta de controle de natalidade, entre outros, conforme afirma Villaça (2003).

A cidade brasileira é hoje o País. O Brasil está estampado, nas suas cidades. Sendo o País, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do País. Nossas cidades são hoje o locus da injustiça social e da exclusão brasileira. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira (VILLAÇA, 2003, p. 29).

O processo de urbanização no Brasil, indica que a maioria da população brasileira passou a adotar a cidade como seu local de moradia, fenômeno que alterou por completo a estrutura das cidades brasileiras, provocando grande impacto na vida da população. No caso da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, a aceleração e a falta de planejamento na urbanização, a partir da década de 60, produziu mudanças que afetaram a qualidade da vida dos moradores, resultado do processo da distribuição desigual do espaço urbano, o que fez emergir espaços de exclusão social, onde predomina a pobreza e precárias condições socioeconômicas. A precariedade desses espaços segregados, provocaram limitações na ascensão social e econômica das pessoas que lá residem, significando dizer que as oportunidades do segregado é desigual daquele que não o é, tanto em nível social, quanto econômico, renda, cultural, educacional.

Várias são as linhas de pesquisa que buscam explicar a violência urbana, no entanto a abordagem deste trabalho será de ordem sociológica e

demográfica, que trata a violência como produto da exclusão, evidenciada no desemprego, isolamento social e baixos indicadores sociais caracterizados pela ausência da educação, lazer, cultura, saneamento básico entre outros (PRADES, 2002). Nesse sentido, a ocupação acelerada e desordenada da cidade de Belém, está intrinsecamente relacionada a violência, uma vez que, segundo Prades (2002), esta contribui para o aumento das desigualdades, violência e criminalidade.

Conforme o IBGE (2010, p. 3), a periferia da metrópole paraense (Belém) foi a que mais se expandiu no período de 1991 a 1996, em detrimento da sua área central, o que demonstra o aumento da pobreza nesta cidade, prevalecendo nas áreas em expansão os aglomerados subnormais, os baixos indicadores sociais, contribuindo para o aumento da criminalidade nessas áreas, em razão da dificuldade do acesso dos moradores da periferia aos serviços básicos de educação, lazer, cultura, saneamento, saúde, dentre tantos outros existentes nas áreas centrais da cidade, tal precariedade faz com que as oportunidades de ascensão social fiquem reduzidas, possibilitando o ingresso desses moradores no mundo do crime.

No mesmo sentido Maricato (2000), afirma que “Belém é o município central como um todo, que apresenta crescimento negativo em contraposição ao gigantesco aumento dos municípios periféricos” (MARICATO, 2000: p. 5). Segundo Chagas et al. (2014) a privação desses direitos básicos, torna os bairros periféricos mais suscetíveis a territorialização da violência e da criminalidade.

A precariedade dos indicadores sociais nas áreas periféricas, aliada a alta densidade demográfica e a ausência de políticas públicas, são possíveis fatores que fazem do município de Belém um dos mais violentos do Brasil. Estes fatores podem explicar os elevados índices de violência urbana, que extrapola os limites das fronteiras dos espaços segregados, para atingir a cidade de Belém como um todo. Diante disso, o objetivo principal desse artigo é analisar o processo de urbanização e sua relação com a violência na cidade de Belém. Tendo como objetivos específicos: contextualizar o processo histórico de urbanização, com ênfase na maneira como este fenômeno aconteceu na cidade de Belém a partir da década de 60; e analisar a violência como resultado das diferenças sociais produzidas nos espaços segregados.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste artigo, encontra-se, baseada no levantamento bibliográfico e documental, produzidos por estudiosos das temáticas relacionadas a urbanização, produção do espaço, desigualdade social e violência urbana, contextualizada na cidade de Belém, com recorte em uma abordagem sociológica e demográfica. Dentre os instrumentos estatísticos utilizados na coleta de dados, temos as tabelas, os gráficos, e os bancos de dados. As fontes consultadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Sangari, o Anuário Estatístico do Município de Belém, e produções textuais acadêmicas físicas e digitais.

2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A falta de organização e planejamento no processo de urbanização do Brasil, trouxe como consequência a segregação das camadas mais pobres da sociedade em áreas periféricas, geralmente distantes dos centros urbanos e carentes de infraestrutura básica necessária a garantir a melhoria da qualidade de vida desses moradores. A compreensão objetiva do fenômeno da urbanização no Brasil, exige obrigatoriamente perpassar pela análise das diversas fases que compõe esse processo, bem como suas múltiplas dimensões, a partir da dinâmica social e econômica da ocupação do espaço das cidades brasileiras que se desencadeou com o implemento da política de industrialização do Brasil, e no caso da região norte, especificamente pela intensificação da política de integração da Amazônia com o resto do país, realizada pelo governo federal. Para Santos (1997), o espaço é produto da utilização do território pelo povo, compreendido como “um sistema de objetos e um sistema de ações”.

Assim sendo, necessário se faz realizar, ainda que brevemente, uma contextualização do modo como se deu a urbanização do país, e as múltiplas dimensões que compõe as fases desse processo, que segundo nos ensina Villaça (2004), pode ser dividida em três fases, cujas características são distintas entre si, com dimensões delimitadas no tempo e no espaço. A primeira fase da história da urbanização do Brasil a que se refere o autor, sofreu influência francesa, que exaltava a forma urbana do embelezamento monumental, e vai de 1875 a 1930, nesse

período a maioria das pessoas viviam na zona rural. O segundo período, que se iniciou em 1930 e se estendeu até o ano de 1990, teve como pano de fundo o processo de industrialização, quando o governo brasileiro intensificou a política de industrialização do país. O terceiro período histórico do processo de urbanização do Brasil, que teve início na década de 90, “[...] é o período marcado pela reação ao segundo” (VILLAÇA, 2004, p. 182).

Nesse último período aconteceu a redemocratização do país, e o estabelecimento pela Constituição Federal de 1988, de uma nova ordem urbanística, baseado no planejamento das políticas públicas que envolvessem a participação popular, mas após quase 30 anos da promulgação da Carta Magna, o que vemos no Brasil, é uma realidade completamente diferente, onde a maioria das cidades se caracterizam pela existência de centros urbanos elitizados e segregadores, enquanto que as áreas mais afastadas, foram destinadas à classe pobre, as quais são carentes de equipamentos urbanos. Sobre a previsão da criação e implementação do plano diretor, Villaça (2004) esclarece:

Os problemas a serem atacados num plano diretor, bem como suas prioridades (dos problemas, não das obras, como disse A Folha), são uma questão política e não técnica. São questões que devem estar nas plataformas dos movimentos populares e dos partidos políticos. O diagnóstico técnico servirá, isto sim, e sempre a posteriori (ao contrário do tradicional), para dimensionar, escalonar ou viabilizar as propostas, que são políticas; nunca para revelar os problemas (VILLAÇA, 2004, p. 236).

Para se compreender as disparidades sociais evidenciadas no terceiro contexto histórico da urbanização, nos remetemos ao segundo contexto de ocupação dos espaços das cidades. Para Menezes (2000), o movimento migratório intenso nos moldes capitalista ocorre, devido à grande procura da população rural pelos grandes centros industriais, onde se encontra maiores ofertas de emprego, revelando as desigualdades regionais. Esse processo migratório se intensificou na segunda metade do século XX, desencadeando uma urbanização forçada e não planejada nas cidades do país, a população brasileira, que era predominantemente rural, passou a

residir nas cidades, passando a população urbana de 19 milhões para 138 milhões (BRITO; SOUZA, 2006).

O êxodo rural resultante da demanda permanente de mão de obra para os meios de produção capitalista, intensificou o processo de urbanização, aumentando os problemas já existentes na cidade, como ausência de saneamento básico, saúde e habitação. Segundo Souza (1995, p. 66) “a urbanização pode ser entendida como um espaço em permanente mutação”, nesse sentido pesquisa realizada pelo IBGE (2010), aponta que no ano de 1960, o percentual da população urbana no Brasil era de 45,1% na área urbana, e na área rural, de 54,9%, passando esse percentual no ano de 2010, para 84,4% na área urbana, e 15,6%.na área rural. Diante destes dados, verifica-se que no período compreendido de 1960 a 2000, o percentual de urbanização teve um aumento significativo no Brasil, sem que houvesse no mesmo período planejamento adequado para o recebimento desse elevado contingente populacional.

Embora a segunda fase da história da urbanização, citada por Villaça (2004), se caracterize pelas obras de infraestrutura necessárias para garantir a eficiência da cidade de produção, o mesmo não aconteceu para a maioria da sua população. A ocupação dos espaços urbanos passou a ser determinada pelo mercado imobiliário, as classes média e alta passaram a ocupar os bairros centrais, próximos aos meios de produção, e por isso, local de investimentos públicos de estrutura e equipamentos urbanos. Enquanto a maioria da população, foi expulsa para as áreas periféricas, geralmente afastadas dos centros urbanos, e por isso de difícil acesso às redes de infraestrutura, transporte e serviços.

A esse respeito, Maricato (2000, p. 23) afirma, que “o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação”. Dentro dessa perspectiva, a autora supracitada, afirma que a cidade de Belém, está entre as que nesse período, passaram por transformações que conjugaram saneamento, embelezamento e segregação.

O modo como a urbanização ocorreu no Brasil, acabou provocando profundas transformações na vida das pessoas, e na configuração das cidades. Nesse mesmo sentido Santos (2002) afirma que o deslocamento das classes mais pobres para a periferia, cria espaços sem cidadãos.

Com recursos públicos insuficientes para atender a demanda gerada pelo aumento populacional, o poder público privilegiou as áreas centrais da cidade, agravando ainda mais as diferenças sócioespaciais, em razão da maneira desigual da apropriação do espaço urbano. Essa ausência de políticas públicas nas áreas segregadas, constitui um fator importante que contribui para a transgressão das normas estabelecidas, face a ausência do Estado (ADORNO, 2002a).

2.1 O processo de urbanização da cidade de Belém-Pará

O crescimento da produção industrial se concentrou na Região Sudeste do país, principalmente no Estado de São Paulo, representando para a população do campo, uma oportunidade de trabalho e melhoria da qualidade de vida, desencadeando o processo de migração em massa do campo para a cidade. Nesse sentido, a industrialização foi um importante acontecimento que teve como resultado, a mudança estrutural da sociedade brasileira, fenômeno que se iniciou com o êxodo rural para as capitais brasileiras, em especial para a cidade de São Paulo, e que logo se expandiu para o resto do país.

Assim como no caso do Brasil, o processo de expansão urbana do município de Belém passou por diversas fases no contexto histórico e econômico, no entanto, para efeito do presente trabalho, faremos um recorte, limitando o estudo ao período de expansão a partir da década de sessenta, quando se desencadeou o processo imigratório interno, tendo como vetor propulsor, a intervenção do Governo Federal que construiu em 1960, a Belém-Brasília para integrar a região norte as demais regiões do país.

A construção da rodovia Belém-Brasília, foi um importante acontecimento para a urbanização da capital paraense, resultado da imigração em massa de pessoas do interior do Estado e de outras regiões do Brasil. Construída para ligar a Amazônia, que se encontrava em condição de isolamento, ao resto do país, a rodovia Belém-Brasília permitiu sua ligação à nova Capital da República. Possibilitando a ocupação da Amazônia e de uma imensa faixa de terra localizada no interior do Brasil, por meio do deslocamento de pessoas por via terrestre, além de permitir o

escoamento da produção para outras localidades (RODRIGUES, 1978). Tamanha era sua importância na estratégia de integração nacional, que a inauguração de Brasília estava vinculada à conclusão de suas obras (BRASIL, 1960).

Das várias obras de infraestrutura realizadas para a ocupação e integração da Amazônia, a construção da rodovia Belém-Brasília, se constituiu na mais importante via estrutural de expansão do município de Belém. Sua estrutura serviu de base para a expansão urbana que se seguiu rumo às cidades vizinhas de Ananindeua, Marituba e Benevides.

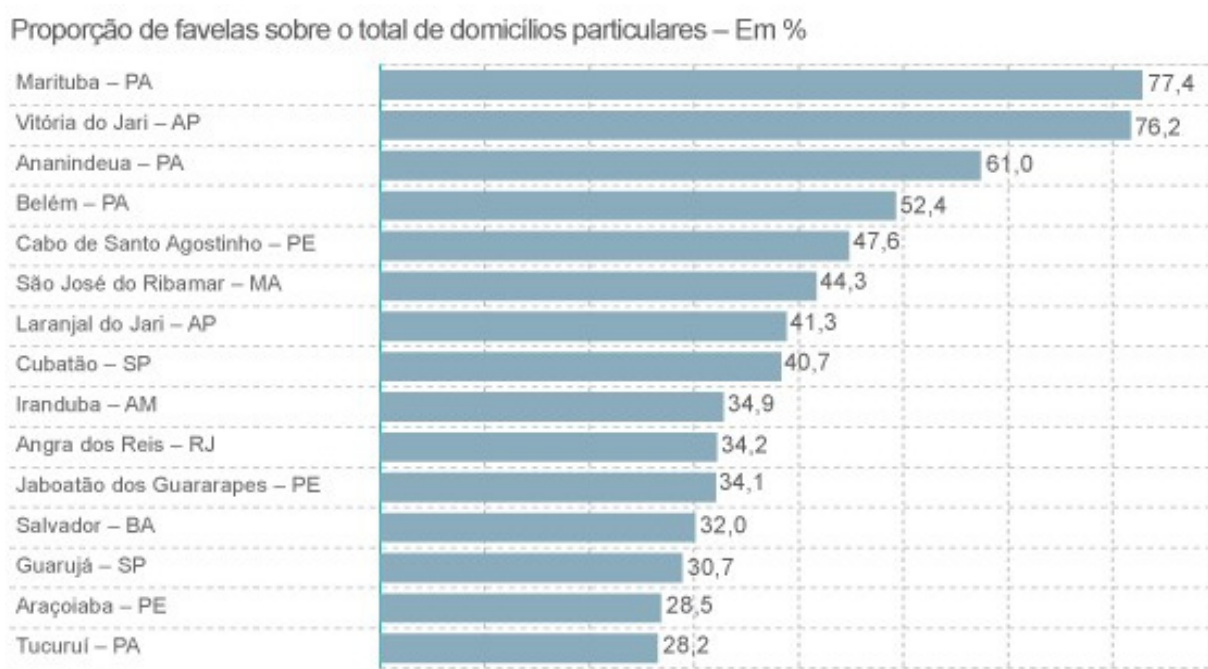
Assim como a maioria das cidades amazônicas, a expansão de Belém se intensificou na década de 1970, com a chegada de um contingente de imigrantes de outras regiões do Brasil, e do interior do Estado, em busca de melhores condições de vida, sem a devida estrutura para recebê-los. Em razão do baixo poder aquisitivo, num primeiro momento esses imigrantes, passaram a ocupar as áreas de baixada e alagáveis da cidade, que até então eram consideradas impróprias para moradia, dada suas condições inóspitas de alagamento durante o período de chuva e das altas mares. Em um segundo momento, a expansão se deu com a ocupação rumo às cidades vizinhas de Ananindeua, Marituba e Benevides, dando início a uma urbanização desordenada, resultando no processo de aceleração de favelização da cidade, conforme bem descreve Pereira (2004):

Nos bairros em que predominam as classes de menores rendas, os lotes não apresentam limites definidos, o que os caracterizam como favelas. Estes locais concentram cerca de 34% da população que apresentam os níveis de renda mais baixos. Quanto às habitações nas áreas alagáveis (baixadas), estão localizadas em terrenos encharcados ou alagados, diretamente implantadas sobre o solo, ou sobre palafitas (assoalho de madeira sobre as áreas alagadas, que servem de acesso às residências) quando a presença de águas é constante (PEREIRA, 2004, p. 94).

Verifica-se no processo de expansão da cidade de Belém, que primeiro a população carente ocupou as áreas de baixada existentes no centro de cidade, depois passaram a ocupar áreas distantes. A ocupação irregular destas áreas baixas, propensas a alagamento e sem planejamento

adequado, acelerou o processo de favelização da cidade de Belém. Hoje é a capital com o maior índice de aglomerados subnormais do país, ocupando o quarto lugar de cidades com a maior proporção da população em favelas no Brasil (IBGE, 2010). Conforme comprova o Figura 1.

Figura 1: Percentual de favelas nos municípios brasileiros – ano 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outro dado importante verificado no Figura 1, é a posição dos municípios limítrofes de Marituba e Ananindeua, que compõe a região Metropolitana de Belém. Nesse triste cenário nacional, ocupam, respectivamente, o primeiro e terceiro lugar, de percentual de favelas sobre o total de domicílios ocupados.

A mesma pesquisa (IBGE, 2010), aponta que em termos de Região Metropolitana, as maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados, 52,5% estão localizados na Região Metropolitana de Belém (PA) e 25,7% na de Salvador (BA).

Vale ressaltar, a relação existente entre a precariedade urbana encontrada nas periferias dessas Regiões Metropolitanas (Belém e Salvador) e os altos índices de homicídio, apontados pelo Instituto Sangari (2012), conforme mostra a Tabela 1. No mesmo sentido, Cardia et al. (2003), para

quem o processo de segregação socioespacial é fator determinante para os elevados índices de criminalidade nas cidades brasileiras, produto do inchaço populacional, da urbanização acelerada e da falta de planejamento no processo de produção do espaço geográfico, que se estabeleceu no país a partir do século XX.

Tabela 1: As Três primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, que sofreram maior variação na taxa de homicídio no período 2000/2010

Região Metropolitana	Ano			Variação %
	2000	2005	2010	
Salvador	359	1.372	2.129	493,0
Belém	339	837	1.639	383,5
São Luiz	144	263	610	323,6

Fonte: adaptada pelos autores a partir Instituto Sangari (2012).

Para Gomes (2002), como consequência das desigualdades socioespaciais, ocorreu um significativo aumento na violência urbana, que se produz e reproduz, devido à dificuldade de acesso da população às políticas públicas e serviços básicos necessários à ascensão social dos indivíduos, como é o caso da educação, cultura e lazer. Para o autor, estes fatores são preponderantes no aumento da violência urbana, traduzida na precariedade de saúde, educação, lazer, falta de policiamento e segurança pública.

3 DESIGUALDADES E VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PA

Em quase todo o território brasileiro, com exceção das cidades planejadas, os espaços geográficos das grandes metrópoles, formaram-se de forma desordenada, criando bairros periféricos sem a mínima estrutura, dando origem a esta onda de violência, uma vez que, a população pobre que habita nos espaços segregados, são marginalizadas pelo Estado, tendo o direito à cidade negado (LEFEBVRE, 2001).

Nos bairros periféricos, o Estado se mantém distante, prestando de forma ineficiente os serviços essenciais, como segurança pública (FOUCAULT, 2011; RAFFESTIN, 1999). A falta de segurança,

educação, saúde, saneamento, transporte, lazer e cultura, tornam estes locais férteis a disseminação da violência e do crescimento do crime organizado.

No mesmo sentido, Dias (2007) analisa a ocupação dos espaços segregados de Belém-PA, principalmente, nas últimas décadas do século XX, o surgimento de novos bairros e o aumento da população dos bairros periféricos já existentes, provocaram o surgimento de problemas de toda ordem, entre eles, sociais, ambientais e de infraestrutura, comprometendo a qualidade de vida destas pessoas, uma vez que os serviços ofertados não são suficientes para atender toda esta população.

A falta de infraestrutura leva a população dos espaços segregados a procurarem os serviços essenciais ofertados pelo Estado no centro de Belém-PA, nos bairros considerados nobres, dificultando o acesso dos moradores da periferia aos serviços públicos. Ferreira e Penna (2005b), comentam tal realidade:

O enclausuramento do pobre, especialmente próximo das condições de vida moderna urbana e socialmente tão longe dela, fruto do inaccessível, ou da periferação, que o torna duplamente distante, dificulta a mobilidade social. Cria-se uma barreira que reproduz a pobreza, como um fator a mais. A pobreza segregada fica mais pobre, tornando mais difícil a mobilidade social e com isso mais vulnerável as ações criminosas (Ferreira e Penna, 2005b, p. 158).

Ferreira (1995), também aborda essas desigualdades sociais nos espaços segregados da cidade de Belém-PA, chama a atenção para as casas construídas sob palafitas, os terrenos aterrados com caroço de açaí, o acúmulo do lixo e a falta de saneamento. No mesmo sentido, Corrêa (1995) comenta:

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e ao mesmo, uma sobrevivência. Resistência e sobrevivência as adversidades impostas aos grupos recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito

à cidade (...) resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças CORRÊA (1995, p. 30).

Aliada a ocupação desordenada e a falta da prestação de serviços à população, pode-se destacar que a periferia de Belém-PA, primeiramente, se expandiu para as áreas alagadas, mas ainda hoje, grande parte destes espaços urbanos, não foram contemplados com a drenagem dos canais, expondo os moradores destas áreas aos constantes alagamentos. Diante de tantas desigualdades sociais, existe muita tensão e conflito em uma mesma porção do espaço geográfico (FERREIRA, 1995).

Segundo Santana (2014) percebe-se que a o crescimento desordenado da cidade de Belém-PA, aumentou significativamente a violência, e para compreender tal fenômeno, devemos compreender a cidade como um “mosaico social”, ou seja, a formação desordenada dos espaços urbanos, criou áreas com características distintas, nas quais convivem vários segmentos sociais, levando vantagem quem possui condições para habitar nos melhores espaços, reforçando a “segregação espacial”.

É importante ressaltar, que dentro deste contexto, temos como principais vítimas e autores de crimes, a categoria mais jovem dos habitantes das periferias, diante desta realidade, Beato Filho (2012):

As chances de morrer, vítima de homicídio, quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parece ser a de proteger justamente aqueles que estão menos expostos a violência (BEATO, 2012, p.152).

Para Souza (2008, p. 55) “é em cidades sócio-político-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado prospera e se sente em casa, são elas as fobópolis por excelência”. Esses espaços segregados são prejudicados pelo Estado que atua de forma omissa, enquanto

privilegia as áreas consideradas nobres de Belém, abandonando a própria sorte os habitantes da periferia, o que aumenta as desigualdades sociais, impossibilita a ascensão social e aumenta a violência.

4 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NOS BAIROS SEGREGADOS

Durante algum tempo acreditava-se que a violência estava diretamente ligada a pobreza, hoje, já se sabe que a miséria aliada a ocupação desordenada dos espaços geográficos, levam a falta de educação, saúde, saneamento, lazer, cultura, policiamento, expectativa de vida e a condições de vida precária, uma vez que o Estado não se faz presente nesses espaços segregados, o que gera violência (homicídios, roubo, furtos, estupro, tráfico etc). Assim, está se tornando cada vez mais evidente que a relação é outra: urbanização desordenada mais miséria, sim, são componentes (fatores) que determinam a violência (ADORNO, 2002b).

Segundo Ferreira e Penna (2005a, p. 5045):

No contexto da desorganização socioespacial do crescimento urbano, existe uma interação de processos (econômicas, sociais, espaciais, institucionais, políticas e culturais) que contém e estão contidos no cotidiano da vida urbana, que somente pode se realizar produzindo e consumido um espaço (FERREIRA; PENNA, 2005a, p. 5045).

Etchichury (2010), fala que existe uma relação na sociedade brasileira entre concentração de riqueza, precariedade de vida nos espaços segregados e a explosão letal da violência. O mapa realizado para algumas capitais, nos anos 90, indicavam que as taxas de homicídios nas áreas segregadas eram bem mais altas do que nos bairros atendidos por infraestrutura, por oferta de trabalho, por serviços de lazer e cultura (ETCHICHURY, 2010).

Ainda segundo o autor, com a diversificação da estrutura social, da composição social das populações interioranas, alteram-se os estilos

de vida, os gostos, as exigências de consumo. Paralelamente, há o desenvolvimento de cinturões de pobreza, alguns encravados nos centros urbanos decadentes e outros na periferia. Estes fatores, aliados a crise econômica, que afeta diversos setores da sociedade, principalmente, os segmentos de baixa renda e da periferia, tornam o Estado incapacitado para aplicar as leis e garantir a segurança à população (ETCHICHURY, 2010).

Como consequência da economia hegemônica e da desmobilização do Estado de Bem-Estar, o Estado deixa as massas largadas a própria sorte, que buscam estratégias de sobrevivências, que nem sempre são legais. Marginalizados nas periferias e na miséria, passam a frequentar as prisões, locais cada vez mais severos (SALLA et al., 2006). Acerca da relação entre violência e urbanização, Beato Filho (2012) afirma:

O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países. (BEATO FILHO, 2012, p. 70).

Molina e Gomes (2000) citam o estudo realizado por Mabel Elliot e Francis Merrill, que afirmam que muitos delitos são frutos de uma acumulação de sete ou mais circunstâncias negativas (família desagregada, miséria, falta de educação, embriaguez dos pais, desemprego, falta de segurança, más companhias, drogas etc.).

Souza (2012), afirma:

Parece muito mais produtivo reservar a *violência urbana* para as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentam uma conexão bastante forte da *espacialidade urbana* e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador, particularidades ao se concretizarem no meio cotidiano, ainda que não sejam exclusivamente “urbanos” (a pobreza e a criminalidade

são, evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional (SOUZA, 2012, p. 52).

Para entender a relação entre violência e territorialidade, se deve compreender, primeiramente a relação entre violência e espaço urbano, uma vez que, devido à ausência do estado, são criados espaços urbanos segregados considerados “zonas vermelhas”, onde a criminalidade encontra mecanismos para se expandir e influenciar pessoas, criando uma relação de poder com a população local, tornando-a refém da violência. Numa visão geográfica, pode-se afirmar que a violência passa a ser um recorte do território, podendo ser identificado por meio das suas peculiaridades (MELO, 2012).

Chagas (2014), comenta:

Neste contexto as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública e das instituições de controle público mínimos são fatores determinantes para a instalação e a fixação de zonas de tensões, nessa perspectiva, o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano.(CHAGAS, 2014, p. 190-191).

Por fim, é importante compreender que a formação desordenada do espaço urbano e a ausência do estado nessas áreas, colaboraram para os altos índices de violência em determinados bairros das grandes metrópoles, em especial na cidade de Belém, se pode destacar, os bairros do Guamá, Jurunas, Coqueiro e Pedreira, como sendo os mais violentos da cidade de Belém em 2008, conforme mostra a Tabela 2.

A Tabela 3 demonstra que em 2009, permanecem os mesmos bairros na lista dos índices de criminalidade em Belém, havendo apenas alteração na ordem de classificação.

Tabela 2: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, no Município de Belém, 2008

Classificação	Bairros	2008	População
1º	Guamá	7.076	102.124
2º	Jurunas	5.193	62.740
3º	Coqueiro	5.088	96336
4º	Pedreira	5.049	69.067
5º	Campina	5.046	5.407
6º	Marco	4.998	64.016
7º	CN – 1,2,3,4,5,8	4.414	70.000
8º	São Brás	4.362	19.881
9º	Sacramenta	3.898	44.407
10º	Marambaia	3.550	62.370

Fonte: SEGUP e Prefeitura Municipal de Belém (PMB), 2012.

Tabela 3: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, no Município de Belém, 2009

Classificação	Bairros	2009	População
1º	Guamá	6.840	102.124
2º	Pedreira	6.306	69.067
3º	Jurunas	5.099	62.740
4º	Marco	4.810	64.016
5º	CN – 1,2,3,4,5,8	4.021	70.000
6º	Coqueiro	3.792	36.936
7º	Sacramenta	3.766	44.407
8º	São Brás	3.764	19.881
9º	Marambaia	3.559	62.370
10º	Campina	3.405	5.407

Fonte: SEGUP e Prefeitura Municipal de Belém (PMB), 2012.

Entretanto em 2013, novo levantamento foi realizado pela Secretaria de Segurança Pública (SEGUP, 2013), relacionando os bairros com maior índice de criminalidade, que conforme pode ser observado na Tabela 4, em regra formada por bairros periféricos, sem infraestrutura e com intensas desigualdades sociais, com exceção de alguns bairros, por exemplo Batista Campos, que passa a integrar o rol dos bairros mais perigosos de Belém-PA.

Tabela 4: Classificação dos bairros de maior incidência de criminalidade na região Metropolitana de Belém, 2011-2012

Bairros	Nº de crimes (2011)	Nº de crimes (2012)	População (2010)
Guamá	7.014	6.308	102.124
Marco	6.346	5.565	64.016
Pedreira	6.306	5.324	69.067
CN-1,2,3,4,5,8	6.236	5.640	70.000
Jurunas	5.857	5.700	62.740
Campina	5.685	4.694	5.407
São Brás	5.183	4.619	19.881
Marambaia	4.878	4.396	62.370
Coqueiro	4.369	Sem dados	36.963
Sacramenta	4.283	3.587	44.407
Terra Firme	3.114	2.450	61.439
Batista Campos	2.722	2.505	19.136

Fonte: SEGUP (2013). Adaptado por Chagas, 2014.

Diante de tais dados, percebe-se uma relação entre a violência e a ocupação desordenada dos espaços públicos, já que a maioria dos bairros listados não possuem serviços públicos adequados e condições básicas de sobrevivência, demonstrando que o Estado precisa tratar a violência não apenas como caso de polícia, mas como problema a ser enfrentado, principalmente com políticas públicas eficientes.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo pode-se entender a importância da ocupação dos espaços geográficos dentro das cidades, como fator preponderante no aumento dos índices de criminalidade, provocando na população, sejam dos bairros periféricos ou dos bairros nobres, uma sensação de medo e insegurança, uma vez que a violência atinge todas as classes sociais, pois apesar da classe desfavorecida ser diretamente atingida, a violência produzida na periferia, expande-se para além de suas fronteiras, atingindo todos os moradores da cidade.

Para melhor compreender a dinâmica de ocupação do território, foram usados gráficos e vasta bibliografia de vital importância para o assunto, a fim de se entender o problema e criar mecanismos de resoluções, uma vez que a urbanização desordenada e o aumento da violência faz parte da realidade do Estado do Pará, em especial, da cidade de Belém.

Permite também compreender que a distribuição da violência entre os bairros, não é aleatória, mas fruto de vários fatores, entre eles, a urbanização sem planejamento, que se deu de forma mais intensa a partir do ano de 1960.

A urbanização do país, não se deu de forma homogênea, havendo em todo território, uma ocupação desordenada das cidades, tendo como consequência, os mesmos resultados, quais sejam, a criação dos espaços segregados, nos quais o Estado não se faz presente, criando desigualdades sociais, entre a população que vive nas periferias e a que habita nos bairros nobres, em regra, os primeiros não tem acesso à serviços públicos eficientes de saúde, educação, segurança, infraestrutura etc., tornando essas pessoas presas fáceis ao crime organizado, ocasionando o aumento da violência.

Assim, apenas quando o Estado tratar a violência nas grandes metrópoles como resultado, principalmente, das desigualdades sociais e de uma ocupação desordenada dos espaços urbanos, com políticas públicas eficientes, se terá esperança de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de psicologia – PSI*, p. 7-8, abr./jun. 2002b.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Revista Sociologias - Violências**, América Latina, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002a.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília. **RODOBRÁS. Rodovia Belém Brasília, a rodovia da unidade nacional e suas implicações de ordem técnica, econômica e política**. 1960.

BRITO, C. D. S. B. A. Formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para crescimento da rede urbana brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté (SP), v. 5, p. 177-190, 2009.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, Fundação Seade, jan. 2006

CARDIA, N. et al. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a04v1747.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

CHAGAS, C. A. N. et al. Da (Re) Produção à segregação do espaço urbano: uma análise comparativa sobre a criminalidade violenta nos bairros do Umarizal e Jurunas em Belém - (Pa). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRÁFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais Eletrônicos**.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, v 1, p. 186-204, jan/jun, 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém – PA.** 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

ETCHICHURY, C. **A Violência na Mídia:** Um Estudo de Caso Sobre a Cobertura da Criminalidade pela Imprensa no Rs. 2010, 130 f (Dissertação em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FERREIRA, C. F. **Produção do Espaço urbano e degradação ambiental:** um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-PA). Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em geografia física do departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1995).

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, **Anais**, p. 5039-5056, 2005a.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. **Território da Violência:** Um Olhar Geográfico Sobre a Violência Urbana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 18, p. 155-168, 2005b

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GOMES, L..F. **Urbanização desordenada + miséria.** Jurídica Consulex, Brasília, v. 6, n. 133, p. 32-33, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais informações territoriais.** Belém/PA: IBGE, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** trad. RE Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado:** metrópoles brasileiras. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000.

MELO, A. C. **Violência Urbana na Região Metropolitana de Belém-PA:** no período de 2006 a 2012: O caso dos Bairros de Curuçambá,

PAAR e Distrito Industrial. Monografia (Graduação em Geografia). Belém: FGC/IFCH/UFPA, 2012.

MENEZES, M. L. P., Tendências atuais das migrações internas no Brasil. Scripta Nova: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 69 (45), ago. 2000.

MOLINA, A. G. P; GOMES, L. F. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, 3. ed. rev., atual. e ampl., 2000.

PEREIRA, I. S. O. **A implantação do cinturão institucional e a valorização imobiliária em Belém**. 140 f. (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PRADES, M. D. trad. **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas, Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1999.

RODRIGUES, M. L. **Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia: povoados do trecho norte da Belém-Brasília**. 128 f. (Dissertação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

SALLA, F; et al. **A Contribuição de David Garland – A sociologia da punição**. Tempo Social, v. 18, n. 1, jun. 2006.

SANTANA, L. L. S. **Geografia e violência na periferia de Belém**: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra Firme e Jurunas. Belém-PA. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6. Anais. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. p. 2580-2596.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. Ed.. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, M. A. A. O Novo Brasil Urbano: integração ou fragmentação. In: GONÇALVES, F. (org.) **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

VILLAÇA, F. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (org) **O processo de urbanização no Brasil**. 1. Ed. EDUSP, p. 169-241, 2004.

Análise socioespacial da violência urbana no bairro do Paar, em Ananindeua-PA

Marcelle Peres da Silva
Rafael Henrique Maia Borges

RESUMO

As desigualdades sociais e espaciais se fazem presentes em inúmeros espaços urbanos e, abordar este tema a partir de um olhar geográfico mostra-se fundamental. Em um cenário urbano marcado pela insegurança e pelo medo, crescem os índices de violência e de criminalidade, em especial um dos crimes mais violentos e extremos a vida – o homicídio. Neste sentido, a geografia, nos concede elementos fundamentais para se analisar esta problemática, a partir de conceitos como o espaço e o território, além da cartografia, que nos permite identificar o comportamento espacial e territorial destes fenômenos sociais. Dessa forma, o presente artigo busca compreender como se dá o processo de urbanização na cidade de Ananindeua-PA, mais especificamente no bairro Paar e como este processo influencia o surgimento de desigualdades socioespaciais, da violência e da criminalidade urbana. Bem como objetiva-se analisar os índices de homicídio no referido bairro, nos anos de 2014 e 2015.

Palavras-Chave: Urbanização; Desigualdade; Território; Homicídios.

1 INTRODUÇÃO

A cidade é o reflexo das diversas relações sociais que se estabelecem sob um determinado espaço, é o espelho da sociedade. Falar sobre o espaço urbano é admitir, acima de tudo, a existência de desigualdades sociais e espaciais, que se manifestam, em muitos casos, na forma de fenômenos sociais, como a violência e a criminalidade.

As cidades brasileiras são marcadas por elevadas taxas de violência e de criminalidade, o que assusta e interfere diretamente o cotidiano de uma grande parcela da sociedade. Dentre os tipos criminais, que se apresentam nos espaços urbanos, destaca-se o homicídio, que é entendido como um dos crimes mais intensos e extremos, que ameaçam a vida humana.

É neste sentido, que se fundamenta a importância do olhar geográfico acerca desta questão. Tratar a cidade e suas mazelas socioespaciais, requer abordar o caráter espacial e territorial. A geografia concede conceitos como espaço e o território, que permitem o seu melhor entendimento, além é claro, do uso de ferramentas cartográficas, que auxiliam na visualização de sua espacialização e territorialização.

Desse modo, o presente artigo, busca compreender como se dá o processo de urbanização na cidade de Ananindeua-PA, mais especificamente no bairro Paar e como este processo influencia o surgimento de desigualdades socioespaciais, bem como a violência e a criminalidade, que se espacializam e sobretudo, se territorializam, com ênfase para o crime de homicídio.

Quanto a metodologia, utilizou-se primordialmente, de levantamentos documentais e bibliográficos que abordassem a temática da violência urbana, da criminalidade, da urbanização e do território. Para o desenvolvimento deste artigo, realizou-se, ainda, trabalhos de campo, em que entrevistas se apresentam como um recurso fundamental. Além disso se fez o uso de ferramentas cartográficas e de dados junto a órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará – SEGUP, em especial com a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, vinculada a SEGUP.

Desse forma, a presente pesquisa, se divide em três momentos. No primeiro se discutirá acerca da urbanização de Ananindeua e mais especificamente a do bairro do Paar e sua influência na criação de desigualdades sócioespaciais, da violência e da criminalidade, bem como suas espacializações e territorializações. Em um segundo momento serão apresentados os índices de homicídios no bairro em questão, no período de 2014 a 2015. Por fim, analisará, mais especificamente, o comportamento espacial e territorial dos crimes de homicídios ocorridos nos anos de 2014 e 2015, com o uso de ferramentas cartográficas.

2 URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA

O Município de Ananindeua localiza-se no Estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém – RMB. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população do município é de aproximadamente meio milhão de habitantes, o que faz de Ananindeua o segundo maior município do estado do Pará e o terceiro maior da Amazônia em população. Nos dizeres de Barros (2013) no território da cidade está localizada aquela que já foi considerada a maior ocupação urbana da América Latina, o complexo do Paar (Pará, Amapá, Amazonas e Roraima). Ao considerar que o inchaço da capital paraense implicou em estratégias de ocupação na cidade vizinha, principalmente no final das décadas de 1980 e 1990, quando o município enfrentou acelerado processo de ocupação, não se deve analisar dissociada, nem separar as histórias de Ananindeua e de Belém (BASTOS, 2013).

Nesse sentido Ananindeua ainda é visualizada como uma alternativa para moradia ao mesmo tempo fora e próxima da capital paraense, e por esse motivo, certamente compreender a urbanização dessa cidade é também compreender Belém, ao considerar a periferia urbana da Região Metropolitana de Belém – RMB (RODRIGUES, 1998). Para Santos (2012) Ananindeua por ser um município conurbado com a metrópole passou a assumir uma divisão territorial de funções a partir do grande adensamento populacional ocorrido em Belém, que culminou com a necessidade de descentralização das funções consumidoras do espaço que definem novas relações comerciais e de serviços com o núcleo central metropolitano.

No entanto, o que ocorreu foi o agravamento das desigualdades socioespaciais devido ao adensamento populacional do município de Ananindeua, que segundo Santos (2012) demonstra um semblante palpável e peculiar da ampla desigualdade imposta pela dinâmica de expansão das áreas de fronteiras vividas na região amazônica, que expulsaram trabalhadores de suas terras desapropriando-os do uso dos recursos que antes garantiam sobrevivência ao grupo familiar, obrigando-os a migrar para os espaços urbanos dos grandes centros, pequenas e médias cidades da região.

Em meio a esse contexto em torno do processo de dispersão e expansão concentrada a partir dos índices elevados de adensamento populacional, espraiamento demográfico e espacial de Ananindeua e de seu Conjunto Cidade Nova, nasce o conjunto Paar. De acordo com Santos (2012) ele surge inicialmente como parte da estratégia de ordenamento da periferia, no entanto, em sua fase final o conjunto habitacional foi amplamente ocupado e, durante muitos anos chegou a ser considerado a maior área de ocupação do Brasil e da América Latina.

Conforme assegura Santos (2012), no final dos anos 80, a área do Paar foi demarcada para a construção de um grande conjunto residencial com 4.289 unidades habitacionais além de equipamentos de uso comunitário. A área do Conjunto a partir de uma observação aérea feita pelos técnicos da COHAB/PA teria a configuração geográfica dos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia. E uma das principais propostas do Projeto para a implantação do Conjunto Paar, elaborado em maio de 1990, seria a participação popular, no que tange a escolha do padrão habitacional, bem como o acompanhamento de sua construção incentivados pela Caixa Econômica Federal na época.

No entanto, a ocupação do conjunto passou por muitos problemas como a depredação de muitos equipamentos de uso coletivo existentes na área, a ocupação de espaços destinados ao lazer, educação, furto de equipamentos do sistema elétrico, além do devido incentivo e ordenamento do poder público e falta de financiamento do governo federal. Sendo assim, conforme revela Santos (2012), a ocupação do Paar ocorreu quando os lotes e arruamentos já haviam sido demarcados, e com a ocupação das unidades habitacionais pelas seis mil famílias de trabalhadores que buscavam alternativa de moradia, não se deu a continuidade do projeto por parte da COHAB/PA, ficando assim a cargo dos próprios moradores.

De acordo com Rodrigues (1998) Ananindeua considerada periferia da metrópole passou então por um processo de ocupação chamado de rígido ou rápido do espaço, com a ocupação primeiramente de áreas privilegiadas, embora contenha aspectos comuns as cidades capitalistas polarizadoras, deixando para as camadas populares, as áreas mais precárias para habitação nesses espaços. Conforme afirma a autora:

(...) Assim, nas décadas de 1970 e 1980, junto a periferação de classe média para Ananindeua, a ocupação espontânea passa a se intensificar e, provavelmente, mais ainda a ocupação habitacional planejada. O espaço desse município torna-se uma reserva já escassa para a demanda de projetos habitacionais e para a conquista popular pela via das invasões. (...) (RODRIGUES, 1998 p. 141).

Nesse aspecto, para Bastos (2013) a classe média local se identifica com a capital e nela se dilui e a classe popular não alcança nem Belém nem a própria cidade, invisível na condição precária de seus bairros conhecidos pela violência e criminalidade, principalmente entre os jovens, estimuladas pelo tráfico de drogas e outros crimes que permeiam a cidade de Ananindeua e logo o bairro do Paar.

Um dos principais problemas causados por essa urbanização acelerada e concentrada nas cidades paraenses foi o “fenômeno” da violência. Segundo os autores Beato Filho (2012) e Souza (2008), a violência, não pode ser considerada um fenômeno recente. Contudo, como já foi abordado acima, com a urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência nas cidades. Nesse sentido a violência urbana pode manifestar-se de diferentes formas no espaço das cidades, na visão de Souza (2012):

(...) Parece muito mais produtivo reservar a *violência urbana* para as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentam uma conexão bastante forte da *espacialidade urbana* e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador, particularidades ao se concretizarem no meio cotidiano, ainda que não sejam exclusivamente “urbanos” (a pobreza e a criminalidade são, evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional. (p. 52).

Podem-se apontar diversos fatores para compreender a violência nas áreas de periferação, entre eles o controle do território, grupos rivais disputam a implantação/permanência de pontos de venda de droga, constituindo assim, pontos de controle de consumo e de mercado. Um

segundo ponto muito perceptível na RMB\Ananindeua\Paar é a baixa participação do poder público em áreas de periferização, maior parte dos casos o Estado pouco se faz presente, em forma de equipamentos urbanos e de serviços essenciais para a população, o que favorece a proliferação de casos de desigualdades socioespaciais, exclusão social, pobreza e favelização, tornando assim, na maioria dos casos um ambiente propício para difusão e estabelecimento do crime organizado. “Os sistemas de segurança urbana oferecem condições para que a separação possa se aprofundar, ainda que justaponham, no ‘centro’ e na ‘periferia’ segmentos sociais com níveis *desiguais* de poder aquisitivo e com *diferentes* interesses de consumo”. (SPOSITO, 2012),

Neste sentido, precisamos entender a relação entre os processos sociais, espaciais, econômicos, institucionais, políticos e culturais, que estão contidos na vida urbana da sociedade e que são primordiais para a configuração do espaço e para definição da territorialidade da violência urbana em cada contexto.

Quando falamos principalmente em percepção podemos chegar a um conceito bastante subjetivo, tendo em vista que o homem modifica constantemente o espaço, portanto, a percepção e o conceito do espaço são fundamentais para a compreensão da realidade da violência urbana (CHAGAS, 2012).

3 INDICADORES DE VIOLÊNCIA

Em um cenário marcado pela violência, é necessário, de maneira inicial, entender que a mesma se apresenta de diversas formas, que ela se espacializa e que, sobretudo se trata de um fenômeno histórico, pois viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces (ODALIA, 1983).

Por se tratar de um fenômeno histórico, a violência varia de acordo com cada contexto, sendo influenciada pelas peculiaridades de cada lugar e principalmente pela relação entre o homem e o espaço urbano, a partir de seus objetivos culturais, políticos, econômicos e sociais. A violência não se mostra de uma única forma, ou seja, não se limita exclusivamente a agressão física, podendo ser ainda, “visível”, “invisível”, estrutural, política

e principalmente, social. A violência está em tudo que é capaz de causar sofrimento ao homem, seja físico ou psíquico, ou seja, violentar o homem é degradar sua dignidade física ou mental (MORAIS, 1981).

É a partir desse pensamento que entendemos, que as desigualdades, especialmente, as que surgem da insuficiência do Estado e da pobreza como “violências iniciais”, que se encontram espacializadas, permitindo o estabelecimento de territórios, que criam novas formas violentas, como a criminalidade.

Dentre as diversas tipificações da violência que se apresentam em tais territórios, destaca-se, comumente, a que está atrelada a agressão física, que é vista, como a primeira imagem, a face mais imediata e sensível (ODALIA, 1983). Sendo efetuada, quando se atinge diretamente o ser humano, tanto naquilo que possui, quanto naquilo que “ama”, ou seja, seus bens e até os seus amigos e familiares.

Neste sentido, apresentam-se o crime e a criminalidade, que podem ser compreendidas, como componentes desta tipificação. O crime é definido pelo código penal, como toda e qualquer ação ou omissão proibida por lei. Em contrapartida, a criminalidade pode ser entendida como o conjunto de crimes, característicos de um determinado tempo e lugar, que se apresenta de acordo com as peculiaridades, que são fundamentais para entendê-las (CHAGAS, 2014).

Dentre os diversos tipos de crime, destaca-se, um dos mais intensos e extremos, que ameaçam à vida humana - o homicídio – que se efetua, necessariamente, quando uma pessoa tira a vida da outra. As taxas deste tipo de crime têm aumentado acentuadamente nos últimos anos, o que assusta grande parte da sociedade, principalmente as que habitam os centros urbanos e seus arredores.

O homicídio, não se apresenta de uma única forma, ou seja, se tipifica. De acordo com Brasil (1999), podemos apontar alguns tipos, como: doloso, culposo, qualificado e privilegiado. Nesta pesquisa, abordamos o homicídio de maneira geral, ou seja, não trataremos de uma das tipificações em específico.

Por se tratar de um fenômeno que se relaciona com o processo de urbanização, podemos afirmar que a realidade de Ananindeua e mais especificamente do bairro do Paar, não se diferem dos principais centros

urbanos brasileiros, no que se refere às elevadas taxas de homicídios. De acordo com dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP, o bairro do Paar apresentou 39 homicídios no período de 2014 a 2015. A partir da análise dessas informações concedidas, tornou-se possível estabelecer um perfil que, comumente, se apresenta entre as vítimas de tal crime, como o sexo, a faixa etária e arma utilizada no crime.

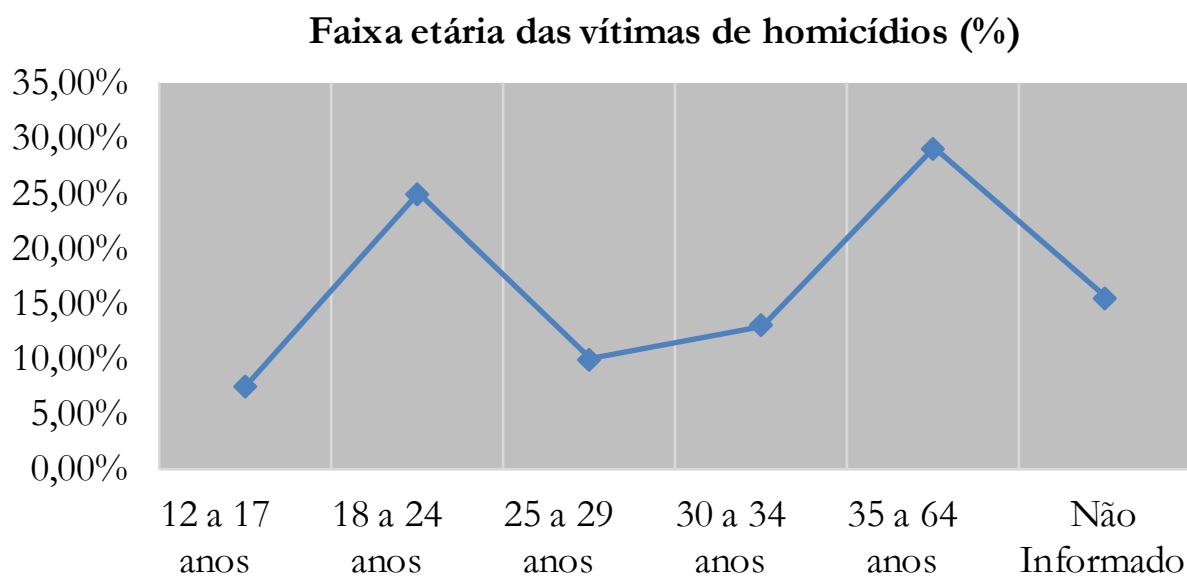
Tabela 1: Registros de vítimas de homicídios no bairro do Paar em Ananindeua – 2014-2015

Bairro	Anos	Nº de Homicídios	Total
Paar	2013	17	46
	2014	22	
	2015	17	

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

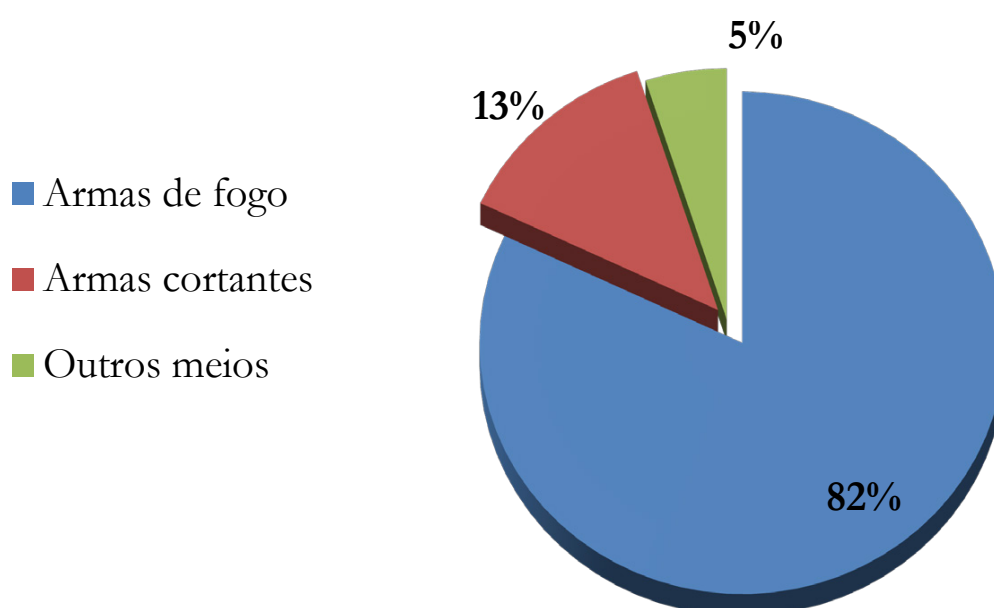
As estatísticas¹ de homicídios no bairro do Paar mostram o predomínio dos índices sobre a camada mais jovem da sociedade. Percebe-se, que existe o envolvimento precoce com esse tipo de crime, adolescentes entre 12 e 17 anos e principalmente os jovens entre 18 e 24 anos. De 2014 a 2015, dos homicídios registrados, 25,5% tinham como vítimas, jovens entre 18 a 24 anos, sendo, portanto, a faixa etária mais atingida. Além disso, percebe-se o predomínio do sexo masculino, representando aproximadamente 95% dos envolvidos nos homicídios.

¹ Dados cedidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP.

Gráfico 1: Faixa etária das vítimas de homicídios no bairro do Paar

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

Beato (2012) ressalta que um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima, são os jovens. Desse modo, o crescimento de homicídios, muito se relaciona com o envolvimento de jovens em atividades criminosas.

Gráfico 2: Instrumentos utilizados nos homicídios no bairro do Paar -2014 e 2015

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

Ainda de acordo com Beato (2012), o retrato do crescimento dos homicídios está relacionado ao fácil acesso as armas de fogo e que os estados com os mais altos índices de homicídios, também possuem os mais elevados coeficientes de mortalidade por armas de fogo. Dessa forma, nota-se que os índices de homicídios no bairro do Paar, reforçam essa realidade, pois dos crimes ocorridos, 82% teve como instrumento utilizado, armas de fogo.

4 COMPORTAMENTO DOS HOMICÍDIOS NO BAIRRO DO PAAR

Sob os espaços em que a insuficiência do papel do Estado se encontra espacializada, surgem peculiaridades, que facilitam a territorialização de agentes ligados à criminalidade. Por se tratar de locais, em que as desigualdades se fazem presentes, como a infraestrutura pública precária, os mecanismos fundamentais a vida humana, como a educação, a segurança e o lazer, degradados, muitos habitantes, encontram na criminalidade a solução mais imediata às suas mazelas.

Por entender, a partir das ideias de Raffestin (1993) e de Haesbaert (2014), que não existe um vazio de poder e que os territórios se formam nas múltiplas escalas e a partir de diversos atores sociais, onde o papel desempenhado pelo Estado se mostra insuficiente, outros agentes passam a se territorializar, dentre eles, os que praticam atividades ilícitas. Alterando, assim, a realidade desses locais, com a criação de regras e até mesmo, o estabelecimento de punições.

Entendemos aqui, o território como agente dinâmico, que cria e (re)cria novas formas de violência. No bairro do Paar, tais características, apresentadas acima, encontram-se presentes e neste sentido, proporcionam um elevado índice de mortes, por conta do crime de homicídio, que possui como suas principais vítimas, os jovens. Chagas (2014) ressalta que as áreas de desigualdades socioespaciais são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde características como a ilegalidade, a insuficiência da segurança pública e de bens necessários a vida, são fatores determinantes para o estabelecimento de zonas de tensões.

Muitos fatores são apontados, para a explicação dessa realidade, como a ineficiência das políticas públicas, que se materializam na forma

de falta de oportunidades e a conseqüente busca pelas respostas aos problemas na ilicitude. Segundo entrevistas realizadas, os jovens são as principais vítimas e estão entre os autores deste tipo de crime, o que reforça as estatísticas apresentadas anteriormente.

Outra informação importante apresentada pelos entrevistados é de que a maior parte dos agentes criminais que se territorializam no bairro, relacionados aos homicídios, estão ligados ao tráfico de drogas. É claro, que o crime de homicídio não se limita a essa atividade, pois falar sobre esta tipologia criminal, requer entender, inicialmente, que se trata de algo complexo e que se interliga a diversos fatores. Neste sentido, o crime de assalto e o próprio papel desempenhado pela polícia também são apontados como elementos pertinentes, para sua compreensão, conforme o relato a seguir:

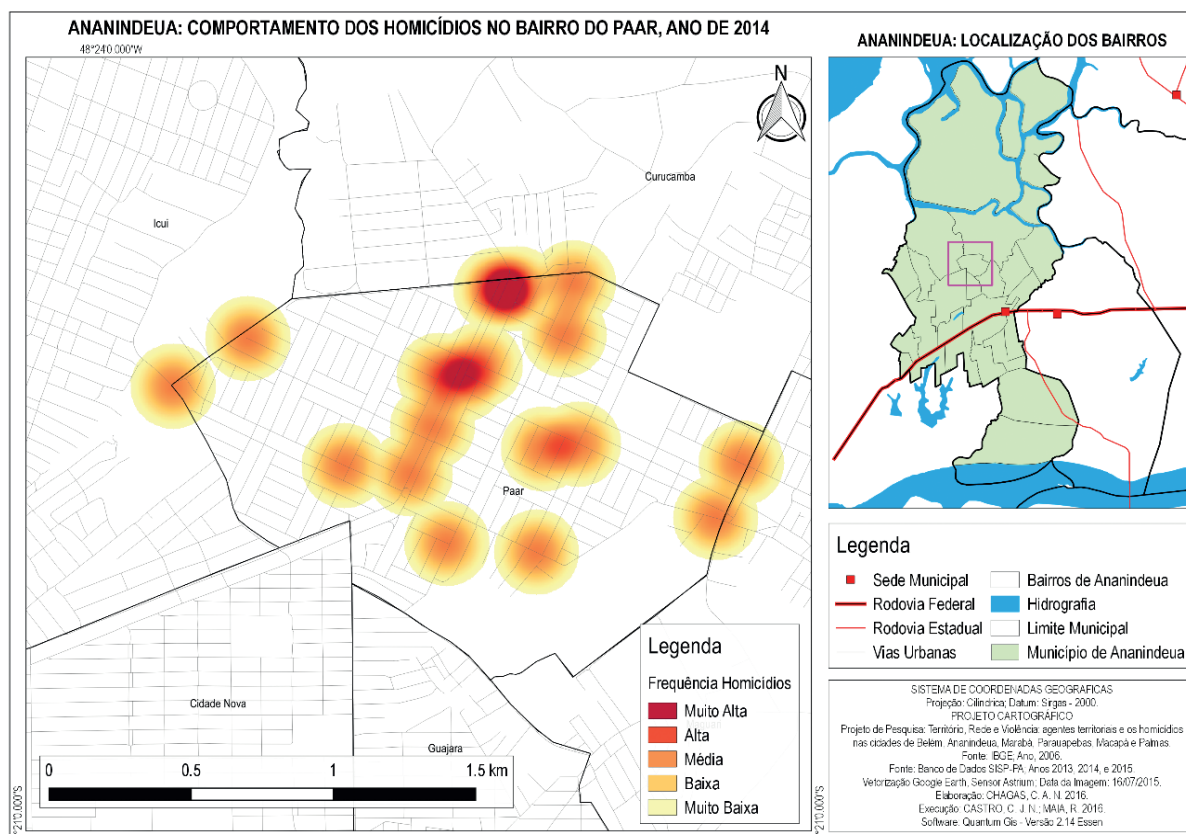
“A maioria dos casos que a gente percebe aqui no bairro, é que a maioria das vítimas são jovens de aproximadamente, a partir de 15 anos, negros e muitas das vezes não tem acesso a estudo, a trabalho e na maioria das vezes, na família mesmo, tem pais que é usuário de drogas e tudo. Têm vários problemas familiares. Estão envolvidos com assaltos, com roubos. Acho que o principal motivo dentre vários que têm é as dívidas com os traficantes, os usuários compram as drogas, não pagam e o traficante vai “lá” pra cobrar a dívida e acaba acontecendo isso. Também tem a rixa entre os traficantes, um querendo tomar o lugar do outro, às vezes entre a polícia e o traficante”. (**Entrevistado 1, morador do bairro do Paar**).

Reforça-se, que o envolvimento dos jovens, é um fator considerável, ao se estudar esta temática e acordo com a maior parte das entrevistas realizadas, tal realidade existente, teria como uma das razões a inexistência de projetos educacionais e sobretudo sociais. Com isso, os mais novos, encontram, na criminalidade a solução para suas dificuldades, assim “desenvolvem, ilegal ou violentamente, mecanismos de sobrevivência que favorecem sua imagem negativa” (PEDRAZZINI, 2006).

Para melhor se compreender, como se dá a dinâmica de homicídios no bairro em questão, manuseamos os dados obtidos junto às instituições já

citadas, no software QGIS (Quantum Gis). Tendo como um dos objetivos principais, a criação dos mapas de calor, ferramentas que permitem a visualização de dados a partir da densidade de pontos, para entender o comportamento espacial desse crime.

Mapa 1: Mancha de Homicídios no Bairro do Paar – 2014



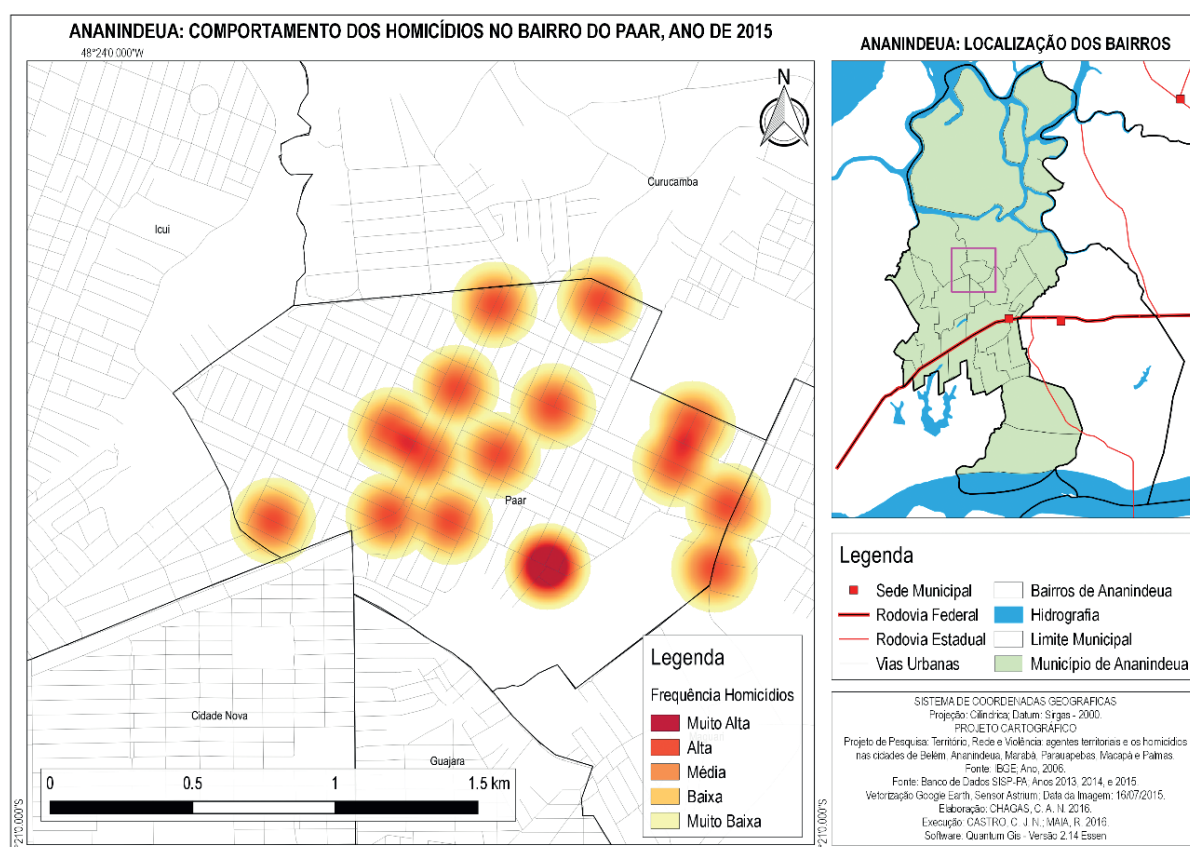
Fonte: SIAC/SEGUP (2015).

A partir da análise cartográfica, tornou-se possível o melhor entendimento espacial e territorial acerca do crime de homicídio, sobretudo seus impactos no cotidiano da população local. É necessário, ter o entendimento, de que apesar de se tratar de um bairro periférico, em que as precariedades se apresentam de maneira intensificada, elas não se apresentam de maneira uniforme, ou seja, existem áreas que podem ser consideradas melhores do que outras, no próprio bairro.

O estudo desta questão, torna-se mais completo, quando percebemos que no bairro, apesar das precariedades, existem aparelhos públicos, como um pronto socorro, uma seccional da polícia militar, um ponto de atendimento da polícia civil e a oferta de vagas em algumas

escolas. Contudo, tais aparelhos, mostram-se insuficientes, tendo em vista, principalmente, o sucateamento visível. Além disso, outro fator, que pode ser apontado, como um elemento explicativo, é o fato de que alguns bairros próximos ao Paar enfrentam maiores dificuldades, no que condiz aos mecanismos públicos, ou seja, acabam concentrando suas necessidades, no bairro do Paar, causando assim, um inchaço.

Mapa 2: Mancha de Homicídios no Bairro do Paar – 2015



Fonte: SIAC/SEGUP (2015).

Neste sentido, o crime de homicídio, tende a se espacializar, principalmente, nas áreas em que se encontram maiores “facilidades”, onde, por exemplo, a polícia não consegue exercer efetivamente o seu papel. Não entendemos que a questão dos homicídios se limite as esferas policiais, sejam elas militares ou civis. Pelo contrário, acreditamos que esta problemática esteja além, necessitando de uma integração entre os diversos agentes sociais - micros e macros. Contudo, no bairro do Paar, de acordo com as entrevistas realizadas, esta integração é ineficaz o que

facilita ainda mais o estabelecimento da criminalidade.

Isto fica ainda mais evidente, ao notarmos comportamentos semelhantes, nos anos de 2014 e 2015. Previamente, conseguimos apontar duas características, que se apresentam no recorte temporal escolhido.

Em um primeiro momento, percebe-se que ocorreu elevado número de mortes, nas áreas afastadas das principais vias e dos centros comerciais, em que as infraestruturas urbanas são precárias, o que dificulta o trabalho policial e cria um cenário ideal para a territorialização dos agentes criminais, como do tráfico de drogas. Nestas áreas, de acordo com as entrevistas, a dívida por drogas, seria uma das principais razões para essas mortes, além, é claro, da ocorrência de crimes, como os roubos, que prejudicam a comercialização das drogas. Desse modo, o homicídio, ocorre como modo de controle e imposição de regras.

Em um segundo momento, é possível identificar o predomínio dos homicídios nos espaços próximos a outros bairros como o Maguari, Curuçambá e o Distrito Industrial, que também possuem elevadas taxas de criminalidade. Nessas áreas, a partir das visitas a campo, notou-se que as contradições, apresentam-se ainda mais materializadas e que, a lei do silêncio é respeitada, o que propicia a prática do homicídio, quando “necessária”. Levantamos aqui, ainda, a hipótese de que tais localidades facilitam esta prática, a partir das diversas rotas de fugas, que dificulta o papel policial.

Assim, esta tipologia criminal, entendida como a mais violenta, que ameaça a vida humana, fundamenta-se aos diversos agentes territoriais, que estabelecem os territórios da violência e da criminalidade, como um instrumento de controle e fortalecimento do “respeito”. Os que ameaçam os territórios e principalmente a sua funcionalidade, pagam com a vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência e a criminalidade nas cidades são fatos consumados e falar sobre isso é, sobretudo, tratar de lutas anônimas, é tratar das dificuldades enfrentadas diariamente por uma parcela da sociedade que se encontra nas periferias dos grandes centros urbanos. A realidade do bairro do Paar, não é diferente, o que fica evidente quando analisamos as elevadas taxas de criminalidade e especialmente, altos índices de homicídios.

Esta é uma temática que requer ser analisada e a partir deste

trabalho, pôde-se perceber a importância do estudo dos bairros da cidade de Ananindeua, da região metropolitana de Belém, em especial o bairro do Paar, devido a seus processos de produção do espaço, formação de desigualdades socioespaciais e proliferação da violência urbana, pois, os índices de criminalidade e insegurança se encontram elevados no mesmo.

A pesquisa encontra-se em andamento há um ano, ainda em fase inicial, porém já contendo determinados resultados. Neste primeiro momento obtivemos os resultados preliminares e parciais da pesquisa com relação a história e geografia do município e do bairro, e ainda, ressaltando a importância do uso da Cartografia e da Geoinformação para melhor visualização, compreensão e estudo de áreas que busca auxiliar no mapeamento das áreas de criminalidade e na organização de registros de ocorrências nessa questão, na Região Metropolitana de Belém, município de Ananindeua, bairro do Paar.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Eliana Benassuly Bogéa. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território:** um olhar de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, Pará. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Crime e Cidades.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. **Código Penal.** 37.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 733p

CHAGAS, Clay A. N.; et al. A produção do espaço e a formação de zonas de violência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate à criminalidade no município de Marituba – PA. Belo Horizonte: **Anais** do XVII Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiro, UFMG, 2012.

CHAGAS, Clay A, N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de**

Geografia, Belém, n. 1, v 1, p. 186-204, jan/jun, 2014.

GOVERNO DO PARÁ. **Secretaria de Segurança Pública**, 2014-2015.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Belém/PA: IBGE, 2010.

MORAIS, Régis. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Denison Martins dos. **Fronteiras (in) visíveis da cidade capitalista**: segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/ Ananindeua-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade e Unidos na Condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/ NAEA, 1998.

Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia - Castanhal-PA

*Guilherme Cezar Sousa Vieira
Clay Anderson Nunes Chagas*

RESUMO

A violência e a criminalidade deixaram de ser um problema somente dos grandes centros urbanos, nas últimas décadas acontece no Brasil um rápido processo de interiorização desse problema na direção de pequenas e médias cidades. Uma rápida visualização nos índices de criminalidade no Estado do Pará é o suficiente para verificar como esse fenômeno até a década de 1960, restrito, quase que exclusivamente a cidade de Belém conseguiu rapidamente, na velocidade do processo de urbanização, atingir as cidades interioranas do Pará. A partir dessa questão temos como objetivo analisar a espacialidade criminal no bairro do Jaderlândia, na Cidade de Castanhal-PA, bem como, explicar como a ciência geográfica pode contribuir para o entendimento da criminalidade e da violência.

Palavras-chave: Castanhal; Jaderlândia; Geografia do Crime.

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a violência e a criminalidade têm assustado a sociedade. Em toda a história fatos e episódios são apresentados a partir do momento em que um Estado, reino, grupo dominante busca expandir suas fronteiras sobre as áreas periféricas, procurando nas palavras de Raffestin (1993) os trunfos do poder. Assim, a existência da humanidade é marcada pela luta por controle do território, população e recursos, como também a existência e a manutenção do capitalismo são marcadas pelo controle e subjugação de uma classe sobre a outra.

Essas vias gerais apresentadas anteriormente são uma forma de abrir o discurso para se fazer pensar o tema sobre a violência e a criminalidade no ceio da humanidade, cuja existência parece não ter sentido.

Quando se estuda as sociedades no reino animal é percebido que entre os membros do elo evolutivo do grande bioma global existem episódios de disputas e até de ações que implicam em morte a uma ou ambas as partes envolvidas, motivadas pelo domínio de um dado território em questão, ou mesmo pela preservação da espécie. É intrigante imaginar que a espécie humana não foge a esse destino, de disputas por territórios ou domínios de outros gêneros como no universo corporativo. Intrigante porque tem-se a ideia objetiva de que por sermos a espécie mais evoluída ou mais adaptável poderíamos mudar certos padrões ou paradigmas da raiz primitiva.

Mesmo com o patamar que a humanidade atingiu no que concerne o desenvolvimento tecnológico e intelectual, a grosso modo, vê-se uma espécie na busca por domínio de território e preservação de legados - em substituição a preservação da espécie, já que todos são espécie humana.

Se a questão da violência nos primórdios da existência humana foi marcada eminentemente por um princípio de sobrevivência, o que nos aproximava, de certa forma, das outras espécies animais, no decorrer do tempo a violência foi se transformando para dar lugar a implementação e manutenção de um modo de vida global. Nesse momento a violência se aproxima do crime e da criminalidade, pois a imposição desse modo de vida, implica em subjugação, aceitação e resistência por parte dos grupos dominados.

Provido da visão geral acerca da problemática “Violência e Criminalidade”, este trabalho tem a pretensão de analisar o assunto direcionando para a realidade nacional brasileira e especificar para o contexto do bairro Jaderlândia, na cidade de Castanhal, Estado do Pará. O tema, em particular: “Geografia do Crime: Uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia - Castanhal-PA”. Para que fosse possível desenvolver qualquer discurso sobre o assunto, foram realizadas pesquisas de análises de dados e levantamento bibliográfico sobre a violência e a criminalidade. Foram vistos também literaturas que abordassem a questão do território e o processo de urbanização, pois são assuntos diretamente relacionados e inevitavelmente necessários para a produção deste trabalho.

No que tange ao assunto em questão, as pesquisas foram configuradas no arcabouço da Ciência Geográfica, nos estudos sobre a Geografia e a violência. Atualmente se convencionou denominar de “Geografia do Crime”. Ainda neste viés, foram consultadas literaturas que direcionassem a discussão para a espacialização das situações de violência e crime. No Brasil, o foco dos geógrafos acerca das situações de violência e crime é um esforço novo e de grande interesse para essa ciência.

A violência e a criminalidade têm sido pauta de diversos meios de comunicação no país. As estatísticas indicam elevadas taxas de criminalidade e ao mesmo tempo em que as pessoas são tomadas pela sensação de insegurança e medo, a mídia, principalmente, a televisiva insere dentro das casas notícias sobre crimes, violência, drogas, morte, assaltos.

O crescimento da violência e da criminalidade está diretamente ligado ao processo da urbanização concentrada, da expansão das cidades e das periferias. O rápido processo de industrialização e de urbanização provocaram fortes movimentos migratórios, causando conseqüentemente a ampliação do processo de periferização sob uma condição de pobreza extrema e desorganização social. Dessa forma, o aumento da criminalidade e da violência nessas áreas urbanas é cada vez mais comum de acontecer, pois se torna uma área de intensa pobreza, com baixa participação do poder público, o que permite a existência, nem sempre pacífica de diversos agentes territoriais, que buscam o poder (CHAGAS, 2014).

Um dos problemas mais evidentes causados pelo rápido crescimento populacional é a criminalidade. No Estado do Pará, a partir dos anos 1960 a urbanização passou a ser notada em todo o estado, isso se deu pelo fato da implementação da modernização das fronteiras, que causou um processo de migração interna onde Marabá, Parauapebas e a Região Metropolitana de Belém tiveram um crescimento populacional bastante veloz (CHAGAS, 2014).

A violência e o crime são muito mais perceptíveis em lugares onde existem condições precárias para sobreviver, onde as condições de saneamento, água potável, luz elétrica, esgoto, escola, segurança, são precários. É nesse contexto que a cidade de Castanhal, apresenta-se, um *locus* onde o medo, a sensação de insegurança, a violência e a criminalidade tem sido a tônica. É onde a urbanização tem trazido uma série de mudanças

em todas as vertentes, porém traz consigo desigualdades. De um lado vemos aqueles que detêm o poder possuindo cada vez mais riquezas e do outro aquele que entra numa característica de miserável.

A violência e a criminalidade vêm crescendo de maneira significativa, causando milhares de mortes no mundo todo, nos últimos anos a sociedade brasileira entrou no grupo das mais violentas do mundo. Dentre as cidades brasileiras é dado destaque a Ananindeua, segundo o Mapa da Violência e da Criminalidade no ano de 2015 esta cidade ocupa a segunda posição entre as cidades mais violentas do país. Hoje, o país tem um altíssimo índice em várias categorias de violências: assaltos, sequestros, homicídios e as violências domésticas.

Com a segregação de classes, ricos de um lado e pobres do outro, surgem os marginalizados formando as ocupações espontâneas e conseqüentemente formando as periferias.

O bairro Jaderlândia surge nessa lógica. É um bairro com um pouco mais de 60 mil habitantes, segundo IBGE (2010), é o maior da Cidade. É um bairro periférico do Município de Castanhal, onde o crime e a violência foram muitas vezes os que mais chamavam a atenção para essa área.

O tema geografia do crime é um tema bastante complexo, mas as discussões sobre essa temática estão crescendo cada vez mais em busca de uma melhor resposta ou uma possível solução para o anseio da nossa sociedade.

Para Souza (2008), a temática “geografia do crime”, além de ser um campo de estudo de geografia, poderia demonstrar como a criminalidade e a violência urbana, aliadas a crescente sensação de insegurança contribui para essa fragmentação dos espaços urbanos criando áreas em que o poder público não pode atuar de forma eficaz, de controle e redução dos conflitos, e que quando se propõem atuar de forma a impor a falsa ideia de ordem e controle, acabam por cometer inúmeras outras violências. Dentro dessa perspectiva a geografia tem como contribuir bastante, não apenas na ideia de estabelecer uma distribuição espacial da criminalidade, mas também para o conhecimento e o entendimento de como esses fatos se originam e quais são suas possíveis conseqüências na sociedade.

Temos como objetivo geral nesse trabalho analisar a problemática da criminalidade buscando entendê-la a partir das discussões de território, produção do espaço urbano, violência e criminalidade. Bem como,

observar como a dinâmica do território e produção do espaço interfere no comportamento criminal no Jaderlândia no período de 2011 a 2014, e identificar os principais tipos de crimes praticados.

O Jaderlândia possui um índice populacional bastante significativo, é o maior bairro de Castanhal como já citado. Este se urbanizou, e ainda continua o processo de urbanização, de uma forma concentrada, ou seja, em algumas partes é perceptível a presença do Estado através dos serviços de segurança, educação e saúde e por outro, vemos a ausência de tais serviços em outras áreas. É nesse contexto que se configura a história do Jaderlândia, um bairro onde a criminalidade e a violência são latentes. Crimes como roubo, assassinato, tráfico de drogas são bastante intensos nessa área da cidade.

2 TERRITÓRIO, ESPAÇO E VIOLÊNCIA: UM ENTENDIMENTO GEOGRÁFICO DA CRIMINALIDADE

Entender a violência e a criminalidade apenas por um ponto de vista é uma tarefa quase que impossível, a dinâmica de como a violência se manifesta no espaço é bastante ampla e seu entendimento não se dá apenas da visão de um prisma, pelo contrário, as situações que envolvem a violência são diversas e podem ser iniciadas através de uma simples discussão em um jogo amistoso de futebol até a ocorrência mais extrema como a de homicídio. Nessa linha de pensamento, discorreremos sobre o entendimento geográfico da criminalidade bem como a espacialidade, pois, através do conceito de espaço geográfico como sendo um conjunto indissociável de objetos e ações, Santos (1997), é possível compreender as desigualdades que ocorrem no espaço e os termos do entendimento dos motivos que geram a violência e fazem da criminalidade uma prática sócio espacial.

A criminalidade e a violência são temáticas ainda novas na geografia brasileira, porém, tem sido a grande preocupação da sociedade contemporânea. Essa preocupação não é sem fundamento, pois há pesquisas e estatísticas que mostram o aumento da criminalidade, principalmente os crimes que envolvem a prática de violência contra a pessoa, como os homicídios, furtos, latrocínios e os roubos com armas de fogo.

Sobre o assunto, é válido ressaltar que existem diferenças entre a criminalidade e a violência. O crime faz parte de uma das modalidades da

violência, porém temos que entender que nem toda a violência é crime. Contudo, todo o crime é de certa forma, violência.

Durante muito tempo defedeu-se que a pobreza e a miséria seriam geradoras da violência e da criminalidade. Porém, está se tornando cada vez mais evidente de que a relação é outra: a urbanização desordenada e a miséria são os condicionantes mais lógicos que influenciam a violência e a criminalidade criando novos territórios. Nessa lógica corroboramos com Chagas (et al. 2014, p. 14) quando ele afirma:

Os precários indicadores sociais, associados à baixa perspectiva de ascensão social da população mais jovem, além do processo de migração do crime de áreas tradicionalmente violentas e periferias das cidades, produzem assim novas territorialidades.

Deve-se levar em conta e ressaltar que não é somente a pobreza que é uma condicionante da violência, isso porque temos vários municípios e países com pobreza extrema que apresentam os índices de violência mínimos. Mas, aliada a urbanização desordenada e condições de vida precárias, a falta de policiamento, serviços de saúde e educação, se torna um nicho propício a criminalidade aumentando ainda mais esses índices.

Compreender a criminalidade a partir do entendimento geográfico permite que o geógrafo assuma um papel importante para a compreensão do fenômeno da criminalidade urbana assim como suas relações com o espaço a partir da visão da ciência geográfica. É necessário reforçar a importância do estudo da violência como um elemento fundamental na dinâmica e na construção do espaço urbano.

Partindo do pensamento sobre violência, é possível compreender com mais ênfase segundo Chagas (2012), quando se fala em violência, logo criamos uma relação direta com o território. Podemos dizer que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte do território como um todo, e pode ser identificada através dos contextos e suas peculiaridades. A ciência geográfica tem essa tarefa de estudar a criminalidade buscando compreender as relações dos agentes que produzem o espaço.

Diversas ciências têm buscado entender a temática da criminalidade e não é por acaso que vemos em diversos noticiários e palestras no mundo, vários psicólogos, sociólogos, filósofos, advogados, antropólogos tentando

entender as causas da violência, porém, a geografia assim como as demais ciências também estuda esse fenômeno na sociedade. No entanto, diferente das outras ciências, a geografia estuda a sociedade através de um modo particular segundo Corrêa (1986). Ou seja, por meio de suas categorias de análises como o espaço, território, paisagem, região e lugar. Não é somente a geografia que estuda a violência e a criminalidade, no entanto, a violência é uma prática socioespacial, que é a área exclusiva da geografia.

Na geografia, principalmente a brasileira, encontramos uma produção científica cada vez mais crescente sobre a geografia da criminalidade e da violência urbana, porém, esses estudos não têm um grau muito aprofundando ou detalhado do assunto proposto comparado à complexidade do problema. Fica cada vez mais evidente que a grande preocupação da ciência geográfica é identificar os principais fatores que levam a prática da violência buscando entender as causas e suas distribuições no espaço e no território. (BODIN, 2009).

A preocupação dos geógrafos sobre a violência e criminalidade é compreender a evolução desse tipo de pesquisas, que antes parecia ser mais estudos da sociologia, direito, psicologia, e que atualmente começa também ser preocupação das outras ciências humanas, principalmente da geografia. Dentre as várias facetas, a geografia do crime se configura da seguinte forma, como Francisco Filho (2004, p. 27) afirma:

O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e se cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma geografia do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, conseqüentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e personalidade própria, estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ser do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano, como consequência final de todo o processo. Falar em violência, portanto, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz seu reflexo no espaço urbano se sentir presente.

A produção do espaço urbano, onde a sociedade utiliza-se para moradias ou trabalho, produz várias formas de conflitos que conseqüentemente acabam resultando em algum tipo de violência. Nesse contexto, Corrêa (1995, p. 114) fala a respeito do espaço urbano e seus condicionantes afirmando que:

O espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas, é produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

A ciência geográfica tem como responsabilidade estudar e explicar os fenômenos criminais e as violências causadas pelos agentes envolvidos na produção do espaço urbano, onde muitas das vezes são atos praticados por uma parcela da população que não tiveram seus direitos ao mínimo respeitado e sequer vivem na cidade de forma digna (LEFEBVRE, 2001).

A criminalidade contemporânea mobiliza a sociedade e as autoridades públicas e privadas em todo o Brasil. A violência e a criminalidade geram, além dos prejuízos materiais e financeiros, prejuízos psicológicos a sociedade. Por esse problema, a sociedade é obrigada a mudar seus hábitos para viver com o medo e a insegurança, diminuindo assim, a qualidade de vida da população. É um fenômeno que afeta todas as classes da sociedade, seja pelo medo da insegurança ou pela abordagem de algum indivíduo em uma rua a qualquer momento.

Um dos fatores de transformações do espaço urbano é representado pela dinâmica da violência criminal nas cidades. As classes burguesas em busca de um conforto e segurança buscam moradias mais seguras, muitas vezes em condomínios fechados, tendo uma ideia de “segurança”. Nesse contexto, Chagas (2014, p. 18) afirma que:

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos, possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais

intensa, quando comparada aos espaços elitizados, porém o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade nos espaços.

Dessa forma, os agentes imobiliários de certo modo, usam a problemática da violência, criminalidade e do medo, para conseguir convencer as pessoas em comprar seus imóveis que são representados em condomínios fechados. Esses agentes usam informações que muitas das vezes não são verídicas.

É fato que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Analisamos e comprovamos isso quando consultamos o Mapa da Violência 2015. Vemos o Brasil com uma taxa de homicídios de 21,9 por arma de fogo por cada 100 mil habitantes. Isso significa que no ano de 2012 o país teve um total de 40.077 mortes por homicídios. Com esses dados o país ocupa a posição 11^o no ranking de 90 países analisados.

Os tipos de violências que mais incomodam a sociedade brasileira são os roubos, os furtos e os homicídios. É assustador o número de homicídios, responsáveis por mais de 40 mil pessoas por ano. Os dados apontam que a maioria das vítimas são jovens, na faixa entre 14 e 25 anos, negros, do sexo masculino e moradores de áreas que apresentam indicadores de grande vulnerabilidade social.

A violência se espacializa difundindo o medo e a insegurança entre as pessoas afetando as relações de convívio. Entre os jovens e contra eles, a violência está se ampliando cada vez mais, mostrando múltiplas faces que se concretizam desde o aliciamento para o tráfico de drogas até a manutenção das redes de exploração sexual. E, embora não possamos responsabilizar totalmente a globalização pela abrangência do fenômeno da violência, não ignoramos que o aumento das desigualdades sociais, da ampliação da miséria, do sofrimento, da fome e do desemprego acompanharam este processo. Sobre essa questão Chauí (1985, p. 3), afirma que:

A violência é hoje uma das grandes preocupações em nível mundial, afetando grupos ou famílias e ainda o indivíduo de forma isolada. Fazendo parte da chamada questão social, ela revela formas de dominação e opressão desencadeadora

de conflitos. Como um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, a violência é perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, manifestando-se de várias maneiras, assumindo formas de relações pessoais, sociais, políticas ou culturais.

Embora a compreensão do fenômeno da violência e criminalidade seja difícil, podemos, analisar que as situações que envolvem a violência e a criminalidade são resultados de todas as ações humanas em uma sociedade muito desigual que se reproduz no espaço onde vivem.

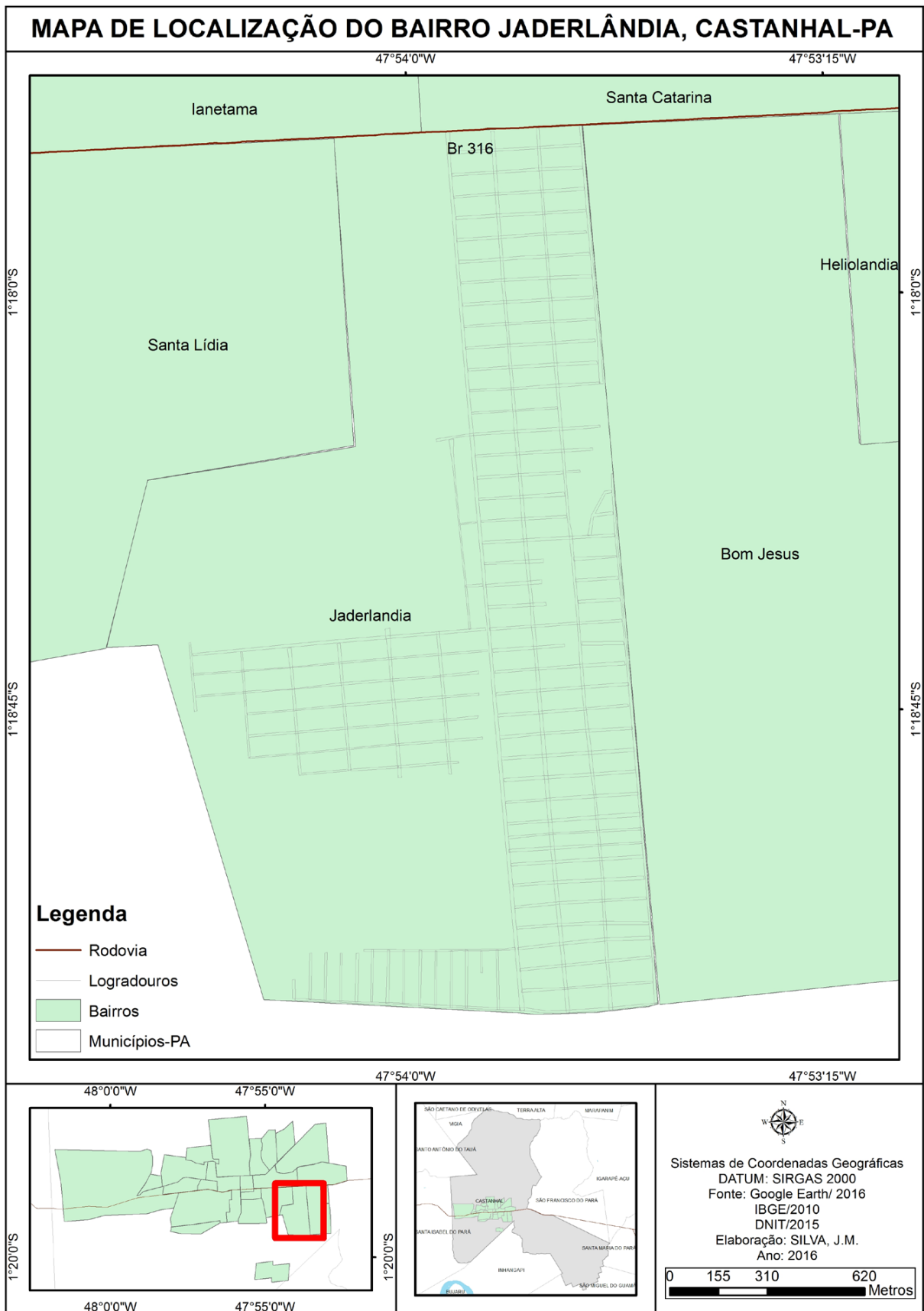
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como apresentado acima, o objetivo desse trabalho tem como o foco a espacialização da criminalidade do bairro Jaderlândia como: Tráfico de drogas, Roubos, Arma de fogo Apreendida e Homicídios nos anos de 2011 a 2014.

Esse bairro nos últimos quatro anos tem sido palco de diversos acontecimentos que deixam a população ainda mais temerosa em frequentar esse lugar. Sobre a questão da violência, Chagas (2014, p. 4) afirma que:

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos, possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais intensa, quando comparada aos espaços elitizados, porém o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade nos espaços. Geralmente, nestes espaços elitizados, dependendo do tipo, a violência aparece de fora para dentro, oriunda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente e acaba levando a violência para outros lugares (lugares elitizados), ou seja, as organizações criminosas tomam o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passa a cometer delitos também nos espaços elitizados com os indivíduos recrutados nas periferias pobres, difundindo para toda a cidade, principalmente para os espaços elitizados, onde existem as maiores atratividades.

Mapa 1: Localização do Jaderlândia

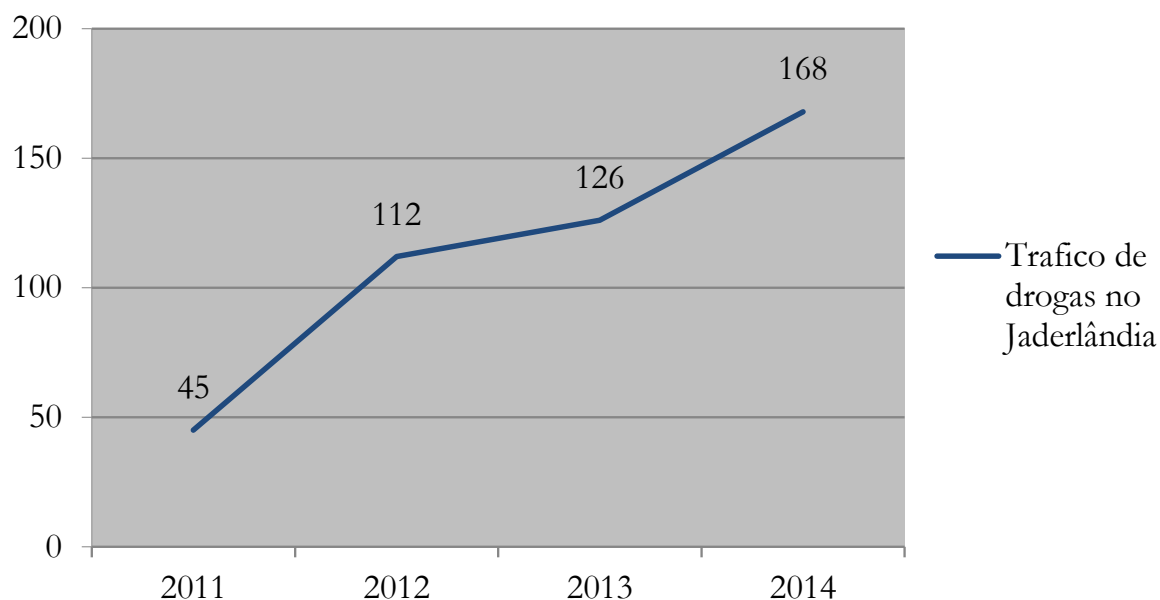


Assim, é possível compreender que um lugar onde há uma baixa estrutura seja ela familiar econômica ou até mesmo do Estado, possibilita que os locais mais afastados do centro da cidade como o caso do Jaderlândia se tornem lugares mais propícios à criminalidade e violência.

É importante ressaltar que o bairro Jaderlândia possui várias outras “invasões” ou seja, ocupações espontâneas, isso significa que essas invasões são mais propícias à criminalidade do que as áreas devidamente registradas.

Nesses locais que são mais propícios a práticas ilícitas, daremos ênfase primeiramente ao crime de tráfico de drogas, é impressionante o quanto a polícia consegue apreender diariamente vários indivíduos pelo crime de tráfico de drogas. O tráfico e o consumo de drogas são ações criminais que podem influenciar em outros tipos de crimes como, por exemplo, roubos e furtos. No gráfico abaixo, veremos a evolução da espacialização da criminalidade nesse Bairro. É válido ressaltar que os dados apresentados são apenas das ocorrências registradas na delegacia, ou seja, sabemos que existem muitos outros locais que ainda não foram descobertos por uma investigação.

Gráfico 1: Tráfico de drogas no Jaderlândia (2011-2014)



Fonte: Segup – (2014).

De acordo com as informações contidas no gráfico, podemos concluir que o ano de 2014 teve um aumento de 123 ocorrências de

tráfico de drogas comparado ao ano de 2011, isso significa que houve um aumento percentual de 273,3% de ocorrências neste período. É perceptível a evolução do tráfico de entorpecentes nesse Bairro. Os tipos de drogas que são mais apreendidas são: Cocaína pura e pasta base, maconha, limãozinho, oxi e pedra.

Sobre as causas que levam uma pessoa a se envolver com o tráfico de drogas, Fernandez e Maldonado (1999 apud. MELARA, 2008) afirmam que uma dessas razões pode ter origem individual ou psíquica, como é o caso do sentimento de ambição, o ganho fácil, a inveja, entre outras causas de cunho social seriam de natureza conjuntural/estrutural, ligadas a fatores como pobreza, desemprego e ignorância.

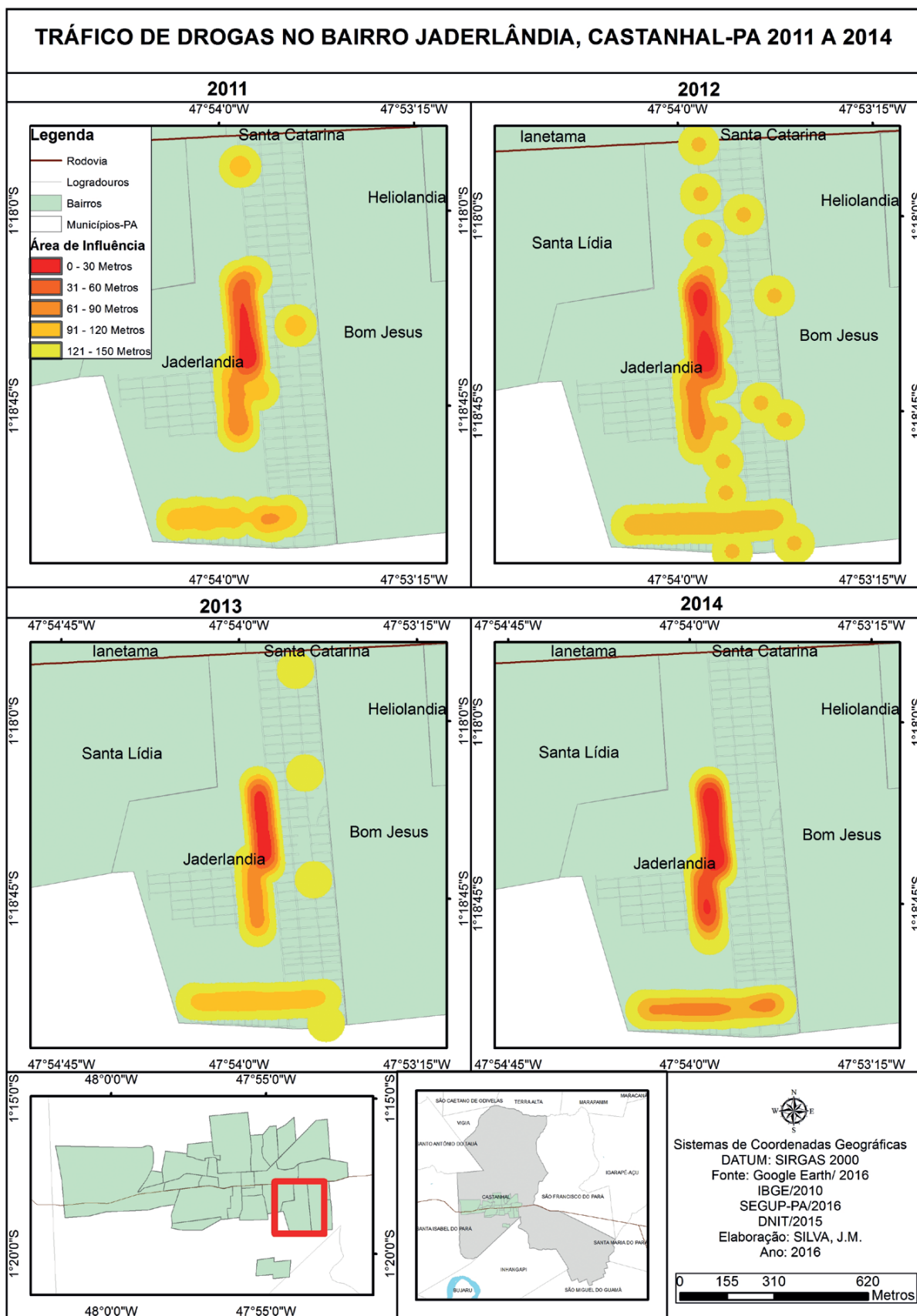
Esse comércio ilegal tem crescido vertiginosamente. No Jaderlândia esse comércio funciona de uma forma extremamente organizada, é subdividido os horários, cada vendedor tem seu horário específico. Na tabela abaixo tem um exemplo de como funciona essa organização.

Tabela 1: Tabela de organização do espaço do tráfico

Dia da semana	Hora	Vendedor
Domingo a Segunda	18:00-19:00	Vendedor- A
	20:00-21:00	Vendedor- B
	22:00-23:00	Vendedor-C
	00:00-01:00	Vendedor- D
	02:00-03:00	Vendedor- E
	04:00-05:00	Vendedor-F
	06:00-07:00	Vendedor- G
Dia da semana	Hora	Vendedor
Domingo a Segunda	08:00-09:00	Vendedor- H
	10:00-11:00	Vendedor- I
	12:00-13:00	Vendedor-J
	14:00-15:00	Vendedor- K
	16:00-17:00	Vendedor- L

Fonte: Trabalho de campo (2015).

Mapa 2: Tráfico de drogas no Jaderlândia



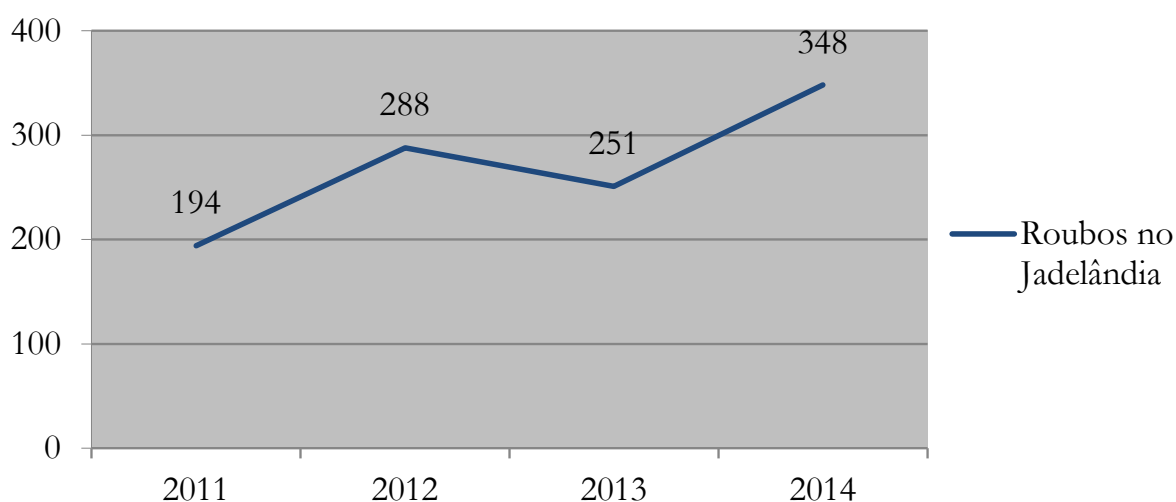
Percebemos que há de verdade uma organização espacial, cada “vendedor” tem uma hora do dia para distribuir os entorpecentes, isso durante todos os dias da semana. Eles possuem um acordo entre eles, caso a polícia consiga apreender algum deles revendendo, em hipótese alguma eles poderão falar quem é o dono dos entorpecentes, caso contrário, poderá pagar com a vida. Por noite cada “vendedor” ganha o equivalente a R\$ 700,00 reais. Por mais que seja um valor equivalente alto comparado ao salário mínimo de um trabalhador, o local onde essas pessoas que revendem são de uma precariedade imensa.

Outro problema que esse bairro sofre é a questão dos roubos. Segundo a polícia militar, é quase que impossível um final de semana que não tenha alguma ocorrência de roubo. A maior parte dos roubos tem como agente pessoas da faixa etária entre 13 e 24 anos. Beato (2012, p. 78), afirma que:

Isto pode estar acontecendo devido aos fatores “exposição”, “menor capacidade de proteção” e “proximidade entre vítima e agressor”. Indivíduos mais jovens em sua maioria são solteiros, frequentam mais lugares públicos sem se preocupar muito com sua própria proteção. A proporção de agredidos na amostra vai diminuindo à medida que consideramos as faixas etárias mais elevadas, o que pode estar indicando a relação desse tipo de crime com o fator exposição.

Veremos a evolução do índice de roubo no gráfico 2.

Gráfico 2: Roubos no Jaderlândia



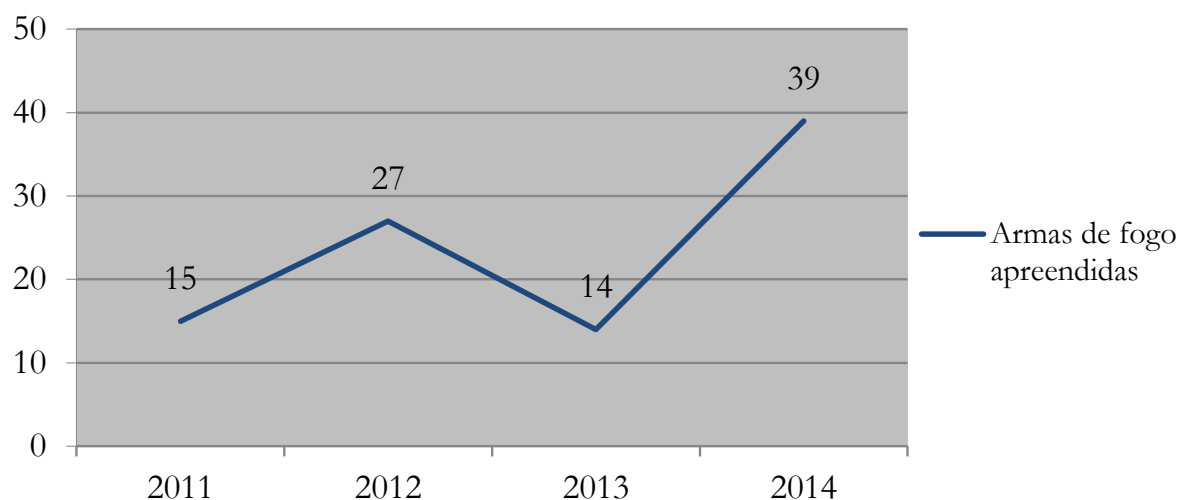
Fonte: Segup - (2014).

Os roubos no bairro têm crescido de maneira progressiva. Em 2014 foram registrados 348 casos de roubos, 97 a mais que o ano de 2013. Isso significa que houve um aumento de 38%, e em relação a 2011, 79% de casos registrados. Nos dados concedidos, não estavam especificados os tipos de roubos. Segundo o artigo 157 do Código Penal Brasileiro:

“subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência: pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa”.

O crime nesse bairro está se manifestando também em relação às armas de fogo. São inúmeras armas de fogo apreendidas, as maiores delas estavam sob o poder de um adolescente com idade menor de 18 anos. No gráfico 3 podemos perceber essa evolução do porte ilegal de armas de fogo.

Gráfico 3: Arma de fogo apreendida (2011-2014)



Fonte: Segup – (2014).

No gráfico acima, observamos que houve um aumento de 160% das armas apreendidas pela polícia no ano de 2014 em relação a 2011, quando houve apenas 15 armas apreendidas. Sobre essa questão, Beato (2012), afirma que uma pessoa que está armada tem maiores chances de ser roubado e esse roubo pode se tornar um latrocínio.

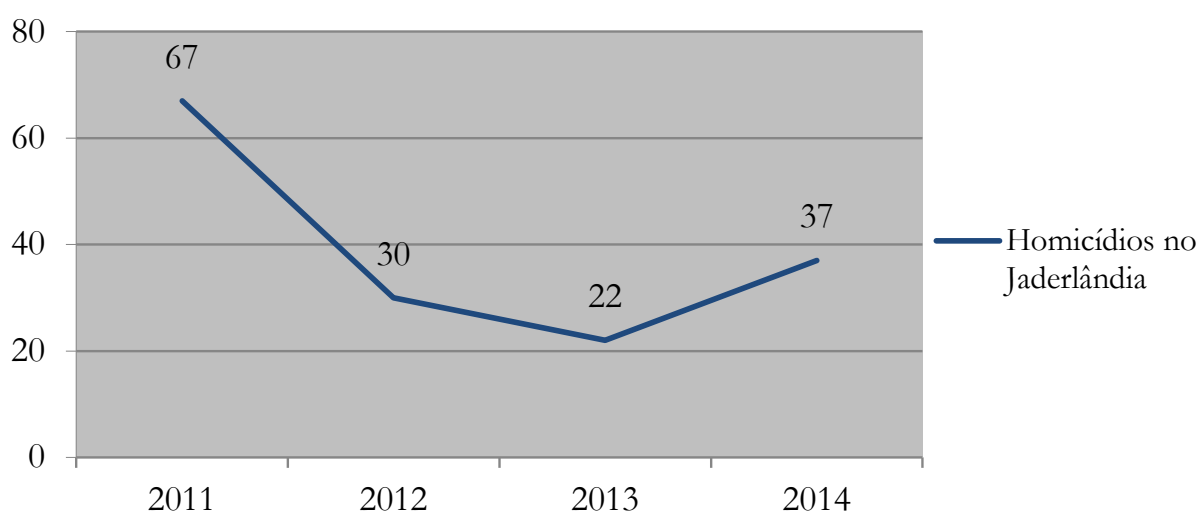
A apreensão de uma arma de fogo, é uma vitória para a sociedade, mas para quem empresta a arma é uma perda enorme. Conversando sobre esse assunto com uma pessoa que perdeu a arma para a polícia, ela nos relatava que funciona assim:

“O dono da arma dificilmente sai da casa dele, ele empresta a arma para alguém, e essa pessoa só divide o roubo, e assim ele não precisa ficar saindo de sua casa. Mas quando a polícia apreende essa arma, se o indivíduo que foi preso for condenado por porte ilegal de arma de fogo, quem vai pagar a arma apreendida é a família do acusado”.

Ou seja, não existe negociação, uma arma vale muito para esses que dependem dela.

Outra questão que está sendo muito discutida com as autoridades de segurança pública e sociedade é a questão dos homicídios. Como já falado anteriormente, Castanhal está entre as 10 cidades que mais tem este tipo de crime no Pará, e a grande parte deles está no bairro do Jaderlândia. São inúmeras as causas dos homicídios nesse bairro, mas comumente estão relacionadas ao tráfico de drogas. No Gráfico 4 podemos observar a evolução dos homicídios nesse bairro.

Gráfico 4: Taxa de homicídios no bairro (2011-2014)



Fonte: Segup – (2014).

Se compararmos as ocorrências em 2014 em relação ao ano de 2011 podemos chegar a uma conclusão que realmente houve uma diminuição de mais de 81%. Mas, se comparar o mesmo ano em relação ao de 2013 podemos afirmar que houve um aumento de mais de 68%. É um fato que a sociedade está diante de um problema que é muito maior do que a construção de uma cadeia para sua solução ou colocar mais policiais nas ruas. Claudio Beato (2012), analisa a problemática como atípica do bairro Jaderlândia como “problema de natureza institucional”.

Segundo esse autor, os fatores estruturais como aspectos sociais e econômicos, influências, antecedentes e fatores organizacionais não funcionam como deveriam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade atual, acompanhamos um surto de crimes e violências em todas as classes e setores. A violência se manifesta de todas as formas, no entanto, percebemos que os locais onde há uma baixa infraestrutura estatal, há uma maior possibilidade para que as ocorrências de criminalidade aconteçam de forma mais intensa, e assim, a sociedade vai se moldando aos diversos crimes, haja vista que as políticas públicas não parecem surtir efeitos desejados para a sociedade que constantemente sofre com o medo.

O medo de sofrer algum tipo de violência, ou ser alvo de ações criminosas faz com que as pessoas fiquem fadadas ao isolamento, seja dentro do local de trabalho, ou dentro das suas residências, buscando alternativas para se proteger de alguma forma, e uma dessas alternativas é construir verdadeiras muralhas para se proteger dos crimes.

A cidade de Castanhal dentro desse contexto se insere como um pólo, ou seja, por ela ser o centro ou o nó como Raffestin (1993) analisa, essa cidade recebe diariamente pessoas de todos os lugares da zona bragantina, em busca de uma condição financeira melhor. Sua economia é bastante alta em relação às outras demais cidades. No entanto, esses aglomerados de pessoas, se tornam ao mesmo tempo um aglomerado de exclusão, pois as pessoas oriundas de outras localidades passam a se mudar para Castanhal se alojando nas periferias.

Em uma dessas periferias se localiza o bairro Jaderlândia, nesse local, os moradores, sofrem estigma de serem os mais violentos, essa marca que

o bairro carrega tem a ver com o abandono por parte do Estado e na utilização do território por parte de grupos interessados no lucro ilícito.

Novamente, ressaltamos que lugares mais pobres, não são fatores determinantes para que as pessoas que moram ali sejam criminosos, nesses locais existem milhares de pessoas que trabalham todos os dias e conseguem seu dinheiro digno sem ter relação alguma com o crime. Porém, esses lugares podem influenciar na criminalidade, haja vista que o poder do Estado é mínimo ou quase inexistente.

O que podemos perceber nas assembleias extraordinárias que os secretários e entes de segurança pública propõem, são mais polícias nas ruas e mais presídios para determinado lugar. Mas o incrível é que em uma pesquisa feita em Belo Horizonte no ano de 2007, mostra que um presidiário custa 11 vezes a mais que um estudante de nível superior. Os custos anuais com os presidiários ultrapassam os bilhões de reais. Então sabemos que essa não é uma opção inteligente, entendemos que uma educação de qualidade, onde tem professores que possam ser inspirações a serem seguidos, com certeza, isso irá gerar cidadãos críticos e com ética na sociedade, que não precisem pegar em uma arma para subtrair alguma coisa de alguém. Todavia, uma educação onde os próprios mentores são discriminados pelo Estado, onde há falta de respeito com o profissional, dificilmente será um modelo a ser seguido pelas gerações. Tendo como oportunidade o dinheiro fácil pela venda de drogas e pelo roubo usando a força da violência.

Daí a importância de nós como geógrafos, entender as causas das criminalidades nos lugares, como o caso do Jaderlândia, para que a geografia possa ser usada de maneira correta para os estudos e para devidas soluções sobre esse problema que muitas outras ciências apenas subjugam como um fenômeno da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEATO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do Crime em Curitiba: A produção de Espaços segregados pela violência**. 2009. 113p. Dissertação de Mestrado

(Curso de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CARLOS, A.F.A. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHAGAS, C. A. N. et al. **A produção do espaço e a formação de zonas de violência**: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate à criminalidade no município de Marituba – PA. Belo Horizonte: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiro, UFMG, 2012.

_____. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In. **Boletim de Amazônico de Geografia**. Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 53).

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

IBGE. **Censos Demográficos**. Brasília, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MELARA, Eliane. **A Dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria-RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: _____ (Org.) **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 141-174.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos**: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança). Bragança, PA, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1988.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapas da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. **Mapas da violência 2015: Morte Matada por armas de fogo**. São Paulo: Instituto Sangari, 2015.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro. Editora Revan. Rio de Janeiro, 1994.

Território e violência urbana: os homicídios em Macapá-Amapá (2011-2015)

*Leidiane Souza de Almeida
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
Clay Anderson Nunes Chagas*

RESUMO

A violência desponta como um dos principais problemas sociais que integram a agenda pública, se fazendo presente no mundo acadêmico, nos meios de comunicação e nos debates políticos. Este artigo objetiva abordar a violência e a criminalidade sob o ponto de vista do espaço urbano da cidade de Macapá-Amapá, mais especificamente, a partir da formação do território da violência letal, considerando os dados disponibilizados pela Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), no recorte temporal compreendido entre os anos de 2011 a 2015. Quanto aos procedimentos metodológicos se destacam a reflexão teórica acerca dos conceitos de território, espaço urbano e violência, bem como análise de banco de dados e uso de softwares, valendo-se da estatística descritiva para sistematizar e apresentar os dados, por meio de tabelas e gráficos; associado ao uso do geoprocessamento para representação cartográfica. Os resultados da pesquisa revelaram concentração do fenômeno da violência letal nos bairros que compõem a territorialidade da porção sul da cidade, com destaque para os bairros Congós e Muca, os quais apresentam condições sociais de existência coletiva precária e a qualidade de vida se encontra bastante degradada.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Criminalidade; Segurança Pública.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa abordar a violência sob o ponto de vista do espaço urbano da cidade de Macapá-AP, mais especificamente, a partir da formação do território da violência e criminalidade. Para tanto, toma-se como elemento de análise, o homicídio, que atualmente se constitui em um dos mais graves problemas que atinge o cotidiano da população brasileira, além de ter se estabelecido como uma das principais causas de morte no país.

Enquanto fenômeno social complexo, a violência se apresenta como objeto de pesquisa multifacetado, o que se revela pela ampla quantidade de estudos que buscam compreender a violência e o sentimento de insegurança proveniente de práticas delituosas, como os desenvolvidos por Adorno (2000), Santos (2002), Zaluar (2007), Cano e Ribeiro (2007), Misse (2011), Beato Filho (2012), Saporì e Soares (2014), entre outros.

É importante considerar que esta reflexão exige, preliminarmente, discussões em torno dos conceitos que estão mais intimamente relacionadas ao interesse particular deste estudo, salientando-se, assim, as questões da produção do espaço urbano, território, violência e criminalidade.

Vale salientar que tanto as grandes metrópoles como as cidades médias vêm sofrendo com o aumento significativo dos níveis de criminalidade. Contudo, observa-se que os estudos urbanos sobre violência, especialmente os relativos aos homicídios, concentram-se em cidades de grande porte e regiões metropolitanas. Nesse sentido, mostra-se importante pesquisar o tema vinculado à dimensão local da cidade de Macapá, objetivando entender as dinâmicas socioespacial e territorial da criminalidade homicida organizadas de modo diferente nos bairros da capital amapaense.

Assim, para desenvolver a temática proposta, o presente artigo se encontra estruturado em cinco partes. Seguida desta introdução, a segunda parte inicia a discussão sobre a construção do espaço urbano e os indicadores demográficos, socioeconômicos e de infraestrutura de Macapá. A terceira consiste na reflexão sobre a territorialidade dos homicídios no espaço urbano da capital amapaense. Na quarta, se expõem os apontamentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quinta se revela a discussão dos resultados da investigação. E, por fim, apresentam-se as considerações finais provenientes deste artigo.

2 MACAPÁ: CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E INDICADORES DEMOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA URBANA

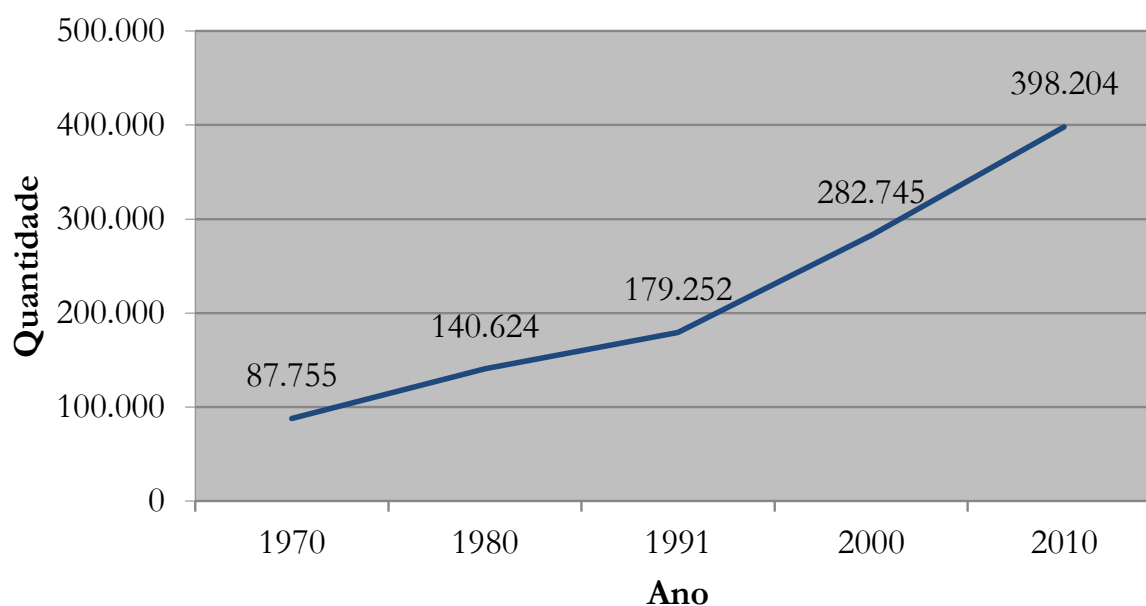
Antes de se adentrar na discussão essencial deste estudo, fez-se necessário realizar uma breve retomada histórica a respeito de como se processou a construção do espaço urbano de Macapá, assim como tecer sucintas notas a respeito dos aspectos demográficos, socioeconômicos e de infraestrutura da cidade examinada.

Macapá, capital do estado do Amapá, está localizada no extremo norte do país, faz fronteira com o estado do Pará, e com os países Suriname e Guiana Francesa. De acordo com dados divulgados no Censo Demográfico 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total compreende a 398.204 habitantes, sendo estimada para o ano de 2016, população em torno de 465.495 habitantes (IBGE, 2010a; 2016).

No contexto específico de Macapá, mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado do Amapá, nas três últimas décadas, têm alterado significativamente a configuração espacial da capital, especialmente, devido à transformação do Território do Amapá em uma UF (Unidade Federativa), através da Constituição Federal de 1988, e à criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, que segundo Portilho (2010) foram os principais eventos que colaboraram tanto para o aumento populacional do Estado do Amapá, quanto para a expansão da malha urbana da capital provocada por um considerável contingente de migrantes que aportou em Macapá.

Somado a isso, Chelala *et al.* (2007) apontam a criação, durante os anos 1990, de extensas áreas de preservação ambiental no Estado (cerca de 72% do território amapaense), como outro determinante para a concentração das forças produtivas econômicas em torno da capital amapaense.

Como ilustração da evolução da população total de Macapá entre os anos de 1970 a 2010, construiu-se o Gráfico 1, de onde se destaca um elevado crescimento populacional na capital amapaense, sobretudo, nas últimas quatro décadas.

Gráfico 1: Evolução da População Total de Macapá/AP (1970-2010)

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 - IBGE (2010a) - elaborado pelos autores.

A cidade de Macapá conta com extensas áreas cortadas por porções de água, denominadas de *ressacas*¹ e que têm sido utilizadas pela população macapaense tanto como opção de moradia e habitação, bem como para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer, assinalando, assim, o valor que tais espaços têm para a população, que vive na região especialmente banhada pelo Rio Amazonas (AMAPÁ, 2012).

Semelhante as demais capitais do país, Macapá enfrenta uma série de conflitos oriundos de um processo de expansão urbana de forma rápida e desorganizada. O município tem atualmente um total de 84 bairros, incluídos neste quantitativo os aglomerados subnormais², dos quais

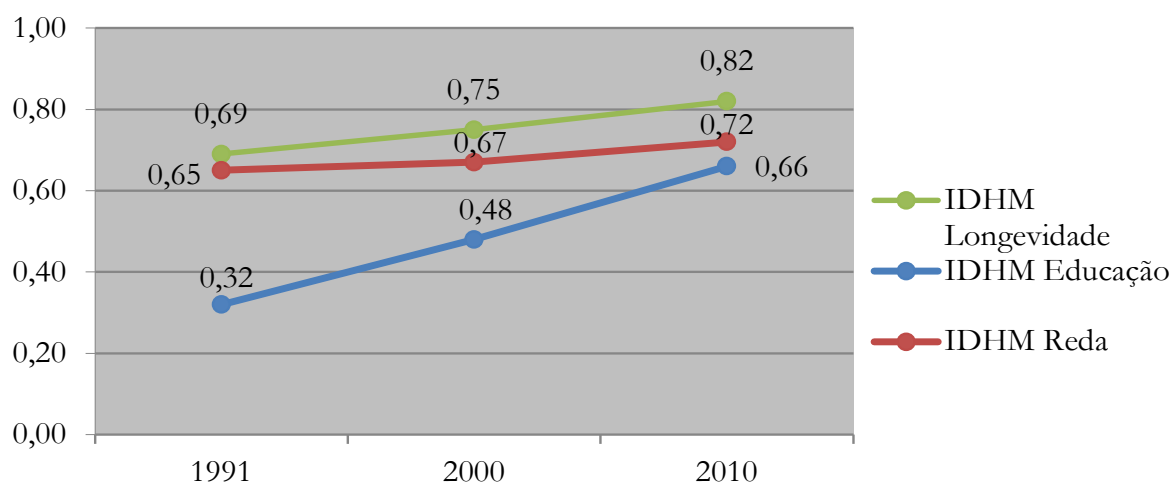
¹ A palavra “ressaca” é utilizada regionalmente para denominar os vários lagos de várzeas existentes no Amapá. Esses lagos surgem durante o inverno amazônico (dezembro a junho) e são provenientes do acúmulo das águas das chuvas nos rios e igarapés. Quando cessam as chuvas, as águas se restringem ao canal principal dos rios e as “ressacas” se transformam em grandes campos. Servem ainda como corredores naturais de vento, que amenizam o desconforto térmico e influenciam diretamente no microclima da cidade, em especial da Zona Norte de Macapá (TAKIYAMA *et al.*, 2003, p. 82).

² O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes,

apenas 28 foram criados de forma oficial por decretos ou leis municipais. O restante existe de modo informal, isto é, sem o respectivo instrumento jurídico que estabeleça suas delimitações, quantidade de ruas, quadras e habitações (IBGE, 2010b).

Salienta-se que Macapá não possui características de centralidade urbana típica das cidades industrializadas. No entanto, aparece como centro urbano sub-regional, no que concerne à dinâmica econômica, pois está atrelada à Metrópole Regional de Belém, ao mesmo tempo, que polariza um número significativo de pequenas cidades do estado do Amapá e do golfo Marajoara pertencente ao estado do Pará (SANTOS; AMORIM, 2015).

Gráfico 2: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) Longevidade, Educação e Renda – Macapá/AP (1991-2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2016) - elaborado pelos autores.

em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) (IBGE, 2010b).

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Macapá apresenta indicador de 0,733, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Vale ressaltar que o elemento que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,820, seguida de Renda, com índice de 0,723 e de Educação, com índice de 0,663, conforme o descrito no Gráfico 2.

Concernente à Renda per capita e ao Índice de Gini³ na cidade de Macapá, entre os anos de 1991 a 2010, se observa na Tabela 1 que a renda per capita média no município cresceu 54,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 464,14, em 1991, para R\$ 506,43, em 2000, e para R\$ 717,88, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,55, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,59, em 2010.

Tabela 1: Renda per capita, Índice de Gini – Macapá/AP (1991-2010)

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	464,14	506,43	717,88
Índice de Gini	0,55	0,60	0,59

Fonte: PNUD, IPEA e FJP *apud* Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2016) - adaptado pelos autores.

Nesse panorama, é interessante destacar a pesquisa realizada pelo Observatório das Metrôpoles, denominada Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal), a qual levantou dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para os 5.565 municípios brasileiros, procurando avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros, considerando aspectos do mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais

³ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2016).

prestados pelo Estado. Tal exame considerou cinco dimensões para compor o IBEU-Municipal⁴, quais sejam: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana (RIBEIRO e RIBEIRO, 2016).

Vale observar que quando o recorte analítico do IBEU-Municipal examinou as capitais das unidades federativas do Brasil, a capital do Amapá apresentou condições ruins de bem-estar urbano, ocupando, desse modo, a última posição no ranking das capitais brasileiras.

No contexto específico das capitais da região norte do país, as mesmas se encontram nas últimas colocações do universo de 5.565 municípios brasileiros, a saber: Macapá (5.142º), Porto Velho (5.032º), Belém (4.988º), Manaus (4.654º), Rio Branco (4.546º), Boa Vista (4.072º), estando em uma melhor colocação Palmas (1.867º). Nesse cenário, Macapá, sagrou-se a pior capital do país no quesito oferta de condições que garantam o bem-estar urbano aos seus cidadãos, apresentando indicador geral 0,641 (teor alaranjado), que pode ser visualizado no Gráfico 3 que expõe o Índice de Bem-Estar Urbano das Capitais da Região Norte do país. Além disso, pode-se notar no referido gráfico que foram apresentados os seguintes destaques para o município de Macapá:

- i) (D1) Dimensão Mobilidade Urbana⁵: apresentou condições muito boas, alcançando a 2ª colocação no *ranking* das capitais brasileiras, com indicador 0,947, ficando atrás da capital Boa Vista (RR) que apresentou as melhores condições para mobilidade urbana do país, com índice 0,964. A pesquisa mostrou que a grande maioria dos municípios que não se situam em contextos metropolitanos apresentam condições boas ou muito boas, demonstrando, assim, que a questão da

⁴ Construído pela média aritmética de suas cinco dimensões e seu resultado varia entre zero e 1. De acordo com os resultados apresentados, foi definido de modo arbitrário que os níveis do IBEU-Municipal seriam interpretados da seguinte maneira: de zero a 0,500 corresponde às condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 corresponde às condições ruins; de 0,701 a 0,800 corresponde às condições médias; de 0,801 a 0,900 corresponde às condições boas; de 0,901 a 1 corresponde às condições muito boas (RIBEIRO e RIBEIRO, 2016, p. 5).

⁵ Construída a partir do tempo de deslocamento diário de casa para o trabalho (ibidem, p. 3).

- mobilidade urbana é uma questão metropolitana (RIBEIRO e RIBEIRO, 2016);
- ii) (D2) Condições Ambientais Urbanas⁶: a capital amapaense apresentou nível ruim nesta dimensão, ficando na 24^a posição no *ranking* das capitais, com indicador 0,637.
 - iii) (D3) Condições Habitacionais Urbanas⁷: Macapá apresentou nível médio de bem-estar urbano habitacional, com índice 0,715. No contexto da região Norte, a capital Belém apresentou nível ruim de bem-estar urbano habitacional, ficando na última posição no *ranking* das capitais brasileiras.
 - iv) (D4) Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos⁸: a capital amapaense apresentou condições ruins de serviços coletivos urbanos, ficando na penúltima posição no *ranking* das capitais, com indicador 0,541. No contexto da região Norte, Porto Velho apresentou nível ruim de bem-estar urbano habitacional, ficando na última posição no *ranking* das capitais, com indicador 0,508.
 - v) (D5) Infraestrutura Urbana⁹: Macapá apresentou condições muito ruins, ficando na última colocação do *ranking* das capitais do país, com índice 0,367.

Importa salientar que os indicadores utilizados para caracterizar a cidade em estudo, apesar de não terem a capacidade de demonstrar a integralidade das informações econômicas, sociais e de infraestrutura afetas ao processo de desenvolvimento de Macapá, servem, preliminarmente, como diagnóstico da situação em que se apresenta a mesma, ao menos na temporalidade em que foi analisada.

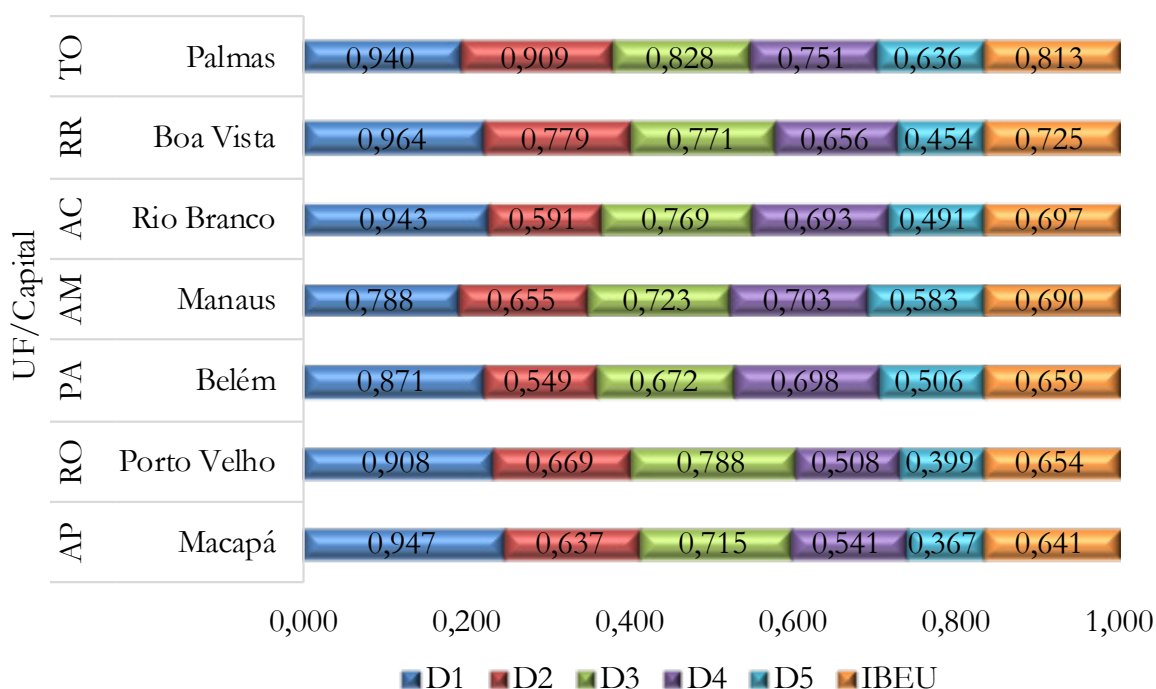
⁶ Concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios (idem).

⁷ Compreendida por cinco indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro, material das paredes dos domicílios e espécie do domicílio (ibidem, p. 4).

⁸ Concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo (idem).

⁹ Compreendida por sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros (idem).

Gráfico 3: Índice de Bem-Estar Urbano nas Capitais da Região Norte do Brasil



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010); Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO e RIBEIRO, 2016) – adaptado pelos autores.

3 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS HOMICÍDIOS NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ.

Segundo o Atlas da Violência 2016¹⁰ houve 59.627 homicídios no Brasil, no ano de 2014, o que equivale a uma taxa de homicídios de 29,1 por cem mil habitantes. Esse estudo assinala que a incidência do fenômeno da criminalidade homicida “ocorre de maneira heterogênea no país, não apenas no que diz respeito à dimensão territorial e temporal, mas no que se refere às características socioeconômicas das vítimas” (CERQUEIRA *et al.*, 2016, p. 5) e que o número de mortes no país tem evoluído de maneira bastante desigual nas unidades federativas.

¹⁰ Cerqueira *et al.* (2016) realizaram um estudo que resultou na elaboração do “Atlas da Violência 2016”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Para Ramão e Wadi (2010), existe um crescimento linear acentuado no número de homicídios urbanos no Brasil que se justifica devido ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país. Assim, ao se pensar sobre a violência letal, a urbanização se apresenta como fenômeno estreitamente associado ao crescimento dos homicídios no Brasil, principalmente, quando passamos a considerá-la numa articulação importante com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais no território, como aponta Sampaio (2015).

A respeito dessa relação entre urbanização e violência no Brasil, Beato Filho (2012, p. 70) assevera “que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países”.

Com isso, vale destacar o apontado por Chagas (2014), na acepção de que no contexto urbano, existem vários fatores a serem analisados que podem contribuir para o aumento da violência, tais como a exclusão social, pobreza e favelização, observados especialmente nas áreas periféricas das cidades, que comumente negligenciadas pelo poder público, têm se tornado território oportuno para a afirmação e propagação da violência e da criminalidade.

Engel *et al.* (2015) elaboraram recente estudo diagnóstico referente aos homicídios no Brasil, no qual foram elencadas as macrocausas principais relacionados à disseminação da criminalidade violenta e homicídios no Brasil, a saber: fatores transversais, gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal, violência doméstica, presença do Estado, e conflitos entre polícia e sociedade civil.

Aqui se torna essencial esclarecer que o estudo elaborado por Engel *et al.* (2015) teve o intuito de organizar e sistematizar os dados relativos à criminalidade violenta no território brasileiro, no âmbito dos estados e dos municípios escolhidos para compor um pacto interfederativo, que vem sendo denominado Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH). Este diagnóstico sinalizou, de modo geral, que no estado do Amapá, de todas as macrocausas acima descritas, os indicadores de violência interpessoal e carência da presença de instâncias do Estado são

presentes e graves, indicando ainda, que o fator violência doméstica e os conflitos entre polícia e população se destacam negativamente, de forma intermediária nesta unidade federativa.

Avançando na reflexão a respeito do conjunto de fatores associados à deflagração da violência e criminalidade no contexto urbano brasileiro, Sapori e Soares (2014) alertam que o crime resulta de uma complexa interação de fatores individuais, interpessoais, institucionais e estruturais, esclarecendo que:

Fatores estruturais compõem o nível mais amplo do fenômeno, compreendendo os valores culturais prevelecentes na sociedade, como também sua estrutura socioeconômica – a distribuição da renda, a estratificação social, entre outros.

As leis penais e as organizações do Estado responsáveis pela garantia da segurança pública – polícia, justiça, prisão – estão no nível institucional. A comunidade onde reside o indivíduo também deve ser considerada, pois é capaz de exercer controle social.

O nível interpessoal diz respeito às relações pessoais que o indivíduo estabelece em seu cotidiano e que são capazes de influenciar seu comportamento. São os casos da família, grupos de amigos do bairro, a escola, a comunidade religiosa.

Chegando ao nível propriamente individual, que diz respeito às características psíquicas do indivíduo, sua personalidade, sua trajetória de vida (SAPORI; SOARES, 2014, p. 38).

Desse modo, verifica-se que a violência assim como os homicídios são fenômenos complexos e multicausais. Entretanto, se faz necessário elucidar que embora se atribua o fenômeno da violência letal a uma associação de variados fatores, a análise deste artigo foca-se na perspectiva das raízes estruturais da questão da violência urbana, sobretudo, nos indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e serviços urbanos presentes no município investigado.

É oportuno esclarecer que o método adotado, ampara-se no procedimento¹¹ utilizado pela Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), que por sua vez, segue os ditames estabelecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), quando se pretende realizar uma análise de mortes decorrentes da letalidade intencional. Dessa maneira, foram considerados aqui os homicídios e os crimes violentos que resultem em morte, especialmente, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial, sendo estes tipos criminais agrupados como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)¹².

No Direito Penal Brasileiro, o homicídio, em termos topográficos, está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida do Código Penal (CP), sendo o primeiro delito por ele tipificado (BRASIL, 1940). Inegavelmente, o homicídio é a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada, segundo ensina Hungria (1980), que se toma em conceituar classicamente tal conduta criminal, para o qual o homicídio:

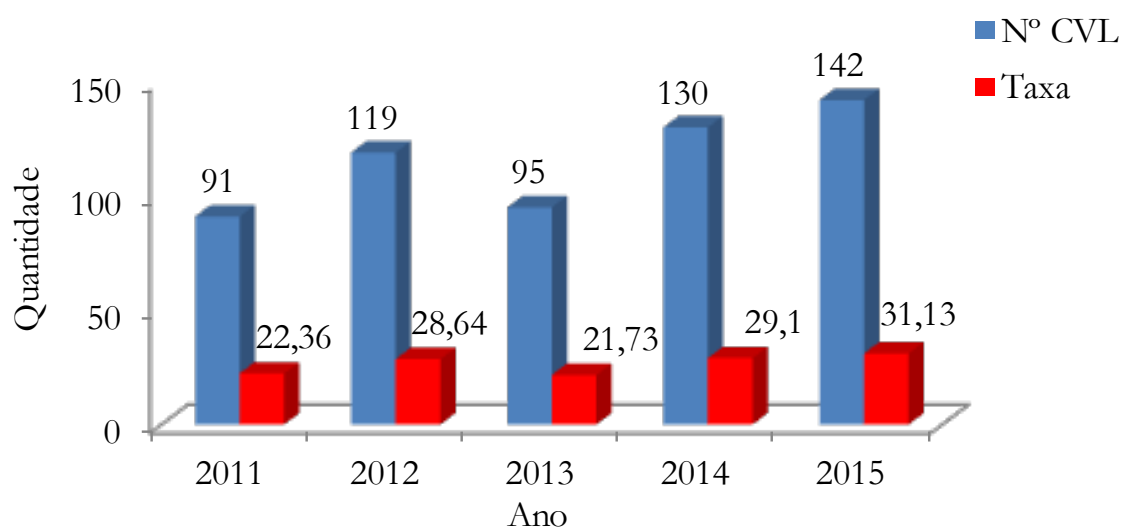
É o tipo central de crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por excelência. É o padrão da delinquência violenta ou sanguinária, que representa como que uma reversão atávica às eras primevas, em que a luta pela vida, presumivelmente, se operava com o uso normal dos meios brutais e animais. É a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada (HUNGRIA, 1980, p. 25).

¹¹ A contagem é realizada com base no número de vítimas e não no número de crimes ou eventos.

¹² A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais (BRASIL, 2006)

Nesse sentido, ao se analisar a dinâmica dos crimes violentos letais em Macapá, a partir do banco de dados dos registros policiais, disponibilizado pela Gerência de Estatística e Análise Criminal, vinculada à SEJUSP/AP, que considera os eventos conforme são apresentados no momento do assentamento nos Boletins de Ocorrência Policial, elaborou-se o Gráfico 4 que mostra a evolução do número e taxa dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá, de onde verifica-se que houve incremento na taxa dos CVL, que passou de 22,36, em 2011, para 31,13, em 2015, ano que inclusive, exibiu a maior taxa na série histórica investigada. Vale apontar que houve sutil decréscimo no ano de 2013, que apresentou a menor taxa no período avaliado, de 21,73, seguido de um progressivo aumento nos anos subsequentes.

Gráfico 4: Evolução do Número e Taxa dos Crimes Violentos Letais no Espaço Urbano da cidade de Macapá/AP (2011-2015), por cem mil habitantes



Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010); GEAC-SEJUSP, maio/2016 – elaborado pelos autores.

À medida que se avança nesta reflexão sobre a dinâmica do homicídio, sob a ótica da dimensão territorial dos bairros da cidade de Macapá, faz-se necessário enfatizar que a categoria analítica território é nosso conceito balizador. Pode-se, então, salientar o aprofundado por Ferreira

e Penna (2005) ao distinguir o território como um poderoso instrumento analítico a embasar pesquisas sobre tráfico de drogas, gangues e distribuição espacial da violência em cidades brasileiras, na medida em que pode ser aproveitado para compreender a produção e a reprodução da violência em determinados setores da cidade.

De tal modo, para se entender a territorialização da violência no espaço urbano, é necessário compreender, antes de tudo, que não é o espaço o gerador dos conflitos violentos, mas que este exerce relevante papel nos processos de mudança social, como assegura Souza (2008). De acordo com esse juízo, Beato Filho (2012, p. 20) aduz que “uma das maneiras de entender a forma como se organiza o espaço urbano é a observação da distribuição das pessoas e dos mecanismos de segregação que surgem em virtude dessa distribuição”.

Seguindo a recomendação de Chagas (2013) é necessário, antecipadamente, realizar uma abordagem conceitual mais abrangente, a fim de se entender a relação do território com o conceito de espaço. Assim, orienta-se a discussão pela perspectiva de Lefebvre (2000) que tem sua importância no fato de agregar “sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis”, como afiança Schmid (2012, p. 90).

Lefebvre (2000) pensa a realidade da produção do espaço por meio das contradições e conflitos da lógica dialética, expondo a dimensão trinitária do fenômeno, decomposta em três processos interconectados: espaço material (o espaço da experiência), a representação do espaço (o espaço concebido) e o espaço de representação (o espaço vivido).

Cabe destacar, que o interesse deste estudo se limita a examinar o espaço, enquanto aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade, o espaço social, que corresponde à dimensão do vivido de Lefebvre. Nesse sentido, Souza (2013, p. 22-23) assinala que,

[...] De Émile Durkheim a Pierre Bourdieu, “espaço social” é, frequentemente, sinônimo de um “campo” de atuação, de uma teia de relações ou de posições relativas em uma estrutura social, sem necessária vinculação direta com um espaço geográfico concreto, preciso e delimitado.

Feitas essas ponderações, se direciona a discussão para o enfoque no espaço social, enquanto qualificação do espaço natural, sem, contudo, abrir mão do conceito de espaço geográfico, em virtude de objetivar também a prática socioespacial como condição de localização, organização e, da consequente, produção do espaço.

Nesse sentido, Chagas *et al.* (2014) apontam que o espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações. Assim, a produção da cidade apresenta momentos distintos, com características e especificidades inerentes próprias do momento da produção do espaço. Com isso, é possível entender que uma cidade ou mesmo um bairro apresenta-se como um mosaico de formas e funções, que são a materialidade da temporalidade do processo de produção do espaço.

O espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial “torna o território um condicionante inescapável destas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa” (CASTRO, 1992, p. 29).

Portanto, é no território que os diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem (FERREIRA; PENNA, 2005). Assim, das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emerge o conceito de território, que pode ser entendido como conceito derivado do de espaço social, como garante Souza (2013). Para o autor, a noção intuitiva de território tem a ver com limites, com fronteiras, com a projeção no espaço, de um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferentes.

Em Souza (2013, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. A questão primordial em se tratando do conceito de território e sua aplicação, consiste em “quem domina, governa ou influencia e como domina, governa ou influencia esse espaço?” (Souza, 2013, p. 86). Em virtude disso, se estabelece no espaço territorializado, um instrumento de exercício de poder.

O interessante é notar que, como projeção espacial de uma relação de poder, “o território é, no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mas especificamente uma relação social diretamente espacializada” (SOUZA,

2013, p. 35). O poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Desse modo, não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que não claros, sejam menos ou mais perceptíveis (SOUZA, 2013).

Seguindo a trajetória de análise conceitual do espaço social e do território, Raffestin (1993) defende a abordagem relacional que considere os diversos atores sociais envolvidos na produção e apropriação do espaço, ressaltando que o que determina, fundamentalmente, o território é o poder. O autor esclarece que:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de ação conduzida por ator um sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação, o ator “territorializa” o espaço) (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) explicita que o estabelecimento do território decorre de uma produção do espaço que envolve múltiplas relações; um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta”, resultante do entrelaço espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial. O autor afirma que não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos. O surgimento de um aglomerado subnormal, nessa perspectiva, faz brotar um novo ponto no espaço a ser disputado e conquistado por esses agentes, como assegura Chagas (2014).

Aqui, mostra-se relevante trazer para reflexão a comparação do território com um “campo de força” feita por Souza (2013):

Ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor,

uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa de várias maneiras deste último. Da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral, tampouco a existência de um território é, concretamente, concebível na ausência de um substrato espacial material (SOUZA, 2013, p. 97-98).

Feitos estes apontamentos teóricos sobre os conceitos de espaço social e território, pode-se considerar que a perspectiva deste estudo se aproxima da feição do vivido dos agentes das relações no território, encontrando similaridade com o julgamento acerca da categoria analítica território, construído por Haesbaert (2004; 2014), à medida que se relaciona com a apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente instalado).

Para Haesbaert (2014) o território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico; produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um determinado segmento social, estabelecendo-se no território relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento.

Assim ao se correlacionar a questão da violência com o território. Pode-se perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades, como esclarece Raffestin (1993).

O território é, assim, reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência, como conclui Chagas (2014).

4 METODOLOGIA

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, bibliográfica, análise de bancos de dados e uso de softwares, utilizando-se técnicas analíticas da estatística descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2013), para sistematizar, resumir e apresentar os dados obtidos, através de tabelas e gráficos.

Recorreu-se a pesquisa das informações secundárias junto ao sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), disponibilizadas no mês de maio de 2016, referentes ao período compreendido entre janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

Importa esclarecer que ao se considerar neste artigo aspectos relativos à localização e caracterização da área de incidência do crime de homicídio, que se vinculam, em parte, às dimensões sociais, econômicas e de infraestruturas do urbano local, realizou-se consulta aos bancos de dados não diretamente relacionados à segurança pública, sendo tais informações extraídas das principais fontes de acesso público, atualmente disponíveis, a saber: Censos Sociodemográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais, da Fundação João Pinheiro (FJP); Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) e Pesquisa Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal) do Instituto Observatório das Metrôpoles.

No que concerne à plotagem espacial do homicídio na cidade de Macapá, foi feito uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) como técnica de geoprocessamento, com aproveitamento da base cartográfica dos setores censitários do IBGE, ano 2010, por meio do software ArcMap 10.1, que permite realizar como afirma Câmara *et al.* (2004), análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e criar bancos de dados georreferenciados, tornando possível automatizar a produção de documentos cartográficos. Sendo assim, foi gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial dos bairros de Macapá, sendo considerados nesta pesquisa os bairros e aglomerados subnormais

urbanos, contabilizados pelo Censo Demográfico 2010 para o município de Macapá, constando 28 bairros¹³ legalmente criados e 14 aglomerados subnormais (IBGE, 2010b).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

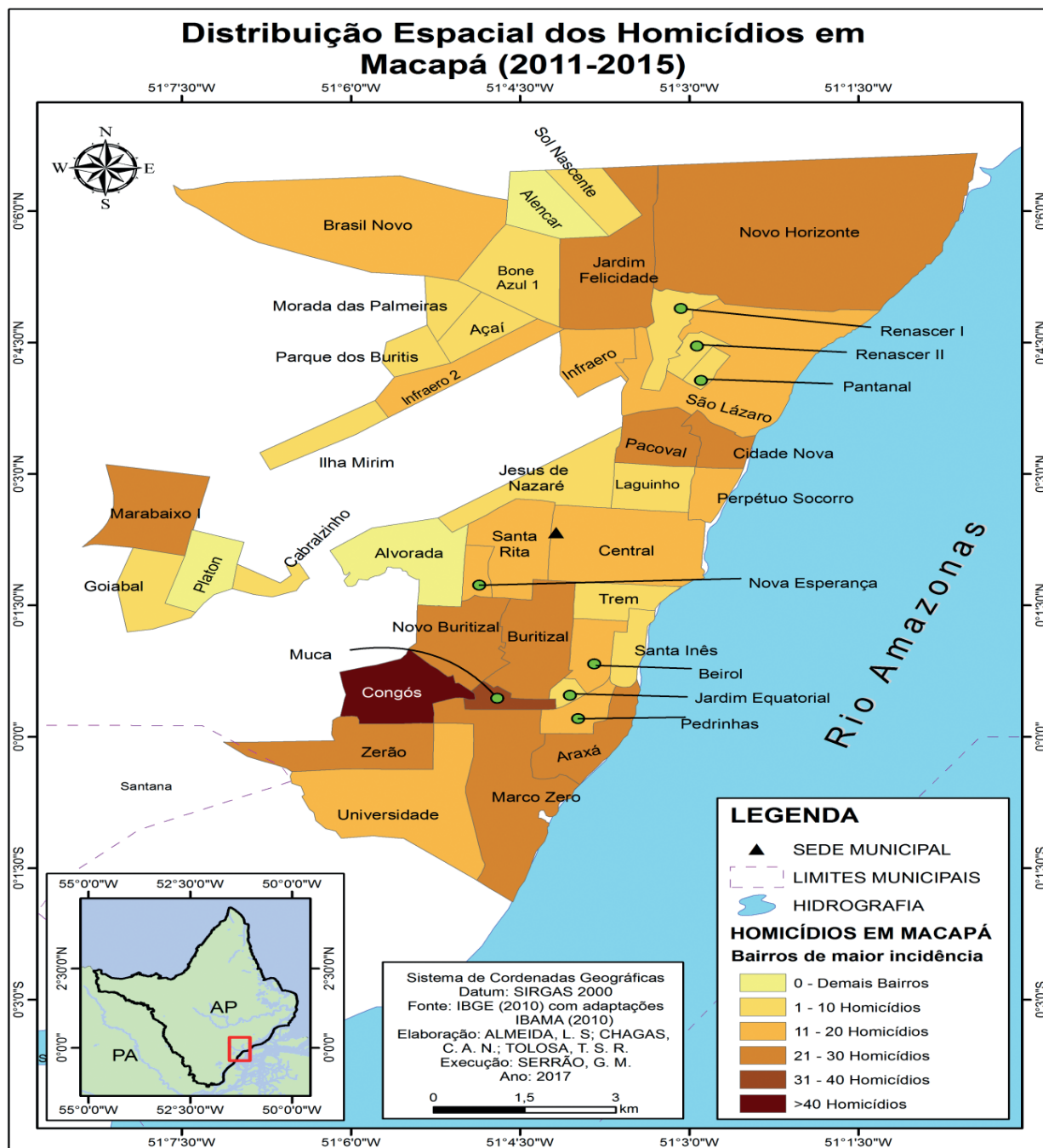
Em virtude das limitações encontradas para a elaboração da análise dos dados, como a carência de uma base georreferenciada atualizada e a falta de informações padronizadas e completas dos registros de homicídios, não nos foi permitido fixar a localização exata da ocorrência do crime. Assim, optou-se por se construir um mapa em escala para se analisar a distribuição espacial dos homicídios em Macapá, no recorte temporal pesquisado, sendo que o bairro Congós apresentou como extremidade o total de 52 registros de homicídios. Tal valor serviu, portanto, como referência para que se estabelecesse o padrão das classes representadas cartograficamente, a saber: primeiro intervalo destinado aos bairros que não apresentaram registros de homicídios; e mais cinco intervalos iguais, variando de 1 a mais de 40 registros de homicídios.

Como pode ser observado dos 42 bairros/aglomerados subnormais destacados no Mapa 1, que ilustra a distribuição espacial dos homicídios em Macapá, apenas 3 não apresentaram registros de homicídios: Alencar, Alvorada e Platon. É possível identificar no mapa, elevado número de registros de homicídios nos bairros Congós e Muca, com 52 e 34 homicídios, respectivamente, ambos localizados na porção sul da cidade.

Os bairros compreendidos no intervalo de 21 a 30 registros de homicídios foram: Jardim Felicidade (30) e Novo Horizonte (21), na porção norte da cidade; Cidade Nova (27) e Pacoval (21), na porção leste do município; Marco Zero (29), Araxá (28), Novo Buritizal (27), Buritizal (23) e Zerão (23), na zona sul da cidade, e Marabaixo I (27) na área oeste da cidade.

¹³ Bairros oficialmente constituídos em Macapá: Central, Trem, Beírol, Laguinho, Jesus de Nazaré, Santa Rita, Pacoval, Perpétuo Socorro, Santa Inês, Congós, Nova Esperança, Buritizal, Alvorada, São Lázaro, Pedrinhas, Jardim Felicidade, Brasil Novo, Boné Azul, Cabralzinho, Jardim Equatorial, Marco Zero, Novo Horizonte, Infraero, Universidade, Cidade Nova, Novo Buritizal e Zerão (IBGE, 2010b).

Mapa 1: Distribuição Espacial dos Homicídios em Macapá/AP, por bairros/aglomerados subnormais (2011-2015)



Fonte: IBGE (2010) – com adaptações dos autores.

As unidades administrativas abrangidas no intervalo de 11 a 20 registros de homicídios foram: Central (20), Perpétuo Socorro (19), Universidade (19), Santa Rita (18), Beírol (17), Nova Esperança (13) e Pedrinhas (12), na zona sul do município; São Lázaro (19), Brasil Novo (18), Infraero I (16) e Infraero II (11), localizados na zona norte da cidade.

Dentre os bairros compreendidos na categoria de 1 a 10 registros de homicídios estão: Renascer I (5), Ilha Mirim (4), Parque dos Buritis (4), Açaí (2), Morada das Palmeiras (2), Boné Azul (1), Pantanal(1), Renascer II (1) e Sol Nascente (1), localizados na parte norte de Macapá; Laguinho (10), Jesus de Nazaré (5), Trem (8), Santa Inês (5), e Jardim Equatorial (2), na área sul da cidade; Cabralzinho (1) e Goiabal (1) na porção oeste da capital.

Ainda de acordo com o mapa acima, observa-se expressividade para os bairros Congós e Muca (teores mais escuros), circundados por uma malha contínua expressiva, que inclui os bairros: Novo Buritizal, Buritizal, Zerão, Marco Zero e Araxá (teor intermediário), que se assenta especificamente na porção sul da capital.

Ainda com relevância, encontra-se o bairro Marabaixo I (teor intermediário), localizado na área oeste do município. No entanto, vale pontuar que este bairro apresenta características de afastamento do restante da rede urbana da cidade, possuindo assim, menor integração com a área centro-sul de Macapá.

Os bairros Jardim Felicidade e Novo Horizonte (teor intermediário) se mostraram como bloco significativo na porção norte da capital.

Acerca da distribuição espacial de fenômenos, Câmara *et al.* (2004) esclarece que o enfoque da análise espacial é mensurar propriedades e relacionamentos, levando em conta a localização espacial do fenômeno, isto é, a ideia central é congrega o espaço à análise que se deseja fazer. Sendo assim, “o valor agregado da utilização das técnicas de mapeamento é o de poder ampliar a capacidade de análise do fenômeno criminal, agregando foco e eficiência às ações de segurança pública”, como explicita Figueira (2014, p. 246).

O mapeamento desses eventos mostra-se, assim, como ferramenta indispensável para uma focalização mais adequada das medidas de intervenção, pois ao se realizar a distribuição espacial dos homicídios entre as unidades territoriais, além de se identificar quais áreas concentram maior ou menor incidência do crime investigado, abre-se a possibilidade de se abranger outras dimensões sociais na análise da violência letal, a fim de se esclarecer as razões que podem explicar como tais concentrações acontecem e se processam.

Assim, se considerando a perspectiva de agrupar as unidades administrativas com características geográficas e socioeconômicas semelhantes, passa-se, então, a expor a respeito das características peculiares das zonas de Macapá, onde se localizam os bairros de maior incidência da criminalidade letal, no recorte temporal analisado.

Zona Sul: Congós e Muca

A zona sul de Macapá é a mais antiga e tradicional da capital, concentrando a maior parte da população, pontos turísticos, atividades culturais, serviços públicos e particulares, assim como grande porção da atividade econômica da capital. Apresenta uma população estimada em 210.000 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010c). Este espaço da cidade reúne a maior parte da população vivendo em áreas de ressaca da capital, principalmente nos bairros do Congós, Marco Zero, Muca, Novo Buritizal e Universidade.

Em Macapá, a zona sul vem se constituindo como alternativa de expansão horizontal ao longo da cidade, principalmente no eixo da Rodovia Juscelino Kubistchek (estrada Macapá/ Distrito de Fazendinha), onde se localizam um recente e crescente número de condomínios residenciais de médio a alto padrão.

O bairro Congós foi criado pela Lei Municipal nº 207/1984, situado entre a ressaca Chico Dias e as ruas Claudomiro de Moraes e Benedito Lino do Carmo, segundo dados do Censo Demográfico 2010, possui mais de 18 mil moradores, sendo o quinto bairro mais populoso de Macapá, com 4.307 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 2,2 km² (IBGE, 2010b). O bairro conta com boa infraestrutura (água, luz, saneamento básico e transporte) e serviços públicos, como escolas, posto de saúde, arena poliesportiva, Centro Integrado de Operações em Segurança Pública da Zona Sul (CIOSP) e grande parte das avenidas asfaltadas, especialmente, no conjunto habitacional Laurindo Banha. Contudo, a unidade de gestão urbana convive com o grave problema de ocupação irregular das áreas de ressaca integradas por passarelas de madeira, sendo densamente povoadas e não assistidas pela rede de esgoto e de água tratada (ROCHA, 2002).

Relativo às áreas de ressaca ocupadas irregularmente, Portilho (2010) adverte que o efeito da ausência de políticas, voltadas para a ocupação e uso do solo urbano em Macapá, teve como consequência, considerando a insuficiência de terras secas para a ocupação, próximas ao centro da cidade, a preços baixos, a invasão das ressacas. Dessa maneira, a ocupação urbana na capital amapaense avança em direção às zonas periféricas que correspondem às áreas de ressaca, que por serem áreas sem infraestrutura básica, se transformam em espaços de pobreza, gerando uma série de problemas sociais, como violência urbana e aumento da criminalidade.

Nessa perspectiva, as áreas de periferização se constituem em locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões, como afirma Chagas (2014). Assim, a criminalidade, especialmente a violenta, se torna instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos que articulam suas ações no espaço urbano.

Seguindo a análise, o bairro Muca encontra-se extraoficialmente criado desde a segunda metade da década de 1980. Como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza a contagem populacional em bairros devidamente reconhecidos por Lei, há apenas estimativa acerca da população do aglomerado subnormal ressaca do Muca, com população em torno de 6.732 habitantes (IBGE, 2010b), distribuídos nas mais de trinta áreas de ponte do bairro, sendo a mais conhecida chamada rua do Copala, que foi recentemente aterrada e asfaltada. Vale destacar que a unidade administrativa se estende desde a ressaca do Beirol até os limites com as ruas Claudomiro de Moraes e Benedito Lino do Carmo, região limítrofe com o bairro Congós; conta com uma regular infraestrutura (água, luz, saneamento básico e transporte) e serviços públicos, como escolas, unidade básica de saúde, praças e boa parte das avenidas asfaltadas.

Zona Norte: Jardim Felicidade

A zona norte de Macapá é uma das mais recentes da capital, começando oficialmente depois da ponte Sérgio Arruda, principal via

de ligação para a zona norte da capital, que concentra grande parte dos bairros e loteamentos da cidade. Apresenta população estimada em 130.000 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico 2010, sendo o maior vetor de expansão urbana horizontal da capital amapaense (IBGE, 2010c). A área norte de Macapá se caracteriza como asseguram Palheta *et al.* (2016) por ser uma região com potencial exploratório importante por apresentar extensa área a ser urbanizada e habitada além de ter como eixo viário central a rua Tancredo Neves e a rodovia BR 210, que é a principal via para o acesso às outras cidades do interior do Estado.

O bairro Jardim Felicidade foi criado pela Lei Municipal nº 261/1985, sendo um dos bairros mais antigos da zona norte da cidade. De acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010b), sua população consta de 16.672 habitantes, possuindo 3.898 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 2,6 km². De modo geral, os problemas enfrentados pela população desta porção da cidade, vão desde a ausência de saneamento básico, problemas de abastecimento de água e de energia elétrica, vias sem pavimentação, deficiências no transporte público e nos serviços públicos e privados de saúde e educação.

Bairros Cidade Nova e Marabaixo I

É importante destacar que a zona central de Macapá, ao mesmo tempo em que apresenta parte de sua área com uma ocupação devidamente loteada e urbanizada, concentrando a oferta dos principais serviços coletivos urbanos, também exhibe bairros e áreas que não podem ser inseridos no que se considera como o urbano típico dos centros citadinos, o que se verifica, sobretudo, no bairro Cidade Nova.

Este bairro foi criado pela Lei Municipal nº 852/1996 e, segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010b), sua população ultrapassa os 15 mil habitantes, possuindo 3.211 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 0,8 km². O bairro se localiza na parte leste da capital, na área de orla da cidade que margeia o Rio Amazonas, onde são encontradas inúmeras habitações irregulares em áreas alagadas do bairro, sem infraestrutura de rede de água e esgoto, sem pavimentação das vias, meio-fio e calçadas; com deficiência de serviços

públicos, como escolas, postos de saúde, transporte coletivo e sem coleta regular de lixo.

Ao se considerar o contexto específico do bairro Marabaixo I, observa-se que está extraoficialmente criado desde 1998, não havendo estimativas oficiais acerca da população desta unidade administrativa. O bairro Marabaixo I se localiza na porção oeste da cidade, ao longo da Rodovia Duca Serra, apresentando sérias deficiências de serviços públicos, como escolas, postos de saúde e transporte coletivo. O bairro é atendido pelo sistema de energia elétrica, contudo, não possui abastecimento de água tratada e saneamento básico, sendo que as ruas e avenidas não têm identificações e não possui infraestrutura urbana projetada, carecendo de asfaltamento, meio-fio, canais para escoamento das águas pluviais e sinalização.

Nesse cenário, as transformações urbanas recentes que se processam de modo acelerado e desorganizado na capital amapaense, terminam por aprofundar o processo de segregação socioespacial, cujo quadro é agravado pela disseminação da violência, como argumenta Félix (2002). A associação entre exclusão e criminalidade com o processo de urbanização demonstra que esta gera a impessoalidade das relações urbanas, reduz os laços familiares e diminui os mecanismos de controle social, que podem levar à prática de crimes. Alto índice de criminalidade não é, porém, apenas típico de áreas de exclusão, mas estas são comumente as atingidas com maior grau de severidade (FÉLIX, 2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve a finalidade de abordar a violência, a partir da perspectiva do espaço urbano da capital do estado do Amapá, mais especificamente, a partir da formação do território da violência e criminalidade.

Verificou-se que os registros de letalidade violenta (abrangidos os tipos homicídio, latrocínio e o óbito decorrente do confronto policial) se revelaram mais recorrentes nas áreas que compõem a periferia urbana da cidade de Macapá, sobretudo, nos bairros e aglomerados subnormais integrados pelas áreas de ressaca, onde as condições sociais de existência coletiva são precárias e a qualidade de vida se encontra bastante degradada.

As análises realizadas demonstraram que os homicídios foram altamente concentrados no espaço urbano da cidade, em especial, na porção sul da capital, com destaque para os bairros Congós e Muca, que exibem carências na infraestrutura urbana e fortes desigualdades sociais e econômicas, associadas à ausência do Estado, enquanto principal agente regulador do território, combinação esta, que finda por criar um contexto propício para que a violência e a criminalidade se disseminem, manifestando-se, assim, a territorialidade da violência e do crime.

Vale ressaltar a importância do uso do processo cartográfico, enquanto ferramenta de análise contextual, ao atuar de modo a abranger resultados da dimensão do vivido da população, na perspectiva do espaço urbano que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Torna-se, assim, essencial ressaltar que esta análise, apesar de não ser capaz de explicar o fenômeno em toda sua complexidade e nem associar a multiplicidade de fatores que contribuem para a compreensão dos crimes letais investigados, foi de fundamental importância para a identificação de problemas nos contextos específicos de sua ocorrência, servindo, assim, de suporte para análises comparativas futuras.

Ademais se observa que para se realizar qualquer planejamento relacionado às políticas e ações no âmbito da segurança pública, é indispensável conhecer o espaço urbano da cidade em sua totalidade, assim como também é importante considerar a ótica dos territórios, que na condição de partes distintas se relacionam fazendo com que uma determinada porção deste tenha características únicas, as quais devem ser avaliadas e definidas de modo a equacionar as atuações do poder público a ser concretizadas sobre esse mesmo território.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e ordem. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 2000.

AMAPÁ. Governo do Estado. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2016. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 15 jun 2016.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BRASIL. **Código Penal**: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. _____. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento**: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia. Brasília: SENASP, 2006.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CÂMARA, G. et al. **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 51-78, 2007.

CARDIA, N.; ADORNO; S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a04v1747.pdf>>. Acesso em 1 fev 2017.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1992.

CERQUEIRA, D. R. C.; FERREIRA, H.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; HANASHIRO, O.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. **Atlas da violência. 2016**: nota técnica. n. 17, março. Brasília: Ipea/FBSP, 2016.

CHAGAS, C. A. N; NUNES, C.; SILVA, J. M. P. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**. n. 1. Jan./jun. p. 186-204, 2014.

_____. Tendências recentes de desenvolvimento regional e a gestão do território. In: SILVA, C. N. da [et. al.] (orgs.). **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

CHELALA, C.; ANDRADE, E. B.; PORTO, J. L. R. **O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá**. Macapá, 2007.

ENGEL, C. L. (org.); PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FÉLIX, S. A. **Geografia do crime**: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: Unesp, 2002.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, p. 155-168, 2005.

FIGUEIRA, M. G. Mapeamento Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, R. G. (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 244-255.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>>. Acesso em: 13 fev 2017.

_____. **Sinopse por setores**. 2010b. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 13 fev 2017.

_____. **Censo Demográfico**. 2010c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160030#>>. Acesso em: 14 fev 2017.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em 13 fev 2017.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PALHETA, A. C., SANTOS, T. B. dos, SERDOURA, F. Segregação ou Integração dos Espaços Públicos Urbanos: uma análise da Zona Norte de Macapá – AP. In: **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável** - Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió-AL, 2016.

PORTILHO, I. S. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. In: **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/>>. Acesso em 15 junho 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÃO, F. P.; WADI, Y. W. Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: Análise da Distribuição Espacial dos Homicídios no Município de Cascavel, Paraná. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2010.

RIBEIRO, L. C. Q de; RIBEIRO, M. G. (orgs.). **Ibeu Municipal**: índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Observatório das Métopoles, 2016.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, p. 55-84, 2015.

SANTOS, J. V. T. dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, SBPC, v. 54, n. 1, p. 22-24, julho, 2002.

SANTOS, R. V.; AMORIM, J. P. de A. A centralidade urbana sub-regional de Macapá-AP e sua região de influência. In: **Anais do XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências**. Belo Horizonte, 2015.

SAPORI, L. F.; SOARES, G. A. D. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2014.

SCHMID, C. A Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ZALUAR, A. Democracia inacabada: fracasso da segurança pública. In: **Estudos Avançados** [online], vol. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

Geografia do crime, urbanização e desenvolvimento humano: análise espacial nos municípios do Estado do Espírito Santo

Pablo Lira

Viviane Mozine Rodrigues

Adorisio Leal Andrade

RESUMO

Este artigo faz uso do aporte técnico-metodológico, para geoprocessar e analisar, com dados transversais referentes ao contexto do ano de 2010, os indicadores de desenvolvimento humano, de urbanização e de vulnerabilidade social na perspectiva da violência, representados respectivamente pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de urbanização e taxa de homicídios. Tal análise é procedida na escala dos municípios do estado do Espírito Santo. Estudos sobre a geografia do crime e sociologia do crime assinalam a correspondência espacial entre as taxas de urbanização e as taxas de homicídio, sobretudo na escala municipal. Tomando esse referencial teórico como ponto de partida, pretende-se investigar, por meio dos métodos de interpretação cartográfica, a possível correlação espacial dos fenômenos urbano e da violência, acrescentando a dimensão do desenvolvimento humano, mensurado pelo IDH.

Palavras-chave: Taxa de homicídio; Taxa de urbanização; IDH.

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi construído no início dos anos 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen¹. Este índice surgiu

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem sua concepção baseada em muitas das ideias de Sen, além de ele ter contribuído diretamente para sua formulação. Ver: Desenvolvimento como Liberdade (SEN, 1999).

com o objetivo de oferecer um contraponto aos indicadores derivados do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB *per capita*, por exemplo, foi amplamente utilizado para o estabelecimento de análises comparativas entre diversas nações na perspectiva econômica do desenvolvimento.

Até a década de 1990, os indicadores do PIB eram predominantemente utilizados para estudar os padrões de desenvolvimento. Desenvolvimento este que, na verdade, era reduzido ao prisma das variáveis econômicas. O próprio conceito de desenvolvimento, almejado por países como o Brasil², aproximava-se mais da ideia de crescimento econômico. Talvez por isso, o PIB exercia predominância nos relatórios e nas pesquisas de instituições de projeção global.

Foi nesse contexto que Mahbub ul Haq se propôs a pensar um indicador que lançasse luz sobre a questão teórico-política que se colocava como pano de fundo (noções de crescimento econômico e desenvolvimento humano) e que, ao mesmo tempo, possibilitava um contraponto e um olhar complementar à análise relativa ao desenvolvimento. “O conceito de desenvolvimento humano considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação” (PNUD, 2013, *online*).

Insta salientar que, anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, se intensificavam as discussões no âmbito das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento sobre os conceitos de *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*. Este último foi consolidado no Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum e, mais tarde, em 1992, foi reafirmado na Rio/Eco 92³ como um modelo pelo qual as nações buscariam se desenvolver garantindo as condições básicas necessárias para a prosperidade das presentes e futuras gerações.

Mesmo não abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento, como as variáveis sobre o meio ambiente, o IDH proporciona uma leitura sintética do desenvolvimento humano nas perspectivas da educação, saúde e renda. “O IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não

² Ver as próximas seções deste texto.

³ Não é o objetivo deste texto se aprofundar na discussão sobre tais conceitos. Para mais detalhamento, ver Cavalcanti (1995).

é uma representação da *felicidade* das pessoas, nem indica *o melhor lugar no mundo para se viver*” (PNUD, 2013, *online*, grifo nosso).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) vem atualizando recorrentemente os índices intermediários e sintéticos do IDH para as nações. No Brasil, o Pnud mantém uma relevante parceria com o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP) para a atualização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que consiste em um ajuste metodológico do IDH global às especificidades socioeconômicas do país, em suas escalas estaduais, municipais e metropolitanas. O IDH-M é calculado por meio dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IDH é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)⁴ das Nações Unidas. No Brasil, o IDH-M tem sido utilizado pelo governo federal, governos estaduais e municipais, iniciativa privada e organizações sociais para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento em diversas vertentes.

Desde o final da década de 1990, o Pnud vem ampliando sua política de gestão da informação com o intuito de disseminar os dados e análises relativas ao IDH-M. Até a primeira metade dos anos 2000, foram desenvolvidos três aplicativos executáveis (programas de computador) que funcionavam como banco de dados e compreendiam indicadores socioeconômicos e questões temáticas. Estes eram difundidos via CDs e/ou *downloads* pela internet.

O ano de 2013 é considerado, pelo Pnud, um divisor de águas no que tange a difusão das informações dos dados do IDH-M. O referido ano marcou o início das atividades do *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*⁵, uma plataforma *web*, administrada por um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), que possibilita a realização de consultas *on-line*, confecção de mapas temáticos no ambiente de trabalho de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e cruzamento de informações com mais de duzentos indicadores constituídos por variáveis

⁴ Em 2000, 189 nações estabeleceram um compromisso conjunto para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade contemporânea. Tal compromisso foi cristalizado nos oito ODMs que devem ser alcançados até 2015, quando os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) passarão a valer para os anos seguintes, até o ano de 2030 (PNUD, 2013).

⁵ Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>.

socioeconômicas, índices intermediários e índices sintéticos de IDH-M, IDH-M Educação, IDH-M Renda e IDH-M Longevidade.

O *Atlas Brasil* é uma potente ferramenta que pode ser amplamente utilizada por pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas, técnicos, gestores públicos e população em geral. A estrutura de seu banco de dados e o sistema de consulta facilitam o cruzamento com outras importantes fontes de informação, por exemplo, com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/Datasus).

O propósito deste texto é utilizar o aporte técnico-metodológico, sucintamente explicado parágrafos anteriores, para geoprocessar e analisar, com dados transversais referentes ao contexto do ano de 2010, os indicadores de desenvolvimento humano, de urbanização e de vulnerabilidade social na perspectiva da violência, representados respectivamente pelo IDH-M, taxa de urbanização e taxa de homicídios. Tal análise é procedida na escala dos municípios do estado do Espírito Santo.

2 URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS

Nos estudos sobre a geografia do crime e sociologia do crime, pesquisadores, como Zanutelli et al. (2011) e Andrade, Souza e Freire⁶ (2013), assinalam a correspondência espacial entre as taxas de urbanização⁷ e as taxas de homicídio⁷, sobretudo na escala municipal. Tomando esse referencial como ponto de partida, pretende-se investigar, por meio dos métodos de interpretação cartográfica, a possível correlação espacial dos fenômenos urbano e da violência, acrescentando, mais adiante, a dimensão do desenvolvimento humano, mensurado pelo IDH-M⁸.

⁶ Relação entre o número da população urbana e a população total de uma determinada unidade geográfica, sendo expressa em percentual.

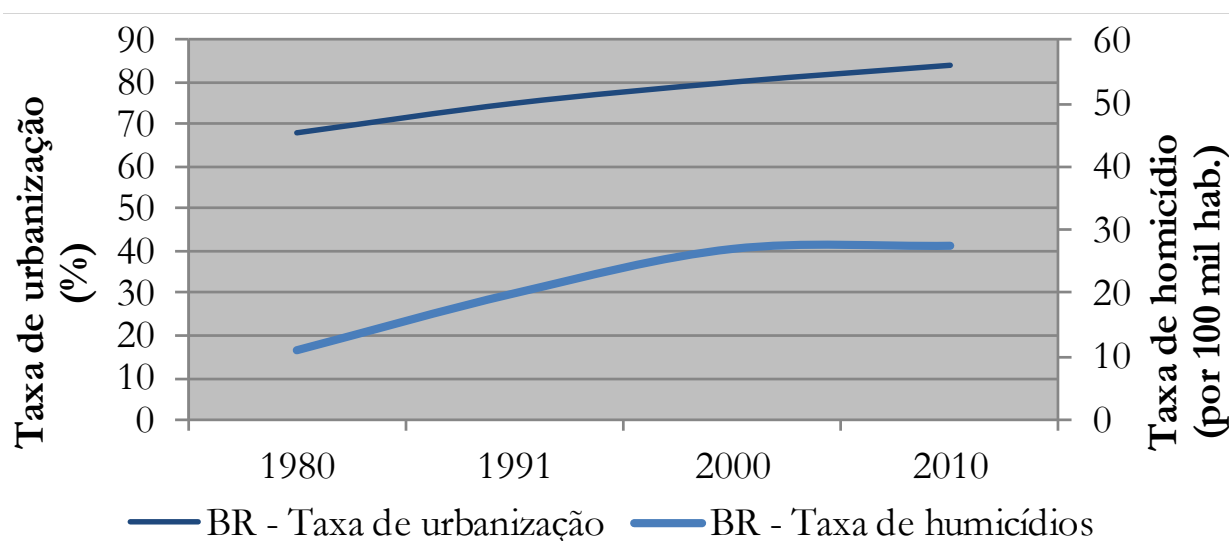
⁷ Razão entre o número de homicídios e a população total de uma determinada unidade geográfica, sendo expressa em relação a cada grupo de 100 mil habitantes.

⁸ O IDH-M é constituído por três pilares, saúde, educação e renda, e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0 o índice, piores são as condições de desenvolvimento humano da unidade geográfica analisada. Quanto mais próximo de 1 o índice, melhores são as condições de desenvolvimento humano. Segundo Pnud (2015), as faixas do desenvolvimento humano podem ser descritas como IDH muito alto (0,800 a 1,000), alto (0,700 a 0,799), médio (0,600 a 0,699), baixo (0,500 a 0,599) e muito baixo (0,000 a 0,499).

Com base nos autores citados, tal correlação pode ser explicada, em parte, pelos fatores que influenciam a violência urbana. A violência não se distribui de forma homogênea no território. A literatura especializada indica que violência de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Porém, é na cidade que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. A violência revela-se imbricada a fatores da (des)ordem urbana⁹ ao ponto de permitir diferenciar o que se chama de *violência urbana*. Os processos de expansão urbana, nos moldes da urbanização brasileira, e de aumento da criminalidade violenta, medida pelo seu principal indicador, a taxa de homicídio, guardam entre si tendências temporais semelhantes (ZANOTELLI et al., 2011).

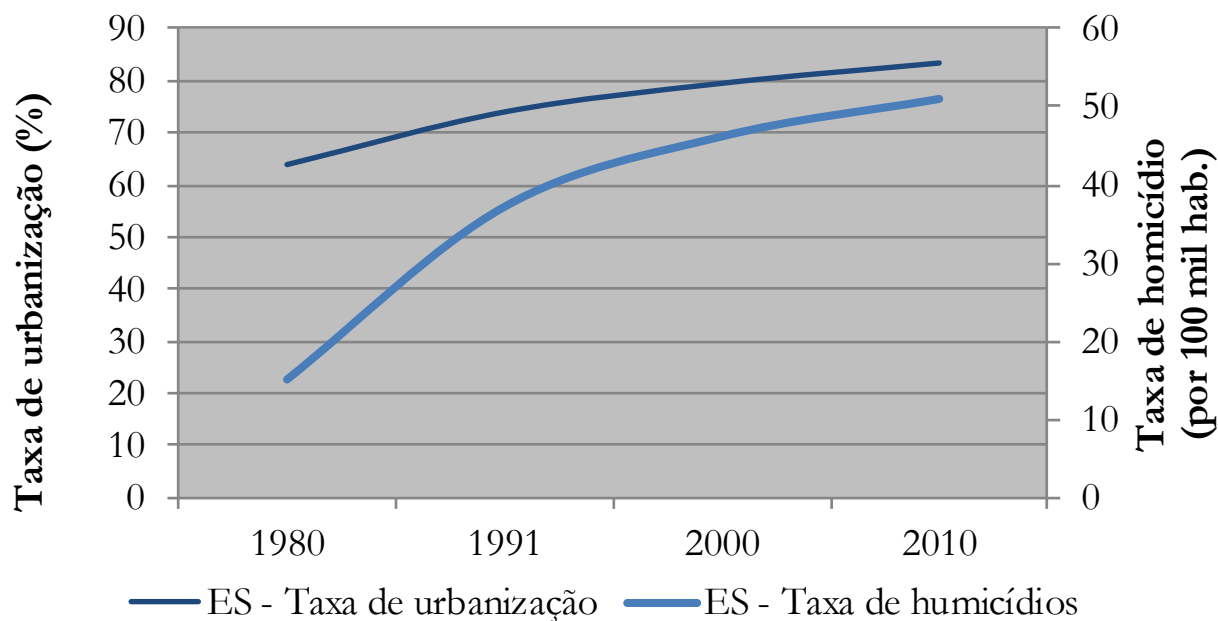
Utilizando como referência os dados do IBGE e do SIM/Datasus, os Gráficos 1 e 2 apresentam as taxas de urbanização e de homicídio no Brasil e no estado do Espírito Santo, respectivamente.

Gráfico 1: Taxas de urbanização e de homicídio – Brasil (1980-2010)



Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

⁹ Ribeiro (2013) considera a ordem urbana como uma instância resultante dos processos e fatores sociais, econômicos, demográficos, geográficos, históricos, políticos e culturais que se conjugam nas cidades e espaços metropolitanos. No sentido de oferecer uma perspectiva complementar à concepção teórico-metodológica explicitada por Ribeiro (2013) adota-se a expressão “(des)ordem urbana” neste texto, uma vez que o conceito de ordem urbana pode ser relativo e variar de acordo com as perspectivas dos grupos sociais que são distintamente influenciados pelo processos e fatores aqui mencionados. Sobre a pertinente discussão sobre (des)ordem urbana ver Lefebvre (1999).

Gráfico 2: Taxas de urbanização e de homicídio – Espírito Santo (1980-2010)

Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

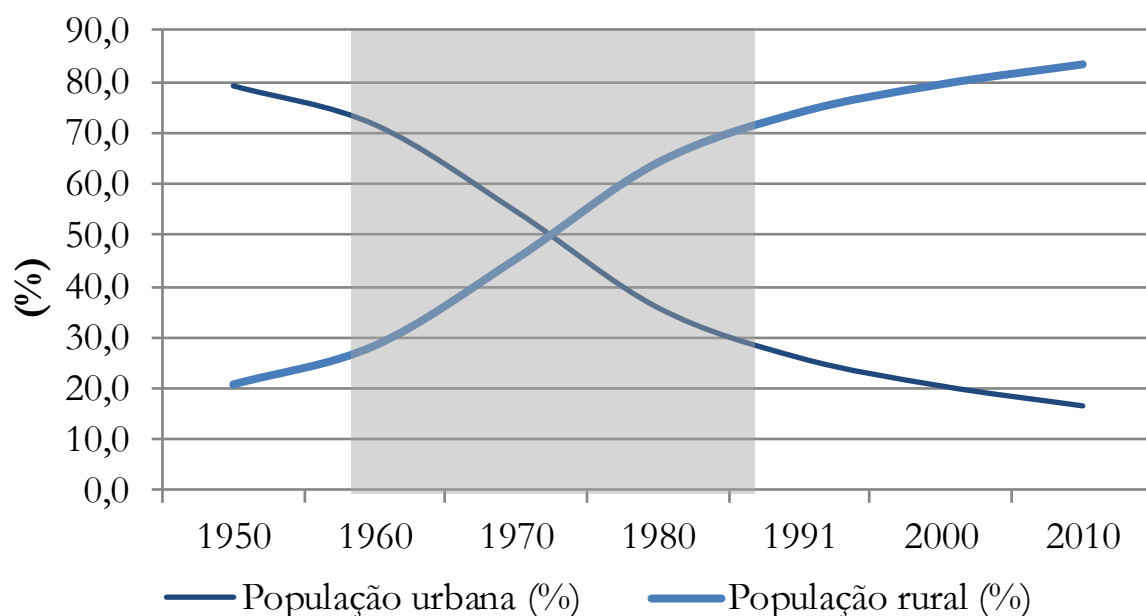
Como se pode observar, tanto no contexto nacional quanto no capixaba constata-se que à medida que a taxa de urbanização aumentou na década de 1980, a taxa de homicídio foi incrementada concretizando tal crescimento nos anos 1990 e nas décadas seguintes. Destaca-se a trajetória de crescimento da taxa de homicídios mais acentuada no caso do Espírito Santo. O intervalo ou lacuna que separa a consolidação da urbanização no estado e o crescimento das taxas de homicídios torna-se melhor, o que é evidenciado com a leitura complementar do Gráfico 3, no qual os percentuais de população urbana e rural são apresentados para o período anterior à década de 1980, retratando a transição urbana capixaba.

Enquanto a taxa de homicídio iniciou seu incremento na década de 1980¹⁰, a taxa de urbanização (percentual da população urbana) iniciou

¹⁰ Vale ressaltar que 1980 é o primeiro ano da série histórica do SIM/Datasus que possibilita o cálculo da taxa de homicídio. A literatura especializada de estudos sobre violência interpessoal letal, bem como a análise da tendência das taxas de homicídio, permite inferir que nas décadas anteriores a 1980 o país e seus estados não enfrentavam significativos problemas relativos à violência endêmica. As informações do SIM/Datasus possibilitam afirmar que o aumento gradativo dos homicídios no Brasil ocorreu a partir da segunda metade dos anos de 1980. Na década de 1990, o problema dos homicídios ganhou escala e se tornou uma questão nacional

seu processo de aumento no Espírito Santo entre as décadas de 1950 e 1960, em decorrência das adversidades econômicas da cafeicultura que culminaram na política de erradicação dos cafezais, sobretudo, nos municípios do interior do estado (SIQUEIRA, 2001). Tal evento foi um ponto de ruptura, que provocou a reversão do modelo primário-exportador para o modelo urbano-industrial nas décadas seguintes.

Gráfico 3: População urbana e rural – Espírito Santo (1950-2010)



Fonte: Sidra/IBGE. Elaboração dos autores.

3 BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPIXABA

De acordo com Oliveira Junior et al. (2014, pp. 30-31), “a década de 1960 marca o processo de inflexão na política econômica do estado. A primeira metade é marcada pela política de erradicação de cafezais, justificada por uma crise de superprodução”. Contingentes de migrantes do interior capixaba que enfrentava uma série de adversidades derivadas

ao ponto de pautar debates políticos, noticiários das mídias e discussões de opinião pública (PERALVA, 2000; ZALUAR, 2004; CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005; MISSE, 2006; WAISELFISZ, 2006; CALDEIRA, 2008; ZANOTELLI et al., 2011; ANDRADE, SOUZA, FREIRE, 2013).

do declínio da cafeicultura, principal produto do primeiro grande ciclo econômico do Espírito Santo, passaram a se direcionar para a área que hoje forma o núcleo da RM da Grande Vitória¹¹.

Em 1966, ao erradicar a maior parte da cota de cafezais no país, a economia capixaba criou sua própria periferia no interior. A política de erradicação dos cafezais foi o evento que favoreceu a acumulação privada e o aprofundamento do processo de urbanização que teve como resultado uma permanente transferência de recursos públicos para financiar o desenvolvimento do Estado. Esse movimento contribuiu para o fluxo migratório para as cidades (êxodo rural) e também para a expansão da rede urbana capixaba, em especial nas Regiões Noroeste e Norte (RODRIGUES, 2006).

Naquela época, a centralidade político-institucional da capital e as atividades ligadas ao embarque e desembarque de produtos nos portos da baía de Vitória – abrange instalações portuárias nos municípios de Vitória e Vila Velha –, bem como a operação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, garantiam certa dinâmica econômica na referida região. Insta ressaltar que, antes mesmo dos anos de 1960, a oficina de carros e vagões da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) operava no município de Cariacica e o porto de Vitória processava exportação de minério de ferro que era transportado pela estrada de ferro Vitória-Minas (Oliveira Junior et al., 2014). Tais atributos já contribuía para atrair os migrantes que vinham do interior.

Entretanto, foi na década de 1970 que a migração em direção aos principais municípios que hoje compõem a RM da Grande Vitória se tornou mais significativa com o acréscimo de migrantes oriundos do sul da Bahia, leste de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro, à população vinda do interior capixaba. Nesse período, o Espírito Santo conheceu a expressiva expansão do setor secundário com a implementação de grandes plantas industriais – usinas de minério de ferro da Companhia Vale do

¹¹ A RM da Grande Vitória é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios desta RM formam a aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação.

Rio Doce e alto-fornos da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST),¹² por exemplo –, as obras portuárias na baía de Vitória e a construção do porto de Tubarão (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Portanto, foi na década de 1970, denominada aqui como fase dos “grandes projetos”¹³, que o Espírito Santo fez sua inserção no processo de desenvolvimento que estava em curso em âmbito nacional, passando a economia capixaba a integrar-se à lógica de expansão planejada da economia brasileira. Durante o Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), o Estado do Espírito Santo entra na agenda econômica nacional por meio da atração de grandes investimentos, que chegaram devido às condições portuárias favoráveis do Estado (RODRIGUES, 2006).

Tais intervenções compuseram parte do escopo, para o estado do Espírito Santo, do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo federal. Segundo Ribeiro (2013), no cenário nacional, o país experimentava um significativo período de crescimento econômico. No intervalo de 1968 a 1973 ocorreu seu momento mais expressivo, o conhecido *milagre econômico brasileiro* que elegeu as grandes cidades como lócus potencial da industrialização.

Nessa lógica, as grandes plantas industriais e as intervenções logísticas foram implementadas na atual área da aglomeração da Grande Vitória, excetuando as instalações da mineradora Samarco – situada no município de Anchieta a, aproximadamente, 80 km de distância ao sul da capital capixaba – e da Aracruz Celulose – hoje reconhecida como Fibria, localizada no município de Aracruz, a cerca de 80 km de distância ao norte da capital Vitória. Como visto, a concentração espacial dos citados empreendimentos, que iniciaram suas operações no final da década de 1970 e nos anos 1980, propiciou a polarização dos fluxos migratórios para a área que hoje constitui a RM da Grande Vitória.

Nesse contexto, em menos de três décadas – período representado pela hachura do Gráfico 3 (seção anterior) –, constatou-se no estado do

¹² Depois das privatizações na segunda metade dos anos 1990, e da abertura de capital nos anos 2000, a CVRD e a CST aderiram aos nomes Vale e AcelorMittal Tubarão, respectivamente.

¹³ Na literatura, sobretudo oficial, e no meio intelectual capixaba foi consagrada a expressão “Grandes Projetos” como qualificadora das grandes indústrias hoje existentes no Estado e que na década de 1970 ainda se encontravam em fase de projeto.

Espírito Santo a expansão da industrialização, que marcou o início do segundo grande ciclo econômico capixaba. Esse processo de industrialização ocorreu conjugado com a urbanização, que foi potencializada pela migração. Com essa trajetória, o Espírito Santo procedeu suas transições demográfica e urbana ¹⁴.

Oliveira Junior et al. (2014) identifica que, com os *grandes projetos industriais* da década de 1970, os fluxos de migrantes para os municípios da Grande Vitória cresceram consideravelmente.

Vitória, Vila Velha e Cariacica mantêm o ritmo acelerado de crescimento, ultrapassando ou chegando próximo dos 200 mil habitantes. Serra, município que até então tinha ficado meio de fora do processo, com as obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a construção do Centro Industrial de Vitória (Civit), quintuplica sua população, saindo de 17 para 85 mil habitantes entre 1970 e 1980 (OLIVEIRA JUNIOR et al., 2014, p. 33).

Por mais que na escala nacional as estratégias do II PND ¹⁵ tenham logrado êxito na descentralização relativa das atividades econômicas do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, na escala estadual, específica do Espírito Santo, os *grandes projetos industriais* acabaram se concentrando na área que hoje conforma a aglomeração da Grande Vitória.

É importante lembrar que o modelo de *desenvolvimento* econômico nacional, consolidado pelas bases do *milagre econômico* ¹⁶, viabilizou-se por meio de investimentos públicos internos e privados estrangeiros. Um dos desdobramentos disso foi o aumento do endividamento externo, sobretudo decorrente do incremento do preço internacional do petróleo ocorrido em 1973 e 1979, bem como da elevação da taxa de juros norte-americana

¹⁴ Ver Alves e Cavenaghi (2012).

¹⁵ O final da década de 70 foi marcado por uma intensa crise mundial, essa crise coincidiu com a implantação do II PND, dessa maneira nasce uma barreira ao desenvolvimento do Brasil, uma vez que o II PND contava com o financiamento externo através de empréstimos e com o mercado externo para exportar seus produtos.

¹⁶ Caracterizou-se pela extraordinária expansão econômica, onde expressa o período de vários anos consecutivos em circunstâncias de um crescimento acelerado.

que ocorreu no início dos anos 1980. Tais fatores “fizeram com que a dívida externa brasileira se ampliasse de tal maneira que se tornou um dos principais problemas da sociedade brasileira daquela época” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 8). Os citados autores ponderam que o aumento da dívida externa comprometeu a sustentação do crescimento econômico e contribuiu para a formação do quadro de hiperinflação, elevação do desemprego, aumento do subemprego e precariedade habitacional e infraestrutural que caracterizou a maioria das cidades brasileiras, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

Além das questões econômicas estruturais, o referido modelo, nas décadas seguintes, influenciou implicações e desdobramentos socioespaciais, nem sempre positivos, pois o crescimento econômico promovido pela industrialização não se articulava com políticas urbanas e sociais adequadas e alinhadas na perspectiva do desenvolvimento social.

No que tange às transformações socioeconômicas da época constatadas na RM da Grande Vitória, cabe destacar que parte dos operários que foram absorvidos em um primeiro momento, na fase de construção das indústrias, não foi aproveitada na fase de operação das empresas em função das limitações quantitativas da força de trabalho necessária, bem como das especializações demandadas. “Na primeira fase, o aproveitamento dessa mão de obra foi amplo. Entretanto, a demanda por pessoal na fase de operação foi, pelo menos, 50% inferior às etapas de construção civil” (IJSN, 1984 apud Siqueira, 2001, p. 96). Sem condições econômicas para retornar às suas localidades de origem, boa parte da mão de obra não aproveitada na fase operacional das grandes indústrias e não inserida no mercado de trabalho passou, geralmente, a ocupar as encostas dos morros, áreas alagadas, manguezais e outros locais desprovidos de infraestrutura urbana.

Com base na análise da problemática capixaba, acredita-se que a ausência de políticas sociais e da efetivação de um planejamento territorial adequado durante o auge do processo de urbanização foram alguns dos fatores cruciais que propiciaram sérios problemas de ordem socioeconômica, a saber, ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência dos serviços básicos de saúde e educação, dentre outros.

Nessa conjuntura, a violência pode ser entendida como mais um componente do modelo de promoção de crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. A violência, traduzida pelos homicídios e típica das cidades brasileiras, pode ser entendida como uma das facetas da (des)ordem urbana estabelecida pelo modelo de crescimento econômico implementado no século XX. O aumento dos homicídios, após a década de 1970, ocorreu em concomitância com o aprofundamento das desigualdades e degradação urbana. Por meio dos estudos sobre o crime no contexto brasileiro, Andrade e Marinho (2013, p. 19) indicam que “os processos tardios de industrialização e urbanização provocaram intensos movimentos migratórios, produzindo com isso periferias empobrecidas e segregadas dos centros urbanos e áreas mais equipadas urbanisticamente”.

Fatores potencializados nos ambientes urbanos, como desigualdades socioeconômicas, segregação socioespacial, restrição de oportunidades de instrução, emprego, renda e acesso ao solo, propiciaram em diversos municípios brasileiros a contraditória relação entre expansão urbana e degradação do desenvolvimento humano. Somado a isso, nos espaços onde predominavam os grupos sociais menos privilegiados socioeconomicamente observou-se, a partir dos anos de 1980, a intensificação das atividades das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, primeiramente, nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente, nos demais centros urbanos e, recentemente, nas cidades médias brasileiras (WAISELFISZ, 2006).

De acordo com os dados censitários do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a degradação urbana, a precariedade habitacional e as limitações de infraestrutura de saneamento básico revelam maior vigor nas áreas desprivilegiadas, sob o ponto de vista social e econômico. Essas são algumas características comuns aos espaços que apresentam problemas com as ações das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, que geralmente se traduzem por confrontos armados pelo domínio de territórios, eliminação de delatores e assassinatos de devedores. O homicídio acaba se configurando como moeda de troca nas punições sumárias e códigos de conduta impostos pelas quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas nas comunidades, favelas e/ou periferias das grandes cidades brasileiras.

A expansão industrial do Espírito Santo, assim como de outros estados, foi mais um exemplo do modo brasileiro de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. Dessa

forma, a industrialização da década de 1970, que ficou potencialmente concentrada na área da atual RM da Grande Vitória e imediações, ao mesmo tempo em que propiciou crescimento, também contribuiu para produzir desequilíbrios socioambientais que se desdobraram em processo cumulativo ao longo das três últimas décadas.

De acordo com os dados do IBGE (2010), os sete municípios que compõem a RM da Grande Vitória concentram mais de 48% dos 3,5 milhões de pessoas que residem no Espírito Santo em um território que corresponde a 5% da área do estado. A RM da Grande Vitória responde por quase 60% do PIB estadual¹⁷ e apresenta uma taxa de urbanização de 98%, ou seja, acima da taxa do estado (83%). As características sociais, econômicas e de uso e ocupação do solo da RM da Grande Vitória evidenciam um território extremamente dinâmico e complexo. Essa mesma região, dinâmica sob o ponto de vista demográfico e econômico, na perspectiva da vulnerabilidade social enfrenta sérios problemas devido às altas taxas de homicídio. A RM da Grande Vitória concentrou 64% dos 1.792 homicídios capixabas em 2010¹⁸.

4 VIOLÊNCIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

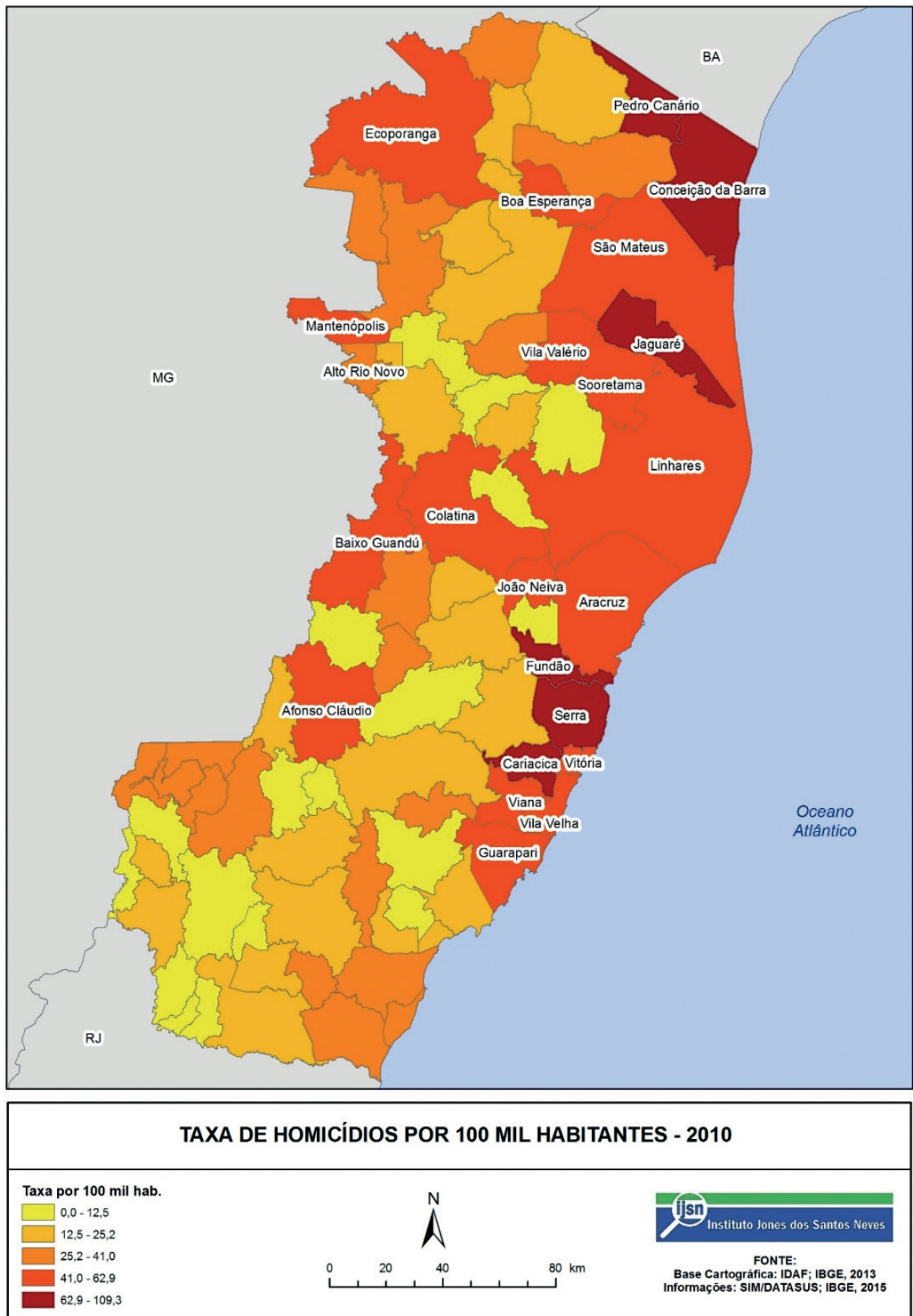
Estudos como os desenvolvidos por Zanotelli et al. (2011) ressaltam a correlação existente, em nível municipal, entre as taxas de homicídios e taxas de urbanização. Realizando uma análise cartográfica sistematizada na escala dos municípios do Espírito Santo, a citada referência identificou uma associação positiva entre esses dois indicadores, na medida em que a distribuição espacial dos homicídios tende a se concentrar mais nos municípios com altas taxas de urbanização.

Essa correlação pode ser identificada de forma mais detalhada por meio dos Mapas 1 e 2, que retratam as taxas de homicídios e de urbanização, respectivamente, para os municípios do Espírito Santo em 2010.

¹⁷ O PIB do Espírito Santo em 2010 foi de R\$ 87 bilhões (IBGE, 2010).

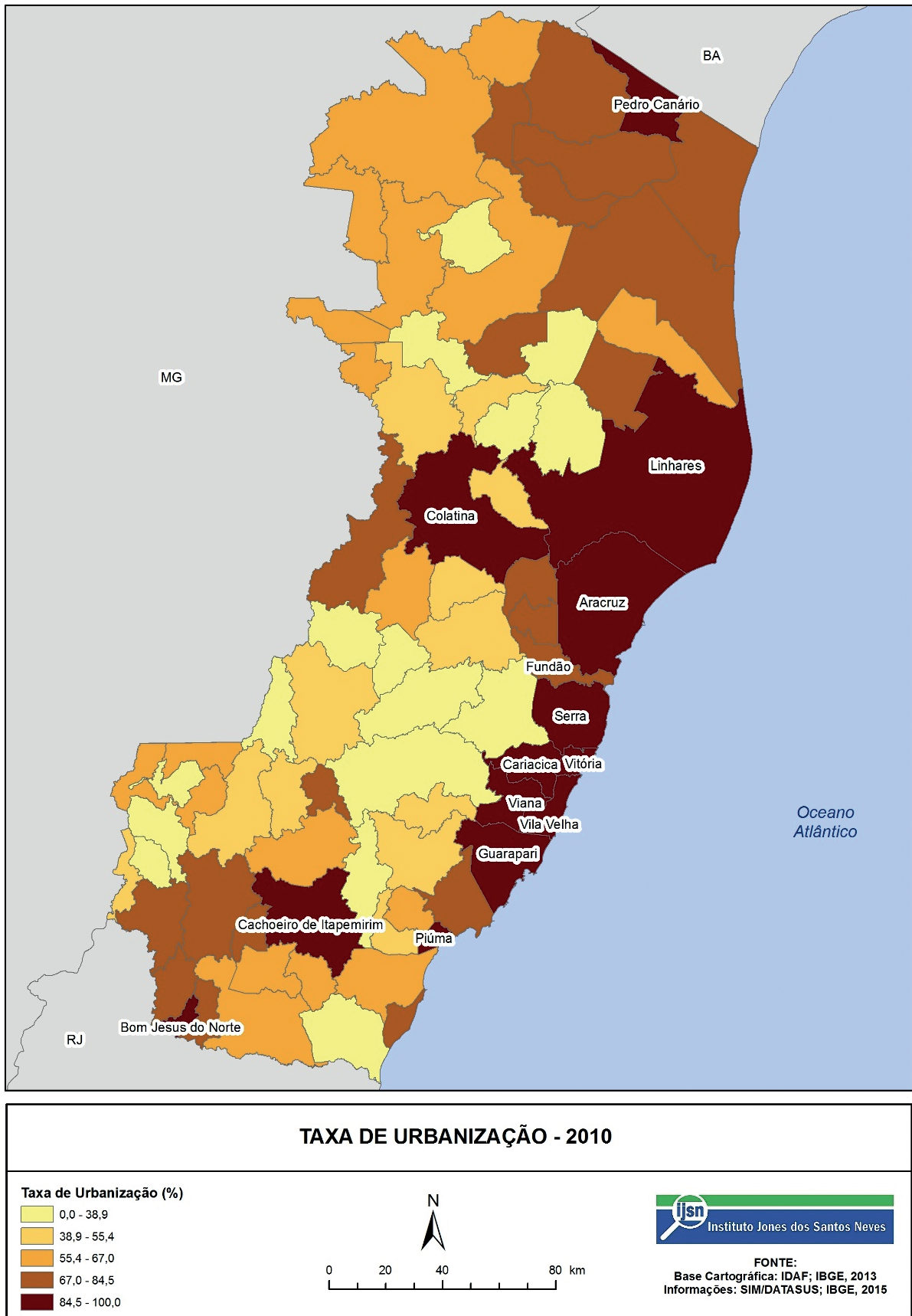
¹⁸ De acordo com dados de 2010 do SIM/Datasus.

Mapa 1: Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Espírito Santo (2010)



Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

Mapa 2: Taxa de urbanização – Espírito Santo (2010)



Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

No Mapa 1, constata-se que Pedro Canário, Conceição da Barra e Jaguaré, no norte do estado, e Fundão, Serra e Cariacica, na RM da Grande Vitória, registraram as maiores taxas de homicídios, 62,9 a 109,3 assassinatos por 100 mil habitantes.

Os demais municípios da RM da Grande Vitória, Vitória, Vila Velha, Viana e Guarapari, computaram taxas elevadas de homicídios, 41,0 a 62,9 mortes por 100 mil habitantes. Nessa mesma faixa de taxa de homicídio se destacaram os municípios de Afonso Cláudio, que se situa próximo da divisa com Minas Gerais, Aracruz, que se localiza próximo da RM da Grande Vitória, Linhares, Colatina, Baixo Guandu, São Mateus e Ecoporanga, esses últimos localizados na porção norte do estado.

As maiores taxas de homicídios se concentraram na porção litorânea do estado do Espírito Santo, com alguns poucos municípios do interior do território capixaba, como é o caso, por exemplo, de Colatina, Baixo Guandu e Ecoporanga, apresentando altas taxas de homicídios.

Esse padrão de distribuição espacial é semelhante ao que se percebe no Mapa 2, no qual as altas taxas de urbanização (84,5% a 100,0%) também se concentraram nos municípios que integram o litoral capixaba, como Linhares, Aracruz, Piúma, Serra, Cariacica, Viana, Vitória, Vila Velha e Guarapari, sendo que esses seis últimos compõem a RM da Grande Vitória, junto com Fundão.

Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Bom Jesus do Norte e Pedro Canário, apesar de não estarem localizados na porção litorânea capixaba, ficaram classificados na faixa das mais elevadas taxas de urbanização. No entorno desses municípios, prevaleceram taxas de urbanização que variaram de 67% a 84,5%, o que salienta a perspectiva regional da rede urbana.

Cachoeiro de Itapemirim e Colatina são municípios polos do estado, possuindo mais de 100 mil habitantes e concentrando atividades econômicas¹⁹ e atributos da ordem urbana (instituições de ensino superior de grande porte, hospitais de referência, instituições públicas regionais, dentre outros) que os colocam em evidência em relação aos

¹⁹ Em 2010, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina registraram, respectivamente, participação de 3,29% e 2,23% no PIB capixaba, que foi de R\$ 87 bilhões (www.ijsn.es.gov.br).

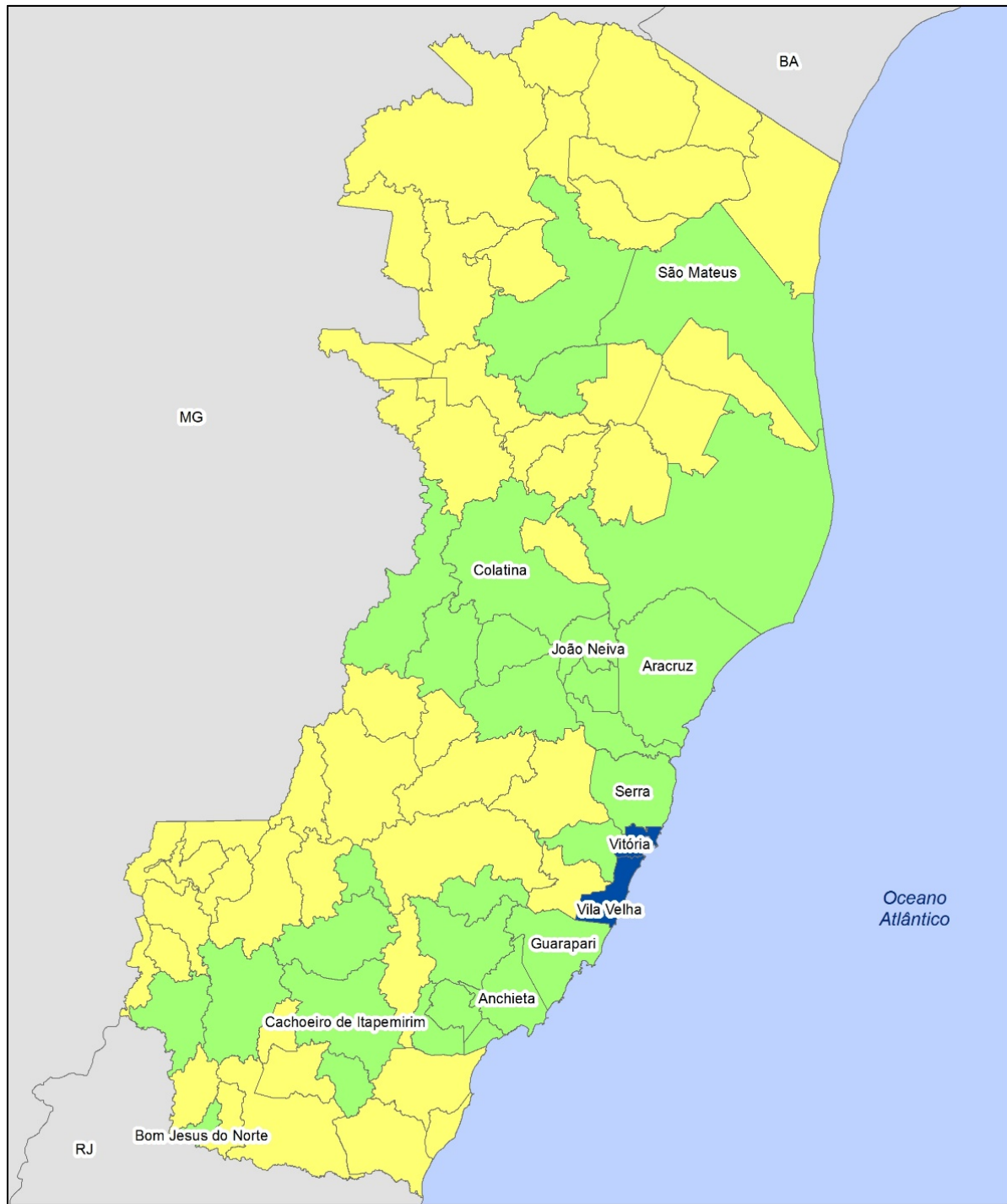
municípios vizinhos. Bom Jesus do Norte, com pouco menos de 9,5 mil habitantes em 2010, e Pedro Canário, com aproximadamente 23,8 mil pessoas residentes em 2010, são municípios que não possuem a mesma expressão populacional de municípios pólos, todavia estão localizados, respectivamente, nas divisas capixabas com os estados do Rio de Janeiro e Bahia. Esses dois municípios integram rotas de rodovias federais e estaduais, o que intensifica a circulação de pessoas em seus territórios. Pedro Canário, por exemplo, tem seu território cortado pela BR-101 no limite extremo norte do estado do Espírito Santo, ou seja, na divisa com a Bahia.

Sob o enfoque do desenvolvimento humano, os municípios com as mais elevadas taxas de urbanização, concomitantemente, situaram-se em faixas de IDH-M alto, conforme a interpretação cartográfica do Mapa 3. Em 2010, os municípios capixabas apresentaram IDH-Ms variando da faixa média a faixa muito alto. Vitória e Vila Velha foram os únicos municípios que computaram IDH-M muito alto no estado em 2010. Os municípios com IDH-M alto estão situados, em sua maioria, na porção litorânea do Espírito Santo, sendo observada uma “interiorização” dessa característica de desenvolvimento humano no entorno de municípios como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

A análise espacial conjugada dos Mapas 1, 2 e 3 indica uma associação positiva entre as taxas de homicídio, taxas de urbanização e IDH-M. Vale ressaltar que altas taxas de urbanização não são necessariamente sinônimo de uma boa qualidade de vida. Todavia, em municípios que apresentaram altas taxas de urbanização prevaleceram, de maneira geral, IDH-Ms em níveis altos. Tal correlação espacial revela indícios de que quanto maior as taxas de urbanização, maiores os níveis de IDH-M.

Como visto, a associação espacial positiva das significativas taxas de homicídios, elevadas taxas de urbanização e IDH-Ms altos (Mapas 1, 2 e 3) se mostra em evidência nos municípios que se localizam na faixa litorânea do estado do Espírito Santo, como Fundão, Cariacica, Serra, Guarapari, Viana, Vila Velha, Vitória, Aracruz, Linhares e São Mateus e seus entornos, bem como se destaca na porção norte capixaba, sobretudo na região do município de Colatina e seus vizinhos João Neiva e Baixo Guandu.

Mapa 3: IDH-M – Espírito Santo (2010)



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - 2010

IDH-M	Descrição
0,800 - 1,000	Muito Alto
0,700 - 0,799	Alto
0,600 - 0,699	Médio
0,500 - 0,599	Baixo
0,000 - 0,499	Muito Baixo

0 20 40 80 km

ijsn Instituto Jones dos Santos Neves

FONTE:
Base Cartográfica: IDAF; IBGE, 2013
Informações: SIM/DATASUS; IBGE, 2015

Fontes: PNUD.

Municípios como Cachoeiro de Itapemirim se diferenciaram um pouco desse padrão de distribuição espacial, apresentando altas taxas de urbanização, IDH-M alto e taxa de homicídio pouco significativa no contexto estadual. Na região serrana, municípios como Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Santa Leopoldina evidenciaram baixas taxas de urbanização, IDH-Ms médios e baixas taxas de homicídios.

Em nível municipal, a interpretação cartográfica das taxas de homicídios é homogeneizada, sem, porém, deixar de evidenciar as magnitudes da violência letal, mesmo em municípios com registros de avançados estágios de urbanização e níveis elevados de desenvolvimento humano.

A historicidade da urbanização capixaba, estudada nas seções anteriores, indica que algumas nuances urbanas favoreceram o encadeamento de processos e fatores, como as desigualdades socioeconômicas, segregação socioespacial e ações violentas das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, que influenciam, contemporaneamente, a distribuição espacial dos homicídios. O processo de industrialização e urbanização capixaba se mostrou concentrado na área dos municípios que integram a RM da Grande Vitória.

Os Mapas 1 e 2 revelam que nessa região foram registradas altas taxas de homicídios e de urbanização. Entretanto, com exceção de Viana (IDH-M médio), os municípios da RM da Grande Vitória apresentaram IDH-Ms variando nas classes alto e muito alto. Chama atenção também a condição de Vitória e Vila Velha, que registraram IDH-Ms na classe muito alto, isto é, caracterizando as melhores situações de desenvolvimento humano do estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, na escala dos municípios capixabas, as especificidades urbanas de detalhe são homogeneizadas, ressaltando características gerais, o que, até certo ponto, permite compreender a associação positiva das taxas de homicídios, taxas de urbanização e IDH-Ms nos municípios.

Tal associação não se aplica na escala intrametropolitana da RM da Grande Vitória e, provavelmente, também não se aplica na escala

intramunicipal, sobretudo no contexto dos municípios pólos regionais, onde o processo de urbanização, e sua inerente complexidade social, econômica e demográfica, se mostra avançado e a segregação socioespacial ainda mais presente. Na escala intrametropolitana da RM da Grande Vitória, os homicídios demonstraram maior concentração nos *clusters* de bairros menos privilegiados sob o ponto de vista da organização social do território e do desenvolvimento humano (LIRA, 2014).

Além disso, constatou-se como os dados relativos às taxas de urbanização e às taxas de homicídios apresentam tendências semelhantes na comparação Brasil e Espírito Santo. Ao mesmo tempo, investigando o processo de urbanização capixaba, que resultou na metropolização da Grande Vitória, foi identificado como fatores sociais, econômicos e demográficos foram deflagrados e passaram a se correlacionar cumulativamente ao longo das últimas décadas, influenciando a distribuição espacial dos homicídios.

Tais nuances não foram capturadas na análise espacial comparativa, no contexto dos municípios capixabas, estabelecida pelas taxas de homicídios, taxas de urbanização e IDH-Ms. Provavelmente isso ocorra por conta da tendência de homogeneização dos dados em nível municipal.

O meio urbano concentra renda, geração de emprego, as maiores instituições de ensino e saúde, da mesma forma que concentra problemas sociais como, por exemplo, a violência letal. A violência é potencializada a partir dessas contradições socioespaciais atingindo diversos estratos sociais. Como constatado, sua distribuição espacial não ocorre de forma homogênea pela trama urbana, desdobrando-se sob a influência de nuances ligadas a processos e fatores da (des)ordem urbana.

Diante disso, é ratificada a importância da utilização de plataformas de informação, como o *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*, para o desenvolvimento de estudos em múltiplas escalas e consolidação de linhas de pesquisas espaciais com o propósito de subsidiar a elaboração e aprimoramento de políticas públicas que ofereçam diretrizes para a conjugação do desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico.

No campo das políticas públicas de segurança nos últimos dez anos, a estruturação dos Gabinetes Gestão Integrada Municipais (GGIMs)

vêm ganhando escala em várias unidades da Federação (UFs). Estes são espaços permanentes de planejamento e tomada de decisão no que tange a otimização da distribuição de recursos humanos e materiais das agências de segurança pública, maior integração das ações estaduais e municipais na intensificação de políticas básicas, alinhamento e atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades, etc. Por meio das diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), as ações dos GGIMs envolvem, em uma perspectiva multissetorial e de participação democrática, gestores públicos e técnicos da segurança pública e áreas correlatas (educação, assistência social, habitação e outras), pesquisadores, lideranças comunitárias e outros atores com o objetivo de buscar soluções para os problemas das violências, dentre os quais se destacam os homicídios.

Assim, plataformas de informação, como o *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*, tendem a qualificar as discussões em ambientes de gestão participativa e potencializar o desenvolvimento de análises e de estudos que visam contribuir com a produção do conhecimento e subsidiar a elaboração e aprimoramento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012.
- ANDRADE, L.; SOUZA, D.; FREIRE, F. (Orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ANDRADE, L.; MARINHO, M. A. Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década. *In*: ANDRADE, L.; SOUZA, D.; FREIRE, F. (Orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CALDEIRA, T. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *In*: **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 1, 2002, p. 44-46, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/4Yn9B4>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

CAMPOS JUNIOR, C. T. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória: Florecultura, 2002.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1144).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

INCT – INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Portal Transformações na Ordem Urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: <www.transformacoes.observatoriodasmetrosoles.net>. Acesso em: 30 nov. 2015.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, A. et al. A Metrópole na rede urbana brasileira e na configuração interna. *In*: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A.; MONTEIRO, L. (Eds.). **Vitória: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios.** Brasília: Editora Pnud Brasil, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

RIBEIRO, L. C. **Transformações na ordem urbana na metrópole liberal-periférica - 1980/2010**: hipótese e estratégia teórico-metodológica para estudos comparativos. Rio de Janeiro: INCT – Observatório das Metrópoles, 2013.

RIBEIRO, L.; RIBEIRO, M. **Análise social do espaço urbano-metropolitano**: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro: INCT- Observatório das Metrópoles, 2011.

_____. **Análise social do território**: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SESP – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Gerência de Estatística e Análise Criminal**. Disponível em: <www.sesp.es.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. S. Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SIQUEIRA, M. P. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANOTELLI, C. et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, 2011.

WAISELFISZ, J. **Mapa da violência 2006**: os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, J. E. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**, v. 2, n. 1, 1997.

MOLINA, A. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos. 2. ed. São Paulo: 1997.

RIBEIRO, L.; RIBEIRO, M. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. **Cadernos MetrÓpole - PUCSP**, v. 12, p. 331-348, 2010.

RODRIGUES, V. **Desigualdades regionais no Espírito Santo**: perspectivas da fronteira de exploração petrolífera. UCAM: Rio de Janeiro, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

WASELFISZ, J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Mapa da violência**: mortes matadas por arma de fogo. Brasília: SPPIR/Unesco, 2015.

Termos relacionados à violência envolvendo a mulher e a segurança pública: uma revisão da literatura

Silvia Canaan-Oliveira
Marcelo Quintino Galvão-Baptista
Ana Paula Martins Sousa
Manoella Canaan-Cunha
Cíntia Walker Beltrão Gomes
Mayka Caroline Martins da Cunha

RESUMO

Esta pesquisa partiu da hipótese de que é variado o uso de termos compostos relacionados à violência envolvendo a mulher, como “violência de gênero”, “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal” e “violência contra a mulher”, em Segurança Pública. Objetivou-se examinar os sentidos de uso destes termos na literatura científica. Fez-se a localização e seleção de referências no SciELO Brazil e nos Periódicos da Capes relativos aos anos de 2007 a 2016; análise de listas de referências e seleção de referências por leitura prévia. Dos artigos inicialmente localizados, 18 veiculam termos relacionados à violência envolvendo a mulher, tendo sido, por isso, selecionados para este estudo. Os resultados mostram que estes artigos foram publicados majoritariamente em 2015, em periódicos diversos, predominantemente de Saúde Coletiva e de Estudos Feministas, sugerindo tratarem de objeto de pesquisa bem atual, indicando certa confusão terminológica e implicações para a atuação em Segurança Pública, além de parecerem configurar a área como multidimensional e multidisciplinar. A região Norte foi a menos contemplada, o que recomenda estudos sobre o assunto nessa parte do país. Futuras pesquisas poderão clarificar o sentido específico do uso dos termos analisados, contribuindo para aumento da precisão metodológica e intervenções eficazes e eficientes em Segurança Pública.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Feminino; Terminologia; Conceito.

1 INTRODUÇÃO

A violência que é praticada contra a mulher tem assumido proporções alarmantes, tornando-se a cada dia uma preocupação crescente de toda a sociedade (WAISELFISZ, 2015) e objeto de estudos no contexto acadêmico-científico, no qual tem sido concebida como “violência de gênero” por se expressar na assimetria de poder entre homens e mulheres, incidindo as ações violentas sobre a mulher (BANDEIRA, 2014).

Segundo Bandeira (2014), os estudos sobre violência de gênero constituem um campo teórico-metodológico e um campo linguístico e narrativo “ao contribuírem para a nomeação e intervenção no fenômeno nas esferas da segurança pública, da saúde e do Judiciário” (p. 440). Apesar da importância dos estudos sobre violência de gênero ser reconhecida, alguns autores (BUTLER, 2003; FÁVERO, 2010; REZENDE et al., 2013) indicam haver variados sentidos pelos quais se dá o uso do termo composto “violência de gênero” e de outros relacionados, como “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal” e “violência contra a mulher” na literatura científica. Então, não está claro se estes termos são usados em menção a um mesmo fenômeno ou se essa variação no uso reflete diferentes concepções às quais os termos remetem, tanto na esfera teórica e metodológica quanto na de intervenção envolvendo a área da Segurança Pública.

Além disso, sabe-se que a forma como um fenômeno é concebido costuma ter um impacto sobre as ações que se tem sobre ele. Nessa linha de raciocínio, Hanada et al. (2010) pontuam que “as intervenções dirigidas às mulheres ou às outras pessoas envolvidas na situação de violência são delineadas a partir da compreensão que os profissionais e os serviços têm sobre o fenômeno e as necessidades dessas pessoas” (p. 39).

Assim, acredita-se que uma análise sobre o uso das expressões ou termos compostos “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal” e “violência contra a mulher” possa contribuir para uma reflexão sobre o(s) conceito(s) de violência de gênero na Segurança Pública. De modo mais específico, supõe-se que tal reflexão possa exercer um efeito sobre a prática de profissionais de diversas áreas, incluindo os de Segurança Pública.

Portanto, este trabalho pretende examinar o uso das expressões ou termos relacionados à violência envolvendo a mulher na literatura científica, ou seja, aquela que é produzida no contexto das universidades e dos centros de pesquisa, relacionada à Segurança Pública.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo incluiu as seguintes etapas principais: localização e seleção das fontes, bem como análise das fontes que possibilitaram este estudo.

2.1 Localização e seleção de referências

Considerando a ênfase conceitual deste trabalho, privilegiou-se, para a sua realização, uma revisão sistemática de literatura. A localização e a seleção das referências envolveram, basicamente, alguns procedimentos complementares tais como busca de referências em bases de dados, análise de listas de referências e seleção das referências por leitura prévia.

O primeiro procedimento foi a realização de buscas, em todos os índices, de duas bases de dados nacionais, sendo o principal critério para a escolha dessas bases a oferta de acesso livre e gratuito a artigos publicados em língua portuguesa ou em língua estrangeira. Em ambas as bases de dados, utilizou-se o mesmo conjunto de combinações de palavras ou descritores para os levantamentos, a saber: violência de gênero + segurança pública; violência doméstica + segurança pública; violência familiar + segurança pública; violência intrafamiliar + segurança pública; violência conjugal + segurança pública; violência contra a mulher + segurança pública. A seleção desses descritores foi baseada na experiência prévia dos autores na realização de estudos e pesquisas sobre o tema.

Uma das bases de dados utilizada foi a SciELO Brazil (<http://www.scielo.br/>), mantida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (antiga Biblioteca Regional de Medicina, BIREME) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na SciELO Brazil, realizaram-se buscas no período compreendido entre os anos de 2007 e 2016, com as combinações de termos citadas anteriormente. No total, nenhum artigo foi localizado por meio das buscas realizadas nesta base de dados.

Outra base de dados nacional utilizada foi o Portal de Periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para além de oferecer acesso livre e gratuito ao seu conteúdo, essa base foi escolhida também pelo fato de ela constituir uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a produção científica internacional. No presente estudo, foi utilizada a ferramenta de busca por assunto do Portal de Periódicos da CAPES, a qual permitiu que os resultados fossem analisados utilizando-se filtros referentes aos conteúdos recuperados. Optou-se por colocar os termos referentes ao assunto entre aspas considerando-se que este procedimento permitiria a recuperação de registros que continham as palavras juntas. Além disso, foi utilizado o conectivo booleano AND, em letra maiúscula, caso contrário o mesmo seria considerado como parte da expressão de busca.

Já a seleção das referências foi realizada mediante a leitura do título e do resumo dos textos localizados. Nesta etapa buscou-se, fundamentalmente, verificar a compatibilidade entre a referência e o tema do trabalho, o qual foi definido na forma das seguintes perguntas norteadoras:

- 1) Quais os termos utilizados nos artigos selecionados para se referir à violência envolvendo a mulher?
- 2) Para quais destes termos relacionados à violência envolvendo a mulher são apresentadas definições e quais são as principais características das definições apresentadas?
- 3) Onde, na literatura científica (em que periódicos e/ou áreas), são publicados os artigos que tratam sobre a violência envolvendo a mulher relacionando-a à segurança pública?

2.2 Análise das referências selecionadas

Considerando-se que este estudo pretendeu examinar o uso de termos relacionados à violência envolvendo a mulher na literatura referente à Segurança Pública, somente os artigos científicos foram o foco da análise nas bases de dados, ou seja, excluíram-se os livros e outras fontes.

O procedimento de análise dos artigos baseou-se em informações coletadas na leitura dos resumos e palavras-chaves dos mesmos. Assim, para que ocorresse a leitura completa de uma determinada fonte, deveria haver compatibilidade entre: (a) o tema deste trabalho, definido na forma

das perguntas norteadoras citadas acima, e (b) o título e o resumo da fonte. Em caso de incompatibilidade com o tema deste trabalho, a fonte era excluída. A exclusão também poderia ocorrer se a incompatibilidade fosse percebida após a leitura da fonte.

2.3 Seleção por leitura prévia

Além dos procedimentos já descritos, fez-se a seleção por leitura prévia de algumas publicações consideradas relevantes para a compreensão e discussão do tema da violência envolvendo a mulher (BEAVOUIR, 1976; SAFFIOTI, 1987; 2001; 2004; GREGORI, 1992; SCOTT, 1995; BOURDIEU, 2002; WAISELFISZ, 2015; BANDEIRA, 2014).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão organizados em três seções. A primeira seção aborda os termos encontrados na literatura científica relacionada à Segurança Pública para se referir à violência envolvendo a mulher (primeira questão da pesquisa). A segunda seção indica os termos relacionados à violência envolvendo a mulher para os quais são apresentadas definições e as principais características das mesmas (segunda questão de pesquisa). A terceira sessão refere-se à(s) área(s) científica(s) a que pertence(m) os periódicos onde estão publicados os artigos sobre violência envolvendo a mulher (terceira questão da pesquisa) na literatura científica relacionada ao campo da Segurança Pública.

A Tabela 1 apresenta o resultado da busca no acervo do Portal de Periódicos da Capes, em que se utilizou como palavras de busca os termos “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal”, “violência contra a mulher”, estando cada um deles, por sua vez, associado ao termo “segurança pública”.

Ressalte-se que não foi utilizado o quantitativo total de artigos localizados no Portal de Periódicos da CAPES para cada combinação de palavras. Foi selecionado para a presente análise um número menor de fontes por motivo de exclusão de alguns artigos devido à incompatibilidade com o tema deste estudo. Além disso, observou-se que diferentes combinações de termos resultaram na localização de um mesmo artigo. Sendo assim, a Tabela 1 inclui a coluna com o total de artigos localizados, além de

apresentar duas outras colunas com os artigos selecionados. Na coluna dos “Selecionados (com repetições)” têm-se os artigos que atenderam ao critério de inclusão para o estudo, sendo nesta coluna contabilizados apenas os artigos que possuem relação com o tema. A coluna “Selecionados (sem repetições)” refere-se ao quantitativo dos artigos finais selecionados para o estudo, excluindo-se, portanto, nesta etapa, os artigos já contabilizados em outras buscas (e que apareceram repetidas vezes).

Conforme a Tabela 1, foram localizados 91 artigos nos periódicos revisados por pares do acervo do Portal da CAPES. O maior percentual de artigos (40,65%; n=37) foi resultante da combinação entre os descritores “violência doméstica” e “segurança pública” e o menor percentual (8,79%; n=08) foi obtido pela combinação “violência contra a mulher” e “segurança pública”.

Tabela 1: Quantidade de artigos localizados e selecionados com base no critério de uso de termos relacionados à violência envolvendo a mulher associado à expressão “segurança pública” por combinação de palavras de busca

Combinação de palavras de busca (conectivo booleano AND)	Nº de artigos		
	Localizados	Selecionados (com repetições)	Selecionados (sem repetições)
“violência de gênero” + “segurança pública”	12	07	07
“violência doméstica” + “segurança pública”	37	16	09
“violência familiar” + “segurança pública”	09	05	0
“violência intrafamiliar” + “segurança pública”	13	04	0
“violência conjugal” + “segurança pública”	12	10	0
“violência contra a mulher” + “segurança pública”	08	05	02
Total	91	47	18

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) (fev. 2017).

Tabela 2: Artigos selecionados com base no critério de uso de termos relacionados à violência envolvendo a mulher associado à expressão “segurança pública” por título e ano de sua publicação

Nº	Título do artigos	Ano de publicação
A1	Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco	2016
A2	A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da lei Maria da Penha	2015
A3	Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal	2015
A4	Construção da cidadania feminina: contribuições do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher	2015
A5	A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica	2013
A6	Violência contra a mulher: percepção dos médicos das unidades básicas de saúde da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo	2009
A7	Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência	2010
A8	Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento a violência contra mulheres em São Paulo	2015
A9	Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero	2013
A10	Contando histórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres	2014
A11	Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios	2015
A12	A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas	2014
A13	Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios	2009
A14	Mulher em situação de violência: limites da assistência	2015
A15	A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso	2014
A16	Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano	2015
A17	Balanço sobre a Lei Maria da Penha	2015
A18	Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG	2015

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) (fev. 2017).

A Tabela 2 mostra o título e o ano de publicação dos artigos selecionados para este estudo. Pode-se observar que a maioria dos trabalhos foram publicados muito recentemente (9 artigos em 2015 e 1 artigo 2016). Além disso, observa-se que a expressão “violência contra a mulher” e outra, similar - “violência contra mulheres”, é parte integrante dos títulos de vários artigos selecionados tais como A2, A4, A6, A15 e A16.

A Tabela 3 mostra a distribuição dos artigos selecionados quanto aos termos que foram utilizados para se referir à violência envolvendo a mulher. Convém inicialmente destacar que, neste estudo, diversas expressões similares à “violência contra a mulher” foram encontradas nos artigos selecionados tais como “violência contra as mulheres”, “violência contra mulher” e “violência contra mulheres”. Entretanto, todas elas foram consideradas variantes do termo “violência contra a mulher”, tendo, por isso, sido contabilizadas como tal.

Tabela 3: Distribuição dos artigos selecionados quanto aos termos utilizados para se referir à violência envolvendo a mulher

Termos utilizados para violência envolvendo a mulher	Artigos	Freq.	%
Violência de gênero	A2 A4 A6 A7 A8 A11 A12 A13 A14 A15 A16 A17	12	66,66
Violência doméstica	A1 A2 A3 A4 A5 A6 A7 A8 A9 A12 A13 A14 A15 A16 A17 A18	16	88,88
Violência familiar	A7 A12 A15 A16 A17 A18	6	33,33
Violência intrafamiliar	A6 A7 A16	3	16,66
Violência conjugal	A3 A6 A7 A12 A15 A16 A17	7	38,88
Violência contra a mulher	A1 A2 A3 A4 A5 A6 A7 A8 A9 A10 A11 A12 A13 A14 A15 A16 A17 A18	18	100

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) (fev. 2017).

Observa-se que “violência contra a mulher” é um termo utilizado no texto de todos (100%) os artigos. A prevalência absoluta do uso desse termo na literatura científica relacionada à Segurança Pública pode ser explicada, em parte, pelo fato de que o mesmo também é de uso comum na linguagem cotidiana, além do que remete a uma ideia de maior abrangência, hipótese corroborada pelas considerações de Souza e Sousa (2015).

A Tabela 3 mostra ainda que a expressão “violência doméstica” obteve um elevado percentual (88,88%) de uso nos artigos selecionados. Infere-se que, em parte, esse resultado possa ser explicado pelo fato de este ser o termo adotado pela Lei 11.340 (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha, a qual trata sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, esse seria um dos impactos que esta lei pode ter trazido para o campo dos estudos sobre a violência envolvendo as mulheres no Brasil: a popularização da expressão “violência doméstica”.

Uma outra hipótese seria o fato da expressão “violência doméstica” referir-se a um fenômeno com características específicas, ao contrário do termo “violência contra a mulher”, que traz implícita a ideia de uma categoria mais ampla, podendo incluir todas as tipologias de violência contra a mulher, inclusive aquelas realizadas no espaço urbano, por estranhos e muitas outras.

Ademais, a expressão “violência doméstica” já sugere aquele tipo de violência que é realizada no âmbito da unidade doméstica, ou seja, aquela que ocorre no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. Segundo Silva et al. (2007), em programas de atendimento às vítimas de agressores e outras formas de violência, tanto governamentais quanto não-governamentais, a maioria das queixas (98%) são de mulheres que sofreram violência dentro do ambiente doméstico. Desse modo, supõe-se que esse alto índice justifique a frequência de estudos voltados para esse tema específico e, conseqüentemente o uso do termo violência doméstica.

A Tabela 3 evidencia que o termo que ocupou o terceiro lugar quanto ao percentual de sua ocorrência nos artigos selecionados foi “violência de gênero” (66,66%). Isto pode ser explicado pelo fato de que, na literatura acadêmico-científica, já se encontra bem estabelecido o uso da palavra “gênero” como categoria de análise no campo teórico, tanto do ponto de vista sociológico (SAFFIOTI, 1987; 2001; 2004) quanto histórico

(SCOTT, 1995). Assim, parece ser um processo natural a extensão dessa categoria e seu uso no contexto de estudos e pesquisas em áreas de ações concretas de intervenção ou enfrentamento da violência como é o caso da segurança pública.

Observa-se também nesta tabela que os termos “violência familiar” e “violência intrafamiliar” foram encontrados em menor porcentagem dentre os artigos selecionados: 33,3% e 16,66%, respectivamente. A pouca utilização destes termos pode se dever ao fato de que os mesmos não se referem tão somente à violência contra a mulher, mas englobam o universo maior da violência que ocorre entre membros de uma família, sendo pouco adotado nos estudos sobre violência envolvendo especificamente a mulher em segurança pública.

Entretanto, verificou-se que muitos outros termos não previstos inicialmente nas combinações de palavras foram encontrados nos artigos selecionados tais como “violência doméstica contra a(s) mulher(es)”, “mulher(es) em situação de violência”, “mulher(es) em situação de violência doméstica”, “mulheres vítimas de violência”, “violência na relação conjugal”, “violência nas relações de gênero”, “violência praticada contra a mulher”, “violência cometida contra a mulher”, “violência entre parceiros íntimos”, “violência perpetrada pelo parceiro íntimo”, “violência praticada contra mulheres por parceiros íntimos”, “violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo”, “violência baseada no gênero” etc. Mais especificamente, constatou-se que as expressões “violência doméstica e familiar”, “violência pelo/por parceiro íntimo”, “mulher(es) em situação de violência”, “mulher(es) em situação de violência doméstica”, embora não tenham sido inicialmente previstas neste estudo como relacionadas à violência envolvendo mulheres, as mesmas foram utilizadas frequentemente em vários artigos selecionados. Portanto, pode-se afirmar que, na literatura científica referente à segurança pública, vários são os termos utilizados para se referir à violência envolvendo a mulher. Este achado confirma a ideia prevalente na literatura (FÁVERO, 2010; REZENDE et al., 2013; SAFFIOTI, 2001; SCHRAIBER et al., 2009) quanto à diversidade no uso de termos relacionados à violência envolvendo mulher.

A Tabela 4 mostra a distribuição de frequência e percentual dos artigos selecionados quanto aos conceitos apresentados para cada um dos termos utilizados com relação à violência envolvendo a mulher. Observa-se que

essa tabela acompanha a tendência da Tabela 3 no sentido de que “violência contra a mulher”, além de ter sido o termo mais utilizado, foi também o que obteve o maior percentual de conceituação nos artigos selecionados (38,88%); já os conceitos para os demais termos foram apresentados em um percentual menor dos artigos selecionados (11,11%, 5,55% e 0%).

Tabela 4: Distribuição de frequência e percentual dos artigos selecionados quanto aos conceitos apresentados para cada um dos termos utilizados para se referir à violência envolvendo a mulher

Conceitos apresentados para termos	Artigos	Freq.	%
Violência de gênero	A8 A9	2	11,11
Violência doméstica	A4 A9	2	11,11
Violência familiar		0	0
Violência intrafamiliar	A7	1	5,55
Violência conjugal	A3 A12	2	11,11
Violência contra a mulher	A4 A5 A6 A7 A12 A13 A16	7	38,88

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) (fev. 2017).

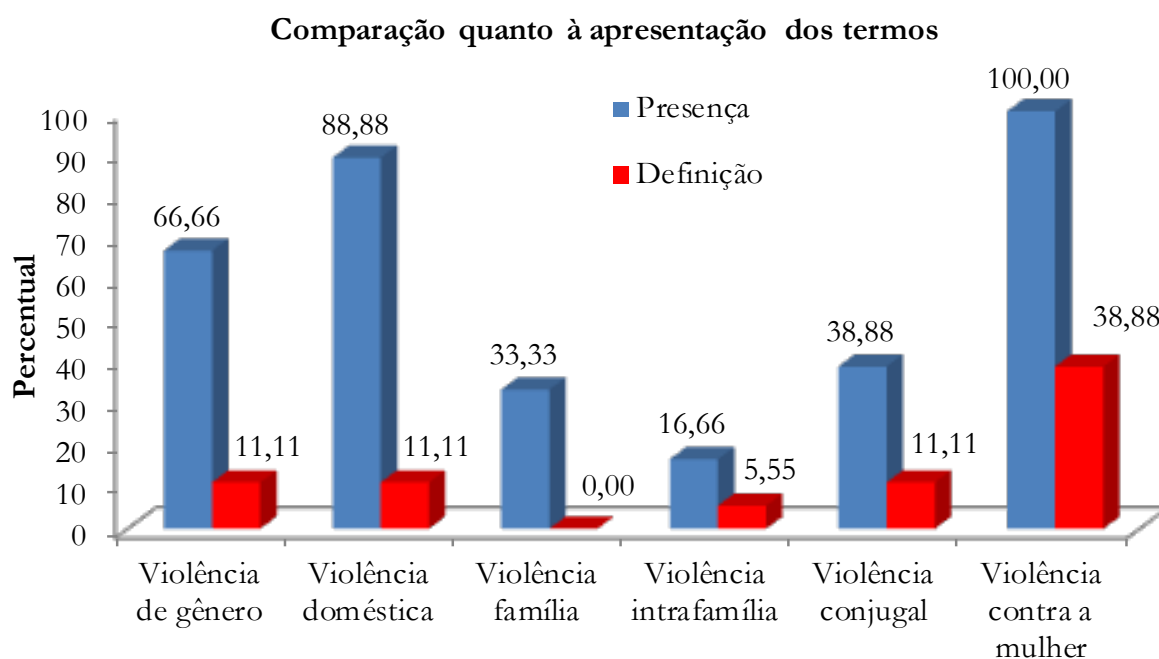
A Figura 1 mostra a distribuição de artigos entre os termos referentes à violência envolvendo a mulher, comparando-se, para cada termo, o percentual de artigos que o utilizaram (colunas à esquerda) com o percentual de artigos que, além de tê-lo utilizado, também o definiram (colunas à direita). A inspeção visual dessa figura indica haver uma grande diferença entre o percentual de utilização e o percentual de conceituação dos termos relacionados à violência envolvendo a mulher encontrados nos artigos selecionados. Em outras palavras, muitos desses termos são utilizados na literatura científica relacionada à segurança pública porém poucos deles, quando utilizados, são acompanhados por suas definições.

Esse resultado pode ser explicado pela possibilidade de alguns termos serem utilizados indistintamente como se fossem sinônimos entre si; isto ocorre no Artigo A6, cujos autores afirmam: “seguindo tendência observada na literatura, utilizaremos ora o termo violência de gênero, ora violência doméstica contra a mulher, ora violência contra a mulher, ou,

ainda, violência perpetrada pelo parceiro íntimo, todos como sinônimos” (FERRANTE et al., 2009, p. 288).

A carência de definições para os termos utilizados nos artigos selecionados também pode estar associada à pressuposição pelos autores de que o leitor já conhecia a definição dos mesmos, não havendo, portanto, necessidade de sua conceituação. Outra explicação para a carência de definições é a possibilidade da área de estudos sobre a violência envolvendo a mulher ser muito recente e fluida, estando em processo de construção e movimento contínuo, não permitindo ainda a adoção e definição clara de termos e de conceitos.

Figura 1: Comparação de artigos quanto ao percentual de uso de cada termo referente à violência envolvendo a mulher (colunas à esquerda) e quanto ao percentual de apresentação de definição para o mesmo (colunas à direita)



Por outro lado, com base em um exame geral dos artigos selecionados, pode-se afirmar que prevalece na literatura acadêmico-científica o uso do termo violência contra a mulher e suas variantes para se referir ao fenômeno da violência envolvendo a mulher e que a definição mais amplamente utilizada de violência contra as mulheres é aquela encontrada nos artigos iniciais da *Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres* e que foi adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU (1993):

Artigo 1º - Para os fins da presente Declaração, a expressão “violência contra as mulheres” significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

Artigo 2º - A violência contra as mulheres abrange os seguintes atos, embora não se limite aos mesmos:

- a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração;
- b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada;
- c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra. (p. 3)

Observou-se ainda que, embora em alguns artigos selecionados não se tenha encontrado nenhuma definição para violência envolvendo a mulher, em alguns deles, como nos Artigos A3 e A6, fez-se referência a autores considerados clássicos no estudo do fenômeno da violência tais como Saffiotti (1987; 2001; 2004), Bordieu (2002), Butler (2003), Scott (1995), Gregori (1992) e outros.

A Tabela 5 revela que não foram localizados artigos que tenham sido publicados em periódicos revisados por pares, específicos da área da Segurança Pública. Por outro lado, esta tabela mostra que a maioria dos estudos e pesquisas sobre violência de gênero foi publicada em periódicos pertencentes a 2 (duas) áreas principais: estudos feministas (38,88%; n=7) e saúde coletiva (33,33%; n=6).

Tabela 5: Artigos selecionados com base no uso do termo “violência de gênero” e similares por autores e periódico de publicação

Nº	Autor(es) do artigo	Publicação (Periódico)
A1	BARROS, E. N.; SILVA, M. A.; FALBO NETO, G. H.; LUCENA, S. G.; PONZO, L.; PIMENTEL, A. P.	Ciência & Saúde Coletiva
A2	CAMPOS, C. H.	Estudos Feministas
A3	DOURADO, S. M.; NORONHA, C. V.	Ciência & Saúde Coletiva
A4	DUFLOTH, S. C.; OLIVEIRA, M. F.; ARAÚJO, M. I. R.; SOUSA, R. R.	INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar
A5	DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W. V.	Ciência & Saúde Coletiva
A6	FERRANTE, F. G.; SANTOS, M. A.; VIEIRA, E. M.	Interface: Comunicação, Saúde, Educação
A7	HANADA, H.; D’OLIVEIRA, A.F.P.L.; SCHRAIBER, L. B.	Estudos Feministas
A8	MACDOWELL, C. S.	Estudos Feministas
A9	MENEGHEL, S. N.; MUELLER, B.; COLLAZIOL, M. E.; QUADROS, M. M.	Ciência & Saúde Coletiva
A10	OLIVEIRA, E. C. S.	Estudos Feministas
A11	PASINATO, W.	Estudos Feministas
A12	PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.	Psicologia: Teoria e Pesquisa
A13	SCHRAIBER, L. B.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; PORTELLA, A. P.; MENICUCCI, E.	Ciência & Saúde Coletiva
A14	SILVA, E. B.; PADOIN, S. M. M.; VIANNA, L. A. C.	Ciência & Saúde Coletiva
A15	SOUZA, L.; CORTEZ, M. B.	Revista de Administração Pública
A16	SOUZA, T. M. C.; SOUSA, Y. L. R.	Revista da SPAGESP-Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo
A17	SARDENBERG, C. M. B.; GROSSI, M. P.	Revista Estudos Feministas
A18	SANTOS, S. M.; SILVEIRA, A. M.	Revista Estudos Feministas

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Portal de Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) (fev. 2017).

Este resultado está em consonância com o pensamento de Bandeira (2014) que postula ter sido o movimento feminista o berço dos primeiros estudos sobre violência envolvendo a mulher. Uma evidência adicional da relação destes estudos com o feminismo é que a maioria deles está alinhada, direta ou indiretamente, com a luta das mulheres por igualdade e reconhecimento (CAMPOS, 2015; HANADA et al., 2010; MACDOWELL, 2015; OLIVEIRA, 2014; PASINATO, 2015).

Já a grande concentração de estudos sobre violência envolvendo a mulher publicados em periódicos da área da saúde coletiva se justifica pelo pressuposto de que a violência praticada por parceiro íntimo é também considerada como um problema de saúde pública por muitos autores (BARROS et al., 2016; DOURADO e NORONHA, 2015; DUTRA et al., 2013; MENEGHEL et al., 2013; SCHRAIBER et al., 2009; SILVA et al., 2015). Essa linha de raciocínio está de acordo com a tendência internacional de reconhecimento da violência contra a mulher como um problema de saúde pública por afetar a integridade física e a saúde mental da mulher (World Health Organization - WHO, 1997).

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos artigos por regiões geográficas do Brasil. Observa-se que o maior percentual de artigos sobre violência de gênero selecionados para esta análise foi produzido na região Sudeste (55,55%) e que as regiões Norte e Centro-Oeste são as que possuem um menor percentual de artigos, cada uma correspondendo a 5,5%, ficando as regiões Nordeste e Sul em uma posição intermediária, com 11,11%.

Convém ressaltar que, no caso de 2 (dois) artigos (A11 e A17), a leitura completa não permitiu a identificação da região onde os mesmos foram produzidos, tendo eles sido registrados na coluna de região não identificada (RNI). Este resultado sugere que, embora já esteja ocorrendo uma produção de conhecimento científico considerável nas regiões Sudeste e Sul, há uma carência de estudos sobre a violência de gênero nas regiões Norte e Nordeste, o que permite analisar como pertinentes a realização de mais estudos sobre o assunto nessa parte do país.

Tabela 6: Distribuição dos artigos selecionados entre as regiões geográficas do Brasil

Trabalhos pesquisados						
Regiões	N	NE	CO	SE	S	RNI
Estados	AC	PE-BA	GO	ES-SP-MG	RS	
Quantidades	1	2	1	10	2	2
Estatística	5,5%	11,11%	5,5%	55,55%	11,11%	11,11%
Total	100%					

CO – região Centro-Oeste; NE – região Nordeste; S- região Sul; SE – região Sudeste; RNI – região não identificada

Fonte: Dados dos artigos da pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da hipótese de que é confuso o uso dos termos compostos “violência de gênero” e os relacionados, como “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal” e “violência contra a mulher”, em Segurança Pública. Pretendeu-se, portanto, examinar o uso das expressões “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência intrafamiliar”, “violência conjugal” e “violência contra a mulher” na literatura científica relacionada à Segurança Pública visando a identificar a lógica do uso destes termos. Portanto, este trabalho, de cunho conceitual, constitui mais um passo rumo à utilização de procedimentos que caracterizam a revisão sistemática de literatura (ver, por exemplo, COSTA et al., 2015).

O presente trabalho mostrou uma frequente menção, na literatura, no período delimitado para a pesquisa, aos termos compostos “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência de gênero” e “violência conjugal”, em relação ao termo “violência contra a mulher” – todos atrelados a “segurança pública”. Entretanto, os resultados confirmam a hipótese inicial sobre a existência de uma certa confusão terminológica nos estudos relacionados à violência envolvendo a mulher na área da segurança pública, a qual parece se configurar, no momento atual, como multidimensional e multidisciplinar. Estes achados possuem implicações

teórico-metodológicas para a atuação prática de profissionais na área da Segurança Pública.

Retoma-se, assim, as considerações de Hanada et al. (2010) a respeito do impacto do conceito que se tem relativo a um fenômeno sobre as ações práticas que se adota em relação a ele: “as intervenções dirigidas às mulheres ou às outras pessoas envolvidas na situação de violência são delineadas a partir da compreensão que os profissionais e os serviços têm sobre o fenômeno e as necessidades dessas pessoas” (p. 39). Portanto, acredita-se que o presente estudo, de cunho teórico-metodológico, aponte a necessidade de se levar em conta que a compreensão do fenômeno da violência envolvendo a mulher, em suas várias esferas de interação, é fundamental para delinear ações concretas relacionadas à prevenção, combate e enfrentamento dessa violência.

Outros estudos poderão investigar possíveis fatores que influenciam (ou influenciaram) no uso de termos referentes à violência envolvendo mulheres e similares na literatura científica relacionada ao campo da Segurança Pública tais como a influência das questões teóricas e o impacto de variáveis relacionadas ao contexto (comunidade científica nacional X internacional; diferentes áreas científicas etc.) na adoção de termos.

Nesta linha de raciocínio, recomenda-se que futuros estudos possam investigar o uso de termos relacionados à violência envolvendo a mulher em outras áreas tais como a saúde, o direito e a educação. Inclusive Bandeira (2014) já sinalizava que os estudos sobre violência de gênero constituem um campo teórico-metodológico e um campo linguístico e narrativo “ao contribuir para a nomenclatura e intervenção no fenômeno nas esferas da segurança pública, da saúde e do judiciário.” (p. 440).

Futuras pesquisas poderão também se voltar para a clarificação do sentido específico do uso do termo “violência de gênero” e similares nas publicações que os veiculam, a título de contribuir para uma reflexão sobre o(s) conceito(s) constituído(s) a partir desses termos e o aumento de precisão metodológica, levando a intervenções produtivas, isto é, eficazes e eficientes em Segurança Pública.

Na literatura científica, os artigos que tratam sobre a violência de gênero relacionando-a à segurança pública foram publicados majoritariamente em 2015, sugerindo tratarem de objeto de pesquisa

bem atual. Os referidos artigos foram publicados em periódicos diversos, havendo, entretanto, uma predominância daqueles veiculados principalmente nas áreas da Saúde Coletiva e de Estudos Feministas. A região Norte foi a menos contemplada em termos de local para coleta de dados nas pesquisas sobre violência envolvendo mulheres na área da segurança pública, o que recomenda estudos sobre o assunto nessa parte do país.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que este trabalho fornece alguns elementos para uma reflexão sobre o conceito de violência de gênero, especialmente aquela praticada contra a mulher. Demonstra que a violência de gênero é um fenômeno complexo e altamente prevalente e, neste sentido, corrobora o pensamento de Saffioti (2001) para quem “violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (p. 115). Ademais, é um campo teórico e de investigação que está sendo gradativamente construído e se encontra em franca evolução.

Apesar de se reconhecer que tem ocorrido um aumento no número de estudos e pesquisas sobre a violência envolvendo a mulher no contexto da segurança pública nos últimos anos (BARROS et al., 2016; MACDOWELL, 2015; SILVA et al., 2015), recomenda-se a realização de mais estudos nessa direção no Brasil.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p.440-469, 2014.

BARROS, Erika Neves; SILVA, Maria Arleide; FALBO NETO, Gilliatt Hanois; LUCENA, Sara Gomes; PONZO, Lucas; PIMENTEL, Amanda Patrícia. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p.591-598, 2016.

BEAVOUIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.v. 2

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Lei N.º11.340/2006**.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CAMPOS, Carmen Hein. A CPMI da Violência contra a Mulher e a implementação da lei Maria da Penha- (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito). **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 519-531, 2015.

COSTA, AngeloBrandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto; KOLLER, Sílvia Helena; TEIXEIRA, Marcos Antônio Pereira. Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2441-2452, 2015.

DOURADO, Suzana de Magalhaes; NORONHA, Ceci Vilar. Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2911-2920, 2015.

DUFLOTH, Simone Cristina; OLIVEIRA, Mariany Freitas; ARAÚJO, Maria Isabel Rodrigues; SOUSA, Rosânia Rodrigues. Construção da cidadania feminina: contribuições do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 271-291, jul. 2015.

DUTRA, Maria De Lourdes; PRATES, Paula Licursi; NAKAMURA, Eunice; VILLELA, Wilza Vieira. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, 2013.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do Gênero: psicobiografia, sociocultural e transformações**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FERRANTE, Fernanda Garbelinide; SANTOS, Manoel Antônio dos; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Violência contra a mulher: percepção dos médicos das unidades básicas de saúde da cidade de Ribeirão Preto, São

Paulo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.13, n.31, p.287-299, 2009.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n.1, p. 33-60, 2010.

MACDOWELL, Cecilia Santos. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento a violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 577-600, 2015.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MUELLER, Betânia; COLLAZIOL, Marcella Emer; QUADROS, Maira Meneghel. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 691-700, 2013.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Contando histórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 195-214, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. Resolução nº 48/104, 20 de dezembro de 1993, 85ª sessão plenária. Nova York: ONU, 1993.

PASINATO, Wânia. Oito anos De Lei Maria Da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

PORTO, M., BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 267-276, 2014.

REZENDE, Vera da Rocha; ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato. **Violência e relações de gênero**: o desafio das práticas institucionais. Curitiba, PR: CRV. 2013.

SAFFIOTI, Helleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo: contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Simone Maria; SILVEIRA, Andréa Maria. Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 99-118. 2015.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; GROSSI, Miriam Pillar. Balanço sobre a lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 497-500. 2015.

SCHRAIBER, Lilia Blima; OLIVEIRA, Ana Flavia Pires Lucas D'; PORTELLA, Ana Paula; MENICUCCI, Eleonora. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1019-1027, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.

SILVA, Ethel Bastos; PADOIN, Stela Maris de Mello; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 249-258, 2015.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger; CAPONI, Sandra Noemi. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.11, n.21, p.93-103, 2007.

SOUZA, Lídio; CORTEZ, Mirian Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 621-639, 2014.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; SOUSA, Yara Layne Resende. Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto-SP, v. 16, n. 2, p. 59-64, 2015.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acessado em: 25mar 2016

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO (1997). **Violence against women**: A priority health issue. Geneva, World Health Organization. (document WHO/FRH/WHD/97.8) Disponível em: <<http://www.who.int>> Acessado em: 25mar 2016

Investigação de homicídios na Corregedoria de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará

*Miguel Ângelo Sousa Corrêa
Fernanda Valli Nummer*

RESUMO

O presente trabalho analisa a forma como são instaurados os inquéritos policiais militares para os casos de homicídio na Corregedoria do Comando de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará, o perfil de conhecimento na área jurídica dos encarregados das apurações e de que maneira isto favorece o arquivamento dos procedimentos investigativos. O objetivo é demonstrar que as apurações dos inquéritos feitas por oficiais dos quartéis comuns, e não por oficiais da Corregedoria, implica no esperado resultado do arquivamento. Por meio de uma análise documental das instaurações de inquéritos e processos disciplinares e seus respectivos resultados, foi possível verificar uma espécie de garantia velada para policiais militares que cometem homicídio em serviço. Por fim, constata-se a necessidade de atuação proativa e mais como protagonistas por parte dos oficiais da Corregedoria da PM nas apurações de casos de mortes decorrentes de intervenção policial.

Palavras-chave: Inquérito Policial Militar; Intervenção policial; Arquivamento.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a forma e os critérios pelos quais são designados os encarregados para a investigação de mortes ocorridas em confronto com policiais militares dentro de uma parte considerável da Corregedoria da Corporação e a repercussão referente ao resultado desse trabalho. As discussões no seio da sociedade por melhorias nas condições da segurança pública e pela diminuição dos índices alarmantes de violência

são uma constante, especialmente com relação ao número expressivo de mortes, cometidas, inclusive, pelos agentes do Estado.

O Pará não é diferente de outros estados brasileiros quando se fala sobre o cotidiano das ruas. Quanto ao uso da força policial, é comum relacionar as forças especializadas da polícia, cujo treinamento lhes impõe e permite o uso técnico e meios apropriados de contenção e neutralização de situações criminais de alto risco. A norma penal prevê algumas hipóteses em que a ação policial, mesmo diante de uma morte, pode deixar de ter responsabilização criminal. Isso não significa, no entanto, que o fato não deva passar por uma rigorosa investigação, já que se trata de uma violação de um direito indisponível.

Para Bueno (2014, p. 512), “ainda que evitável, no uso progressivo da força física o resultado letal constitui um efeito possível na ação policial”. De acordo com o autor, nas grandes cidades brasileiras os espaços conflituosos e complexos permitem ou demonstram que muitos agentes de segurança atuam como agressores. Historicamente, policiais brasileiros são conhecidos por agir com rigor excessivo e truculência contra pobres, negros e jovens e eventualmente acabam por ferir e matar, mesmo que involuntariamente, essas pessoas de grupos sociais socialmente desprovidos de amparo estatal (BUENO, 2014).

A metodologia utilizada por uma das mais significativas comissões de Corregedoria da Polícia Militar do Pará poderia estar permitindo um certo tipo de proteção ao policial, mesmo que de maneira não intencional ou consciente. Isso estaria relacionado à forma pela qual são processadas as ocorrências com uso da força letal, que natural e tecnicamente já apresentam dificuldades, como a ausência de testemunhas (durante a ocorrência, em geral está presente somente a guarnição de serviço durante o confronto/intervenção), a forma de investigação dos crimes, e onde é registrado e investigado (na Polícia Civil morte decorrente de intervenção policial, e na Corporação Militar, feita através de inquéritos policiais militares muitas vezes investigados por oficiais da própria unidade).

Bengochea et al. (2014) discute que o controle das polícias é muito frágil, limitando-se às corregedorias internas, sem que haja qualquer preocupação de se criar um espaço que permita e encoraje as pessoas a apontar as irregularidades na prestação do serviço na área da segurança pública. O modelo atual ainda é predominantemente intimidatório

e carregado de proteção corporativa. Se o sistema em que a própria corregedoria apura é definido desta maneira, qual seria o resultado esperado diante do modelo adotado nos anos de 2012 e 2013 da CorCME, em que os casos de homicídios foram investigados em sua grande maioria pelas unidades operacionais?

Para discorrer sobre o assunto, abordaremos, após esta introdução, a estrutura e a forma pela qual são processadas as denúncias de mortes de civis decorrentes de confronto com policiais militares na Corregedoria do Comando de Missões Especiais. A terceira parte traz uma reflexão acerca da formação acadêmica na área jurídica àqueles designados para investigar e apurar os fatos e as responsabilidades dos inquéritos instaurados para casos de mortes ocorridas nesse contexto. Na quarta parte, apresentar-se-ão os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, seguida da discussão sobre os resultados da investigação, na quinta parte. E, por derradeiro, apresentam-se as considerações finais deste artigo.

2 CORCME: METODOLOGIA DE INSTAURAÇÃO DE IPM

A CorCME é uma Comissão Permanente de Corregedoria que faz parte da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará, sediada na cidade de Belém. São responsáveis, dentre outras atribuições, de acordo com o art. 13 da Lei Complementar nº 053/2006, por realizar, de ofício, processo e procedimento com o fito de apurar responsabilidade civil, administrativa ou criminal em fatos que envolvam policiais militares. Deve investigar fatos relacionados a policiais militares que servem nas Unidades do Comando e Missões Especiais, composta pelo Batalhão de Polícia Tática, Companhia Independente de Operações Especiais, Batalhão de Polícia de Choque e Companhia Independente de Polícia com Cães. Também fazem parte da circunscrição disciplinar dessa comissão os militares do Quartel do Comando Geral, Unidades de Ensino, Saúde e Atividades Complementares.

Art. 13. Às comissões permanentes de corregedoria dos comandos operacionais intermediários, na circunscrição destes, compete: I - fiscalizar ostensivamente, em caráter preventivo e, quando necessário, repressivo, fatos que

envolvam policiais militares, visando garantir legalidade e legitimidade em tais acontecimentos, assim como a observância dos princípios que norteiam o exercício da atividade policial; II - realizar proteção provisória e escolta de vítimas e testemunhas ameaçadas; III - realizar diligência para esclarecer a consistência de denúncia que envolva policial militar, inclusive auxiliando autoridade policial ou judiciária, quando requisitado ou solicitado oficialmente; IV - produzir informações e estatísticas acerca de fatos que indiquem a violação de norma civil, administrativa ou penal resultante de ato que envolva policial militar; V - aplicar, no âmbito de sua circunscrição, as prescrições contidas nas normas disciplinares da Polícia Militar; VI - determinar a instauração ou realizar, de ofício, processo e procedimento com o fito de apurar responsabilidade civil, administrativa ou criminal em fato que envolva policial militar; VII - supervisionar processos e procedimentos disciplinares ou judiciais instaurados por autoridades de unidades policiais-militares sob sua circunscrição, encaminhando-os à Comissão Permanente de correição-geral, quando concordar com a conclusão do respectivo encarregado ou autoridade delegante, ou avocando tal decisão, antes do citado encaminhamento, inclusive determinando novas diligências, se entender necessário; VIII - apresentar relatórios periódicos ao Corregedor-Geral, através da Comissão Permanente de Correição-Geral, sobre os problemas encontrados em sua circunscrição, sugerindo medidas saneadoras julgadas necessárias (PARÁ, 2006, p. 13).

Devido ao fato dessas unidades policiais militares encontrarem-se na Região Metropolitana de Belém, a comissão disciplinar possui uma atuação evidente neste local. Porém, como as unidades especiais podem deslocar-se para qualquer município do Estado, em casos eventuais e emergências de operações policiais, é possível que a CorCME instaure uma investigação em um município do interior, já que circunscrição está relacionada ao quartel onde o militar denunciado serve naquele momento.

Em relação à constituição, administrativamente a CorCME é composta por quatro oficiais, preferencialmente bacharéis em direito,

sendo um oficial superior na patente de tenente coronel, que exerce a função de presidente, e os demais de qualquer patente de oficial (major, capitão ou tenente), responsáveis pelo controle disciplinar dos militares subordinados. Deve realizar a instrução de processos e procedimentos investigativos e assessoramento às decisões do presidente da comissão e do corregedor-geral em matéria processual penal militar e disciplinar. Um número exíguo frente à demanda de fatos e ações policiais militares que exigem atenção e cuidados jurídicos e administrativos.

Não existe, na organização administrativa da Polícia Militar do Pará, um quadro de oficiais corregedores. Esta função é exercida por oficiais do quadro combatente (aquele destinado ao exercício do policiamento ostensivo), nomeados para o cargo de forma livre e discricionária pelo gestor da Corporação, não havendo garantias de quanto tempo permanecerão exercendo a função. A maioria desses oficiais retornam para as atividades do policiamento ostensivo, encarando a dura realidade de conviver com policiais militares investigados e por vezes descontentes com o resultado, o que gera desconforto e pode fragilizar as investigações. Desde a sua criação, a Corregedoria já trazia essa previsão sobre o efetivo interno.

Decreto nº 5.314, de 12 de junho de 2002.

[...]

Decreta: Art. 1º Fica criada na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará, como órgão de direção setorial, sua Corregedoria, subordinada diretamente ao Comandante-Geral da Corporação. Art. 2º A Corregedoria da Polícia Militar do Pará terá a seguinte estrutura: I - Corregedor-Geral; II - Comissão Permanente de Correição-Geral, constituída por um presidente e quatro membros; III - Comissão Permanente de Controle Interno, constituída por um presidente e três membros; IV - Comissões Permanentes de Corregedorias de Comandos, constituída, cada uma, por um presidente e três membros.

[...]

Art. 8º O pessoal a ser empregado na Corregedoria-Geral e em cada uma das unidades de Corregedoria será deduzido do efetivo do Quadro de Policiais Militares da Corporação, a ser disciplinado em portaria do Comandante-Geral, ouvido o Corregedor-Geral e o

respectivo Comandante de grande comando, quando se tratar de Corregedoria de Comando (PARÁ, 2012, p. 3-5).

Todas as denúncias de cunho administrativo ou criminal que chegam ao conhecimento da Comissão de Corregedoria do CME pelos mais variados meios e formas, como denúncias diretas na Corregedoria ou oriundas de órgãos de controle externo (Ministério Público, Ouvidoria, Defensoria Pública, OAB etc.) e que possuem como denunciados policiais militares do efetivo das unidades disciplinarmente subordinadas, passam pela análise inicial dos oficiais da CorCME. Se o caso exigir, são instauradas as investigações competentes, sendo os processos disciplinares e as sindicâncias para os casos de transgressões disciplinares (violação da regra disciplinar, de cunho administrativo) e inquéritos policiais militares para denúncias que se caracterizem preliminarmente como crimes, penalmente tipificados.

Para exemplificar, no ano de 2012 foram realizadas 1.244 denúncias diretas na Corregedoria Geral, por meio do boletim de ocorrência policial militar (BOPM), aquele em que a pessoa denunciante vai à sede da Corregedoria da PM e comunica um fato disciplinar ou criminal sobre um policial militar. Dessas denúncias, 109 se referiam a um policial militar do efetivo do Comando de Missões Especiais da Corporação.

Tabela 1: Principais Denúncias realizadas por meio de BOPM na Corregedoria da PMPA

Denúncia	Quantidade
Agressão física	343
Abuso de autoridade	242
Ameaça	221
Violação de domicílio	122
Outras denúncias	316
Total	1244

Fonte: Corregedoria Geral da PMPA, 2013.

Somente no ano de 2012 foram instaurados, na CorCME, 239 procedimentos e processos administrativos disciplinares e inquéritos policiais militares, o que em relação ao efetivo de quatro oficiais, demandaria uma média superior a 59 instruções de procedimentos e processos investigativos por oficial da Comissão. Em 2013, com 251 portarias de instaurações, a média ultrapassaria as 62 apurações por oficial, sem contar as atividades burocráticas e cartorárias exercidas por todos. Porém, esses corregedores não realizaram tais apurações, e nem nos casos de denúncias de mortes por intervenção policial que chegaram ao conhecimento da comissão e apresentam um número relativamente menor - cinco denúncias - que poderia ser perfeitamente absorvido e distribuído entre os oficiais corregedores da própria Comissão, sem que houvesse sobrecarga de serviço ou sobreposição de atividade ou atribuição.

A fim de dar vazão a essa demanda, a CorCME utiliza-se do método legalmente previsto para a delegação de atribuições investigativas a oficiais de unidades disciplinarmente subordinadas. É expedida uma portaria na qual o presidente da comissão designa, de forma discricionária, um militar para proceder a investigação. O que se observa na prática é que as delegações são a grande maioria, aliada ao fato de que não há previsão legal ou administrativa na definição e critérios de escolhas dessas delegações, permitindo interpretações diversas, como de regras de exceção condicionadas, muitas vezes, à repercussão do caso, relatados por policiais punidos ou investigados imediatamente por esses fatos. Outra margem perigosa na delegação de oficiais de unidades operacionais é o corporativismo e o preparo técnico (ou a falta dele) para realização de um trabalho extremamente detalhado, de imperiosa e minuciosa análise técnica de procedimentos administrativos e jurídico.

Qualquer militar pode ser designado para realizar uma investigação administrativa disciplinar, exceto os inquéritos que são atribuições exclusivas de oficiais, bastando, em ambos os casos, que o encarregado da investigação tenha alguma ascensão ou precedência hierárquica em relação ao investigado. Essa delegação discricionária fica condicionada à livre escolha do presidente da comissão ou do corregedor-geral, uma vez que não há software, metodologia ou critério previamente estabelecido e definido que torne a escolha impessoal. Mas se pensarmos que o uso

da forma atual, discricionária e livre, permitisse ao presidente definir encarregados tecnicamente mais preparados para casos de complexidade relevante, seria um bom argumento. Porém, ao se analisar a origem dos encarregados de homicídios dos anos 2012 e 2013, na CorCME, esta assertiva toma outro rumo.

Todo inquérito policial militar tem como destinatário o Ministério Público Militar que, mediante análise das provas e evidências juntadas poderá apresentar denúncia junto à Justiça Militar Estadual, para então iniciar um possível processo penal. Não entraremos na discussão polêmica acerca da existência da Justiça Militar, mas apenas para constar em paralelo da apuração do IPM feita por militares, quando o julgamento é feito conjuntamente por juízes militares e um juiz de direito, exceto nos crimes dolosos contra a vida, como o homicídio doloso, que é de competência da justiça comum. Mas ainda assim, autores como Vieira (2014) propugnam a extinção da Justiça Militar ou a redução da competência que excluiria os crimes praticados contra civis, entendendo ser uma afronta à luta do movimento de direitos humanos.

Na discussão e reflexão sobre a importância e papel do inquérito policial para os processos penais na justiça criminal brasileira, Misse (2011, p. 15) afirma:

O inquérito policial é a peça mais importante do processo de incriminação no Brasil. É ele que interliga o conjunto do sistema, desde o indiciamento de suspeitos até o julgamento. A sua onipresença no processo de incriminação, antes de ser objeto de louvação, é o núcleo mais renitente e problemático de resistência à modernização do sistema de justiça brasileiro. Por isso mesmo, o inquérito policial transformou-se, também, numa peça insubstituível, a chave que abre todas as portas do processo e que poupa trabalho aos demais operadores do processo de incriminação – os promotores e juízes.

Embora seja uma atribuição legalmente prevista na apuração da conduta de policiais militares mediante a instauração de inquéritos policiais militares, o que se percebe em três casos, no ano de 2012, é que a investigação não foi realizada por oficiais da Corregedoria da

PM, presumivelmente mais preparados para tal ofício e dedicados exclusivamente a esse fim, e sim por meio de delegação de atribuições para oficiais; dois que se encontravam na atividade fim da instituição, ou seja, no policiamento, e o terceiro na atividade burocrática.

O policiamento por si só já toma grande parte do período de trabalho do oficial, que ainda precisa conciliar com a administração da unidade. Soma-se a isso que, por mais que não seja um fator determinante para a apuração de cunho disciplinar, a maioria dos oficiais não possuíam formação em área jurídica, nos anos analisados, para dar conta de uma investigação que requer uma análise e aprofundamento procedimental. Não estamos a exigir que para cada IPM instaurado seja designado um oficial com formação jurídica, mas para o caso de intervenções com resultado morte existem providências, como peticionamentos de medidas cautelares, por exemplo, que requerem a observância de normas jurídicas, cuja falta prejudica cabalmente o resultado da investigação.

Outro fator é que os oficiais não-corregedores são cobrados pelos resultados das unidades onde servem, e muitas vezes, a experiência profissional demonstra que primeiramente demoram a iniciar o inquérito ou postergam ao máximo o seu início. Isso extingue ou minimiza muitas possibilidades de levantamento de meios probantes essenciais, como perícias e coleta de informações de testemunhas etc; em segundo lugar, cumprem apenas requisitos básicos de ouvir testemunhas relacionadas na denúncia e a juntada do laudo necroscópico.

Por outro lado, para não comprometer a folga, muitos oficiais das unidades operacionais, por conta da grande demanda de serviço, realizam as atividades e diligências do IPM durante o serviço policial propriamente dito, entregando as solicitações de comparecimento de testemunhas, quando existem, usando viaturas e o aparato de serviço. Em certos casos isso ocasiona uma repulsa e medo por parte das pessoas, até porque a presença de uma guarnição policial em sua porta chama atenção da vizinhança.

Como a maioria das apurações baseia-se nas versões apresentadas pelos militares envolvidos (pois estes que levam o fato ao conhecimento da autoridade policial nas delegacias de polícia e comunicam seus superiores através do livro de ocorrências da própria unidade junto com os documentos do caso) e diante da ausência de testemunhas, tanto por não

existir na ocasião quanto por medo de repressão, a limitação da investigação começa a ganhar forma. Não raro, quando existem testemunhas, estas são requisitadas pelo encarregado do IPM para comparecer junto ao quartel policial militar para prestar depoimento, o que raramente acontece, pois os policiais envolvidos no fato também servem nessa unidade policial. Quando comparecem, muitas vezes são inquiridas de forma que não se sabe se estão sendo tratadas como vítimas ou investigadas.

A própria lei de organização básica da PM do Pará já estabelece em seu artigo 10 que as comissões disciplinares devem funcionar em imóvel distante das unidades subordinadas e com fácil acesso ao público, justamente para minimizar qualquer sentimento de ameaça, medo ou constrangimento dos denunciantes, vítimas ou testemunhas.

Lei Complementar nº 056/2006.

Art. 10. A Corregedoria-geral, diretamente vinculada ao Comandante-geral, é o órgão correicional da Polícia Militar, de orientação, prevenção e fiscalização das atividades funcionais e da conduta profissional, visando ao aprimoramento da ética, da disciplina e da hierarquia entre os integrantes da corporação, com sede na capital do Estado, em imóvel distante e isolado de outras unidades policiais-militares e de fácil acesso ao público.

[...]

§ 6º As comissões permanentes de corregedoria dos comandos operacionais intermediários deverão ser sediadas em local de fácil acesso ao público, em imóvel distante e isolado de outras unidades policiais-militares (PARÁ, 2006, p.11).

Assim, a intenção do legislador era afastar as vítimas e testemunhas de seus possíveis agressores por meio da Corregedoria distante dos quartéis, permitindo a melhor fluidez na investigação e menor constrangimento para essas pessoas. Contudo, ao se delegar a investigação do inquérito a um oficial das unidades, estaremos desconsiderando a previsão legal e possivelmente prejudicando o resultado.

Asseveramos que essa metodologia de delegação para os casos de mortes de civis decorrentes de confronto, aliada a uma manta branda de

corporativismo, a falta de treinamento em investigação, interrogatório, reconhecimento etc., uma gama de procedimentos policiais previstos na lei processual que não são utilizados de forma adequada pelos oficiais encarregados, torna a investigação infrutífera e conseqüentemente o processo criminal.

Sobre o corporativismo policial como obstáculo, Pinheiro (2010) discorre:

A concepção de que existe, no serviço público, uma dominação pessoal contrapõe-se à dominação racional em Weber (1999), em que a legitimidade da função é racionalmente justificada pela finalidade que objetiva o mérito profissional atribuído ao indivíduo e não pelos sentimentos pessoais relacionados à pessoa que exerce o cargo. Em uma ordem legal e racional, na qual a profissão policial é justificada pela noção de dever, a instituição policial é representada como um protetor do cidadão e não como uma pessoa que pretende preservar os interesses privados de classe. Ao contrário dos interesses pessoais típicos de uma comunidade tradicionalmente sob a égide do mando, em sociedade de interesses racionais, a regra é que o princípio individualista da profissão seja mais importante que a figura da pessoa ofendida (PINHEIRO, 2010, p. 330).

3 FORMAÇÃO NA ÁREA JURÍDICA DOS ENCARREGADOS DE IPM DE HOMICÍDIO NOS ANOS 2012-2013 NA CORCME

A norma jurídica que trata e disciplina este tema das investigações criminais para os militares é o Código de Processo Penal Militar (CPPM), Decreto-Lei nº 1002/1969. As atribuições de polícia judiciária, mediante inquérito policial militar, são realizadas e instruídas por um oficial, com a única exigência de que seja de patente superior ou ao menos tenha precedência em relação ao acusado, e um escrivão, na maioria das vezes um praça, para o qual não é necessária nenhuma formação na área investigativa ou jurídica. Apenas firmam um compromisso formal e escrito, não sendo exigido pelo CPPM nenhum outro conhecimento ou

requisito relacionado à prática investigativa, apenas um critério relacionado às patentes, conforme se depreende do artigo abaixo:

Exercício da polícia judiciária militar

Art. 7º A polícia judiciária militar é exercida nos termos (sic) do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

[...]

Delegação do exercício

§ 2º Em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá aquela recair em oficial de posto (sic) superior ao do indiciado, seja este (sic) oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.

§ 3º Não sendo possível a designação de oficial de posto (sic) superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto (sic), desde que mais antigo.

Escrivão do inquérito

Art. 11. A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele (sic) fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for (sic) oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.

Compromisso legal

Parágrafo único. O escrivão prestará compromisso de manter o sigilo do inquérito e de cumprir fielmente as determinações deste (sic) Código, no exercício da função (BRASIL, 1969).

O crime de homicídio, em sua definição legal e doutrinária, não é diferente quando cometido por civis ou militares. Assim, quando se fala em investigação, prescinde não só a necessidade de uma dedicação proativa dos oficiais encarregados de investigações dessa natureza, mas também conhecimento técnico frente à complexidade de uma investigação criminal, que requer ampla discussão. Ferraresi (2005) acredita que é necessário o conhecimento da realidade, noções de metodologia, técnicas de pesquisa e um sério trabalho em equipe, e O’Connell (1975, p. 331): “Naturalmente

que para cada crimen hay una manera particular de enfrentarse a él buscarle la solucion. ”

Entre as instaurações de inquéritos policiais militares que investigam mortes de civis decorrentes de confronto com policiais militares por meio das delegações da CorCME nos anos de 2012 e 2013, nenhuma das treze investigações (onze inquéritos e duas sindicâncias) foi realizada por oficiais da própria comissão, e em apenas três os encarregados possuíam formação jurídica. Sobre a importância dada pelas polícias aos casos de homicídio, Silva Filho (2002, p. 68) afirma:

A polícia tem insistido em erros que reduzem sua capacidade de prevenir e reduzir os homicídios: trata esse crime como qualquer outro, sem dar o realce que o problema merece; investe menos recursos humanos do que poderia nas áreas críticas; raramente coloca os melhores policiais nas áreas mais problemáticas, privilegiando burocracias e serviços especializados; não prepara quadros competentes de investigação; não planeja em detalhe suas ações, atribuindo responsabilidades e acompanhando rigidamente seu desempenho; sonega a abundante motivação que deveriam ter os policiais que atuam nas periferias.

Há muito tempo a sociedade tem cobrado uma nova postura nos procedimentos policiais, motivo pelo qual tem crescido o número de denúncias. Sobre o tema, Pinheiro (2010, p. 237) ensina:

A participação da população, ao cobrar por parte dos policiais um tratamento justo e respeitoso, permite, ao mesmo tempo, acionar um controle sobre o uso de práticas agressivas no exercício de policiamento. Nos casos denunciados, é possível levar em conta que a sociedade civil tem demonstrado insatisfação, repugnância e vergonha contra policiais que não têm cumprido seu papel como “agentes pacificadores”.

Na Polícia Civil, os inquéritos são presididos por delegados aprovados por meio de concurso público, com formação superior em direito, auxiliados por um escrivão e investigadores (no Estado do Pará é

exigido nível superior). Estes exercem as atividades de polícia judiciária, cujo ofício principal é voltado para a instrução do procedimento policial, face à natureza e peculiaridades da instrução criminal. Para Misse (2011, p. 19):

O inquérito é mais que o resultado sumário de uma investigação, é uma peça composta de laudos técnicos, depoimentos tomados em cartório e de um relatório juridicamente orientado, assinado por um delegado de polícia, bacharel em direito, em que já se encontram nomeados, pelos indícios (“indiciados”), os suspeitos que a investigação encontrou. É uma iniciativa administrativa que só pode ser decidida por um delegado de polícia que, por meio de uma portaria, “instaura” o inquérito. Uma vez instaurado, ele não pode mais ser interrompido pela polícia nem por ninguém, terá que prosseguir até que se transforme em ação penal ou seja arquivado por falta de elementos para que prossiga seu caminho para o judiciário.

Sobre a natureza do trabalho investigativo policial, Costa e Oliveira Júnior (2014, p. 151) afirmam:

A instauração de um inquérito policial implica a realização de muito trabalho, tanto no que diz respeito à investigação policial, quanto aos procedimentos burocráticos. Uma vez que o número de ocorrências numa delegacia de polícia normalmente é muito grande, apenas nos casos de flagrante ou de homicídios dolosos os inquéritos são obrigatoriamente instaurados. Nos demais casos, os policiais priorizam os boletins de ocorrência que já trazem elementos de prova necessários para a conclusão de um inquérito (informações sobre a autoria do crime, com filmagens, depoimentos, testemunhas, registros diversos). Nessas situações, não se realiza de fato uma investigação criminal para identificar suspeitos e produzir evidências, pois essas informações já foram fornecidas pela vítima. O trabalho da polícia, nesses casos específicos, é reproduzir essas informações no inquérito que irá instruir o processo criminal.

O simples fato da lei atribuir como função dos oficiais a elaboração dos inquéritos não lhes permite exercê-la com presteza, uma vez que não há exigência de formação jurídica para ingresso na carreira (somente no ano de 2016 é que no Estado do Pará passou-se a exigir formação superior, mas em qualquer área do conhecimento). O curso de formação de oficiais, apesar de ser de nível superior, prepara o militar para o exercício da atividade policial militar e do comando de unidades, mas não tem um direcionamento para a prática de polícia judiciária, no caso, a judiciária militar.

A investigação policial e elaboração do inquérito são tarefas que exigem uma amplitude de saberes. Para além do que a letra da lei explicita sobre os procedimentos de investigação preliminar ao processo penal, são necessários recursos desenvolvidos por seus encarregados, no sentido de superar dificuldades existentes, sejam elas pela falta de recursos materiais e humanos para a realização da investigação de todos os crimes que chegam ao conhecimento da Polícia Civil (neste caso ao conhecimento da Polícia Militar), ou mesmo pelas dificuldades de comunicação entre os diferentes operadores do Sistema de Justiça Criminal (AZEVEDO e VASCONCELLOS, 2011).

Em pesquisa realizada por Miranda *et al.* (2007) sobre a avaliação do trabalho policial, cujo objetivo era avaliar o processo de registro e investigação da Polícia Civil nos casos de homicídios dolosos em cinco unidades integrantes do Programa Delegacia Legal, no município do Rio de Janeiro, policiais civis entrevistados relatavam que o policial que investiga homicídio é mais dinâmico, perfeccionista e sagaz. Os delegados precisam ter a sensibilidade para perceber e alocar cada policial no que ele é bom em fazer. Para os militares, o delegado é o oficial encarregado de tais atribuições.

Desta maneira, surge providências no sentido de, acima de tudo, qualificar de forma mais direta oficiais da Polícia Militar quanto aos aspectos investigativos criminais, motivando e fomentando a busca incessante pela apuração justa e imparcial, já que existe essa carência na formação militar, mas fundamentalmente, exigindo essa postura dos integrantes da Corregedoria Militar.

4 METODOLOGIA

Com o intuito de responder às questões deste artigo, foi realizada uma pesquisa documental nas portarias de instaurações de inquéritos policiais militares e de processos disciplinares de expulsão dos anos de 2012 e 2013 da Comissão de Corregedoria de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará, e seus respectivos resultados, publicadas em Boletim Geral e de acesso público no website da Corporação. Esta comissão foi escolhida de forma intencional frente ao intenso debate sobre o uso da força letal por parte de uma das unidades disciplinarmente subordinadas, o Batalhão de Polícia Tática, conhecido popularmente como ROTAM, estigmatizado como unidade violenta e rigorosa no uso da força. Por meio de consulta no boletim geral da corporação e nas estatísticas apresentadas pela Corregedoria Geral da PM diante dos órgãos de controle externo, verificaremos a participação dos oficiais da Corregedoria nessas apurações e os resultados das mesmas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará, em 2012 foram realizadas 109 denúncias através de Boletins de Ocorrência Policial Militar (BOPM) contra a ROTAM, unidade que vivencia o dia a dia do policiamento ostensivo, alvo de elogios pelo preparo técnico e críticas pelo rigor no uso da força. Dessas ocorrências, somente três foram de casos de denúncias de homicídio. Esses números também constam em apresentações de resultados feitos por aquela Corregedoria junto a órgão de fiscalização externa.

A análise dessas informações, a partir dos dados da Corregedoria do Comando de Missões Especiais, demonstra que foram gerados três inquéritos policiais militares relacionados às três ocorrências mencionadas. Em nenhum deles os militares foram responsabilizados, pois a investigação concluiu que não houve violação das regras jurídicas ou das normas contidas nos manuais de atendimento de ocorrências policiais e uso progressivo da força. Em um dos casos, a portaria de inquérito (a única que teria à frente um oficial com formação jurídica) foi revogada, pois o

fato já estava em apuração pela própria unidade dos militares, já que os envolvidos necessitam informar seu comandante sobre as ocorrências do serviço. Em decorrência disto, o comando da Unidade pode, legalmente, de acordo com o CPPM, expedir portaria de inquérito policial militar, antes que chegue ao conhecimento da Corregedoria. Assim, o fato será apurado nas dependências desta unidade policial militar.

Tabela 2: Principais Denúncias realizadas por meio de BOPM contra Policiais Militares da ROTAM em 2012

Denúncia	Quantidade
Ameaça	41
Abuso de autoridade	32
Violação de domicílio	21
Constrangimento ilegal	12
Homicídio	03
Total	109

Fonte: Corregedoria Geral da PMPA, 2013.

As portarias de instaurações dos anos de 2012 referentes a casos de mortes de civis decorrentes de confronto com policiais militares demonstram que em nenhum dos casos houve investigação presidida por oficiais lotados na própria Corregedoria do CME, ou mesmo de outra comissão disciplinar dentro da Corregedoria Geral, na capital paraense, local onde se encontra a CorCME e outras comissões. A responsabilidade investigativa foi repassada a oficiais das unidades operacionais, em sua maioria, e a unidades da atividade-meio, ou seja, administrativa.

Quanto ao número relativamente pequeno de denúncias de homicídios contra policiais militares no ano de 2012, não é de causar estranheza, já que os dados se referem a fatos relatados na Corregedoria e conseqüentemente instaurada a apuração legal. Contudo, isso por si só pode não refletir o número aproximado de irregularidades ou fatos a se investigar, uma vez que algumas pesquisas no Brasil apontam para a falta de credibilidade em se denunciar um abuso junto ao próprio órgão

policial. A título de ilustração, um desses estudos, ocorrido no Rio de Janeiro, demonstra que “0,2% da amostra relatou ter apresentado alguma queixa contra policiais, seja à própria polícia, à ouvidoria, às corregedorias” (RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 141).

Os números de 2013 são diferentes quanto às instaurações de IPM, que passam de 61 investigações em 2012 para 110 em 2013, um aumento de 80%, sendo que destes 110 inquéritos, somente oito denúncias se referiam a homicídios, sendo quatro supostamente envolvendo policiais militares da ROTAM. Nesse período, entram em vigor as resoluções 202 e 204 da Secretaria de Segurança Pública do Estado para tentar minimizar a letalidade policial conforme recomendação do Ministério Público Militar de que, para toda denúncia de crime contra militares, fosse instaurada portaria de inquérito e não sindicâncias disciplinares. Dos oito IPM, somente um atestou indícios de materialidade e culpabilidade do militar, o qual foi submetido ao processo disciplinar que culminou com a expulsão da Corporação.

Destarte, neste último caso, havia a presença de testemunhas e de um laudo necroscópico contundente, confirmando que o disparo havia sido realizado com o cano do armamento encostado na cabeça da vítima e em um trajeto de trás para a frente. Ressalte-se que este militar responsabilizado e expulso da Corporação não pertencia, à época dos fatos, ao efetivo de qualquer uma das unidades do Comando de Missões Especiais, e sim ao policiamento ordinário da capital. Além disso, por ter sido, logo após ao fato, transferido e classificado em departamento do Comando Geral (CG), passou para a supervisão disciplinar da CorCME, que tem circunscrição nas unidades do CME, CG, unidades escolas, dentre outras. Somente uma dessas oito investigações de homicídios foi presidida por um oficial pertencente à Corregedoria, que ainda assim não fazia parte da CorCME.

Em 2012, na CorCME, não foram instaurados processos disciplinares de expulsão do tipo Conselho de Disciplina, aquele para policiais militares, nas patentes das praças (soldado, cabo, sargento e subtenente) que contam com mais de dez anos de serviço policial militar. Para praças com menos de dez anos de serviço (Processo Administrativo Disciplinar Simplificado - PADS) foram instaurados dois procedimentos de expulsão (licenciamento) para dois casos de relações sexuais com

adolescentes, resultando em um arquivamento e uma expulsão. Em 2013 a CorCME instaurou dois Conselhos de Disciplina para um caso de peculato e um caso de apologia a motim, e seis PADS sobre conspiração, peculato, abuso de autoridade e lesão corporal. Em nenhum dos casos, fatos relacionados a mortes em serviço.

Quanto ao resultado das investigações de inquéritos policiais militares que apuram mortes decorrentes das intervenções policiais, todas as três apurações feitas pela Corregedoria do CME por meio de delegações a oficiais apresentaram como resultado o parecer de arquivamento decorrente de excludente de ilicitude por meio de estrito cumprimento do dever legal, o que leva, conseqüentemente, a não instauração de processos disciplinares. Apurações limitadas e incompletas prejudicam a formulação da denúncia pelo Ministério Público e conseqüentemente, a possível ação penal.

Considerando que a ação penal para uma investigação aprofundada e eventual condenação necessita fundamentalmente dos elementos colhidos na fase investigativa preliminar (inquéritos), estaria correta a assertiva proposta por Foucault, no documentário *Foucault par lui-même*, de que a justiça está a serviço da polícia (SAMPAIO, 2016).

Em sua maioria, as apurações de homicídios decorrentes de intervenção policial analisadas no período de 2012-2013 na Corregedoria de CME da Polícia Militar do Pará resultaram em parecer de arquivamento, uma vez que tanto o encarregado do levantamento de provas quanto a autoridade delegante, presidente da CorCME, concluem que a ação perpetrada pelo policial militar encontrava guarida nas excludentes de ilicitude, como a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal. Excludente de ilicitude seriam situações fáticas que retiram a ilegalidade de uma ação, eximindo o agente de responsabilização penal ou administrativa.

Essa conclusão está diretamente relacionada à forma de interpretação do uso da força letal pelos agentes de segurança pública, mesmo existindo algumas normas disciplinadoras tais como a Portaria Interministerial n^o 4.226/2010, expedida pelo Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Além disso, aqui no Estado do Pará, conforme as Resoluções n^o 202 e 204/2012 da Secretaria de Estado de Segurança Pública, ainda existe muito espaço para interpretações diversas, pois tais normativas discorrem sobre o uso progressivo da força mas não

definem para quais crimes pode ser utilizada a força letal, ficando a cargo e interpretação do agente de segurança.

Mars (1998), quando discute o uso progressivo da força e os limites constitucionais dessa ação, encontra a mesma problemática nas Guianas, uma vez que a Constituição não define para quais crimes o uso da força letal é limitado entre os crimes ou delitos de maior ou menor gravidade. O que fica em questão não é o crime cometido, e sim a ação ou comportamento do suspeito, que definirá a ação ou reação do policial. Mesmo questionamento quanto aos limites do uso da força letal foi levantado por Bueno (2014), que considera aceitável esse nível de força como inerente ao trabalho policial, mas questiona os limites da legalidade e razoabilidade quanto ao que seria considerado um ato violento.

Bueno (2014) cita Bittner (2003) para argumentar que “não existe um critério capaz de determinar se a força empregada em determinada situação foi necessária ou apropriada. Entretanto, existem padrões internacionais de uso da força comumente utilizados para aferir se a polícia está abusando do uso da força letal” (BUENO, 2014, p. 514).

A polícia é um mecanismo de distribuição de força justificada por uma situação, no qual a possibilidade do uso da violência é não apenas um elemento intrínseco do trabalho policial, como também aquele que o diferencia de outras atividades profissionais. O uso da força pela polícia é determinado, em parte, pela natureza do poder de polícia e, em parte, pelas decisões tomadas pelos agentes policiais em exercício. O poder de polícia, por sua vez, é definido pela utilização da coerção para prender criminosos e pela possibilidade do uso da violência nessas situações (LOCHE, 2010).

Pinheiro (2010, p. 326) destaca, sobre o exercício legítimo da violência e controle:

O exercício legítimo da violência permite, dessa forma, que as penalidades se exerçam menos no suplício do corpo que na razão da justiça em aplicar a sanção, de acordo com os princípios de universalidade do direito (FOUCAULT, 1987). A positividade do poder na constituição das práticas policiais é, portanto, menos o uso da violência que a arte

de governar os corpos e as mentes dos homens. Na análise sobre a eficiência da violência nas instituições sociais, Foucault argumenta, a partir de Weber (1991), que, na conduta das ações que advêm da razão estatal, existe uma racionalidade que lhe é peculiar. O que está em jogo nessa mecânica de poder é a economia dos gestos, o que faz com que cresçam as forças de resistências e a eficácia daquilo que as sujeita. O problema, como ressalta Foucault, é quando essa racionalidade se exerce como força violenta no exercício sobre o controle e autocontrole sobre o “poder de polícia”.

Um fator preponderante nas investigações de confrontos policiais é que em grande parte não há a presença de testemunhas, senão os próprios militares, que muitas vezes precisam violar o local do crime a fim de prestar atendimento médico ao infrator/vítima. A ausência de testemunhas e o fato de estarem presentes somente policiais militares impulsiona o que Souza e Reis (2013, p. 78) denominaram de código de silêncio como autoproteção: “nas instituições policiais, o segredo faz parte tanto das estratégias da corporação, como dos indivíduos, formando uma espécie de código informal que pode ser detectado pela proibição implícita de delatar os colegas envolvidos em má conduta”.

Desta maneira, a realidade dos fatos jamais será alcançada numa investigação carente de peças probantes, permanecendo inerte e inebriada de dúvida, favorecendo o acusado, sobressaindo somente aquela construída com frase prontas, como repelir injusta e iminente agressão. De modo contrário, a norma jurídica estabelece que em caso de inquéritos preparatórios da ação penal no respectivo juízo, em caso de dúvida decide-se em prol da sociedade, ou seja, prossegue-se a ação, que poderá ser aprofundada na ação judicial.

Para exemplificar ainda outro aspecto prejudicial, a instauração dos inquéritos em sua grande maioria é motivada por uma denúncia apresentada pela família da vítima ou oriunda de órgão de controle externo, como a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública ou o Ministério Público, de sorte que algumas semanas ou até meses separam o dia do fato objeto da apuração, e esta, propriamente dita.

Leite (2014) destaca que após uma morte decorrente de intervenção policial, geralmente um familiar procura a Corregedoria da PM para prestar queixa de excesso de força ou abuso indevido na ação policial:

As mães de vítimas de violência policial queixam-se do descaso e do preconceito com que são tratadas no seu percurso pelas instituições públicas e na sua demanda por justiça para a morte de seus filhos. Reclamam do corporativismo e do deboche dos representantes do Estado, afirmando seu desamparo e descrença no Estado, em seus agentes e na justiça (LEITE, 2004, p. 173).

O relatório da Human Rights Watch sobre brutalidade policial urbana no Brasil e violação dos direitos humanos no Estado do Rio Grande do Sul destaca:

Em seus dois primeiros relatórios anuais sobre a violação dos direitos humanos no Estado do Rio Grande do Sul, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa Estadual documentou 33 casos de violações dos direitos humanos cometidas por policiais militares em 1994 e 1995. Essas violações incluem espancamentos, uso indevido de armas de fogo e homicídios. A Comissão concluiu que nos casos de abusos cometidos por policiais os inquéritos tendiam mais ao corporativismo do que ao esclarecimento das violações (HUMAN RIGHTS WATCH, 1997, p. 36).

Ainda sobre a questão do corporativismo nas instituições policiais, Bengochea *et al.* (2014, p. 123) destacam que “[...] se há um déficit de compreensão do fenômeno segurança e da polícia, o corporativismo apropria-se disso no seu interesse. [...] se a sociedade não consegue compreender a polícia, não consegue provocar as mudanças necessárias”.

Esta questão aparece, por exemplo, no caso de uma denúncia de 2002 na CorCME, de intervenção com resultado morte. O fato ocorrido foi noticiado no dia 26 de outubro de 2012 e a portaria de instauração do inquérito é datada de 28 de novembro de 2012, a qual ainda aguardaria publicação em boletim da Corporação Militar, seguida da remessa de todo material para o oficial encarregado da apuração. Neste momento,

grande parte dos meios probantes ou indícios da verdade real se esvaem. Em outro caso, as demais apurações do ano de 2012 apresentam o relato de um fato ocorrido no dia 18 de abril e 30 de outubro, com portarias de inquérito datadas de 20 e 28 de novembro de 2012, respectivamente, ou seja, neste ano nenhuma investigação foi iniciada logo após o fato, motivo que prejudica a produção de provas, limita a busca de informações consistentes, fragiliza a instrução processual e compromete qualquer possibilidade de ação penal com subsídios sólidos e claros.

Fator determinante no comprometimento das investigações feitas por oficiais das unidades operacionais é que, para muitos policiais militares, matar em serviço não é encarado como uma situação criminal, e sim um fato decorrente da própria natureza do serviço. Isso fica evidente nas respostas dadas por policiais militares entrevistados e perguntados sobre o que significa matar em serviço. Aqueles que já se encontraram nesta situação declararam que faz parte da atividade policial militar.

Desta maneira, o que esperar de uma investigação, quando aqueles que investigam não veem ilegalidade ou desvio de conduta nesse ato? Policiais militares entendem como ato legítimo do trabalho policial a utilização da força letal. Para Leandro (2010, p. 1325):

Considerando que a este procedimento se associa o corporativismo da força policial e uma ideologia corrente na força de que “bandido bom é bandido morto”, não é difícil compreender a inexistência dos esforços de verificação da veracidade ou não das informações prestadas pelos policiais nos registros de ocorrência, quando de suas incursões em favelas e periferias.

Para tanto, é necessário que a Corregedoria do CME exerça efetivamente o controle interno das unidades disciplinarmente subordinadas. Sobre controle interno Souza e Rocha (2013, p. 94) citam Franco e Marra (1991) para definir essa atribuição: “Todos os instrumentos de uma organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação que possam prever, observar e dirigir os acontecimentos de uma empresa, propiciando que os seus objetivos e metas sejam devidamente atingidos de maneira eficiente e econômica”.

Assim, a farda, que representa estar em serviço, ou em razão dela no momento da ocorrência de intervenção com resultado morte, proporciona uma espécie de proteção garantida pela apuração realizada por oficiais que servem nas mesmas unidades, e afasta, diante da limitação das investigações, a possibilidade de perda do uso do fardamento.

Com relação à formação na área jurídica, constatou-se que nos anos de 2012 e 2013, dos onze inquéritos policiais militares, somente em um, no ano de 2013, o encarregado possuía formação jurídica, uma vez que a única portaria de 2012 que designava um encarregado com bacharel em direito havia sido revogada. Para as sindicâncias de 2012, uma continha um oficial com formação jurídica e na outra foi designado um sargento do Batalhão de Choque sem qualquer formação superior.

Na análise dos dados de instaurações durante o ano de 2012 na Corregedoria do CME, outros dois casos de ocorrência com resultado morte foram apurados, não contabilizados porque surgiram através de informações de órgão de controle externo como a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. Porém, como os fatos ocorreram estando os militares no horário de folga, mas agindo em razão da função policial militar, ao reagir a tentativas de roubos, efetuaram disparos de arma de fogo que resultaram em mortes. Contudo, foram instauradas sindicâncias, instruídas por uma só pessoa, com prazo de quinze dias, sendo que em um dos casos a investigação foi delegada para um praça, e teve como resultado a legítima defesa e o respectivo arquivamento.

Por outro lado, quando um policial militar se envolve em uma ocorrência de homicídio e não está de serviço e sim no horário de folga, na maioria das vezes deixa de ser investigado por inquérito militar, uma vez que a apuração processa-se na Polícia Civil. Segundo nosso entendimento, um órgão com maior capacidade de investigação policial e utilização de métodos e procedimentos para levantamento de provas e indícios do que oficiais das unidades operacionais, que não possuem formação direcionada ao trabalho investigativo de polícia judiciária e cuja atividade principal é o policiamento ostensivo.

A importância atribuída ao papel das polícias como aplicadoras da lei e da ordem contra aqueles que cometem crimes sugere, por outro lado, que o uso não comedido da força física, por parte de policiais militares

e civis, em algumas operações de policiamento ostensivo e investigativo, pode resultar em casos onde estes, ao invés de serem vistos como forças que defendem o cidadão, são, ao contrário, percebidos como uma arma adicional na proliferação da violência (PINHEIRO, 2010). O controle social de uma polícia cidadã é aquele que sai da sociedade e entra para a polícia. É uma visão completamente diferente da atual. Para a Polícia Civil, o assunto é mais temido do que para a Polícia Militar (BENGOCHEA *et al*, 2014, p. 124).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por finalidade abordar a violência, neste caso cometida por policiais militares, passiva ou não de responsabilização criminal ou disciplinar, mas fundamentalmente a forma destas investigações e a participação necessariamente protagonista de oficiais corregedores responsáveis pelo controle disciplinar da circunscrição do Comando de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará, no sentido de assumirem efetivamente o papel de encarregados pelas apurações, deixando as delegações para casos de transgressões da disciplina e crimes de menor gravidade jurídica e social. Com isso, busca-se a profissionalização das investigações, a melhoria da credibilidade e a redução do corporativismo e resultados precários, fruto de apurações incompletas, evitando, a sensação de que não houve o mesmo tratamento para aqueles que são investigados por outros órgãos.

Como os inquéritos decorrentes de casos de morte por intervenção policial agregam uma complexidade diferenciada, com um intrincado de meios probatórios a serem coletados e reunidos para um parecer e decisão firme, é necessária a presença de oficiais com conhecimento acadêmico e profissional, dedicados para tal feito e distantes de interferências das unidades dos militares investigados.

Uma ação importante do Estado nesta problemática é o fortalecimento da Corregedoria com o aumento do efetivo das comissões disciplinares, bem como a criação de uma carreira de corregedores que permitisse maiores garantias no exercício da profissão, sem o temor de exonerações decorrentes de resultados de investigações indesejados por determinado grupo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. O Inquérito Policial em Questão – Situação atual e a percepção dos Delegados de Polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 26 Número 1 Janeiro/Abril 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v26n1/v26n1a04.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz. GUIMARÃES, Luiz Brenner. GOMES, Martin Luiz. ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>. Acesso: 22 fev. 2017.

BUENO, Samira. Letalidade na ação policial. In: LIMA, Renato Sérgio, RATTON, José Luiz e Azevedo, Rodrigo (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto. 2014.

BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**. Decreto lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1002.htm>. Acesso em: 22 fev. 2017.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Novos padrões de investigação policial no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00147.pdf>. Acesso em 20 fev. 2017.

FERRARESI, José Meneghini. **Investigação Policial de Homicídio: análise de métodos e técnicas e do procedimento policial**. Disponível em: http://www.justocantins.com.br/files/publicacao/Investigacao_Policial_de_Homicidios.pdf. Acesso: 15 fev. 2017.

LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. “Auto de resistência”: um estudo de caso das práticas institucionais no inquérito policial. Trabalho publicado nos **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI** realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3515.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

LEITE, M. P. As mães em movimento. In: Patrícia Birman; Márcia Pereira Leite. (Org.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre, UFRGS: EdUFRGS/Pronex-CNPq, 2004.

LOTHE, Adriana. **A letalidade da ação policial: parâmetros para análise**. Mapas do extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do Estado. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo./article/viewFile/507/423>. Acesso em: 15 fev. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH/Americas. **Brutalidade policial urbana no Brasil**. 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/hrw/james.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

MARS, Joan. “**Deadly force and the rule of law: the Guyana example**”, Policing: An International Journal of Police Strategies & Management (1998).Vol. 21, Iss 3.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. PAES, Vívian Ferreira. **Antropologia e Políticas Públicas: Notas sobre a avaliação do trabalho policial**. Cuadernos de Antropología Social n. 25, p. 51–70, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n25/n25a03.pdf>. Acesso: 23 fev. 2017.

MISSE, Michel. O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. In. **Revista Sociedade e Estado** – v. 26, n. 1 Janeiro/Abril 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v26n1/v26n1a02.pdf>. Acesso: 20 fev. 2017.

MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Sílvia. **Elemento Suspeito**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (org). **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PARÁ. **Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a organização básica e fixa efetivo da Polícia Militar do Pará, e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/nova%20nova.pdf>. Acesso: 22 fev. 2017.

_____. **Decreto nº 5.314, de 12 de junho de 2002.** Cria na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará, como órgão de direção setorial, sua Corregedoria. Disponível em: http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2002/BG_112_DE_17_JUN_2002.pdf. Acesso em: 20 fev. 2017.

PINHEIRO, Antonio dos Santos. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. In. **Revista Sociedade e Estado** - v. 28, n. 2 Maio/Agosto 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a08.pdf>. Acesso em 21. fev. 2017.

REIS, João. SOUZA, Jaime. Cultura policial e direitos humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. In: BRITO, Daniel. SOUZA, Jaime (Org.). **Na periferia do policiamento: Direitos humanos, violência e práticas policiais.** Belém: Paka Tatu, 2013.

SILVA FILHO, J.V. Homicídios: o que a polícia pode fazer? In: OLIVEIRA, N.V. (Org.). **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SAMPAIO, André. **A Justiça está a serviço da polícia.** Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/a-justica-esta-a-servico-da-policia-disse-foucault/>. Acesso em: 20 fev. 2017

VIEIRA, Oscar. Que reformar? **Estudos Avançados** v. 18, n. 51, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10008/11580>. Acesso em: 20 fev. 2017.

A ocorrência de incêndios em bairros periféricos e os limites da atuação do Corpo de Bombeiros

*Abedolins Corrêa Xavier
Jaime Luiz Cunha de Souza*

RESUMO

Este artigo trata das dificuldades enfrentadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) em suas ações de prevenção de sinistros e da relação dessas dificuldades com a incidência de incêndios nos bairros periféricos do município de Belém. Focalizam-se de maneira mais detida os atendimentos de incêndios realizados no período de 2007 a 2015 no bairro Guamá. São analisadas as informações coletadas no banco de dados do Sistema de Ocorrências de Bombeiros do CBMPA e em entrevistas com oficiais da Corporação. Constata-se que as dificuldades na realização de ações de prevenção devem-se à inexistência de regulamentação para habitações unifamiliares e à forma desordenada da ocupação do espaço urbano na periferia da cidade de Belém.

Palavras-chave: Bombeiros; Incêndio; Prevenção; Guamá.

1 INTRODUÇÃO

A incidência de incêndios nos bairros da periferia de Belém tem constituído um problema cuja extensão e cujas consequências ainda não foram adequadamente dimensionadas no que diz respeito tanto às perdas materiais quanto aos dramas pessoais que resultam de eventos dessa natureza. De acordo com os dados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), no período de 2014 a 2015, foram registradas 10.059 ocorrências de incêndio em todo o Estado do Pará. Nesse mesmo período, a cidade de Belém teve 2.691 incêndios registrados, o que equivale a aproximadamente 26% do total dos chamados atendidos, considerando-se

uma população residente no município de 1.446.042 habitantes, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No intuito de compreender os fatores que fazem com que as médias anuais de incêndios se mantenham em patamares elevados, busca-se, neste artigo, explicitar a conexão entre as características da ocupação espacial nos bairros periféricos da cidade de Belém e o número de incêndios atendidos pelo CBMPA nessas áreas. Dentre os bairros cujos dados são mencionados neste trabalho, tem destaque especial o bairro do Guamá, o qual apresenta, de acordo com o Censo 2010, uma população de aproximadamente cem mil habitantes, o que representa uma alta densidade demográfica, se consideradas as reduzidas dimensões espaciais nas quais se concentra essa população. Além disso, por uma série de outros fatores, entre os quais a falta de padrão das vias de circulação e a desorganização na forma de ocupação espacial, o bairro pode ser classificado como aglomerado subnormal¹.

Os incêndios que ocorrem nessas áreas caracterizam-se por sua rápida propagação devido ao tipo de material usado na edificação das habitações, que geralmente são feitas de madeira e de outros materiais de fácil e rápida combustão, o que contribui para que as perdas materiais sejam quase sempre totais. Com efeito, ainda há a dificuldade que as equipes de combate a incêndios enfrentam para chegar ao local a tempo de minimizar os prejuízos, devido à precariedade, à irregularidade e à inadequação das vias públicas para o tráfego das viaturas dos bombeiros, além da completa inexistência de hidrantes. As vítimas desses acidentes são qualificadas de duas formas, ambas com implicações no tipo de assistência que receberão do Poder Público: estarão na condição de desabrigadas ou de desalojadas².

¹ De acordo com o IBGE (2010), pode ser considerado aglomerado subnormal o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e por pelo menos uma das características a seguir: irregularidade das vias de circulação; irregularidade no tamanho e na forma dos lotes; carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

² De acordo com o *Manual de planejamento de emergências* do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (2000), “desabrigado” é aquele que necessita de ajuda do Sistema de Defesa Civil para a provisão de abrigo ou albergue; “desalojado” é o indivíduo que foi obrigado a abandonar sua habitação, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria, e que, não necessariamente, necessita ser abrigado pelo Sistema de Defesa Civil.

O bairro Guamá não recebeu, no processo de urbanização de Belém, a mesma atenção de outros bairros em relação às melhorias dos equipamentos e serviços públicos levados a efeito pelos legisladores municipais (RODRIGUES; LUZ; SARAIVA, 2014). Sua origem está diretamente ligada a um processo de ocupação desordenado iniciado no século XVIII, com a doação, pela Coroa portuguesa, de uma fazenda, localizada nas proximidades do igarapé do Tucunduba, como sesmaria a um donatário, para que o mesmo explorasse as riquezas existentes no local. Posteriormente, a referida área passou para a posse dos padres mercedários, mas, com a expulsão dessa ordem religiosa em 1794, como parte da política implementada pelo Marquês de Pombal, a área foi então doada à Santa Casa de Misericórdia, que construiu um leprosário no local (RAMOS, 2013). Devido ao preconceito e ao medo associados aos hansenianos (naquela época, chamados “leprosos”), a área ficou relativamente pouco povoada até o final do século XIX, quando começou a ser percebida a sua localização privilegiada à margem do rio Guamá e pela proximidade ao centro da cidade. Data dessa época a instalação de uma olaria destinada à produção de tijolos e telhas, com o objetivo de atender a demanda crescente da cidade de Belém. Paralelamente, o local passou a ser paulatinamente ocupado por pessoas de baixa renda vindas do interior do Estado ou deslocadas no processo de reforma urbana realizada nos bairros centrais de Belém no início do século XX. A razão principal desse fluxo de pessoas para o local pode ter sido a reduzida valorização dos terrenos da área por causa de seu baixo relevo, o que a colocava sob a influência direta de inunções tanto das chuvas quanto das enchentes do rio Guamá, mas também pode ter contribuído para esse fluxo a falta de regulamentação para a forma de ocupar o espaço e de construir. De fato, a situação da área era bem diferente daquela dos bairros centrais, onde a largura das ruas, o tamanho dos terrenos, o tipo de residências e até o material a ser utilizado nas construções precisavam seguir os critérios definidos pela administração municipal.

A consolidação da área na condição de bairro deu-se a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, quando houve um incremento na densidade populacional e então surgiram as primeiras ruas de terra batida – a Avenida José Bonifácio e a Estrada do Tucunduba –, abertas

pelos próprios moradores, sem o apoio do Poder Público municipal (RODRIGUES; LUZ, SARAIVA, 2014).

As condições precárias nas quais se deu a ocupação do bairro e o elevado número de incêndios que lá ocorrem suscitaram a necessidade de se fazer uma análise das circunstâncias peculiares ligadas a esse espaço e de sua vinculação com esse tipo de sinistro. As informações que subsidiaram as análises foram coletadas no banco de dados do Corpo de Bombeiros que passou a funcionar de forma relativamente confiável a partir de 2007; no entanto, a partir desse ano, começou a ser formado o Sistema de Cadastro de Ocorrências de Bombeiros (Siscob), desenvolvido pela Diretoria de Telemática e Estatística, o qual passou a fazer o registro digital das ocorrências. Tal sistema permitiu uma operação simples e óbvia, mas até então inexistente: a formação de um banco de dados com base nas chamadas atendidas no local dos sinistros.

Pelos motivos já expostos, definiu-se como recorte espacial deste trabalho a área de atuação operacional local³ do 1º Grupamento Bombeiro Militar (1º GBM), que corresponde aos bairros da Cremação, Condor, Jurunas, Guamá, Batista Campos e Terra Firme. O quartel do 1º GBM possui uma das maiores áreas de atuação operacional da Região Metropolitana de Belém, atendendo os bairros mais populosos da cidade.

As principais referências teóricas para a investigação são os estudos realizados por Cobin (2013a, 2013b, 2014) que tratam mais especificamente das peculiaridades da atuação do Corpo de Bombeiros, seus limites operacionais e parâmetros normativos. Foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com oficiais do CBMPA que desempenham funções estratégicas na corporação relacionadas ao gerenciamento do banco de dados, ao serviço técnico de prevenção de incêndios e ao planejamento operacional. As falas desses oficiais aparecem no corpo do texto designados pela letra “E”, seguida por um número, para distingui-los.

Cumprir registrar que a literatura sobre bombeiros no Brasil em sua maioria é composta de manuais técnicos que versam sobre a atividade

³ De acordo com a Portaria nº 259/2016, de 31 de março de 2016, do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, a área de atuação local é a parte da Região Metropolitana ou do interior do Estado onde atua a Unidade Bombeiro Militar, visando o menor tempo de resposta de atendimento.

desempenhada pelos bombeiros e que a produção acadêmica sobre essa categoria de trabalhadores é escassa; todavia esses manuais trazem alguns conceitos importantes para a definição do trabalho e do cotidiano dos bombeiros, por isso tais conceitos são utilizados nas discussões travadas no presente artigo. Dentre esses conceitos, destacam-se os de aglomerados urbanos, habitação precária, desabrigado e desalojado.

O artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente se faz uma sucinta reconstituição do processo de ocupação de bairros periféricos em Belém e das tentativas de implantar as ações do planejamento urbano que levaram à expansão das moradias precárias nas regiões periféricas da cidade; em seguida, analisa-se os dados da regulamentação contra incêndio no Estado do Pará; para finalizar, se discute as limitações do Corpo de Bombeiros em atuar preventivamente devido às falhas nos mecanismos de regulamentação das construções atualmente disponíveis.

2 O PLANEJAMENTO URBANO E A EXPANSÃO DA MORADIA PRECÁRIA

O planejamento urbano sempre esteve ligado aos interesses das classes mais abastadas, e isso significa que esses segmentos da população historicamente tiveram prioridade no atendimento de suas demandas e as necessidades dos segmentos menos favorecidos foram ignoradas ou localizadas entre as ações de baixa prioridade (VILLAÇA, 2004). No período compreendido entre 1875 e 1930, o planejamento concebido para a cidade de Belém seguiu a lógica nacional, voltando-se para o embelezamento da cidade, a qual deveria ser preparada para atrair investimentos capitalistas. Essa concepção de planejamento que norteava as ações do Poder Público local foi inspirada, pelo menos em suas linhas gerais, no que estava ocorrendo nas cidades europeias, como, por exemplo, em Madri e Barcelona, cidades que direcionavam suas ações muito mais para a valorização dos aspectos estéticos do que para a criação de equipamentos e serviços urbanos capazes de atender os diversos estratos sociais que compunham as populações. Como parte dessa estratégia de embelezamento, preconizava-se o deslocamento das pessoas de baixo poder aquisitivo que residiam nas áreas centrais das cidades para outras regiões, de preferência afastadas dos centros, com o intuito de liberar

aqueles espaços para a instalação de empresas, a construção de moradias de alto padrão e a especulação imobiliária. Em Belém, essa política teve especial destaque durante a administração de Antônio Lemos (1897-1911), período conhecido como *Belle Époque*, marcado pela valorização da área central da cidade, que passou a receber a totalidade dos investimentos da administração municipal, em detrimento das regiões periféricas da cidade, que já começavam a inserir-se, mesmo que de forma desorganizada, na dinâmica própria da vida urbana. Tais investimentos, oriundos de taxas e tributos arrecadados das atividades de extração e comércio do látex da seringueira – que nesse momento estava em plena expansão por tratar-se de matéria-prima estratégica nas indústrias inglesas e francesas –, proveram os recursos necessários às obras de embelezamento da cidade, entre as quais a construção do Teatro da Paz e dos palacetes Pinho e Bolonha.

Com essa estratégia de privilegiar investimentos nas áreas centrais, de relevo mais elevado e não sujeitas a alagamentos, pouco ou nada sobrou para as áreas de relevo mais baixo – onde se concentravam os segmentos mais pobres da população –, as quais se tornaram cada vez mais densamente povoadas na medida em que passaram a receber os grandes contingentes humanos deslocados compulsoriamente das áreas centrais onde anteriormente habitavam e aqueles que chegavam da região Nordeste do Brasil ou do interior do Estado do Pará em busca do mito da riqueza fácil, propalado com as notícias dos sucessos decorrentes das atividades ligadas à produção de borracha. Quando chegavam à cidade, as pessoas percebiam que havia uma enorme distância entre a esperança de enriquecimento que as havia mobilizado e a realidade local. Rapidamente constatavam que o enriquecimento era para poucos, restando aos demais uma vida miserável e cheia de desafios. Tais indivíduos não recebiam qualquer espécie de apoio do Poder Público, sendo obrigados a instalar-se em áreas insalubres, com total ausência de condições dignas de moradia, e não tendo a sua disposição serviços públicos básicos (ARAÚJO JÚNIOR, 2013).

No sentido oposto ao descaso com as áreas onde se localizavam os mais pobres, havia uma intensa preocupação em equipar o Corpo de Bombeiros para que atendesse com eficiência as regiões centrais da cidade. Para o CBMPA, a administração do intendente⁴ Antônio Lemos rendeu

⁴ Cargo equivalente a prefeito nos dias atuais.

grandes investimentos em instalações e recursos materiais; no entanto tais investimentos nem sequer consideravam as demandas dos bairros periféricos em formação.

Dentre as ações propostas por Antônio Lemos destinadas a promover investimentos no Corpo de Bombeiros, destaca-se a edição da Lei Municipal nº 161, de 18 de dezembro de 1897, que autorizou a gestão do Corpo de Bombeiros e seu efetivo a receber equipamentos doados pela administração municipal. Tal medida foi importante porque anteriormente os bombeiros estavam subordinados ao governo estadual e, pelo menos em tese, não poderiam receber investimentos da administração municipal. Com a disposição da administração municipal e com a aquiescência do então governador estadual Lauro Sodré, a doação dos equipamentos pôde ser feita. Essa prática foi definitivamente legitimada por meio do Decreto Estadual nº 538, de 5 de março de 1898, que passou a administração dos bombeiros para o município, e assim permaneceu até 1944, quando novamente retornou à tutela do Estado.

Segundo Menezes (2007), com o sensível crescimento da cidade e a necessidade de expansão dos serviços públicos e de combate a incêndio para bairros mais afastados, Antônio Lemos determinou a criação de sucursais de bombeiros. Em 1903, é inaugurada a primeira sucursal de bombeiros de Belém, localizada no bairro Cremação. Essa foi uma das poucas ações de expansão dos serviços da corporação para outras áreas além do centro da cidade, mas que seguiu a lógica de modernização da cidade, se levarmos em consideração que foi instalada ao lado da usina de cremação de lixo, um dos ícones da modernidade na época. Os já mencionados grandes investimentos da era Lemos possibilitaram que a corporação fosse considerada nessa época uma das mais bem equipadas do país (MENEZES, 2007).

A quase totalidade do planejamento urbano realizado na época não visava à integração da cidade como um todo, pois privilegiava algumas áreas em detrimento de outras. Um dos primeiros planos em que se passou a pensar a cidade no seu conjunto foi o que os urbanistas denominavam “plano geral” (VILLAÇA, 2004). Esse plano geral não mais visava o melhoramento de áreas específicas, geralmente pertencentes ao centro urbano; antes, buscava, pelo menos em tese, abranger toda

a cidade, seus aspectos e problemas. Um dos marcos desse modelo de planejamento é o que se tornou conhecido como Plano Diretor, o qual pode ser compreendido como uma espécie de plano geral para a cidade.

As discussões sobre a necessidade de construção do Plano Diretor para as cidades se intensificam após a Constituição de 1988 e surgem como uma forma de apaziguar as tensões entre os segmentos sociais economicamente privilegiados, que haviam sido contemplados com os serviços públicos nos períodos anteriores, e os demais segmentos, que passaram a ganhar peso político e visibilidade social durante o período da redemocratização (TAVARES, 1997). Com a promulgação da Constituição de 1988, torna-se obrigatório que todas as cidades com população acima de vinte mil habitantes possuam um plano diretor que deve ser aprovado pela Câmara Municipal de cada cidade, de acordo com o artigo 182 do referido diploma legal. Assim, o plano diretor passa a ser encarado como uma panaceia capaz de, por si só, resolver todos os problemas da sociedade.

A ideia equivocada de que o plano diretor seria um antídoto contra todos os males englobando soluções para os problemas de infraestrutura urbana, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros, teve como desdobramento um forte interesse imobiliário pelos espaços urbanos, que passaram a ser vistos como uma mercadoria de grande valor e objeto de investimentos especulativos (VILLAÇA, 2004). A especulação imobiliária que acompanhou esse processo acabou por expulsar a população de baixa renda cada vez mais para longe do centro, originando espaços que, pela precariedade com que foram constituídos, ainda se expandem como aglomerados subnormais, de acordo com a classificação do Censo 2010.

O Plano Diretor em vigência para o município de Belém foi promulgado por meio da Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008 (BELÉM, 2008), que revogou a Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993 (BELÉM, 1993). Tal plano tem como objetivo estabelecer diretrizes visando o desenvolvimento urbano e socioeconômico do município; ele traz em seu bojo um conjunto de definições para as políticas setoriais do município, as quais orientam a organização do espaço e outras formas específicas de disposição do espaço urbano, retomando a abordagem de temas, como habitação, saneamento básico, política ambiental, entre outros.

Para Tavares (1997), o plano diretor é um dos principais elementos da reforma urbana preconizada pelos movimentos sociais na busca

da reestruturação do espaço urbano. Segundo a autora, as principais potencialidades do Plano Diretor Urbano de Belém, de 2008, estão relacionadas ao direito à cidadania urbana, à gestão democrática da cidade e à função social da propriedade. Ainda de acordo com a autora, no campo teórico, o plano constitui um potencial instrumento de força para a efetivação do pacto territorial urbano, tendo em vista uma gestão com qualidade, democrática e igualitária. A autora também mostra que seus limites devem-se a não efetivação das propostas trazidas pelo documento. Tais limites decorrem, entre outros motivos, da estruturação administrativa ineficaz atrelada às elites locais, do recuo nos investimentos públicos nos espaços urbanos metropolitanos, da persistência do pensamento meramente técnico na política para o espaço urbano, da falta de conhecimento dos administradores e da população sobre o espaço urbano, do não envolvimento dos setores marginalizados na elaboração do planejamento, do conservadorismo e da corrupção das estruturas políticas locais, do crescimento territorial e político administrativo das cidades, da desmobilização, do fraco nível de organização e da falta de consciência de direitos por parte da sociedade civil e, finalmente, do despreparo dos quadros técnicos da administração pública.

Apesar da expansão das áreas destinadas à especulação imobiliária, que se foram paulatinamente projetando a partir do centro da cidade, alguns espaços, desde o início do século XX, experimentaram um processo de ocupação desordenada. Nesses locais, o planejamento urbano não se consolidou de fato ou foi falho; como consequência, a interação com o Estado é marcada por conflitos (HAESBAERT, 2014; RAFFESTIN, 1993).

O grande contingente populacional das áreas periféricas ocupadas principalmente por pessoas pobres (ARAÚJO JÚNIOR, 2013) e a falta de condições de infraestrutura urbana acabaram por contribuir para a configuração de um espaço urbano desorganizado quanto à sua estrutura habitacional. A carência de serviços essenciais para a população faz com que muitas vezes seu principal contato com o Estado nessas áreas seja por meio dos agentes de segurança pública. As ações de policiamento, ostensivas ou repressivas, destinadas a coibir ações delitivas, são como a “mão” do Estado sobre o cidadão. Apesar de sua presença em situações traumáticas, os bombeiros mantêm uma relação com a população bastante amistosa, pois prestam-lhe auxílio nos casos de sinistro e de calamidade pública.

O Estado do Pará possui a maior incidência de aglomerados subnormais da região Norte, totalizando 248 dos cerca de 6.300 catalogados em todo o Brasil. Tal número corresponde a 53% do número desse tipo de ocupação na região Norte. O número de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais é 324.526, e a população residente chega a 1.267.159 pessoas no Estado (IBGE, 2010).

O Censo 2010 aponta que a cidade de Belém possui 101 áreas consideradas aglomerados subnormais e 193.557 domicílios particulares ocupados sob essa condição. Têm destaque, para este estudo, as áreas da bacia do Tucunduba, que compreende áreas pertencentes aos bairros Guamá, Canudos e Terra Firme. Essas áreas têm, respectivamente, 21.656, 5.944 e 35.111 habitantes. Destacam-se também a área denominada Riacho Doce (com 4.905 pessoas), a baixada do Guamá (com 29.609 pessoas) e a baixada da Ezeriel (com 2.524 habitantes), todas localizadas no Guamá. Destacam-se ainda como aglomerados subnormais de Belém as baixadas da Estrada Nova e do Jurunas (com uma população de 53.129 habitantes), a área da Estrada Nova pertencente ao Guamá (com 14.632 habitantes) e a baixada da Condor (com 38.873 pessoas).

Nos casos de incêndio, dadas as características das construções nessas áreas, os eventos acabam por tornarem-se grandes desafios para a atuação dos bombeiros. Em geral, as vias de acesso são estreitas e comportam uma grande aglomeração de pessoas e veículos, o que dificulta o deslocamento dos bombeiros até um ponto adequado a partir do qual podem combater as chamas. Outro fator importante nos espaços assim constituídos é que não existe a preocupação com a compartimentação horizontal⁵, sendo as casas em sua maioria dispostas de maneira contígua, sem espaços a separá-las, o que facilita a propagação do fogo. De acordo com o nº 28 da *Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros – Manual de combate a incêndio em habitação precária (MCIHP) – do Corpo dos Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2006)*, a abundância de material combustível e a sobrecarga nas instalações elétricas são as principais causas de incêndios, e são justamente essas condições as responsáveis pela incidência de incêndios nos aglomerados subnormais de Belém.

⁵ É a característica da construção, concebida pelo arquiteto ou engenheiro, na qual há a divisão em nível (cômodos) com vedação térmica e estanqueidade contra fumaça.

3 REGULAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

A regulamentação de segurança contra incêndio no Estado do Pará está baseada em leis e decretos estaduais, tendo importância fundamental a Lei nº 5.088, de 19 de setembro de 1983 (PARÁ, 1983), que alterou a Lei nº 4.453, de 22 de dezembro de 1972, a qual havia criado o serviço de proteção e prevenção contra incêndio. Outro marco do combate a incêndio é o Decreto nº 357, de 21 de agosto de 2007 (PARÁ, 2007), que regulamenta a segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco. Essas leis determinam que os proprietários urbanos responsáveis pela construção de novos edifícios apresentem projetos e documentos que comprovem a conformidade da obra com as exigências de prevenção contra incêndio definidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, as quais serão verificadas posteriormente *in loco* após a análise do projeto técnico da construção durante a vistoria. Mesmo as edificações construídas em período anterior à edição do Decreto nº 357/2007 devem adequar-se às medidas de segurança previstas nesse decreto e apresentar tal adequação ao Corpo de Bombeiros.

Apesar do alcance limitado dessa lei, pois não trata das residências unifamiliares, os procedimentos definidos enquadram-se em um conjunto de ações preventivas mundialmente reconhecidas como necessárias. De acordo com Cobin (2013b), os regulamentos de combate a incêndio visam proteger o patrimônio, salvaguardar vidas e garantir uma melhor qualidade e mais segurança às atividades humanas. Para o autor, a regulamentação contra incêndio visa o bem comum, a coletividade, embora possa também servir a outros interesses, inclusive os de natureza econômica. Ainda é esse autor quem esclarece ter sido a perspectiva econômica extremamente importante para o desenvolvimento constante das normas de prevenção: as perdas materiais e humanas decorrentes de incêndios têm efeitos econômicos, não só por impactarem indivíduos particulares e empresas, mas também por atingirem as empresas seguradoras, que precisam prevenir-se no sentido de minimizar as possibilidades de ter de arcar com os prejuízos eventualmente sofridos por seus segurados. Nesse sentido, a definição de regras objetivas para a atuação do Corpo de Bombeiros e a fiscalização de sua aplicação orientam a relação dos sujeitos – indivíduos

ou empresas – com a prevenção de incêndios. Assim, os regulamentos contra incêndios existem para reduzir as incertezas e atribuem ao Corpo de Bombeiros um papel fundamental na formulação de regras e na fiscalização de seu cumprimento (COBIN, 2013a, 2013b).

Embora a regulamentação tenha como finalidade o atendimento do interesse público, Cobin (2013b, 2014) questiona até que ponto ela é benéfica ou eficiente e em que medida a regulação contra incêndio efetivamente aumenta a segurança pública, visto que o comportamento humano de acatamento ou de rejeição das normas pode ser um fator decisivo para as ocorrências de incêndios. Outro fator a ser tomado em consideração é a maneira como os profissionais responsáveis pela fiscalização cumprirão as diretrizes estabelecidas nas normas.

As dificuldades anteriormente mencionadas somam-se àquelas relativas à impossibilidade de realizar uma fiscalização efetiva, devido à inexistência de regras que definam o que deve ser fiscalizado, o que torna qualquer fiscalização um simples trabalho de orientação que depende totalmente da aceitação daquele que é fiscalizado, uma vez que a fiscalização feita nesses termos perde quase todo o seu poder coercitivo.

Essa situação específica encontra-se presente nos aglomerados subnormais que, de acordo com o nº 28 da Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros – Manual de combate a incêndio em habitação precária (MCIHP) – do Corpo dos Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2006), são um tipo de ocupação espacial desorganizada cujas características principais são: a falta do título de propriedade, a irregularidade das vias de circulação, a diversidade de tamanho e de forma dos lotes e a carência de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.

Nesses locais, as edificações não seguem um padrão de compartimentação de construção e muitas das habitações que fazem parte desse tipo de território são precárias. A precariedade das habitações pode ser considerada o elemento definidor das submoradias, e essa precariedade decorre da não observação dos padrões urbanísticos e do zoneamento municipal e da não conformidade, total ou parcial, com os parâmetros técnicos da construção civil convencional.

No caso do Estado do Pará, e mais especificamente dos aglomerados subnormais localizados na cidade de Belém, esses espaços não são

submetidos a qualquer norma reguladora, uma vez que o Decreto nº 357/2007 (PARÁ, 2007), que dispõe sobre as condições de segurança contra incêndio, é taxativo ao afirmar que as normas a que se refere o decreto não se aplicam às residências exclusivamente unifamiliares⁶ e às residências exclusivamente unifamiliares localizadas no pavimento superior de ocupação mista⁷ com até dois pavimentos e que possuam acessos independentes. Assim, moradores de áreas cuja maioria das habitações é feita de forma irregular, como é o caso das periferias, somente entram em contato com o trabalho dos bombeiros na ocasião em que o incêndio já está ocorrendo em suas residências. O trabalho dos bombeiros nesses casos é puramente reativo, ou seja, apenas se inicia depois de deflagrado o incêndio.

4 ATENDIMENTO REATIVO DEVIDO À FALTA DE PREVENÇÃO

As ocorrências envolvendo incêndio não são as mais frequentes quando comparadas com outros tipos de atendimentos realizados pelo CBMPA; entretanto, devido ao potencial de dano desse tipo de sinistro, são as que merecem maior atenção das equipes do Corpo de Bombeiros, pois, além das perdas materiais, também podem levar à perda de vidas humanas.

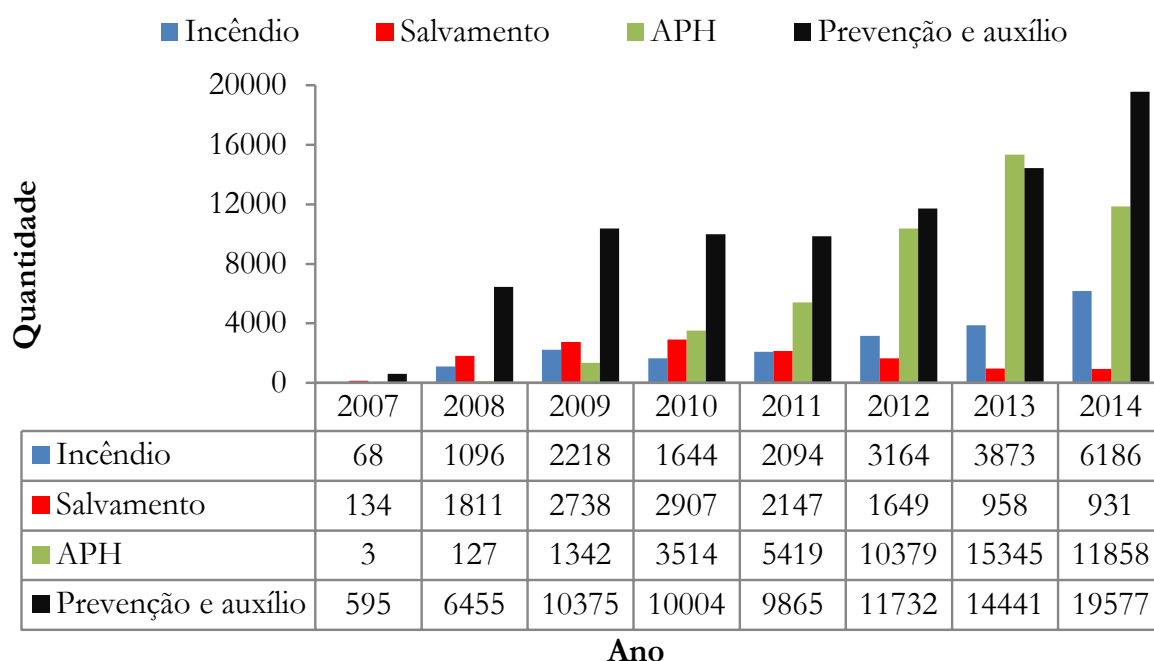
A Figura 1 mostra o número de ocorrências atendidas pelo CBMPA no período de 2007 a 2015. Esse lapso temporal representou um momento de transição em que se consolidaram os registros de atendimento. Antes esses registros eram feitos em papel em cada unidade do Corpo de Bombeiros e, posteriormente, encaminhados à Diretoria de Telemática e Estatística para que fossem contabilizados e ajudassem a compor o relatório anual para o registro *on line* de todos os atendimentos. Entre 2007 e 2009, ainda havia uma forma mista (papel e *on line*) de registro, que foi paulatinamente dando lugar ao registro *on line*. Esse período de transição durou até 2009, quando então todos os registros eram feitos *on line*, passando as informações

⁶ Residências unifamiliares são habitações que comportam pessoas e nas quais não são desenvolvidas atividades econômicas.

⁷ Ocupação mista é aquela cujo uso é destinado a mais de um fim, por exemplo, econômico e habitação de pessoas.

imediatamente a compor o banco de dados geral do Corpo de Bombeiros, o que possibilitava a criação de estatísticas de atendimento a qualquer momento.

Figura 1: Número de ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, no período de 2007 a 2015



Fonte: Dados do Siscob, em dezembro de 2016.

Nota: APH- Atendimento pré-hospitalar.

Os principais tipos de atendimento realizados pelo CBMPA são: o atendimento pré-hospitalar (APH), realizado por equipes especializadas antes da chegada do paciente ao hospital; o salvamento, caracterizado pelo livramento da pessoa atendida em relação a um determinado perigo; as atividades de prevenção e auxílio⁸, aquelas em que o Corpo de Bombeiros atua na comunidade, como o corte de árvores em risco iminente de queda e a captura de animais; e os incêndios, que correspondem aos atendimentos em que o evento envolve fogo e necessita da intervenção dos bombeiros para ser controlado (ELMQVIST *et al.*, 2010).

⁸ Prevenção e auxílio correspondem a uma única categoria no banco de dados do CBMPA, não podendo ser separados. Ambos indicam a presença física do bombeiro *in loco*, objetivando diminuir a possibilidade da ocorrência de incêndio e de pânico, sem que necessariamente ocorra a intervenção direta dos bombeiros em algum sinistro.

O responsável pelo gerenciamento e pela programação do Siscob, que neste trabalho identificamos como E1, informa que, até o ano de 2009, havia problemas de subnotificação devido à falta de rigor na cobrança do registro das ocorrências atendidas pelas equipes de bombeiros. Ainda segundo E1, a partir de 2010, devido a um maior rigor no acompanhamento desses procedimentos, a subnotificação diminuiu, e os dados registrados passaram a refletir mais fielmente o número e a tipificação das ocorrências. Esse rigor resultou da intervenção direta dos comandantes das unidades, que foram instados pelo comando geral da instituição a cobrar de seus subordinados a rigorosa inserção de dados no sistema das ocorrências atendidas.

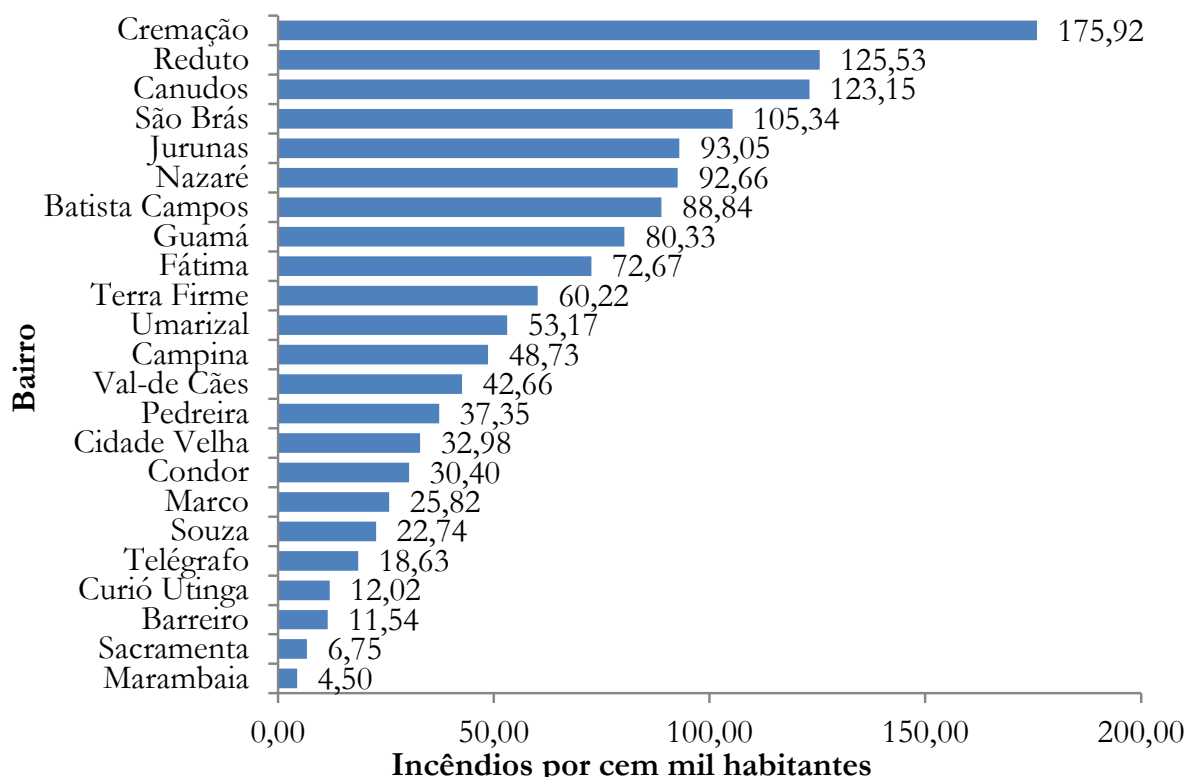
A Figura 2 apresenta o número de registros de ocorrências por bairro para cada cem mil habitantes. Observa-se que as maiores taxas de incêndios em residências atendidos pelo quartel do 1º GBM concentram-se nos bairros da Cremação, Reduto e Canudos com 175,92 (equivalente a 55 atendimentos); 125,53 (equivalente a 08 atendimentos) e 123,15 (equivalente a 17 atendimentos) respectivamente.

A taxa de incêndio por bairro está diretamente relacionada ao número de eventos ocorridos e sua população. Assim, se pode observar um índice alto para o bairro do Reduto, dado o elevado número de registros em relação à pequena população residente naquele bairro (6.373 pessoas). Em contrapartida, o bairro Guamá, embora sendo o mais populoso da cidade de Belém, com 94.610 habitantes (BELÉM, 2010), somado ao número significativo de habitações precárias, além de possuir o maior número de ocorrências, com 76 atendimentos para o período de 2007 a 2015, acaba por apresentar taxa de incêndio de 80,33 que é inferior a bairros como São Brás, Jurunas, Nazaré e Batista Campos, todos estes com população em menor quantidade do que a registrada para o Guamá.

Bairros como São Brás (19.936 habitantes) e Nazaré (20.504 habitantes), com taxas de 105,34 (equivalente 21 atendimentos) e 92,66 (equivalente 19 atendimentos) respectivamente, obtiveram maior taxa de incêndios em residências para o período do que Terra Firme (61439 habitantes e 37 registros) e Condor (42758 habitantes e 13 registros), cujas populações são maiores, com menor poder aquisitivo e cujas habitações são mais precárias. Os entrevistados atribuem essa incongruência dos dados

a falhas no registro das ocorrências à variável humana, que, no processo de registro, ainda necessita de melhor treinamento e de maior controle.

Figura 2: Número de incêndios residenciais atendidos pelo quartel do 1º Grupamento Bombeiro Militar no período de 2007 a 2015



Fonte: Dados do Siscob, em dezembro de 2016.

De acordo com E1, as falhas referem-se ao fato de que a proximidade geográfica entre os bairros e a falta de delimitação clara de seus limites geram equívocos no preenchimento do cadastro das ocorrências, o que faz com que sinistros atendidos em um determinado bairro sejam eventualmente registrados como se houvessem ocorrido em outro que lhe é contíguo. Por exemplo, as ocorrências atendidas no bairro da Condor muito frequentemente são registradas como se houvessem sucedido no bairro Cremação devido à proximidade desses bairros e à imprecisão de seus limites. Como consequência, pode ocorrer o subregistro das ocorrências em um bairro e o sobrerregistro em outro bairro. Situação similar também ocorre entre os bairros Canudos e São Brás.

Descontadas as situações de subregistro ou de sobrerregistro, a incidência relativamente elevada de incêndios em bairros com habitações

mais bem estruturadas, como, por exemplo, São Brás e Nazaré, pode ser explicada, de acordo com E2, pela falta de ações preventivas do CBMPA.

Tal ausência seria justificada, segundo o CBMPA, pela não existência de normatização de prevenção para residências unifamiliares e, portanto, pela desinformação da população quanto aos cuidados relativos à prevenção de sinistros. Essas alegações, obviamente, podem ser contestadas, visto que não há qualquer norma que proíba os bombeiros de orientar a população quando considerem necessário, pois, mesmo sem a regulamentação técnica, há comportamentos de risco que não necessitam de normas para que sejam percebidos e se tornem objeto de intervenções sistemáticas da instituição

Um exemplo evidente da mencionada objeção foi colhido na própria fala desse entrevistado quando ele afirma que as habitações que abrigam pessoas com mais poder aquisitivo nem sempre possuem instalação elétrica feita de forma adequada, principalmente as habitações mais antigas, com poucas tomadas de energia, quase sempre subdimensionadas; nesse tipo de habitações, geralmente há uma quantidade maior de equipamentos elétricos, e a falta de informação ou a simples negligência fazem com que diversos desses aparelhos sejam ligados à mesma tomada, gerando sobrecarga da rede, aquecimento e conseqüentemente incêndios.

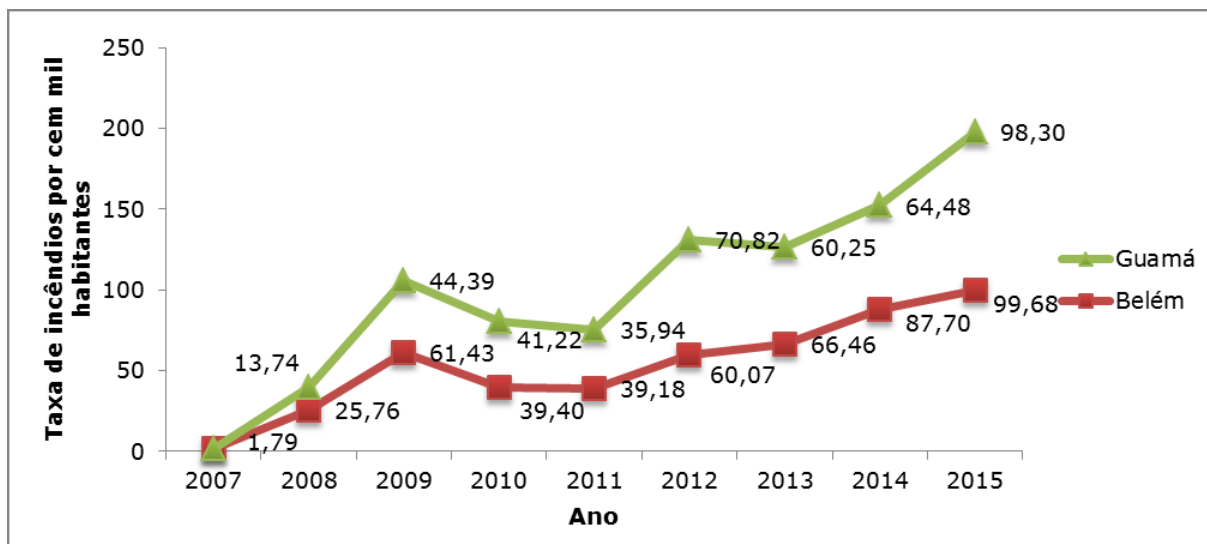
Se tal contexto tem efeito potencialmente grave nos bairros onde residem pessoas de maior poder aquisitivo e possivelmente com mais informação, mais graves ainda são os efeitos nos bairros periféricos onde se somam a todos os fatores anteriormente mencionados, o tipo de material com o qual são realizadas as construções, geralmente madeira, a grande concentração de residências no mesmo terreno e a precariedade das vias de acesso, que dificultam sobremaneira a rapidez e a eficiência do atendimento pelos bombeiros.

A Figura 3 apresenta a taxa de incêndios por ano na cidade de Belém e no bairro do Guamá por cem mil habitantes. Considera-se de acordo com o anuário do município, a população da cidade de Belém como sendo de 1.393,399 habitantes. No intervalo entre 2007 a 2015 foram atendidas 6.709 ocorrências de incêndio em Belém pelo Corpo de Bombeiros, gerando taxas anuais de 1,79 em 2007 (equivalente a 25 registros); 25,76 em 2008 (equivalente a 359 registros); 61,43 em 2009 (equivalente a 856 registros); 39,40 em 2010 (equivalente a 549 registros);

39,18 em 2011 (equivalente a 546 registros); 60,07 em 2012 (equivalente a 837 registros); 66,46 em 2013 (equivalente a 926 registros); 87,70 em 2014 (equivalente a 1.222 registros) e 99,68 em 2015 (equivalente a 1389 registros). A partir dos dados observa-se um aumento crescente nas taxas de incêndios em Belém entre os anos de 2007 a 2015.

Ainda de acordo com a figura 3, as taxas anuais de incidência de incêndios para o bairro do Guamá são de 13,74 em 2008 (equivalente a 13 ocorrências atendidas); 44,39 em 2009 (equivalente a 42 ocorrências atendidas); 41,22 em 2010 (equivalente a 39 ocorrências atendidas); 35,94 em 2011 (equivalente a 34 ocorrências atendidas); 70,82 em 2012 (equivalente a 67 ocorrências atendidas); 60,25 em 2013 (equivalente a 57 ocorrências atendidas); 64,48 em 2014 (equivalente a 61 ocorrências atendidas) e 98,30 em 2015 (equivalente a 93 registros). Em números absolutos dos 6709 registros de incêndio para a cidade de Belém, 406 foram ocorridos no Guamá. Daí se observa que as taxas de incêndio para o bairro do Guamá cresceram ao longo dos anos, acompanhando o mesmo movimento ascendente das taxas de incêndio para o município de Belém.

Figura 3: Número de incêndios no município de Belém e no bairro do Guamá, no período de 2007 a 2015



Fonte: Dados do Siscob, em dezembro de 2016.

Nota: Não houve registro de incêndios para o ano de 2007 no Guamá.

A partir de 2012, as estatísticas do Corpo de Bombeiros apresentam um aumento gradual na taxa de registros de incêndios por ano na cidade.

Tal movimento crescente foi acompanhado no bairro Guamá com exceção de 2013. Com relação a esse aumento, o entrevistado E1 comenta:

Basicamente se percebe que 2009 e 2012 são pontos fora da curva, o que se presencia neste gráfico é o crescimento contínuo do número de ocorrências. O crescimento desse número de ocorrências se deve à aquisição de viaturas, basicamente, quanto mais viaturas o bombeiro adquire, mais ocorrências ele atende. Entretanto, se tem um crescimento além do esperado nos anos de 2009 e 2012, pode ser relacionado a uma cobrança maior no preenchimento dos cadastros e algum tipo de ação ou cobrança mais intensificada ou criação de quartéis que acompanham essa evolução no gráfico.

Comentários no mesmo sentido são feitos por E3, comandante operacional do CBMPA, ao esclarecer que o aumento do número de sinistros que aparecem nos dados estatísticos pode ser explicado não necessariamente pelo aumento real do número de ocorrências, mas pelo aprimoramento do manuseio das informações. Segundo esse entrevistado, “um dos primeiros motivos é a informatização dos relatórios, o outro motivo é a maior cobrança na confecção desses relatórios no formato digital; se está cobrando mais esta confecção [...]”. No entanto, mesmo considerando a questão da melhoria dos registros, o número de sinistros atendidos no bairro Guamá é bastante elevado, pois as ocorrências em residências atendidas pelas equipes do Corpo de Bombeiros no período de 2007 a 2015 chegaram a 406 atendimentos.

As equipes de bombeiros do quartel do 1º GBM atenderam um total de 76 chamadas para o bairro do Guamá; sendo que em 64 dessas chamadas, não foi possível verificar a origem dos focos dos incêndios porque somente 16 perícias de incêndio⁹ foram realizadas. A falta de perícias tem uma consequência extremamente negativa, pois sua não realização praticamente impossibilita a construção de um banco de dados

⁹ A perícia de incêndio corresponde às ações destinadas a investigar as causas dos incêndios nos locais afetados pelos sinistros por integrantes do CBMPA possuidores de curso de especialização militar específico para tal fim. Esse tipo de perícia não possui caráter forense.

sobre as causas; sem a coleta de informações concretas, torna-se cada vez mais difícil propor ou implementar estratégias de prevenção que tenham um grau de eficiência razoável, restando apenas ações esporádicas e pontuais, como, por exemplo, palestras, distribuição do kit gás de cozinha (conjunto de regulador de pressão, mangueira e braçadeiras), distribuição de panfletos e orientações gerais de segurança dadas à comunidade. A fala do entrevistado E1 é bastante esclarecedora do alcance de tais medidas:

Todo ano, o bombeiro tem um projeto chamado “Bombeiro na Comunidade”, que tenta fazer essa conscientização da população com a cultura de prevenção de incêndio, através de palestras e da distribuição de kits gás, que são os medidores de pressão dos botijões de gás de cozinha, só que são em pequenas áreas em alguns bairros de Belém, naqueles mais carentes nesse tipo de informação se faz uma conscientização todo ano.

O entrevistado E2, por sua vez, enfatiza a importância do projeto, mas concorda quanto ao seu alcance limitado, ao explicar que tal projeto é desenvolvido de forma pontual, em determinadas épocas do ano que coincidem com as datas comemorativas das Corporações de Bombeiros do Brasil e do Estado do Pará, respectivamente julho e novembro. Segundo ele, a expansão das ações destinadas à prevenção de incêndios é uma necessidade incontornável sob pena de consequências cada vez mais graves. Ele ainda acrescenta:

Aumentar e intensificar as ações na comunidade passando mais informações sobre medidas de segurança contra incêndio e pânico, procedimentos a serem adotados em cada tipo de situação, o que deve e o que não se deve fazer, e esclarecer a população como proceder em uma situação de incêndio e também na área prevenção.

Com base no exposto, os entrevistados concordam que é inquestionável a importância de integrar a atividade de prevenção a ações voltadas para a comunidade, da mesma forma que também parece evidente a falta de sistematicidade das ações preventivas e as dificuldades operacionais

decorrentes da especificidade do atendimento dos bombeiros aos núcleos urbanos de residências classificados como aglomerados subnormais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com instruções da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, contidas no programa do Curso de Bombeiro Educador, a prevenção de sinistros dá-se em dois campos distintos, porém estreitamente relacionados, embora muitas vezes não se apresentem como tal: um campo relativo às normatizações e regulamentações de atividades de prevenção contra incêndio e pânico, e outro vinculado à relação do bombeiro com a comunidade (Brasil, 2014). Os dados apresentados no presente trabalho apontam para a necessidade cada vez mais urgente de consolidar e ampliar os dois campos de ação, visto que a atuação do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará apresenta deficiências em ambos os campos.

A mencionada recomendação e a incipiência das ações levadas a efeito pelo CBMPA no intuito de cumpri-la são especialmente preocupantes para a prevenção nos bairros periféricos da cidade, com seus aglomerados subnormais, suas habitações unifamiliares precárias, praticamente sem ações preventivas contra incêndio minimamente consistentes, como, por exemplo, o bairro do Guamá. Nesses locais, as ações do Corpo de Bombeiros são caracteristicamente reativas, as ações preventivas são raras, esporádicas e incipientes, e o resultado final, quase sempre desastroso, o que torna ainda mais difíceis as condições daqueles que estruturalmente já se encontravam em desvantagem social mesmo antes do sinistro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R. **Planejamento urbano-ambiental na cidade de Belém (PA):** Reflexões sobre o PROMABEN. Desenvolvimento e Meio Ambiente. 2013. p 179-192.

BELÉM. Câmara Municipal. **Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993.** Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras

providências, 1993. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/pdu_belem.pdf. Acesso em: 24/11/2016.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências, 2008. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf. Acesso em: 24/11/2016.

_____. **Anuário Estatístico de Belém**. Prefeitura de Belém, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Bombeiro Educador**. Brasília, DF, 2014.

COBIN, John M. The effectiveness of Delhi's fire safety regulation amidst poverty, ignorance, corruption and non-compliance. **Economics Affairs**, London, v. 33, n. 3, p. 361-378, Oct. 2013a.

_____. The enterprise of fire safety services in Lagos, Nigeria. **The Independence Review**, v. 17, n. 3, p. 379-414, 2013b.

_____. Theory review: does fire safety regulation work? Lessons from Turin. **Planning Theory**, v. 13, n. 2, p. 189-209, 2014.

CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de combate a incêndio em habitação precária**. São Paulo, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros, n. 28). Disponível em: <http://www.bombeiros.com.br/new/mtb/28-incendio%20habita%C3%A7%C3%A3o%20precaria.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de Planejamento de Emergência**. Rio de Janeiro, 2000.

ELMQVIST, Carina; BRUNT, David; FRIDLUND, Bengt; EKEBERGH, Margaretha. Being first on the scene of an accident: experiences of “doing” prehospital emergence care. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 24, n. 2, p. 266-273, June 2010.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. **Censo demográfico**. Brasília, DF. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01/03/2016.

MENEZES, José. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. Belém, Delta Gráfica e Editora. 2007.

PARÁ. **Lei nº 5.088, de 19 de setembro de 1983**. Cria o serviço de proteção e prevenção contra incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.cbmpa.com.br/>. Acesso em: 10/10/2013.

_____. **Decreto nº 357, de 21 de agosto de 2007**. Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico das edificações e áreas de risco. Disponível em: <http://www.cbmpa.com.br/>. Acesso em: 10/10/2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática. 1993, p. 269.

RAMOS, J. M. T. **A história da ocupação urbana no Tucunduba Belém PA**. Trabalho apresentado na IV Reunião Equatorial de Antropologia, Fortaleza, 2013.

RODRIGUES, J. E. C.; LUZ, L. M. da; SARAIVA, J. S. Análise morfológica dos bairros de Nazaré e Guamá no processo de redução das áreas verdes e urbanas no município de Belém-PA. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6, São Paulo, 2014. **Anais...** São Paulo, Cieta. 2014, p. 2813-2838.

TAVARES, M. G. da C. **Planos diretores como instrumento de reforma urbana**: potencialidades e limites. O exemplo do Plano Diretor Urbano, Belém-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, Recife, 1997. **Anais...** Recife, Anpur, 7. 1997, p. 294-320.

VILLAÇA, F.. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: C. DEÁK; S. R. SCHIFFER (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, Edusp. 2004, p. 169-244.

O trabalho policial feminino na ROTAM: dos entraves ao reconhecimento profissional

*Regina Ferreira Lobato
Jaime Luiz Cunha de Souza*

RESUMO

O texto discute a atuação de mulheres da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) nas unidades denominadas tropas especiais. O escopo da pesquisa é captar a percepção que as mulheres têm de suas experiências como membros da Ronda Tática Metropolitana (ROTAM), tropa de elite da PMPA. A abordagem é qualitativa, os sujeitos são mulheres que atuaram nessa tropa, mas já a deixaram. Os resultados indicam que as mulheres entraram na ROTAM movidas pela admiração que sentiam por essa Unidade ou atendendo a um convite para atuarem no setor administrativo. Elas manifestaram não ter percebido distinção entre as atividades realizadas por homens ou por mulheres e acreditam que gozavam da confiança dos companheiros de trabalho do sexo masculino; também afirmam não terem sofrido qualquer tipo de assédio. As entrelinhas de suas falas, no entanto, indicam o contrário, seja pelas funções que efetivamente desempenharam, seja pela forma como, em alguns casos, consideraram natural o assédio.

Palavras-chave: Polícia; Mulheres; ROTAM; Assimetria; Assédio.

1 INTRODUÇÃO

A tropa especial denominada Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM) foi criada por meio do Decreto Estadual n.º 4.560, de 27 de março de 2001, e desde então passou a fazer parte do Comando de Missões Especiais (CME) da Polícia Militar do Pará (PMPA). A qualificação de “tropas especiais” é atribuída às unidades militares que têm treinamento e atuação diferenciados daquelas a que estão submetidas

as tropas regulares. Entre as especificidades que as caracterizam, está a adoção de um programa de treinamento e capacitação contínua voltada para a intervenção em situações de maior complexidade, para as quais os recursos humanos, o treinamento e os equipamentos disponíveis para o policiamento comum não são suficientes.

O ingresso de mulheres nessa unidade ocorreu desde a sua criação. Inicialmente foi incorporado um número pequeno de mulheres, apenas três, selecionadas a partir do treinamento básico eliminatório conhecido entre os policiais militares daquela unidade como “nivelamento”. Após o período inicial relativo ao nivelamento, uma das mulheres que havia sido aprovada retornou à sua unidade de origem e as outras duas foram incorporadas ao efetivo da ROTAM.

Neste texto, analisa-se a experiência das mulheres policiais que trabalharam na ROTAM, mas atualmente não fazem parte dessa tropa. O objetivo é apreender alguns elementos relevantes de suas vivências profissionais durante o tempo em que fizeram parte daquela unidade especial. A abordagem é qualitativa, e o grupo de sujeitos que foram objeto desta investigação é composto por seis mulheres, todas com passagem pelos quadros da ROTAM; a coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas; a identidade das entrevistadas foi preservada, sendo sua identificação feita somente por meio da letra R (de ROTAM), seguida de um algarismo arábico, cuja sequência obedece ao critério de antiguidade adotado nas instituições policiais militares.

A apresentação da discussão está organizada em três momentos distintos, porém interconectados: inicialmente, faz-se uma síntese das discussões a respeito dos primórdios da participação das mulheres em instituições policiais e dos desafios progressivamente superados na tentativa de fazer das instituições policiais um espaço onde também as mulheres pudessem construir sua carreira profissional; em seguida, abordam-se as peculiaridades relativas ao ingresso de mulheres na ROTAM e sua adaptação à rotina de uma tropa especializada; posteriormente, analisam-se os efeitos da carga adicional de tensões das vidas profissional e particular sobre a policial feminina que pertence a uma tropa de elite e suas consequências para sua saúde física, mental e sua vida familiar.

2 AS MULHERES EM INSTITUIÇÕES POLICIAIS

A inserção das mulheres nas instituições policiais é resultado de um processo de conquista de espaços que começa com a progressiva desconstrução dos estereótipos que tradicionalmente colocavam os afazeres domésticos como sua principal e supostamente natural vocação; foi longa e árdua a luta pelo direito a uma carreira profissional fora do ambiente doméstico. Em um primeiro momento, esses novos espaços significavam basicamente oportunidades para realizar atividades que guardavam semelhanças com as funções domésticas, tanto é assim que os primeiros postos de trabalho, como professoras e enfermeiras, estavam ligados às atividades do magistério e da área da saúde, respectivamente.

Essas atividades, em princípio, não desvinculava definitivamente as mulheres do estereótipo da mãe de família e da dona de casa, pois, mesmo trabalhando fora, as tarefas continuavam parecidas com aquelas que exerciam dentro de seu próprio lar.

A urbanização, a industrialização, guerras e diversos outros eventos pouco a pouco foram alargando os espaços de inserção profissional das mulheres (BÉRUBÉ, 2010; GOLDSTEIN, 2003; MILKMAN, 1987) sem, contudo, valorizar o trabalho por elas realizado em condições de igualdade com aquele realizado pelos homens, situação que perdura até os dias atuais (BATISTA; CACCIAMALI, 2009; BRUSCHINI, 2007; GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; SCOTT, 2013).

Lenta mas progressivamente, as mulheres desbravaram novos horizontes e, a partir da segunda metade do século XX, conseguiram consolidar espaços e formas de acesso a novas carreiras nas quais podiam desempenhar papéis diferentes daqueles exercidos no ambiente doméstico. É no curso dessas lutas, com o objetivo de superar a estreiteza dos espaços sociais que lhes estavam reservados como decorrência dos estereótipos sociais que insistiam em situá-las dentro ou perto do ambiente doméstico, que as mulheres alcançaram as fronteiras profissionais historicamente reservadas aos homens, entre as quais as carreiras nas instituições militares e policiais.

Entretanto, o acesso às novas carreiras não eliminou completamente a carga de preconceitos, nem fez desaparecer os estereótipos relacionados à sua suposta predisposição natural para determinadas atividades. Marks (2008), ao comentar a inserção das mulheres nas organizações policiais

norte-americanas, mostra que elas tradicionalmente foram vistas pelos membros masculinos dessas instituições como intrusas, pois estariam em um trabalho inadequado para o sexo feminino em razão da sua suposta fragilidade física, de seu comportamento condicionado por ritmos biológicos e da necessidade de preservá-las para a função que lhes teriam reservado a natureza e a sociedade: a procriação. Como as instituições policiais eram um espaço hegemonicamente masculino, mesmo quando admitidas, as mulheres tornavam-se profissionalmente marginalizadas na medida em que lhes eram destinadas apenas funções no setor administrativo.

O estudo de Leite (2013) sobre a inserção das mulheres nas polícias brasileiras mostra que as mesmas limitações e dificuldades de aceitação profissional encontradas por Marks (2008) também ocorreram no Brasil. Por causa da tradição machista brasileira, impregnada nas instituições, quando se admitiu a entrada das mulheres, logo se tratou de designar-lhes como função tarefas como prestar informações à população, atendimento a crianças, idosos e mulheres. Assim, implicitamente, manteve-se a concepção de reservar-lhes um papel secundário que as colocasse em conexão com sua suposta vocação natural para o atendimento e a proteção dos mais frágeis; aos homens estaria destinada a atuação nas situações em que fosse necessário demonstrar força física, coragem e outros atributos equivocadamente concebidos como próprios da condição masculina.

Dessa maneira – complementa Leite (2013) –, estabeleceu-se uma espécie de divisão do trabalho policial baseado no gênero: o trabalho dos homens estava vinculado ao perigo, o que gerava modificações significativas na formação profissional, como um treinamento rigoroso e exaustivo fisicamente e a adoção do princípio da obediência e do respeito à hierarquia como um valor a ser preservado acima de qualquer outro; já o trabalho feminino devia ser exercido preferencialmente distante das situações de maior perigo. Para as mulheres, ainda que pertencessem ao mesmo ambiente institucional dos homens, manteve-se a percepção estereotipada atrelada à imagem de fragilidade, incompatível com aquilo que era considerado o verdadeiro trabalho policial.

Assim, mesmo aceitas na profissão policial, as condições e oportunidades das mulheres continuaram profundamente desiguais em relação aos homens. Era como se a sombra da dona de casa tivesse

continuado o tempo todo presente, lembrando que atender às necessidades de cuidados da família era sua verdadeira vocação (DICK; NADIN, 2006). Em oposição a esse tipo de narrativa – comentam Dick e Nadin (2006) –, fortaleceu-se progressivamente o discurso segundo o qual as mulheres são cidadãos que devem ter os mesmos direitos que os homens. Dodge, Valcore e Gomez (2011), ao discutir os estereótipos que envolvem as mulheres nas instituições policiais, mostram que, apesar dos avanços no sentido de reconhecê-las como um cidadão completo, em igualdade de condições, permanece o fato cuja evidência, embora frequentemente negada, impõe-se como uma obviedade: a mulher é obrigada a provar diariamente que possui capacidade igual a qualquer outro policial, como se sua condição normal fosse a inaptidão para desempenhar o trabalho policial com eficiência.

Uma vez que se tornou impossível impedir que as mulheres pleiteassem o acesso aos postos de trabalho na polícia, tratou-se de construir uma série de discursos reproduzidos dentro e fora da instituição com o objetivo de mantê-las em funções administrativas ou de menor prestígio, o que, na verdade, era apenas uma maneira velada de conservar os mesmos estereótipos de sempre.

De acordo com Carvalho (1997), os discursos das instituições policiais e militares privilegiam princípios e valores que reafirmam as diferenças entre homens e mulheres e a assimetria das relações de gênero nas instituições. Ele acrescenta que a entrada de mulheres para as Forças Armadas – e nós diríamos que o mesmo fenômeno ocorreu com sua inserção nas instituições policiais – abriu um espaço novo de atuação feminina, porém de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo que se permitiu sua entrada, negou-se-lhes, explícita ou implicitamente, a igualdade de oportunidades. Essa limitação é atestada, por exemplo, pelo fato de que os contingentes de mulheres nas polícias, mesmo nos países ricos, situam-se em uma faixa que varia entre dez e treze por cento do contingente total de policiais (CALAZANS, 2004; CONCEIÇÃO, 2013; JAIME, 2011).

Ao examinar essa questão, Hickman, Piquero e Greene (2000) esclarecem que a discriminação que ocorre nas instituições policiais é quase sempre velada e visa esconder a preferência pela presença de homens devido à crença, ainda muito presente, de que eles desempenham com maior eficiência seu papel de policial e de que é mais fácil comandá-los do

que comandar as mulheres. Nesse sentido, se, por um lado, o acesso das mulheres às instituições policiais como espaço profissional a ser ocupado é uma conquista inquestionável, por outro lado, torna-se evidente que sua simples aceitação nas instituições não lhes permitiu o reconhecimento profissional em condições de igualdade. Essa luta é travada diariamente por aquelas que escolheram a atividade policial para construir sua carreira e realizar-se profissionalmente.

3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA ROTAM

Embora já tenham transcorrido algumas décadas desde a entrada das primeiras mulheres nas forças policiais, muitos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento profissional ainda estão presentes na maioria das instituições desse tipo, mesmo nos países considerados desenvolvidos economicamente. Um dos sintomas dessa integração é o fato de sua presença no serviço policial ainda ser quantitativamente muito menor que a presença masculina. Beck, Barko e Tatarenko (2003) ressaltam que, apesar das desconfianças, as mulheres têm-se mostrado tão competentes quanto os homens nas diferentes esferas policiais, o que inclui as atividades de patrulha e a participação em confrontos violentos. Tem sido cada vez mais frequente a disposição das mulheres para assumir posições de protagonismo e competir pelas posições reconhecidas social e institucionalmente como de maior destaque.

É no âmbito das expectativas de reconhecimento e de protagonismo profissional que as mulheres passaram a almejar o ingresso nos grupos de elite das instituições policiais. Esse tipo de pertencimento traz a possibilidade de mudanças significativas na forma como o policial é percebido tanto por seus pares dentro da instituição quanto fora, na sociedade mais ampla. Esse aspecto tornou-se especialmente atrativo para algumas mulheres policiais que passaram a desejar pertencer às tropas de elite com o intuito de adquirir os dividendos simbólicos que o pertencimento a esse tipo de Unidade possibilita. A fala da entrevistada R5¹ é esclarecedora a esse respeito:

¹ Cabo da Polícia Militar do Pará, há oito anos e seis meses na PMPA, trabalhou de 2013 a 2014 na ROTAM, na parte operacional.

[...] em primeiro lugar, o que me fez voltar os olhos, querer ir pra ROTAM foi em busca de conhecimento [...] encontrei sim muitos desafios pra ficar nessa Unidade, já que é uma Unidade particularmente conhecida por ser masculinizada, mas fiz o nivelamento e consegui ter um êxito, bom êxito e incorporei na tropa e hoje me sinto privilegiada de ter feito parte dessa tropa [...].

A fala dessa policial sugere que pertencer à ROTAM não significou para ela a conquista de um simples emprego; representou, acima de tudo, uma necessidade de ocupar todos os espaços possíveis dentro da instituição mesmo que isso acarretasse uma dose adicional de sacrifícios. A satisfação de enfrentar e de vencer os desafios impostos para poder fazer parte da Unidade parece exercer simultaneamente um encantamento e uma batalha, ao mesmo tempo profissional e pessoal. Descobrir-se capaz de superar as dificuldades impostas pelas peculiaridades de atuação de uma tropa de elite, e ser reconhecida por isso, tem um efeito poderoso sobre a autoestima da policial e incute-lhe o sentimento de pertencer a uma espécie de casta diferenciada de policiais, o que em alguma medida lhe dá a sensação de ser dona de seu próprio destino (CALAZANS, 2004). O mesmo sentido de admiração, superação e busca por reconhecimento também pode ser depreendido da fala da entrevistada R6²:

[...] sempre admirei o serviço prestado à sociedade por este Batalhão e, quando ingressei na PM, a vontade de ingressar na ROTAM foi imensa. As dificuldades que tive creio que foram naturais e me fizeram valorizar ainda mais a Unidade. Tive dificuldades financeiras [...], problemas sentimentais relacionados à família. Porém tudo administrado e superado à medida que o tempo ia passando e Deus colocou as coisas no lugar [...].

O fato de tropas especiais como a ROTAM serem mais conhecidas pelo emprego do uso da força, mas, ao mesmo tempo, reconhecidamente,

² Cabo da Polícia Militar do Pará, há sete anos na PMPA, trabalhou de 2011 a 2013 na ROTAM, na parte operacional.

precisarem lidar com questões de maior complexidade oferece às mulheres uma oportunidade diferenciada de atuação, na medida em que, pelo menos em tese, possibilitam uma atuação mais estratégica e mais tecnicamente aperfeiçoada de acordo com as concepções de policiamento mais difundidas e reconhecidas atualmente.

Para Calazans (2004), o trabalho policial contemporâneo, em razão da complexidade dos conflitos sociais que irrompem basicamente em todas as dimensões da sociedade, desloca-se em uma margem cada vez mais restrita de legitimidade do uso da força, o que torna o emprego correto das técnicas e a precisão das intervenções, habilidades a serem aprimoradas diariamente. Essa mudança da centralidade da força para a centralidade da técnica no trabalho policial, de certa forma, surgiu como uma possibilidade e até mesmo como uma oportunidade de maior projeção do trabalho feminino e de seu protagonismo, visto que o fator força física, tradicionalmente o marco da diferença entre policiais masculinos e femininos, perdeu parte de sua importância no contexto em que os policiais são chamados a atuar.

Independentemente das diferenças em termos de capacidade física e do emprego da força entre mulheres e homens, as mulheres que foram integradas à ROTAM acreditam ter participado do duro treinamento dessa Unidade com a mesma determinação e sem qualquer privilégio em relação aos seus colegas homens e por isso imaginam ter conseguido conquistar o respeito e a confiança deles. Essa confiança transparece nas falas das entrevistadas R4³ e R5:

[...] somos tratadas como iguais. A “peia” é a mesma. As mesmas atribuições dadas aos homens são dadas às mulheres e nós devemos cumprir do mesmo jeito [...] (Entrevistada R4).

[...] não há diferença, depois que você é nivelado, depois que você obtém o conhecimento de todos os equipamentos, armas e toda a técnica e tática, você passa a manusear e fazer o mesmo serviço dos homens, portanto, não há uma diferença e não há nenhuma dificuldade em executar todos os elementos, as mesmas coisas que os

³ 3º Sargento da Polícia Militar do Pará, há vinte e dois anos e cinco meses na PMPA, trabalhou de 2008 a 2016 na ROTAM, na parte operacional.

homens fazem, as mulheres niveladas, cursadas fazem também [...] (Entrevistada R5).

Como é possível depreender de suas falas, as policiais acreditam ser tratadas como iguais pelos demais policiais do sexo masculino. Todavia, como este trabalho não analisou a percepção dos policiais homens da ROTAM, não há como afirmarmos que o respeito que elas pensam ter conseguido confirma-se na opinião dos demais policiais acerca do trabalho que elas realizam. Se a forma como as policiais da ROTAM percebem sua presença nessa Unidade expressar a realidade, tal situação está na contramão de uma ampla e consistente literatura sobre essa questão, que tem constatado nas polícias de várias partes do mundo uma situação de assimetria entre os gêneros. Como exemplo, podemos citar as investigações de Beck, Barko e Tatarenko (2003) e de Novak, Brown e Frank (2011), que insistem na afirmação de que o trabalho feminino na polícia é visto como menos importante, entre outros motivos, pela crença de que as mulheres não são tão racionais quanto os homens, são mais irritáveis, menos agressivas, menos confiáveis e emocionalmente instáveis.

Embora as entrevistadas reafirmem a posição de sentirem-se preparadas para enfrentar as mesmas situações de policiamento dos policiais do sexo masculino, o fato é que o interesse inicial pela presença feminina na ROTAM está vinculado, em princípio, a sua atuação em áreas administrativas, conforme relato da entrevistada R1⁴. A esse respeito ela comenta:

[...] bem, eu trabalhei muito mais administrativamente do que operacionalmente na ROTAM, mas, das vezes que estive na área operacional, eu senti confiança dos meus colegas, senti confiança, na verdade, eu estabeleci uma relação onde pudesse haver uma troca, eles respeitariam minha condição hierárquica, a minha posição de comando, mas eu também estaria receptiva a todas as sugestões e orientações que eles pudessem trazer pra mim, então assim, eu acho mais que a

⁴ Subtenente da Polícia Militar do Pará, há vinte e dois anos e sete meses na PMPA, trabalhou de 2010 a 2012 na ROTAM, seu trabalho foi mais na parte administrativa do que na parte operacional.

questão é trabalhar em equipe, saber ouvir, saber decidir na hora certa, são elementos que são fundamentais para que o serviço transcorra sem alteração [...].

Em sua fala, a entrevistada diz textualmente: “[...] das vezes que estive na área operacional [...]”. Ela menciona explicitamente que, durante a maior parte do tempo em que esteve na ROTAM, trabalhou no setor administrativo, pois recebeu o convite para trabalhar na ROTAM com essa finalidade, uma vez que a mentalidade da corporação é de que a mulher é mais útil na parte administrativa do que na operacional, ressaltamos ainda que a entrevistada R1, assim como a entrevistada R2⁵, não passaram pelo processo de nivelamento e sim por algumas instruções de armamentos específicas das tropas especializadas que lhes possibilitou o emprego esporádico no serviço operacional. Para corroborar essa ideia, podemos recorrer aos achados do trabalho de Lopes e Brasil (2010), para quem a inserção de mulheres tem ocorrido predominantemente em funções administrativas e de relações públicas, tidas como atividades-meio e não atividades-fim. Segundo esses autores, as atividades das mulheres estão predominantemente circunscritas ao ambiente interno dos quartéis.

A postura de implicitamente proteger as mulheres evitando que elas sejam diretamente envolvidas em circunstâncias capazes de colocá-las em eventuais confrontos durante o policiamento ostensivo de rua, na concepção de Archbold e Schulz (2012), é reveladora de preconceito e de falta de confiança, uma vez que as mulheres são tão competentes em patrulha quanto os policiais do sexo masculino. Ainda segundo essas autoras, as mulheres conseguem ter uma melhor comunicação com a comunidade, o que lhes possibilita uma aproximação maior e facilita a coleta das informações necessárias às incursões policiais; entretanto, na maioria das vezes, essas qualidades são desconsideradas.

A constatação da assimetria entre homens e mulheres também pode ser inferida do processo de ascensão profissional aos diversos níveis da hierarquia policial. Historicamente a ascensão profissional das mulheres tem sido muito mais lenta que a dos homens, visto que o

⁵ Sargento aposentada da Polícia Militar do Pará. Aposentou-se após vinte e cinco anos de carreira, serviu de 2009 a 2014 na ROTAM, trabalhando mais na parte administrativa

número de vagas nos concursos para ingressar no quadro feminino da Polícia Militar do Estado do Pará mantém-se em apenas dez por cento do total. Essa restrição produz um impacto profundo na constituição futura da hierarquia da instituição, porque, nas promoções, as mulheres estarão disputando as vagas disponíveis com todos os demais policiais que preenchem o requisito de “antiguidade”, que é o mesmo que “tempo de serviço”. Evidentemente sempre haverá um número maior de policiais do sexo masculino aptos a ocupar as vagas abertas do que policiais femininas, pois aqueles representam 90% da tropa. Embora formalmente não existam cotas destinadas às mulheres que desejam ingressar na ROTAM, o processo de pré-seleção chamado “curso de nivelamento”, destinado a definir quem poderá ou não ingressar nessa Unidade, é organizado de forma a privilegiar aspectos biológicos masculinos; tal estratégia, embora não restrinja formalmente a participação das mulheres, reduz drasticamente as possibilidades de seu ingresso.

É possível que, em parte por não conseguirem perceber essas relações assimétricas, em parte por estarem em posições administrativas nas quais se sentem confortáveis, as entrevistadas relatam terem-se sentido plenamente realizadas no local onde trabalharam, pois o simples fato de pertencerem à ROTAM tem para elas o apelo de uma carga simbólica extremamente poderosa, capaz de fazê-las sentirem-se importantes mesmo entre os demais policiais da PMPA, o que lhes dava uma sensação de reconhecimento pela condição diferenciada que experimentam ao se sentirem parte da equipe. A esse respeito, as entrevistadas R5 e R2 comentam:

[...] me sentia realizada, pois lá na ROTAM cada guerreiro ele tem o seu espaço conquistado, então lá dentro eu conquistei o meu espaço, eu era o terceiro componente de uma viatura que nós chamamos de barca e lá eu desempenhava todos os meus afazeres de forma a fazer que meus colegas sentissem segurança, com isso eu sentia que eu já tinha conseguido sim o meu espaço dentro da Unidade e me sentia realizada dessa maneira [...] (Entrevistada R5).

[...] foi um serviço que eu trabalhei não só na ROTAM, quando eu trabalhei na companhia do Comando Geral eu trabalhei com ofícios de justiça, que eu tomava conta de ofícios de justiça e na ROTAM eu fui com a mesma

função também trabalhar e eu gostava, assim desempenhei bem essa função, acredito que não deixei a desejar [...] (Entrevistada R2).

Pelos relatos das entrevistadas, constata-se que a preocupação de não decepcionar os companheiros e fazer com eles se sentissem seguros com sua presença é uma carga a mais que as policiais da ROTAM precisam administrar o tempo todo, principalmente nas atividades operacionais, como descrito pela entrevistada R5. Essa busca obsessiva por tornar-se igual ou ser respeitada como igual pelos demais policiais expressa-se inclusive na forma masculinizada como a entrevistada R5 descreve a si mesma: como um guerreiro. Assim, considerar-se “guerreiro” e não “guerreira” denota a necessidade de masculinização da própria autodescrição como um mecanismo para tornar cada vez menos perceptível a sua condição feminina. Essa necessidade de adaptação, longe de significar a comprovação da aceitação e do respeito dos demais, revela-se muito mais como uma necessidade de anular as especificidades de que são portadoras enquanto mulheres para poderem ser aceitas como iguais, mas de acordo com os parâmetros masculinos formal ou informalmente cultivados pela instituição.

4 OS CONTORNOS DA ASSIMETRIA

Uma das formas mais comuns e ao mesmo tempo mais cruéis de manifestação da assimetria nos ambientes de trabalho ocorre com o tipo de comportamento designado como assédio, em sua modalidade tanto de assédio moral quanto de assédio sexual. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, define o assédio moral como aquele que ocorre no ambiente de trabalho caracterizado por ações executadas no sentido de produzir violência psicológica, constrangimento, humilhação e perseguição de um superior hierárquico sobre alguém que lhe esteja subordinado; o assédio sexual, por sua vez, está previsto na Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que o define como o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, utilizando-se o agente causador do assédio de sua ascendência sobre a vítima em decorrência do cargo ou da função que ocupa para pressioná-la no sentido de que atenda às suas solicitações de favores sexuais.

Pesquisadores que se debruçaram sobre a questão dos diversos tipos de assédio nos ambientes de trabalho, como Hirigoyen (2002), Freitas (2007), Soares e Oliveira (2012), Bertoldi et al. (2013) e Meins (2016), indicam que experiências desse tipo afetam profundamente a vítima e seu impacto transcende o âmbito profissional, a ponto de comprometer a autoestima, causar adoecimento físico e mental e desestruturar a vida pessoal. Ao ressaltarem os impactos de natureza biopsicossocial que são experimentados pelas vítimas de assédio moral, os trabalhos de Heloani (2005), Pamplona Filho (2006), Freitas (2001, 2007) e Dias (2008) são esclarecedores quanto à gravidade desse tipo de assédio e suas consequências para as perspectivas de ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

Tanto o assédio moral quanto o assédio sexual constituem obstáculos a serem enfrentados e superados pelas mulheres policiais; tal problema constitui-se em importante variável do desempenho profissional nas instituições policiais. Embora não sejam somente as policiais do sexo feminino que sofram esse tipo de constrangimento, é seguramente nas mulheres que seus efeitos se tornam mais danosos e permanentes. O assédio manifesta-se sob diversas formas, inclusive com ameaças de punições e carga adicional de trabalho sem uma justificativa legítima, apenas com a intenção de pressionar para que as pretensões ilegítimas do superior hierárquico sejam atendidas, inclusive no que se refere à intimidade de natureza sexual (BEZERRA, 2012; CAPPELLE; MELO, 2010; ROSA; BRITO; OLIVEIRA, 2007).

Quando a relação que deveria ser institucional se instala sob esse tipo de constrangimento, é muito comum que sejam criadas artificialmente dificuldades adicionais ao desempenho da tarefa que deverá realizar a pessoa assediada, a qual, implícita ou explicitamente, torna-se vulnerável a punições e ao eventual excesso de rigor quando da avaliação de pequenas falhas. Num contexto construído dessa forma, pode haver um sério prejuízo para a perspectiva de ascensão profissional da vítima, na medida em que sua ficha profissional fica maculada por punições que desabonam sua pretensão de progredir na carreira de forma célere. Tal situação produz prejuízos não apenas na vida profissional das mulheres policiais, mas também em suas relações familiares, havendo casos em que suas famílias entram em crise e são desfeitas.

Das seis mulheres entrevistadas, quatro afirmaram ter sofrido assédio sexual em outras Unidades da PMPA nas quais trabalharam;

também afirmam nunca terem enfrentado esse tipo de problema enquanto pertenceram à ROTAM. Das duas restantes, uma afirmou nunca ter sido assediada e a outra afirma ter experimentado esse tipo de situação, embora acrescente que “levou na esportiva aquela brincadeira de homens”. Pela forma como essa entrevistada se refere ao caso de assédio – “brincadeira de homens” –, não fica claro se as demais realmente não sofreram assédio ou se, tendo sofrido, não o perceberam como tal, uma vez que a própria fala da entrevistada permite inferir uma certa naturalização do assédio expresso como coisa tipicamente masculina à qual as mulheres deveriam adaptar-se. As falas das entrevistadas R2 e R6, abaixo, são extremamente esclarecedoras a respeito dos constrangimentos e prejuízos que sofrem as mulheres vítimas de assédio na instituição. Quando indagadas se sofreram algum tipo de assédio no tempo em que pertenceram à ROTAM, as mencionadas policiais esclarecem:

[...] não, lá não sofri assédio, só no ... Batalhão que um tenente que me assediava muito e um cabo ou soldado nem lembro, por isso que eu saí de lá, não aguentava mais, mas assim, era muito chato, mas consegui me livrar [...] (Entrevistada R2).

[...] infelizmente sim, mas nada muito grave, coisas normais onde se trabalha com homens. Mas o pior foi quando trabalhava na Zpol⁶. Ele tentou me prejudicar no serviço, quando disse que não me envolvia com homens casados, tentou me iludir com viagens e jantares, disse que ia deixar a mulher e mais um monte de besteira. Creio que achou que eu era boba por ser novinha na época e que eu iria cair no papo furado de homem casado. Diante da minha negativa, confundiu vida pessoal com profissional. Lembro que na época foi bem complicado, quase sou punida sem fazer nada de errado no serviço. Mas, graças a Deus, meu Comandante, à época, acreditou em mim e disse que era para eu não ficar sozinha com esse militar e só fazer o “certo”, “sim, senhor”, “não, senhor”, “prestar minha continência e só”, coisa que o militarismo nos obriga [...] (Entrevistada R6).

⁶ Zonas de Policiamento.

No relato da entrevistada R2, é possível verificar que o assédio procede dos mais diversos níveis hierárquicos da instituição. Sendo assim, a ideia de tornar público o constrangimento pelo qual está passando ou de dar ciência aos superiores sem ter certeza de que neles encontrará apoio e sem uma noção muito clara de como eles reagiriam diante da situação faz com que, como no caso mencionado, a policial tenha de sair do seu local de trabalho em busca de uma nova Unidade a fim de recuperar a sua tranquilidade, livre do assédio. Portanto, ela, como vítima, além do constrangimento do assédio e das eventuais ameaças, ainda precisa ser deslocada do seu ambiente de trabalho, enquanto aquele que a assedia permanece absolutamente tranquilo realizando suas funções como se nada tivesse acontecido. No relato da entrevistada R6, essa situação ficou explicitamente caracterizada, pois, embora a policial tenha comunicado o fato ao seu comandante e ele, como ela mesma afirma, tenha aparentemente acreditado, não foi tomada por ele qualquer medida para fazer cessar o assédio, limitando-se o mencionado comandante a recomendar que a policial tivesse cuidado para não cometer deslizos que pudessem servir de pretexto ao assediador para puni-la.

A omissão diante das situações de assédio foi pesquisada por Collins (2004). Para a autora, o assédio moral sofrido pelas mulheres nas instituições policiais pode facilmente converter-se em assédio sexual. Ela comenta que o indicativo da importância desse problema são os números crescentes de queixas de assédio sexual movidas por agentes do sexo feminino contra seus colegas do sexo masculino. A autora complementa dizendo que a coerção sexual é o assédio sexual na sua forma clássica e caracteriza-se pela extorsão de cooperação sexual ou de favores sexuais em troca de não tornar as condições de trabalho mais desagradáveis do que o seriam normalmente. Como já indicamos em outros momentos deste texto, o assédio por vezes não é revelado pelas mulheres por não terem certeza de que a denúncia do caso produzirá algum efeito concreto sobre o acusado. A fala da entrevistada R1 é esclarecedora nesse sentido:

[...] assédio no ambiente de trabalho ocorreu comigo mais na década de noventa quando eu entrei na polícia, quando eu era muito mais nova, quando, enfim, tudo começou, com o tempo isso já não acontecia, nem de forma sutil nem de qualquer outra forma. Na ROTAM, nunca tive

esse problema, enfim, o assédio de qualquer natureza ele foi uma experiência desagradável pelo qual eu passei, mas logo no início da minha carreira profissional, depois eu soube lidar de tal forma e me comportar de tal maneira que já não vivenciava mais essas questões. Eu acho que muitas de nós velamos os assuntos relacionados a assédio. Acho que a vida militar colabora muito pra isso, pra gente não expor situações como essas, de onde encontra forças para seguir em frente com uma denúncia e a segurança de que a denúncia será feita, o autor será punido e nada de ruim vai interferir nessa carreira profissional, não sei, acho que ainda é muito velado, assim como eu veei as situações que ocorreram comigo e que passaram a não ocorrer mais, dado período de tempo até hoje, quantas também assim não se comportaram, acho que poucas revelaram situações como essas [...].

A fala dessa entrevistada permite-nos inferir que a verdadeira dimensão desse problema é desconhecida, pois a maioria dos casos nem sequer chega a ser conhecida e, mesmo quando são denunciados, parece não haver muito expectativa de que isso surta algum efeito realmente importante dentro da instituição. Para as policiais, a preocupação de que, ao fazer a denúncia, poderiam criar constrangimentos no seu ambiente de trabalho e provocar uma situação constrangedora para com os demais colegas faz com que muitas suportem a provação em silêncio, enquanto tentam uma transferência para outros locais de trabalho. Esse período em que decidiram sair, mas ainda não encontraram um outro local para trabalhar, certamente é uma fonte adicional de *stress* e sofrimento.

He, Zhao e Archbold (2002) discutem com bastante propriedade os efeitos do *stress* de policiais relacionados ao assédio sexual, indicando a existência de consequências que vão muito além de um simples desconforto no local de trabalho. O *stress* que atinge as mulheres policiais devido à confluência de problemas da vida profissional com as relações familiares acrescenta mais consequências físicas e psicológicas à carga de sofrimento experimentada nas situações vividas no ambiente de trabalho policial. Igualmente esclarecedor a esse respeito são os comentários de Siemens (2012), para quem as situações estressoras levam a um sentimento de impotência e à conseqüente perda de produtividade e eficiência. A fala da entrevistada R1, a seguir, é esclarecedora:

[...] eu acho que o período que eu passei na ROTAM foi o período que eu vivi o mais alto nível de estresse. Minha carga de trabalho administrativo era exaustiva, ela não encerrava no findar do expediente, ela continuava por vezes dentro da minha casa, quando eu era acionada, quando eu era perguntada, quando eu era solicitada por quem quer que seja. Então às vezes a gente traz com a gente aquela responsabilidade que não finda ao fechar dos portões, no badalar das 18 horas, a gente não tem hora pra começar, pra terminar, essa que é a verdade. Então existe, sim, um expediente que se tem a cumprir, horas de trabalho a se respeitar, mas você traz consigo uma responsabilidade que faz com que você tenha que atender aos chamados de quem lhe procura, isso não finda. Minha vida era envolvida nessa atmosfera e isso trouxe pra mim um estresse muito grande, eu não conseguia me desprender dessa realidade porque eu já estava ali naquela unidade tão respeitada, cheia de profissionais extremamente qualificados, homens e mulheres, inclusive com muito tempo, experiência de profissão, com muitas abordagens realizadas, apreensões feitas. Então eu tinha que dar o meu melhor na minha função, que era administrativa, eu não podia me furtar a isso e isso me trouxe, sim, um nível de estresse altíssimo, consequência inclusive dentro da minha família, porque, se eu chegava na minha casa e o trabalho não findava, seja na continuidade de alguma documentação necessária de um trabalho a ser feito com prazo de entrega ou até mesmo alguma ligação que eu tivesse que receber, a minha família não entendeu e sucumbiu a isso. Não pude dar atenção, fiquei dividida e não pude dar a atenção que minha família merecia e aí diante disso eu passei por separação, por perda de guarda, então eu atribuo algumas situações desse tipo de desestrutura familiar pela dedicação e pelo meu alto grau de estresse adquirido na época [...].

A fala da policial confirma o componente de *stresse* contido na atividade policial e o fato de não haver uma delimitação clara entre a vida profissional e a vida particular, com sérias consequências para esta última. A introjeção da ideia de pertencer a uma Unidade de elite formada por pessoas altamente qualificadas torna-se para as mulheres da ROTAM uma espécie de obsessão devido ao medo de não corresponder ao que é

esperado pelos colegas e de que o mito da suposta fragilidade da condição feminina sirva como pretexto para considerá-las inaptas para fazer parte da equipe. Esses medos decorrentes da necessidade de mostrar-se tão forte e competente quanto os colegas do sexo masculino faz com que, como no caso da entrevistada R1, a policial chegue ao ponto de romper sua relação conjugal por influência das atividades profissionais. Logo, o estresse no ambiente de trabalho, como na situação descrita, pode acarretar sérios problemas à vida familiar da policial, desestruturando as relações afetivas e podendo até levar à separação conjugal.

Apesar dos sacrifícios pessoais a que se submetem por conta da necessidade de sentirem-se parte da equipe, as mulheres policiais dificilmente conseguem romper completamente a barreira da desconfiança de seus colegas do sexo masculino. De acordo com McCarty (2013), embora as mulheres legalmente tenham acesso igual ao emprego como policiais, não há igualdade de acesso às redes informais que existem dentro da corporação, que acolhem preferencialmente e de maneira diferenciada os homens.

Em decorrência da sobrecarga adicional de *stress* que experimentam em função do esforço que fazem para se integrar e da percepção de que a integração plena é sempre obstada pela sua condição feminina, elas chegam a desenvolver doenças físicas e psicológicas que afetam a sua produtividade e, conseqüentemente, geram maiores possibilidades de crítica a sua atuação. Greene e Del Carmen (2002) mostram que as mulheres tendem a alterar seu comportamento pessoal e profissional em decorrência do estresse provocado por suas expectativas em relação à instituição e pela instituição sobre elas. O estresse contínuo vinculado à profissão de policial aumenta para as mulheres o risco de desenvolvimento da síndrome de *Burnout*⁷ (BURKE; SHEARER; DESZCA, 1984; MCCARTY; ZHAO; GARLAND, 2007).

⁷ A expressão síndrome de *burnout* tem uma de suas primeiras aparições no trabalho de Freudenberg publicado em 1974, no qual ele utiliza o termo *staff burnout* para designar aquilo que deixou de funcionar por absoluta falta de energia, aquilo ou aquele que chegou ao seu limite, com grande prejuízo em seu desempenho físico ou mental. Esse processo inicia com excessivos e prolongados níveis de estresse (tensão) no trabalho que levam à exaustão, à desilusão e ao isolamento. Essa síndrome foi reconhecida como um risco ocupacional para profissões que envolvem cuidados com saúde, educação e demais trabalhos diretamente ligados às relações interpessoais. Para o relatório da Organização Mundial de Saúde, de 1998, a síndrome de *burnout* pode ser considerada um grande problema no mundo profissional da atualidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1994).

As dificuldades e expectativas próprias de sua atuação em uma Unidade de elite policial, somadas aos conflitos e às desconfianças que impregnam sua vida familiar, fazem com que a mulher que integra esse tipo de unidade tenha de, simultaneamente, quebrar os paradigmas da fragilidade e mostrar a cada dia que é capaz de cumprir suas funções.

5 CONCLUSÃO

O estágio atual em que se encontra a participação das mulheres no mundo do trabalho carrega consigo vestígios evidentes de um percurso contraditório em que é inegável o avanço na abertura de novos espaços de atuação profissional – o que é incontestavelmente positivo e importante –, mas que ainda preserva formas retrógradas e negativas de assimetria relacionadas à condição de gênero. Tais distinções estão presentes seja na forma de salários mais baixos para as mulheres, seja na maior dificuldade em alcançar o topo das hierarquias profissionais, seja também pela maior vulnerabilidade às investidas de assédio moral e sexual.

Embora no caso das mulheres policiais a questão salarial não esteja presente, visto que não há nas instituições analisadas distinção entre as remunerações pagas a homens e a mulheres que ocupam cargos hierarquicamente iguais, persistem as dificuldades de ascensão profissional e a vulnerabilidade ao assédio moral e sexual. Os depoimentos apresentados neste artigo indicam que as mulheres policiais recorrem a algumas estratégias para lidar com os dois tipos de assédio: tanto podem lançar mão de mecanismos de naturalização desse tipo de comportamento, procurando convencer-se ou sendo convencidas da sua normalidade e da necessidade de aturá-lo para não criar constrangimento à instituição e aos colegas por denunciá-los, quanto podem fazer tentativas de troca do local de trabalho para evitar as possíveis represálias em consequência da negativa em ceder à pressão por favores sexuais vinda de algum superior hierárquico.

Entre as policiais que fizeram parte do contingente da ROTAM, existe um certo consenso de que o assédio, quando ocorreu nessa Unidade, teve um caráter menos ostensivo do que o que aconteceu nos batalhões ou em outras unidades da PMPA. Não conseguimos chegar a uma conclusão definitiva se essa pouca incidência presente na fala das policiais é fruto de um respeito maior que os policiais dessa unidade têm pela Unidade a que

servem – o que os levaria a evitar comportamentos capazes de manchar a imagem da tropa e, em caso extremo, poderia ocasionar sua expulsão – ou, ao contrário, é uma tentativa das entrevistadas de manter a imagem pública da ROTAM a mais preservada possível, por causa do orgulho que sentem por terem participado dessa tropa de elite – o sacrifício contido nessa estratégia seria levado ao extremo de suportar o assédio sem denunciá-lo, como uma tentativa de se fazer aceita pela equipe, mesmo que isso nunca ocorra de forma plena.

Independentemente do quanto essas estratégias funcionam total ou parcialmente, a motivação profissional das mulheres que pertenceram às tropas especiais é seriamente afetada pela rede de relações internas e externas à instituição. As mulheres parecem cientes disso e, por esse motivo, tentam equilibrar-se entre a opressão do assédio e o desejo de permanência na tropa, pois tal conquista tem para elas uma importância simbólica extremamente relevante no contexto de lutas pela afirmação de direitos aos mesmos postos de trabalho que os homens.

As mulheres que atuaram na ROTAM e que foram objeto desta investigação são unânimes em manifestar o orgulho que sentem por terem sido parte dessa Unidade, e por terem atuado tanto na parte administrativa como na parte operacional, mencionam o fato como uma conquista ao mesmo tempo pessoal e profissional, embora estejam conscientes das renúncias que tiveram de fazer em sua vida privada para manter essa conquista. Apesar das dificuldades que precisaram desbravar no interior da própria instituição, afirmam sentirem-se integralmente guerreiras, o que significa sentirem-se integralmente ROTAM.

REFERÊNCIAS

ARCHBOLD, Carol A.; SCHULZ, Dorothy Moses. Research on women in policing: a look at the past, present and future. **Sociology Compass**, v. 6, n. 9, p. 694-706, 2012.

BATISTA, Natalia Nunes Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.

BECK, Adrian; BARKO, Vadym; TATARENKO, Alina. Women militia officers in Ukraine: exploring their experiences in a post-Soviet policing organisation. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 26, n. 4, p. 548-565, 2003.

BERTOLDI, Maria Eugênia et al. Assédio moral no trabalho. **JICEX: Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/ojs/index.php/JICEX/article/view/85/357>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BÉRUBÉ, Allan. **Coming out under fire: the history of gay men and women in World War II**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães. **Estresse ocupacional autoatribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BURKE, Ronald J.; SHEARER, Jon; DESZCA, Gene. Burnout among men and women in police work: an examination of the Cherniss model. **Journal of Health and Human Resources Administration**, v. 7, n. 2, p. 162-188, Fall 1984.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.

CARVALHO, Sônia Marise Salles. Mulheres militares no Brasil. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos;

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: Cejup, 1997.

COLLINS, Sue Carter. Sexual harassment and police discipline: who's policing the police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 27, n. 4, p. 512-538, 2004.

CONCEIÇÃO, Ana Cristina et al. Morbimortalidade de mulheres policiais militares. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 5, n. 4, p. 4-16, mar. 2013.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 57, p. 11-23, 2008.

DICK, Penny; NADIN, Sara. Reproducing gender inequalities? A critique of realist assumptions underpinning personnel selection research and practice. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 79, n. 3, p. 481-498, Sept. 2006.

DODGE, Mary; VALCORE, Laura; GOMEZ, Frances. Women on SWAT teams: separate but equal? **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 4, p. 699-712, 2011.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, 2001.

FREITAS, Maria Ester de. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho?. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 5, jan./jun. 2007.

FREUDENBERGER, Herbert. Staff burn-out. **Journal of Social Issues**, v. 30, n. 1, p. 159-165, Winter 1974.

GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, jul./set. 2005.

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and gender: how gender shapes the war system and vice versa**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

GREENE, Helen Taylor; DEL CARMEN, Alejandro. Female police officers in Texas: perceptions of colleagues and stress. **Policing: An**

International Journal of Police Strategies & Management, v. 25, n. 2, p. 385-398, 2002.

HE, Ni; ZHAO, Jihong; ARCHBOLD, Carol A. Gender and police stress. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 4, p. 687-708, 2002.

HELOANI, Roberto. Assédio moral: a dignidade violada. **Aletheia**, n. 22, p. 101-108, jul./dez. 2005.

HICKMAN, Matthew J.; PIQUERO, Alex R.; GREENE, Jack R. Discretion and gender disproportionality in police disciplinary systems. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 23, n. 1, p. 105-116, 2000.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JAIME, Pedro. Para além das pink collars: gênero, trabalho e família nas narrativas de mulheres executivas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 135-155, jan./abr. 2011.

LEITE, Máurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glaucíria Mota. **Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder**. 2010. Trabalho apresentado ao 9.º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010.

MARKS, Monique. Looking different, acting different: struggles for equality within the South African Police Service. **Public Administration**, v. 86, n. 3, p. 643-658, Sept. 2008.

MCCARTY, William P. Gender differences in burnout among municipal police sergeants. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 36, n. 4, p. 803-818, 2013.

MCCARTY, William P.; ZHAO, Jihong “Solomon”; GARLAND, Brett E. Occupational stress and burnout between male and female police officers.

Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, v. 30, n. 4, p. 672-691, 2007.

MEINS, Jamilli Carolina. Assédio moral no trabalho. In: EVINCI, 2016, Curitiba. **Resumos...**, Curitiba, UniBrasil, v. 1, n. 3, p. 54, 2016.

MILKMAN, Ruth. **Gender at work:** the dynamics of job segregation by sex during World War II. Champaign, IL: University of Illinois Press, 1987.

NOVAK, Kenneth J.; BROWN, Robert A.; FRANK, James. Women on patrol: an analysis of differences in officer arrest behavior. **Policing:** An International Journal of Police Strategies & Management, v. 34, n. 4, p. 566-587, 2011.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Assédio sexual: questões conceituais. **Equipo Federal del Trabajo**, v. 2, p. 59-80, 2006.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José; OLIVEIRA, Flávio Monteiro. Os sentidos da violência nas organizações: uma análise construcionista da história de vida de uma policial militar. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan./jun. 2007.

SCOTT, Russell Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de pesquisa**, n. 73, p. 38-47, 2013.

SIEMENS, Ferdinand A. von. Social preferences, sorting, and competition. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 114, n. 3, p. 780-807, Sept. 2012.

SOARES, Angelo; OLIVEIRA, Juliana Andrade. Assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 195-202, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Division of Mental Health. **Guidelines for the primary prevention of mental, neurological and psychosocial disorders:** staff burnout. Geneva, 1994, v. 5.

AUTORES

Abedolins Corrêa Xavier

Mestre em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará (2017), graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2014), Bacharel em Gestão de Riscos Coletivos pelo Instituto de Segurança do Pará (2009). Atualmente exerce o cargo de Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional e na área de Segurança Pública.

Adorisio Leal Andrade

Mestre em Segurança Pública pela Universidade de Vila Velha, possui Pós-Graduação em Gestão de Entidades Sem Fins Lucrativos e Inteligência em Segurança Pública (2011), graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (2001) e Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Batista do Estado do Espírito Santo (2007). Policial Civil, trabalha na Assessoria de Imprensa e Comunicação da instituição, tutor a distância da Rede Nacional de Segurança Pública desde 2007. Desenvolve pesquisa na área da Comunicação e em Políticas Públicas de Segurança como bolsista da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) na linha de pesquisa do mestrado: perspectiva social, econômica e territorial da criminologia.

Ana Paula Martins Sousa

Psicóloga, formada pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, desenvolvendo pesquisa sobre intervenção psicológica em cuidadores de crianças autistas. Tem experiência em atividades de pesquisa e extensão nas áreas de Psicologia Social e Direitos Humanos.

Cíntia Walker Beltrão Gomes

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2000). Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Segurança Pública. Atualmente é Juíza de Direito - Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Clay Anderson Nunes Chagas

Possui graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (1998), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2002) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará e Professor Colaborador da Universidade de Cabo Verde no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. É associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Histórico Geográfico do Pará. É consultor do Roster pré aprovado para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) na categoria de Prevenção à Violência. Tem experiência de Segurança Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão do Território, Criminalidade, Homicídio e Cartografia.

Clícia da Silva Santos

Graduação em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA), vinculada a linha de pesquisa Dinâmicas da Paisagem na Amazônia: Agentes, Processos e Conflitos. Desenvolve pesquisas no âmbito dos grupos: GAPTA/UFPA - Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente, vinculada a linha de pesquisa Gestão territorial e segurança pública; e GEOCARTA/UEPA - Geoprocessamento, Cartografia e Agrária na Amazônia, vinculada às linhas de pesquisa geotecnologia aplicadas ao estudo de bacias hidrográficas e ensino de Geografia e Cartografia Escolar.

Denise Carla de Melo Vieira

Possui Graduação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal

do Pará. Na mesma Universidade foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), vinculado ao MEC/SESu, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no PET Geografia na Universidade Federal do Pará. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia, coordenado pelo Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas. Atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, voltando-se principalmente para estudos relacionados às seguintes temáticas: segurança pública, desenvolvimento urbano, urbanização da Amazônia e violência urbana. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Desigualdade e Desenvolvimento - GEPED.

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1994), Mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal do Pará e professor colaborador da Universidade de Cabo Verde no mestrado de Segurança Pública. Tem experiência nas áreas de Estatística, Engenharia de Produção, Segurança Pública e Economia, com ênfase em Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos, atuando principalmente nos seguintes temas: estatística, séries temporais, modelagem, previsão, planejamento de experimentos, segurança pública e controle estatístico da qualidade.

Eduardo de Oliveira Rodrigues

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e mestrado (2013) pela mesma instituição. Atualmente é graduando no curso de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, professor efetivo do Colégio Pedro II e coordenador do Laboratório de Sentidos Urbanos e Juventude, vinculado à mesma instituição de ensino. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: municípios, divisão territorial, violência urbana, desenvolvimento socioespacial.

Elizabeth Cristina da Silva Feitosa

Possui graduação em Curso de Direito pela Universidade da Amazônia (1996), Pós-Graduação em Direito Administrativo pela OAB/PA em convênio com a Universidade Federal do Pará-UFPA (2004). Mestre em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará-UFPA, Professora Assistente I - Associação Objetivo de Ensino Superior ASSOBEES. Professora na Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO. Assessora Jurídica do Município de Belém, Programa da Macrodrenagem da Estrada Nova - PROMABEN.

Fernanda Valli Nummer

Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, sociabilidade, trabalho, militarismo e instituições policiais.

Gruchenhka Oliveira Baptista Freire

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (1998). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Promotora de Justiça.

Guilherme Cezar Sousa Vieira

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) (2015). Atualmente é professor no projeto de extensão do cursinho Logos Pré-Vestibular na Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Castanhal, no Centro de Educação e Qualificação Profissional - Potência Master (C.E.Q.P) e no Curso Pré-Vestibular Cabanos - Castanhal - (AUC). Participa de projetos de pesquisa e extensão relacionados à violência urbana, atuando preferencialmente nos temas: Espaço, Território, Cartografia e Violência Urbana no contexto amazônico.

Jaime Luiz Cunha de Souza

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado Nível I. Professor da Faculdade de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, da UFPA e do Mestrado em Segurança Pública da Universidade de Cabo Verde - UniCV (África). Atividades docentes e de pesquisa nas áreas de Crime e Violência na América Latina, Segurança Pública, Cidadania e Teoria Sociológica Contemporânea.

Leidiane Souza de Almeida

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amapá (2010), em Ciências da Defesa Social e Cidadania pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (2008) e em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (2016). Especialista em Conhecimentos Jurídicos em Segurança Pública pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (2011), em Defesa Social e Cidadania pelo Centro Universitário de Lins (2014) e em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (2015). Mestra em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará (2017). Atualmente é Oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá.

Leonardo de Souza Alves

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Atua na linha de Pesquisa Gestão Territorial e Segurança Pública no Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA) da Universidade Federal do Pará e também participa do Grupo de Pesquisa Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará.

Lorena de Lima Sanches Santana

Graduada em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Foi bolsista PIBIC/CNPq por dois anos. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Onde foi bolsista Capes desenvolvendo pesquisas nas áreas de Geografia Urbana e Geografia da Violência.

Manoella Canaan Cunha

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2015). Atualmente é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Entre 2013 e 2015, foi bolsista de iniciação científica pelo Edital CAPES No. 049/2012 com o projeto intitulado “Diagnóstico do repertório de leitura e intervenção com novas tecnologias de ensino para alunos de escolas com baixos níveis na Prova Brasil” desenvolvido por três universidades brasileiras UFPA, UFSCar, UNB.

Marcelo Quintino Galvão Baptista

Doutor em Educação (Metodologia de Ensino) pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Mestre e Especialista em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) onde também cursou a Graduação em Psicologia (Bacharelado, Formação de Psicólogo e Licenciatura). É professor Associado II e pesquisador da referida universidade, na Graduação em Psicologia, com ênfase à interface com a Educação na formação de discentes e publicação de trabalhos científicos, e na Pós-Graduação, em Segurança Pública (Programa multidisciplinar). Possui experiência em administração acadêmica na UFPA (Vice Direção da Faculdade de Psicologia) e na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) onde desenvolveu, de 2009 a 2013, atividades de cooperação internacional, auxiliando o desenvolvimento da instituição em vários setores pós-instalação, a serviço da universidade de origem, e onde é colaborador no curso de Mestrado em Segurança Pública. Atualmente é Secretário-Geral do Gabinete da Reitoria da UFPA.

Marcelle Peres da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - PPGeo/UFPA. É pesquisadora integrante do Grupo Acadêmico sobre Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Desigualdade e Desenvolvimento - GEPED e do Projeto de Extensão: Produção e Análise da Informação Cartográfica em Segurança Pública, todos vinculados à UFPA. Tem experiência na área de Geografia, com

ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, território, produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e geoinformação.

Mayka Caroline Martins da Cunha

Possui graduação em Formação do Psicólogo, pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é Servidora Pública, Analista Judiciário - Área Psicologia, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, lotada na Central de Equipe Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEM).

Miguel Ângelo Sousa Corrêa

Possui graduação em Ciências de Defesa Social pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (2001) e graduação em Direito pela Universidade da Amazônia (2013). É especialista em Polícia Comunitária pela UNISUL/SC (2010) e mestre em Segurança Pública pela UFPA (2015-2017). Atualmente encontra-se na patente de Major PM do Pará e exerce a função de Chefe de Subseção da PM3/EMG. Tem experiência na área de Segurança Pública, com ênfase em Polícia Comunitária, bem como, na área de Direito Administrativo Disciplinar e Ciência Penal Militar, aplicados na Comissão de Correição Geral da Corporação.

Pablo Lira

Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), aperfeiçoamento em Planejamento Urbano pela Université de Cergy-Pontoise (2003), especialização em Conservação e Manejo da Diversidade Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009) e encontra-se doutorando no Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é servidor público da carreira de Especialista em estudos e pesquisas governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, Coordenador do Núcleo Vitória do INCT Observatório das Metrôpoles, Professor da Graduação de

Arquitetura e Urbanismo e Administração e do Mestrado Profissional de Segurança Pública da Universidade Vila Velha - UVV, Professor de Pós-graduação Lato Sensu; da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, da Universidade Vila Velha - UVV, da Fundação de Assistência e Educação - FAESA; Membro revisor da Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia da UFES e da Revista Cadernos Metrópole, periódico do INCT Observatório das Metr poles.

Rafael Henrique Maia Borges

Graduando no curso de Licenciatura em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Urbana e Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Produ o do Espaço Urbano, Território, Transporte rodoviário público; Criminalidade; Homicídio e Cartografia. Foi monitor na Universidade do Estado do Pará - UEPA, na disciplina Geografia Humana, bolsista/voluntário PIBIC/CNPQ e estagiário na Diretoria de Inteligência (DINTEL) da Casa Militar do Governo do Estado do Pará.

Regina Ferreira Lobato

Possui gradua o em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2010). Possui gradua o em Ciências Naturais pela Universidade do Estado do Pará (2009), Mestra pelo Programa de Pós-Gradua o em Segurança Pública (2016).

Silvia dos Santos Almeida

Possui gradua o em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado em Engenharia de Produ o pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente   professora colaboradora da Universidade de Cabo Verde (UniCV) e associada IV da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua na  rea Interdisciplinar, com ênfase em Modelagem Estatística, Controle Estatístico da Qualidade e Estatística Básica aplicada a Segurança Pública, Educa o, Saúde entre outras.

Silvia Canaan Oliveira

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (1988), Mestrado em Musicoterapia pela University of Missouri - Kansas City (1991) e Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Seus principais temas de interesse na Pesquisa e Extensão são: Terapia Comportamental, Musicoterapia, Dependência Emocional (Afetiva), Violência Doméstica, Gênero, Saúde, Desenvolvimento Humano, Música.

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa

Especialista em Segurança Pública nas áreas de Polícia Comunitária (UNISUL) e Segurança Pública e Gestão de Informação (RENAESP), graduada em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade do Estado do Pará (2005) e em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará(2008), Mestre do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Atualmente é Policial Militar do Estado do Pará, exercendo a função de Coordenadora de Análise Criminal da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal- SIAC, Órgão responsável por planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações de inteligência e análise criminal do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIED.

Viviane Mozine Rodrigues

Economista, possui mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades e doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Relações Internacionais pela PUC/SP com estágio de um ano de doutoramento (sanduiche) na Universidade de LISBOA/PT. Atualmente é professora dos cursos de graduação e mestrado da Universidade Vila Velha- UVV/ES, tutora de economia e finanças a distância do IFES- Instituto Federal de Educação, consultora do SESI/ES- Serviço Social da Indústria, do SEBRAE/ES- Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas e do CEBRI- Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Foi pesquisadora

do IPEA/IJSN - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e Instituto Jones Santos Neves e consultora do ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e dos Programas de Bem-Estar Social, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local e regional, desenvolvimento social e petróleo, migrantes e refugiados, regimes internacionais e direitos humanos.

Índice Remissivo

A

Adolescente, 176, 200, 278, 301, 378.
Aglomerados Subnormais, 32, 34-35, 38-39, 41, 97, 121-125, 137, 141-145, 149, 155, 166, 210, 224-226, 231, 318, 328, 330-331.
Agressão, 174-175, 288, 303.
AISP, 34-38, 41, 56, 79, 83-84, 93-98.
Amapá, 6, 9 33, 171, 207-208, 209-213, 216, 218, 228, 231-232, 234, 281.
Ananindeua, 5, 7, 9, 26, 34, 35, 41, 84, 154-155, 169-177, 179, 183-184, 188.
Armas, 46, 52, 65, 95-96, 98, 200, 260.
Arma cortante, 98.
Arma de fogo, 146, 177-178, 189, 200, 205, 304.
Assédio, 273, 353, 354-339, 350, 371-358.

B

Bairro, 5-11, 20, 24-33, 35, 38-39, 43, 60, 72, 79, 81-84, 86-88, 92-97, 99-111, 114-117, 121-125, 135-137, 141-143, 146, 148-149, 152, 156-170, 173, 175-183, 185-186, 188-189, 194, 196-197, 199-203, 207, 210, 219, 221, 224-232, 256, 311-315, 317, 338, 325-333.
Banco de Dados, 35, 121, 124-125, 136, 144, 207, 219, 224, 239-240, 329, 316, 324, 329.
Belém, 5-9, 11, 20, 22-24, 26, 28, 31-35, 38-43, 79-81, 84-89, 92, 94-95, 99-109, 113-118, 121, 123-125, 135-136, 144-167, 171, 173, 183-185, 187, 204, 211, 213-215, 233-234, 285-286, 310, 311-320, 322, 325, 328-328, 330-332, 374-375, 380.
Biopolítica, 45, 47, 49, 55-56, 70, 75.
Bombeiro, 6, 11, 33-34, 311-317, 319-332, 359.

C

Cartografia, 8, 14, 23-24, 33, 79, 201, 121, 123-125, 135, 141, 143-145, 169, 183, 204, 233, 3, 360-361, 362, 368.
Castanhal, 7, 9, 185-189, 201-202, 362.
Cidade, 7-11, 14, 16, 19, 20, 23-26, 28, 30-31, 33, 35, 42-46, 48-49, 52-55, 57-61, 64-67, 70-71, 74, 77, 79-81, 84-86, 95, 99, 101-102, 119, 122-126, 128-132, 136, 144-145, 147-158, 161, 164-173, 182-204, 207-216, 219-221, 224-234, 241-248, 267, 279, 284-285, 295, 311-320, 322, 325-328, 331, 355, 362, 368.
Corregedoria, 6, 10, 283-285, 287, 289, 292, 298-301, 304-310.
Crime, 7-20, 23-24, 27-33, 39-42, 47, 54, 57-58, 66, 69, 74, 80, 86, 89, 91-93, 97-101, 113-114, 117, 122, 124-125, 132, 142-144, 149, 157-165, 169-196, 199, 203, 216-219, 224-227, 229, 231-234, 237, 240 284, 288, 290, 294, 297, 300, 302-303, 306-308, 362.
Crime Organizado, 157, 164, 174.
Criminalidade, 7, 9, 14-43, 46, 48, 52, 54, 58, 61-63, 76-77, 83, 88-89, 94, 99-101, 104-105, 115-116, 122-123, 132-133, 142, 144, 146-149, 156, 159-167, 169-196, 202, 204, 207-208, 215-217, 228-235, 241, 259, 267, 281, 309, 360, 367-368.
Criminalidade urbana, 30 123, 169, 190.

D

Delegacia, 10-11, 18, 56, 196, 267, 281, 291, 296-297.
Delito, 26, 40, 66, 160, 194, 218, 302.
Denúncia, 285-286, 288-295, 298-304, 341-350, 352-356.
Desigualdades, 8-9, 53, 79-80, 83, 89, 104, 112, 119, 121, 123, 126, 128-133,

143, 145, 147-151, 156-159, 163-164, 169, 171, 174-175, 178, 183-184, 188-189, 193, 232, 248, 255, 260, 283.

Desigualdade socioespacial, 8-9, 28, 123, 130-132, 135, 171

Diferenciações, 8, 72, 79, 83, 126, 128-130

Discriminação, 10, 374.

Drogas, 9, 27-28, 39-41, 47-48, 52, 54-55, 58-63, 70, 75, 80, 95-96, 99, 132, 160, 173, 179, 182, 187, 189, 193-194, 196-198, 201, 203, 216, 220, 248, 255, 259.

E

Educação, 30, 41, 76-77, 100, 137, 147, 149, 156-157, 159-160, 164, 172, 178, 189-190, 203, 211-212, 238, 240, 247, 257, 274, 277, 280-281, 352, 359-361, 381, 383-386.

Espacialidade, 9, 26, 32-33, 47, 50, 55, 91, 160, 173, 185, 189, 193-194.

Espaço Urbano, 7-10, 23-25, 27, 30, 39, 43, 48, 70, 79-81, 83-84, 86, 88-90, 92, 101, 103-105, 108, 110, 112, 118-119, 122, 129, 131, 133, 136, 144-148, 153, 161, 165-166, 169, 174, 184, 188, 190-192, 204, 207-209, 215-216, 219-220, 229, 231-232, 235, 259, 269, 311, 318-319, 361, 366-365, 367.

Especulação Imobiliária, 25, 334, 336-337.

Espírito Santo, 6, 7, 10, 146, 237, 240-246, 248-254, 256, 259-260, 367, 384.

Estado, 5-11, 17-28, 32-33, 38-42, 45-77, 80, 84, 86, 88-89, 91, 93-98, 100-101, 103-108, 111, 116-117, 121-122, 124-125, 130-131, 135, 137, 142-143, 148, 153-161, 163-164, 167, 170-172, 174-175, 178, 185-187, 189, 196, 203, 207, 209, 211, 213, 216-218, 222, 224, 230-232, 237, 240-245, 248-249, 252-253,

255, 259, 263, 273-274, 276, 278, 284, 286, 292, 295, 297, 300-301, 304, 306-310, 311-317, 319-332, 326, 330-333, 335, 341, 345, 356, 359-361, 363-368.

Estatística, 18, 31, 38, 114, 118, 145, 150, 166, 170-171, 176, 179, 184, 187, 189, 207, 209, 212, 218-219, 224, 229, 233-234, 239, 258-259, 276, 286, 298, 322, 324, 323-324, 328, 333, 361-362, 367.

G

Gênero, 10, 22, 72, 186, 261-263, 265-281, 326, 356-357, 361, 371, 373-378, 185.

Geografia, 5-10, 13, 17, 23, 33, 42-45, 72, 74, 80, 101, 105-106, 118, 121-122, 136, 143-146, 150, 165-167, 169-171, 183-189, 191, 203-204, 209, 212, 224, 229, 233-235, 237, 239-240, 258, 316, 318, 333, 360-367.

Geografia do Crime, 9-10, 185-188, 191, 203, 234, 237, 240.

Geoinformação, 5, 9, 34, 383.

Geopolítica, 5, 8, 45, 49-53, 55-60, 62, 64-68, 70, 72-74, 77.

Geoprocessamento, 5, 9, 121-123, 125, 135-137, 143, 146, 207, 224, 379.

Google Earth, 84, 124-125

Grupo de extermínio, 28, 39-40.

Guamá, 5, 7-9, 24, 32, 35, 38-39, 82-83, 87, 101, 103-106, 108-111, 113-117, 119, 161-163, 167, 311-314, 320, 325-329, 333, 337.

H

Habitação, 80, 108, 141, 148, 152, 172, 210, 257, 312, 315, 318, 320, 322-323, 332.

Homicídio, 5-6, 8-10, 23-24, 28-31, 33-42, 44, 79-81, 83-84, 88-89, 92-105, 113-

114, 117-118, 121-125, 132-133, 135-144, 146, 155-156, 158-160, 165, 167, 169, 170, 175-183, 188-189, 193-194, 201, 204-205, 207-208, 215-219, 224-227, 231-235, 237, 240-242, 248-250, 252-253, 255-257, 282-283, 285, 290, 293-301, 304, 306, 308, 310, 360, 367.
Hotspots, 24, 35, 41.

I

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, 211, 212, 237, 239,

Incêndio, 11, 329-335, 337-351.

Indicadores, 10, 24, 28, 30, 38, 86, 121, 123, 135, 137, 141-143, 149, 174, 190, 193, 208-209, 214, 216-217, 237-240, 249.

Infraestrutura, 16, 24-25, 33, 80, 86, 100, 123, 125, 133, 135, 141, 147, 150, 152, 154, 157, 159, 163-164, 178, 182, 202, 208-209, 213-214, 217, 224, 228-232, 247-248, 318-319.

Insegurança, 15, 18, 28, 48, 54, 66, 79, 83, 84, 88, 90-91, 102-103, 119, 164, 169, 183, 187-188, 192-193, 208, 232, 309-310.

Intervenção, 21, 41, 50, 70, 72, 114, 153, 227, 262, 270, 277, 283-284, 289, 301, 304, 306-307, 324-325, 336, 359, 364.

Investigação, 6, 10, 48, 69, 100, 117, 132, 136, 167, 196, 208, 278, 283-286, 289-299, 301, 303, 305-308, 318, 326, 354.

J

Jardelândia, 6, 9, 185-189, 194-199, 201-203.

Jovem, 29, 39, 40, 117, 158, 176, 190.

Jurunas, 5, 7-9, 24, 32, 35, 38-39, 79, 81-87, 92-96, 99, 101, 105, 115-117, 121-123, 125, 134, 135, 137, 141-143, 146, 161-163, 165, 167, 318, 320, 325-326.

L

Latrocínio, 40-41, 132, 142, 189, 200, 218, 231.

M

Macapá, 6, 9-10, 207-215, 217, 219, 221, 223-236.

Mancha de homicídio, 36-37, 95-97, 180-181.

Mapa, 33-38, 44, 79, 82, 84, 95-97, 106, 124, 134, 136-140, 143, 146, 159, 180, 181, 188, 193, 195, 198, 205, 208-209, 214, 224-227, 229-231, 239, 249-255, 259-260, 282, 309.

Masculino, 176, 193, 335, 338, 342-346, 367, 370.

Medo, 13, 15, 18, 23, 28, 31, 33, 39, 42, 44, 54, 60, 74, 77, 83-84, 89-90, 92, 99, 102-103, 113, 117, 119, 145, 158, 164, 168-169, 184, 187, 192-193, 202, 205, 236, 291-292, 313, 351-352.

Mortes, 40, 54, 70, 75, 93, 132, 142, 178, 182, 186-188, 193, 205, 208, 215, 218, 252, 260, 283-285, 289, 291-292, 295, 299, 301, 304, 306-307, 309.

Mulher, 6, 10-11, 71, 261-273, 275-282, 311-313, 335-340, 342-357, 365.

P

Paar, 5, 9, 43, 98, 167, 169-183.

Pará, 5-11, 13, 20, 23-25, 33, 38, 69, 84, 93-98, 103-106, 108-109, 118, 121-122, 124, 135, 147-148, 153, 164, 170-172, 183-187, 201, 209, 211, 283-288, 292, 295, 297-298, 301, 306-307, 309-310, 311, 314-316, 320-324, 330-333, 335, 340-345, 358, 359-368.

Periferia, 14, 25-26, 28-29, 58, 61, 68, 72, 83-84, 87-89, 99, 109, 117, 119, 127, 139, 147, 149, 152, 155, 157-160, 164, 166-167, 171-172, 174, 182, 187-188,

190, 194, 202, 231, 244, 248, 295, 305, 310, 311, 323.

Periferização, 17, 24-28, 32, 39, 41-42, 105, 157, 161, 173-174, 187, 229.

Pobres, 19, 25-26, 28, 32, 60-61, 66, 72, 104, 107, 113, 150, 152, 188, 192, 194, 203, 212, 284, 303, 316, 319.

Poder, 17-19, 24-29, 40-41, 44-45, 48-53, 55-56, 59, 64, 67, 70-74, 79, 81, 91, 99, 103, 105, 109-110, 112-113, 118, 129, 135-136, 153-154, 160-161, 167, 172, 174, 178, 184-188, 194, 200, 203-204, 216, 221-223, 227, 232, 235, 262, 281, 302-303, 312, 314-316, 322, 325, 327, 333, 341, 355-358.

Polícia Civil, 34, 99, 100, 180, 284, 295, 297, 306-307.

Polícia Militar, 6, 10-11, 13, 33-34, 38, 60, 69, 76, 99-100, 180, 199, 283-287, 292, 297-298, 301, 307, 309-310, 320, 322, 332-333, 335, 340-345, 355, 358, 363.

Política pública, 19

População, 21, 23-24, 26, 32, 38-39, 46-48, 53, 57, 60, 65-66, 68, 70-72, 75, 81, 85-89, 91, 93-94, 104, 106-111, 115-117, 122, 141, 142, 148, 151-158, 160-164, 171, 174, 180, 185, 190, 192, 194, 208-210, 217, 228-232, 235, 240, 242-244, 246, 295, 312, 315-316, 318-320, 325, 327, 330, 338, 354.

Q

Quantun Gis, 84,

R

Racial, 6, 10, 71, 311-327, 382.

Região Metropolitana de Belém, 5, 7-8, 23-24, 26, 28, 31-34, 39, 41-43, 101, 118, 144, 155, 163, 165-166, 171, 183, 187, 204, 233, 286, 314.

Renda, 85-86, 88, 107, 113, 148, 154, 160, 211-212, 217, 238, 240, 248, 256, 231, 236.

Rio de Janeiro, 7, 42-45, 48, 54, 56, 59-61, 68-69, 71, 74-78, 102, 119, 144-146, 166-168, 184, 204-205, 233-236, 244, 246, 248, 253, 257-260, 279, 280, 297, 300, 309, 312, 342, 354-355, 357, 372.

Roubo, 40-41, 79-80, 132, 159, 179, 182, 189, 193-194, 196, 199, 200-201, 203, 218, 306.

S

Segregação, 53, 88, 91, 107, 112-113, 117-119, 121, 131, 147, 150, 152, 156, 158, 165, 184, 188, 220, 231, 235, 248, 255-256.

SEGUP, 7, 23, 32-34, 84, 104, 115-116, 124, 141, 162-163, 170, 176-177, 180-181, 196, 199-201.

Segurança, 5-8, 10, 13, 15, 17-18, 20-21, 23-29, 33-34, 38, 40, 42-43, 45-49, 53-62, 64-67, 70-78, 83-88, 90, 99-105, 107, 113, 118, 121-122, 124-125, 137, 144, 156, 158, 160-161, 163-165, 170, 174, 178, 183-184, 187, 189, 192, 201, 203-204, 207, 215, 217-218, 224, 227-229, 232-234, 236, 256-259, 261-267, 269-271, 273-278, 283-284, 300-304, 306, 319, 321-323, 330-333, 345, 350, 355-357, 359-368.

Segurança Pública, 7-10, 20-23, 27, 29, 33-34, 42, 45, 49, 50, 53-59, 62, 64-66, 70-78, 83-84, 90, 99-105, 118, 121-122, 124-125, 144, 156, 158, 161, 163, 170, 178, 183-184, 201, 203-204, 207, 215, 217-218, 224, 227-229, 232-234, 236, 357-273, 276-278, 283-284, 300-301, 303, 306, 319, 322, 331-332, 356-357, 377-386.

SIAC, 7, 24, 33-38, 84, 93-98, 104, 124, 141, 170, 176-177, 180-181, 186.

T

Taxa de Homicídio, 31, 38, 41, 80, 156, 193, 201, 215, 237, 240-242, 250, 252, 255.

Terra Firme, 7-9, 20, 32, 83, 103-109, 111, 114-117, 163, 167, 314, 320, 325-326.

Terraview, 34

Territorialidade, 8-9, 24, 26-27, 29, 43, 45, 49, 58, 65, 67, 69-70, 76, 161, 174, 184, 190, 193-194, 207, 215, 223, 232, 234, 342.

Território, 7-10, 17, 20, 23-28, 32, 38-41, 43, 45, 47-53, 55-56, 65, 68, 71-72, 74-75, 77, 79-80, 83, 85, 102-103, 106, 109, 111, 112, 118, 137, 143, 146, 150, 156, 161, 164, 166-167, 169-171, 173, 175, 178, 182-186, 188-191, 203-204, 207-209, 216, 219-224, 229, 231-235, 241, 248-249, 252-253, 256-259, 322, 360-361, 363-365, 367.

Tipologia, 30, 104, 113-114, 142, 179, 182, 269.

Traficantes, 28, 39-41, 48, 54, 58, 98, 142, 179.

Tráfico, 9, 28, 39-40, 69, 197, 273.

Tráfico de drogas 9, 27, 39, 41, 47, 52, 55, 58, 96, 99, 132, 173, 179, 182, 189, 193-198, 201, 220, 248, 255, 259.

U

Umarizal, 5, 9, 105, 121-123, 125, 134-135, 137, 141-143, 165, 326.

Urbanização, 5-6, 9-10, 23, 28, 30, 35, 44, 60, 70, 85-86, 88, 102-105, 108, 113, 123, 129, 131, 133, 145, 147-154, 156, 159-160, 164, 166, 168-171, 173, 175, 185-190, 204, 216, 231, 235, 237, 240-249, 251-253, 255-256, 313, 337, 361.

V

Violência, 5-18, 20, 22-33, 38-44, 45, 48-49, 54, 62, 65-66, 68-72, 74, 76-77, 79-80, 83, 86-92, 99-105, 108, 111-117, 121-124, 132-133, 135, 137, 141-150, 156-161, 163-167, 169-171, 173-175, 177-178, 182-194, 196, 200, 202-208, 215-217, 220, 223, 227, 229, 231-237, 240-242, 248-249, 255, 257-283, 302-304, 307, 309, 346, 356, 358-367.

Violento, 10, 14-15, 20, 27, 31, 40, 92, 100, 103, 114, 132, 160-161, 169, 174, 193, 202, 216, 218-220, 302, 340.

Vítima, 14, 28-29, 39, 42, 54, 69-70, 100, 103-104, 158, 176-179, 193, 199, 215, 218, 269-270, 278, 286, 292, 296, 300, 303-304, 312, 346-349.

Z

Zonas Vermelhas, 24, 35, 41, 161.

ISBN 987-85-63117-40-3



9 788563 117403